Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Exercício de referência: 2014

Data da conclusão: 12/06/2015

Hora da conclusão: 18:52:15

Responsável pela conclusão: Mauro Celso de Jesus Andrade - CPF: 430.376.072-20

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2014 da unidade prestadora de contas Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - SECEX-PA

Em 13/06/2015

IFPA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Relatório de Gestão

2014

Ministério da Educação - MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC
2015

Ministério da Educação - MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Relatório de Gestão do Exercício 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 139, DN TCU nº 143,da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno contido na Portaria CGU nº 522/2015.

BELÉM – PARÁ
2015

Élio de Almeida Cordeiro
Magnífico Reitor

Regina Glória Pinheiro de Oliveira Silveira
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Cláudio Alex Jorge da Rocha
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

Maria Lúcia Pessoa Chaves Rocha
Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

Waldinete Conceição do Socorro Oliveira da Costa Rolim
Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

José Roberto Brito Pereira
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Cláudio Alex Jorge da Rocha
Presidente da Comissão
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

MEMBROS DA COMISSÃO

Gleice do Socorro Bittencourt dos Reis	Gabinete do Reitor
Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos	Pró-Reitoria de Ensino - PROEN
Jaime Henrique Barbosa da Costa	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG
Raissa Tavares da Silva	Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT
Fernando Maia Ribeiro	Pró-Reitoria de Administração – PROAD
Mauro Celso de Jesus Andrade	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN
Nilo Marcelo Soares Santos	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN
Demethrius Pereira Lucena de Oliveira	Diretoria de Comunicação - DCOM
Alan Pamplona Ohana	Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
Josivaldo Lisboa de Oliveira	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação - DTI
Arthur Lima Sampaio de Souza	Câmpus Abaetetuba
Susan Karla Acosta	Câmpus Altamira
Walber Josué Miranda	Câmpus Ananindeua
Solange Felicidade Marques Ferreira	Câmpus Avançado de Vigia
Paulo Sérgio Soares Pereira	Câmpus Belém
Kerlice de Nazaré Sousa Rodrigues	Câmpus Bragança
Nemer Vieira Zaire	Câmpus Breves
Jânio Ricardo Nunes Lima	Câmpus Cametá
Carlos Alexandre Bastos Gonçalves	Câmpus Castanhal
Vander Augusto Oliveira da Silva	Câmpus Conceição do Araguaia
Renato da Silva Jordão Filho	Câmpus Itaituba
Luiz Antônio Soares Cardoso	Câmpus Marabá Industrial
Rosycler da Mota e Silva	Câmpus Marabá Rural
Sidclay Santos Furtado	Câmpus Óbidos
Aldrin Mário da Silva Benjamin	Câmpus Paragominas
Karla Vanessa Martins Galvão	Câmpus Parauapebas
Lilia Cunha Lavor	Câmpus Santarém
Lauro Sérgio Rodrigues da Silva	Câmpus Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Anexo III da DNTCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013 13
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS 14
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada 14
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade 18
1.3 Organograma Funcional 28
1.4 Macroprocessos Finalísticos 31
1.1.1 Macroprocessos de Ensino 32
1.1.2 Macroprocessos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação 34
1.1.3 Macroprocesso de Extensão 36
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA 38
2.1 Estrutura de Governança 38
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna 38
2.3 Sistema de Correição 44
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 45
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 47
3.1 Canais de acesso do cidadão 47
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão 56
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços 57
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada 58
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada 61
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade 62
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO 64
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada 64
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS 67
5.1 Planejamento das Unidades do IFPA 67
5.1.1 ÁREA: GABINETE DO REITOR 68
5.1.2 ÁREA: ENSINO 70
5.1.3 ÁREA: PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃOE INOVAÇÃO 74
5.1.4 ÁREA: EXTENSÃO 79
5.1.5 ÁREA: ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 84
5.1.6 ÁREA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 90
5.1.7 ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL 93
5.1.8 ÁREA: GESTÃO DE PESSOA 94
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados 105
5.2.1 Ações 105
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão 141

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional....142
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....155
6.1 Programação e Execução das despesas....155
6.1.1 Programação das despesas....155
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa....157
6.1.3 Realização da Despesa....163
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda....176
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos....176
6.3.1 Análise Crítica....178
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores....181
6.4.1 Análise Crítica....181
6.5 Transferências de Recursos....183
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício....183
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios....183
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse....184
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse....184
6.5.5 Análise Crítica....185
6.6 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio....188
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS....189
7.1 Estrutura de pessoal da unidade....189
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição....189
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho....191
7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada....194
7.1.4 Irregularidades na área de pessoal....195
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas....198
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos....198
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários....203
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância....203
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão....207
7.2.3 Análise Crítica....210
7.2.4 Contratação de Estagiários....211
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO....212
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios....212
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário....219

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 219
8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional 220
8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ 223
8.2.4 Análise Crítica:.....223
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 224
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....224
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 226
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental 226
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....227
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU 227
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 227
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....229
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) 233
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício 233
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....238
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93 250
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....250
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações 250
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....250
11.5 Alimentação SIASG E SICONV 251
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....251
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 251
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas 252
12.3 Conformidade Contábil.....252
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis....253
12.4.1 Declaração com Ressalva.....253
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....255
13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....255
14. PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO (INDICADORES DE GESTÃO). 266
14.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005.....267
INDICADORES INSTITUCIONAIS – Acadêmicos 267
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Administrativos 279
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Socioeconômico 288
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Gestão de Pessoas.....292
RESULTADOS e CONCLUSÕES.....295
Anexos.....297

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação brasileira de normas técnicas
APLs - Arranjos Produtivos Locais
AUDIN - Auditoria Interna
CADIN - Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cargo de Direção
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSUP – Censo da Educação Superior
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGTD - Coordenadoria Geral de Treinamento e Desenvolvimento
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de atividades Econômicas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR - Colégio de Dirigentes-
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior
CPCA- Comissão Permanente de Prestação de Contas
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPPD- Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CsF - Ciência sem Fronteiras
DAPs - Diretoria de Administração e Planejamento
DBR – Demonstração de Bens e Renda
DCOM - Diretoria de Comunicação Social
DDIN – Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINF - Diretoria de Infraestrutura
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DTI- Diretoria de Tecnologia da Informação
DIT – Diretoria de Inovação Tecnológica
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DPOR – Diretoria de Planejamento e Orçamento
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD - Ensino a Distância
EDUCACENSO – Censo da Educação Básica
ENAD – Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional Tecnológica
E-TEC – Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
FDI – Fórum de Dirigentes
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPLAN- Fórum de Pró-Reitores de Administração
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IGC- Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IN – Instrução Normativa
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IRP - Intenção de Registro de Preços
LAI- Lei de Acesso à Informação,
NAMOR – Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC – AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas ações afirmativas
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICTI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa de Iniciação de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIQ- Plano de Institucional de Qualificação
PGF – Procuradoria Geral Federal
PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PPC - Projetos Pedagógicos de Cursos
PPCs - Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROCAMPO- Programa de apoio à formação superior em licenciatura em educação no campo
PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual
PRODIN - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA – Programa educação de jovens e adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SCA - Sistema de Controle Acadêmico
SERES - Secretaria de Regulação da Educação Superior
SESu - Secretaria de Educação Superior
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGA – Sistema de Gerenciamento Acadêmico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAJ - Sistema de Cadastro de Ações Judiciais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
SIG – Sistema de Integrado de Gestão
SIGP - Sistema de Integrado de Gestão de Pessoal
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada SISU
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TAE – Técnico Administrativo Educacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC- tecnologia da informação e comunicação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UF – Unidade Federativa
UFPA – Universidade Federal do Pará
UG - Unidade Gestora
UGRs- Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da Unidade....14
Quadro 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas do IFPA....29
Quadro 3: Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação....35
Quadro 4: Macroprocessos Finalísticos – Extensão....36
Quadro 5: Força de Trabalho da AUDIN em 31/12/2014....38
Quadro 6: Auditorias realizadas em 2014 - AUDIN....39
Quadro 7: Trabalhos realizados e ações de capacitação - AUDIN....41
Quadro 8: Constatações relevantes e Providências adotadas....42
Quadro 9: Comparativo da estrutura da AUDIN ao final do exercício 2013 e 2014....43
Quadro10: Processos instituídos para apuração de possíveis irregularidades....45
Quadro11: Avaliação do Sistema de Controles Internos....45
Quadro12: Demandas encaminhadas a ouvidoria no ano de 2014....47
Quadro13: Quantitativo de demanda recebida pela Ouvidoria por mês....48
Quadro14: Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação....49
Quadro15: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão....50
Quadro16: Tipo de demandas encaminhadas, por e-mail e redes sociais - DCOM....51
Quadro17: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão - DGP....51
Quadro18: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão....59
Quadro19: Área de Abrangência do IFPA....65
Quadro 20: Resumo das ações realizadas - PROEN....71
Quadro 21: Principais Estratégias Adotadas na Área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação....76
Quadro 22: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Pesquisa....77
Quadro 23: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Pós-Graduação....78
Quadro 24: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Inovação....79
Quadro 25: Ações, Resultados e Observações Pertinentes/Status/Riscos Avaliados - PROEXT....82
Quadro 26: Resultados das Ações Planejadas - PROAD....87
Quadro 27: Resultados das Ações Planejadas – PRODIN....91
Quadro 28: Ação/Obs Pertinentes/Status. Em concordância com o PDI 2014-2018....93
Quadro 29: Quadro de pessoal recomendado....96
Quadro 30: Resultados das Ações Planejadas da DGP: Ação/Obs Pertinentes/Status....97
Quadro 31: Quadro de ações e resultados CADIN....100
Quadro 32: Ações/Subtítulos - OFSS....105
Quadro 33: Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS....124
Quadro 34: Matriz Orçamentária da PROPPG 2014....141
Quadro 35: Custeio Lei Orçamentária Anual....142
Quadro 36: Indicadores de desempenho - PROEN....142
Quadro 37: Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Ofertadas nos Câmpus....144
Quadro 38: Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Concedidas Pelas Agências de Fomento....145
Quadro 39: Indicadores Gerais dos Grupos de Pesquisa Certificados no CNPQ....145
Quadro 40: Total de Docentes Efetivos do IFPA por Nível de Qualificação....146
Quadro 41: Indicador da Meta 1 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....146
Quadro 42: Indicador da Meta 2 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....146
Quadro 43: Indicador da Meta 3 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....147
Quadro 44: Indicador da Meta 4 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....147
Quadro 45: Indicador da Meta 5 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....147
Quadro 46: Indicador da Meta 6 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....148
Quadro 47: Indicador da Meta 7 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....148
Quadro 48: Indicador da Meta 8 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018....148

Quadro 49: Indicador da Meta 9 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....149
Quadro 50: Indicador da Meta 10 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....149
Quadro 51: Total de Servidores do IFPA Cursando Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Programas Gerenciados, Através de Convênios pela PROPPG.....149
Quadro 52: Número de Bolsas para Pós-Graduação Ofertadas pelo PIQ/IFPA 150
Quadro 53: Número de Docentes com Bolsas de Pós-Graduação (DOUTORADO) Vigente pela CAPES/PIQDTEC 150
Quadro 54: Indicador da Meta 1 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....151
Quadro 55: Indicador da Meta 2 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....151
Quadro 56: Indicador da Meta 3 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....151
Quadro 57: Indicador da Meta 4 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....152
Quadro 58: Indicador da Meta 5 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....152
Quadro 59: Indicador da Meta 1 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....153
Quadro 60: Indicador da Meta 2 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....153
Quadro 61: Indicador da Meta 3 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....154
Quadro 62: Indicador da Meta 4 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018.....154
Quadro 63: Programação de Despesas.....155
Quadro 64: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....157
Quadro 65: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....162
Quadro 66: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....163
Quadro 67: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....167
Quadro 68: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....172
Quadro 69: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....174
Quadro 70: Despesas com Publicidade.....176
Quadro 71: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 176
Quadro 72: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....181
Quadro 73: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 183
Quadro 74: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....183
Quadro 75: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 184
Quadro 76: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. 184
Quadro 77: Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio 188
Quadro 78: Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12 /2014.....189
Quadro 79: Distribuição da Lotação Efetiva.....190
Quadro 80: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas– 31/12/2014 190
Quadro 81: Servidores Capacitados no CAPACIT no período de Fevereiro a Junho de 2014 distribuídos por Câmpus.....192
Quadro 82: Número de Servidores Capacitados pela ESAF em 2014 distribuídos por Câmpus.....193
Quadro 83: Custos de pessoal 194
Quadro 84: Indicadores de Absenteísmo de servidores em 2014. 199
Quadro 85: Tipos de afastamento por categoria em 2014.....200
Quadro 86: Rotatividade de pessoal em 2014.....201
Quadro 87: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....203
Quadro 88: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....207
Quadro 89: Composição do Quadro de Estagiários 211
Quadro 90: Composição do Quadro de Estagiários por Unidade Administrativa 211
Quadro 91: Frota de veículos automotores de propriedade das UNIDADES do IFPA. 212
Quadro 92: Transporte de carga Leve, Pesada e Coletivo.....217
Quadro 93: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União....219

Quadro 94: Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional 220
Quadro 95: Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ 221
Quadro 96: Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ 223
Quadro 97: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....223
Quadro 98: Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....225
Quadro 99: Aspectos da Gestão Ambiental 226
Quadro 100: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 227
Quadro 101: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 229
Quadro 102: Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno 233
Quadro 103: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 238
Quadro 104: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....250
Quadro 105: Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....251
Quadro 106: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....253
Quadro 107: Variação de custo – RECURSOS DO PRONATEC.....255
Quadro 108: Consolidação dos Grupos e Núcleos de Pesquisas – Câmpus Castanhal.....256
Quadro 109: Relação de Projetos de Iniciação Científica do IFPA-Ano 2014 –Câmpus Castanhal 257
Quadro 110: Programas de Governo/Curso – Câmpus Santarém.....263
Quadro 111: Cursos e Vagas – Câmpus Santarém (2013/2014).....264
Quadro 112 - Indicador: Relação Número de Candidatos Inscritos / Vagas Ofertadas - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 267
Quadro 113 - Indicador: Relação de Número de Ingressos/ Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 269
Quadro 114 - Indicador: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 271
Quadro 115 - Indicador: Índice de Eficiência Acadêmica - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 273
Quadro 116 - Indicador: Índice de Retenção de Fluxo Escolar - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 275
Quadro 117 - Indicador: Relação Alunos matriculados / Docente em Tempo Integral - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU 277
Quadro 118 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....279
Quadro 119 - Indicador: Gastos Correntes por Aluno - Acórdão 2.267/2005-TCU.....280
Quadro 120 - Indicador: Percentual de Gastos com Pessoal - Acórdão 2.267/2005-TCU 282
Quadro 121 - Indicador: Percentual de Gastos com Outros Custeios (exceto benefícios) - Acórdão 2.267/2005-TCU 284
Quadro 122 - Indicador: Percentual de Gastos com Investimentos - Acórdão 2.267/2005-TCU....286
Quadro 123 – Indicador: Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com Renda Per capita Familiar - Acórdão 2.267/2005.....288
Quadro 124 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2014/2013/2012.....292
Quadro 125 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acordão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2010.....293

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Tipo de Demandas recebidas pela Ouvidoria do IFPA em 2014.....47
Gráfico 2: Quantitativo mensal de demandas recebidas pela Ouvidoria do IFPA em 2014.....48
Gráfico 3: Número de Servidores capacitados no CAPACIT no período de agosto a dezembro de 2014 distribuídos por Câmpus.....192
Gráfico 4: Número de Servidores capacitados pela ESAF no período de setembro a dezembro de 2014 distribuídos por Câmpus.....193
Gráfico 5: Lançamentos de licença em 2014 201
Gráfico 6: Servidores capacitados no CAPACIT em 2014 distribuídos por Câmpus. 202
Gráfico 7: Servidores capacitados pela ESAF em 2014 distribuídos por Câmpus. 202

Lista de Figuras

Figura 1: Captura de tela do site da PROEN/IFPA. 58
Figura 2: Área de abrangência do IFPA.....64
Figura 3: Layout- Diretoria de Gestão de Pessoas 97

INTRODUÇÃO: Anexo III da DNTCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013

O presente Relatório de Gestão consolidado do IFPA, organizado em 15 capítulos, foi elaborado em consonância com o art. 70 da Constituição Federal e encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União/TCU(IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014), as orientações do órgão de controle interno contido na Portaria CGU nº 650/2014, e as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC, contemplando as exigências nelas contidas, com exceção dos itens não aplicáveis ao IFPA, de acordo com o apresentado a seguir:

OS ITENS DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134/2013 QUE ***NÃO SE APLICAM*** À REALIDADE DA UJ TENDO EM VISTA A COMPETÊNCIA SER DE OUTRA UJ:

PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
- Ações
- Ações–OFSS
- Ações - Orçamento de Investimento - OI

ITENS DA NORMA DN TCU Nº 134/2013 QUE APESAR DE SE APLICAREM À NATUREZA DA UNIDADE, ***NÃO HOUVE OCORRÊNCIA***

PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Informações sobre custos de produtos e serviços

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

- Suprimento de Fundos
- Renúncias sob a Gestão da UJ

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

- Estrutura de pessoal da unidade
- Irregularidades na área de pessoal
- Terceirização Irregular de Cargos
- Benefícios Fiscais previstos na Lei nº 12.546/2011

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros
- Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros
    - Não houve a contratação de empresas para prestação de serviço de locação de veículos automotores.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- Declaração Plena
- Relatório de Auditoria Independente

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1: Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			**Código SIORG**: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará			
Denominação Abreviada: IFPA			
Código SIORG: 100917		**Código LOA:** 26416	**Código SIAFI:** 158135
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			**CNPJ:** 10.763.998/0001-30
Principal Atividade: Educação Profissional			**Código CNAE:** 85.42-2-00
Telefones/Fax de contato:	(91) 9102-7211	(91) 9136-1522	( )
Endereço Eletrônico: gabinete.reitoria@IFPA.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifpa.edu.br			
Endereço Postal: Av. João Paulo II, nº 514, CEP: 66.645-240. Bairro: Castanheira- Belém/PA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
• Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004; • Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005; • Lei de Criação dos Institutos Federais. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Publicado no DOU de 30/12/2008; • Regimento Geral do IFPA; • Estatuto do IFPA.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura			
PROEN • Resolução nº 013/2011/CONSUP. Regulamenta a Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos e dos cursos superiores do IFPA; • Resolução nº 055/2010/CONSUP. Regulamenta a Organização Didático-Pedagógica dos cursos superiores do Sistema Universidade Aberta do Brasil; • Resolução nº 218/2013/CONSUP. Regulamenta a Normativa para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso; • Resolução nº 18/2013/CONSUP. Regulamenta a Colação de Grau dos Cursos Superiores; • Resolução nº 205/2014/CONSUP. Regulamenta e Estrutura Organizacional, as Funções e suas Respectivas Atribuições, no Âmbito da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; • Resolução nº 206/2014CONSUP. Regimento Interno para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no âmbito do IFPA; • Resolução nº 235/2014/CONSUP. Regulamenta os procedimentos a serem adotados para autorização de criação de cursos, de aprovação, de atualização ou de aditamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do IFPA; • Resolução 234/2014/CONSUP. Aprova o Calendário Acadêmico Pós-Greve nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para o ano letivo de 2014; • Resolução nº 335/2014. Aprova o Plano Pedagógico Institucional; • Resolução nº 323/2014/CONSUP. Regulamenta a avaliação, aprovação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, aos docentes pertencentes à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; • Resolução nº 161/2014/CONSUP. Regulamenta o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará para a Promoção de Docentes à Classe de Professor Titular; • Resolução nº 074/2014/CONSUP. Regulamenta os procedimentos para aproveitamento de estudos realizados no exterior pelos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; • Resolução nº 072/2014/CONSUP. Regulamenta a criação de critérios de Excelência Estudantil para utilização na seleção de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; • Resolução nº 062/2014/CONSUP. Regulamenta os procedimentos para emissão de Certificados de Conclusão do Ensino Médio e/ou Declaração de Proficiência com base nos resultados obtidos no ENEM, no âmbito do IFPA; • Resolução nº 009/2014/ CONSUP. Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; **PROPPG** • Resolução CONSUP 038/2010. Regulamenta o Funcionamento dos Cursos de Pós-graduação do IFPA; • Resolução CONSUP 033/2011. Regulamenta a Atividade de Pesquisa do IFPA; • Resolução CONSUP 003/2013. Regulamenta o Programa Institucional de Qualificação do IFPA; • Resolução CONSUP 006/2013. Regulamenta a Política de Inovação Tecnológica do IFPA;			

- Resolução CONSUP 054/2013. Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa;
- Resolução CONSUP 096/2013. Regulamenta a Política de Afastamento do Servidor do IFPA do País;
- Resolução CONSUP 194/2013. Regulamenta o Afastamento dos Servidores do IFPA para Realização de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.

PROEXT

- Nota Informativa 01/2013. PRONATEC/IFPA;
- Nota Informativa 02/2013. PRONATEC/IFPA;
- Resolução CONSUP 073/2014 e suas alterações – Resoluções 205/2014 e 322/2014;
- Resolução CONSUP 290/2013 – Normatização Interna do PRONATEC - Bolsa Formação;
- Resolução CONSUP 029/2013 – Estágio;
- Resolução CONSUP 071/2013 – Mobilidade Estudantil;
- Resolução CONSUP 074/2014 – Procedimentos para aproveitamento de estudos no Exterior;
- Resolução CONSUP 072/2014 –Critérios Excelência Estudantil.

PROAD

- Resolução 220/2013. Aprova o Manual do Patrimônio;
- Resolução 291/2013. Aprova a IN nº 02 de uso de veículos oficiais;
- Resolução 221/2013. Aprova a IN nº 01 de concessão de diárias e passagens;
- Resolução 219/2013. Aprova a instalação do centro de custos.

PRODIN

- Resolução nº 159/2013 – CONSUP/IFPA. Regulamenta a Institucionalização da Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual – CPCA, e suas diretrizes e normas no âmbito deste IFPA;
- Resolução n° 073/2014-CONSUP. Regulamenta a estrutura organizacional, as funções e suas respectivas atribuições, no âmbito da Reitoria deste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pará – IFPA.

DCOM

- Portaria Nº178 de 06 de fevereiro de 2013. Estabelece as competências da Diretoria de Comunicação Social do IFPA.

ABAETETUBA

- Instrução Normativa nº 01/2014. Substituída pela Instrução Normativa nº 04/2014;
- Instrução Normativa nº 02/2014. Dispões sobre a lotação do processo educativo de sala de aula dos docentes. Dispõe sobre acompanhamentos das atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de Instrumentos Didático-Pedagógicos;
- Instrução Normativa nº 04/2014. Dispões sobre os processos de concessão de ajuda de custo para participação em atividades culturais, esportivas, visitas técnicas, trabalhos de campo e atividades práticas externas ao Câmpus, dos discentes do Câmpus Abaetetuba do IFPA na programação orçamentária do exercício de 2014.

BREVES

- PPP – Projeto Político e Pedagógico;
- Criação do Regimento e Constituição do Conselho Diretor do Câmpus – CONDIR;
- Edital Assistência Estudantil;
- Regulamento das atividades docentes;
- PPC – Projeto Político e Pedagógico dos Cursos.

CASTANHAL

- Estatuto (em processo de elaboração);
- Regimento (em processo de elaboração);
- Plano Pedagógico do Câmpus Castanhal;
- Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Subsequentes – Agropecuária, Agroindústria, Meio Ambiente, Florestas, Pesca, Informática e Rede de Computadores;
- Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;
- Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia;
- Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Aquicultura;
- Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Informática;
- Regimento do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

MARABÁ RURAL

- Regimento Interno;
- Projeto Político Pedagógico.

PARAUPAPEBAS

- Estatuto. (em processo de elaboração);
- Regimento. (em processo de elaboração).

TUCURUÍ

- Projeto Político Pedagógico;
- Regimento Interno;
- Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos e dos Cursos Superiores;
- Instrução Normativa nº 01, de 20 de setembro de 2011.Estabelece Diretrizes Administrativas e Pedagógicas para acesso e permanência dos estudantes nos ambientes do Câmpus e ainda orienta quanto à utilização de aparelhos celulares, Smartphones, MP4, WALKMAN, I Pod, TABLET, NETBOOK e NOTEBOOK e similares;
- Instrução Normativa nº 004/2012- sobre as normas para utilização do alojamento estudantil ;
- Regimento do Conselho de Classe;
- Resolução n° 001/2013/Conselho Diretor do Câmpus – Do Regimento Interno;
- Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPE;
- Regimento Interno do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus Tucuruí do IFPA;
- Regimento Interno da CEUA. Estabelece normas para o controle e fiscalização do uso de animais vertebrados em projetos preferencialmente de pesquisa e ensino, porém, também estendendo suas ações em atividades de treinamento/capacitação e extensão.

Manuais e publicações relacionadas às atividades

PROEN

- Plano de Gestão;
- Plano de Trabalho Anual.

PROPPG

- Anais do I Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2009);
- Anais do II Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2010);
- Anais do III Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2011);
- Anais do IV Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2012);
- Anais do V Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2013);
- Anais do VI Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação do IFPA (2014);
- Produção Acadêmica dos Servidores do IFPA no ano de 2013.

PRODIN

- Relatório de Gestão 2013 do IFPA;
- Relatório de Gestão 2013 PRODIN;
- Plano de Desenvolvimento Institucional, vigência 2014 a 2018, publicado no DOU de 03 de julho de 2014;
- Guia Para elaboração do Relatório de Gestão das unidades administrativas do IFPA (Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Câmpus) para o exercício 2014.

DCOM/DGP/SANTARÉM/TUCURUÍ

- Boletim de Serviço da Unidade.

BREVES/CASTANHAL

- Plano de Desenvolvimento do Câmpus 2014-2018.

MARABÁ RURAL

- Plano de Gestão;
- Planejamento Estratégico.

PARAUPAPEBAS

- Plano de Desenvolvimento do Câmpus (em processo de elaboração).

VIGIA

- Plano Estratégico 2012/2015 do Polo Avançado de Vigia de Nazaré, agosto de 2012.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
158508	Câmpus Abaetetuba
158507	Câmpus Altamira
----------	Câmpus Ananindeua

----------	Câmpus Avançado de Vigia
158306	Câmpus Belém
158506	Câmpus Bragança
158162	Câmpus Breves
----------	Câmpus Cametá
158308	Câmpus Castanhal
158509	Câmpus Conceição do Araguaia
158567	Câmpus Itaituba
158512	Câmpus Marabá Industrial
158307	Câmpus Marabá Rural
---------	Câmpus Óbidos
---------	Câmpus Paragominas
---------	Câmpus Parauapebas
158518	Câmpus Santarém
158481	Câmpus Tucuruí
158135	Reitoria
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26416	Câmpus Abaetetuba
	Câmpus Altamira
	Câmpus Ananindeua
	Câmpus Avançado de Vigia
	Câmpus Belém
	Câmpus Bragança
	Câmpus Breves
	Câmpus Cametá
	Câmpus Castanhal
	Câmpus Conceição do Araguaia
	Câmpus Itaituba
	Câmpus Marabá Industrial
	Câmpus Marabá Rural
	Câmpus Óbidos
	Câmpus Paragominas
	Câmpus Parauapebas
	Câmpus Santarém
	Câmpus Tucuruí
	Reitoria

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158508	26416
158507	
158306	
158506	
158162	
158308	
158509	
158567	
158512	
158307	
158518	
158481	
158135	

Unidade Orçamentária Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26416	Instituto Federal do Pará – IFPA

Fonte: Câmpus/IFPA

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

"Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes."

Capítulo II Art. 4	**Competências Institucionais**
I	Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida particularmente do amazônida.
II	Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
III	Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
IV	Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Pará.
V	Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada.
VI	Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
VII	Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
VIII	Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, economia solidária e o desenvolvimento científico e tecnológico.
IX	Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
X	Estender a sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Estatuto/FPA

CONSELHO SUPERIOR

Art. 4º Compete ao Conselho Superior:
I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
II. Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta, designando comissão para escolha do Reitor do IFPA e dos Diretores-Gerais dos Câmpus, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008 e no Decreto nº 8.669, de 20 de outubro de 2009;
III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação;
IV. Aprovar a proposta orçamentária anual elaborada pela Pro Reitoria de Administração- PROAD, com base nas necessidades dos Câmpus e da Reitoria, previamente apreciado pelo Colégio de Dirigentes - CODIR;
V. Apreciar e aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
VI. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
VII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFPA, respeitando o caráter público e gratuito do ensino;
VIII. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, bem como aprovar normas para o registro e emissão de diplomas;
IX. Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal e dos órgãos que o compõem, após consulta a comunidade, respeitada as especificidade geográfica de cada Câmpus, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
X. Criar comissões especiais temporárias para tratar de matérias de interesse do Instituto;
XI. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação;
XII. Comunicar-se no canal do Site do IFPA, através de Portal dos Conselheiros, respeitados os princípios de liberdade de expressão assegurados constitucionalmente, para provimento de um canal de relacionamentos eficaz com a comunidade.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Art. 11º Compete ao Colégio de Dirigentes:
I. Referendar os elementos que integraram a matriz orçamentária do IFPA com vistas à distribuição dos recursos financeiros entre as suas unidades gestoras;
II. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos a ser submetida ao CONSUP;
III. Elaborar, apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
IV. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPA;
V. Apreciar e recomendar o calendário acadêmico de referência anual;
VI. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
VII. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN tem por finalidade contribuir para a construção e/ou reformulação de políticas educacionais e práticas curriculares que busquem um saber situado e capaz de responder às exigências da sociedade atual em seu processo dinâmico de transformação. Fomentar propostas e projetos, contratos, convênios e outros instrumentos dessa natureza, voltados para a área de ensino. Estimular e propor acordos de cooperação mútua entre o Instituto e outras instituições, buscando a melhoria de ensino através da troca de experiências.

A PROEN tem o papel de coordenar, em articulação com os Câmpus e com os órgãos da Administração Central, as atividades didático-pedagógicas do Instituto, bem como avaliá-las. Promover estudos necessários à viabilização de mudanças na política educacional para o ensino de Educação Básica e Profissional e Graduação do IFPA, observando sempre a realidade local e cumprindo a legislação do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e Secretaria de Educação Superior – SESU, CAPES e Regimento Interno do Instituto. Além disso, propõe a criação de novos cursos do Instituto, a paralisação ou a extinção de cursos já existentes quando as avaliações/diagnósticos assim determinarem.

A Pró-Reitoria também trata de questões pertinentes ao currículo, avaliação e planejamento do Ensino Básico e Técnico e da Graduação, assim como de questões referentes aos docentes e discentes, e à integração da Educação Básica e Profissional com a Educação Superior. Articula e supervisiona, juntamente com os Câmpus, as ações necessárias para seleção de alunos e contratação de professor efetivo e/ou substituto do IFPA, a partir de estudos de demandas e entrega do diagnóstico da necessidade pelo setor requerente. Além disso, desempenha outras atividades inerentes à Pró-Reitoria de Ensino.

- **De acordo com o Regimento Interno do IFPA, compete à Pró-Reitoria de Ensino:**

I. Propor e supervisionar as políticas e programas de ensino do IFPA;
II. Garantir a identidade curricular e o desenvolvimento de políticas e ações pedagógicas previstas em legislações específicas da educação;
III. Avaliar a proposta de criação de cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação, programas e projetos especiais de ensino;
IV. Elaborar, em conjunto com os Câmpus, e submeter ao CONSUP, o calendário acadêmico anual de referência do IFPA com vistas a atender as demandas dos sistemas gerenciais do MEC;
V. Apreciar e deliberar sobre a oferta de vagas propostas anualmente pelos Câmpus, referentes a ingresso de alunos;
VI. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos em educação;
VII. Apreciar o Plano de Concurso elaborado pelos Câmpus para ingresso na carreira docente permanente e/ou contratação de professor substituto;
VIII. Atuar no Planejamento Estratégico e Operacional com vistas a subsidiar a definição das políticas na área do ensino do IFPA;
IX. Definir políticas visando à articulação das atividades didático-pedagógicas, à qualidade dos cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação e dos programas e projetos especiais;
X. Acompanhar e supervisionar o controle acadêmico dos cursos de formação inicial e continuada, educação básica, de graduação, em articulação com o setor de registro e controle acadêmico de cada Câmpus;
XI. Coordenar, acompanhar e supervisionar o Projeto Político-Pedagógico do IFPA, da educação básica à graduação;
XII. Propor, de forma articulada com a PRODIN, critérios de expansão e oferta de cursos, com vistas a atender as demandas locais e regionais;

XIII. Estabelecer política de bolsas, prêmios e incentivos à permanência dos alunos da educação básica e da graduação, articulada com as demais Pró-Reitorias;
XIV. Estabelecer política de monitoria ou outras atividades equivalentes de apoio ao ensino;
XV. Estabelecer, em articulação com os Câmpus e com a Diretoria de Gestão de Pessoas, programas de formação continuada para o corpo docente e técnico-administrativo do IFPA;
XVI. Criar, implantar e coordenar ações que possam garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma articulada com os Câmpus e demais Pró-Reitorias;
XVII. Analisar e regulamentar, em nível da Instituição, a legislação do ensino com proposição e reformulação de normas;
XVIII. Examinar propostas de convênios com entidades que ofereçam atividades de ensino, bem como outros convênios propostos no setor acadêmico;
XIX. Representar o IFPA nos foros de ensino;
XX. Zelar pela garantia da qualidade do ensino no IFPA.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPG, órgão estratégico responsável pela definição de políticas e diretrizes referentes às dimensões da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, têm como atribuições planejar, superintender, coordenar e acompanhar as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, bem como promover ações na área de fomento à pesquisa, ciência, inovação tecnológica e ao ensino de Pós-Graduação. Atua também, como órgão responsável pela supervisão e fiscalização dos programas de Pós-Graduação, oferecidos pelo IFPA, e pela qualificação de docentes e servidores técnico-administrativos, em nível de Pós-Graduação.

- **Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPG:**

I. Propor as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPA ao CONSUP;
II. Supervisionar e executar através das diretorias ou unidades correlacionadas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação dos Câmpus, as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPA, deliberadas pelo CONSUP, após análise e apreciação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
III. Propor aos Câmpus, através das Diretorias ou unidades correlacionadas de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação, que definam os programas e linhas de pesquisa de cada área de conhecimento ou eixo tecnológico;
IV. Incentivar a produção técnico-científica no IFPA;
V. Viabilizar mecanismos de financiamento e divulgação da produção científica da comunidade acadêmica;
VI. Acompanhar e subsidiar o desenvolvimento do Plano Institucional de Qualificação em nível de Pós-Graduação Docente e Técnico Administrativo, em articulação com os Câmpus e DIGEP;
VII. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos;
VIII. Avaliar propostas de criação e desativação de cursos e programas de Pós-Graduação;
IX. Estabelecer política de bolsas de pesquisa e inovação tecnológica, bem como, estímulos e prêmios à comunidade acadêmica do IFPA;
X. Analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Pós-Graduação e reformulação de normas e procedimentos;

XI. Analisar a adequação dos projetos dos cursos de Pós-Graduação, e suas atualizações, com base no Projeto Político-Pedagógico Institucional;
XII. Promover interlocução com os órgãos governamentais relacionados à Pesquisa e à Pós-Graduação;
XIII. Acompanhar em conjunto com as Diretorias de Pesquisas dos Câmpus os processos de avaliação dos cursos de Pós-Graduação;
XIV. Promover a cooperação técnico-científica educacional nos campos da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica com outras instituições de ciência e tecnologia;
XV. Propor o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação, em conjunto com os Câmpus e demais Pró-Reitorias;
XVI. Propor normas de funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação;
XVII. Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria; e
XVIII. Participar da elaboração da política de gestão de pessoas e dos critérios para seleção de servidores, no âmbito da Pró-Reitoria.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT

A Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, órgão estratégico do IFPA, é responsável pelas políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do Instituto, estabelecendo diretrizes de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão e extensão tecnológica a serem implementados pelo IFPA, de forma integrada com as Pró-Reitorias, diretorias de Câmpus e diretorias sistêmicas, promovendo, fomentando e articulando o diálogo, a interação e a sinergia necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Atua ainda na coordenação e supervisão dos programas e projetos de extensão, Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais, em articulação com os Câmpus do IFPA, além de apoiar o desenvolvimento de ações de integração Instituto-Comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.

Compete à PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES EXTERNAS - PROEXT:

I. Propor, executar e supervisionar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do IFPA, deliberadas pelo Conselho Superior, após analise e apreciação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
II. Estabelecer diretrizes de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão e extensão tecnológica a serem implementados pelo IFPA, de forma integrada com as Pró-Reitorias, diretorias de Câmpus e diretorias sistêmicas, promovendo, fomentando e articulando o diálogo, a interação e a sinergia para o melhor desenvolvimento das mesmas;
III. Promover a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
IV. Coordenar e supervisionar programas e projetos de extensão, Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação

Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais, em articulação com os Câmpus do IFPA;

V. Apoiar o desenvolvimento de ações de integração Instituto-Comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;
VI. Manter banco de dados atualizado acerca do Observatório do Mundo do Trabalho, Acompanhamento de Egressos, Programas e Projetos de Extensão e Extensão Tecnológica, Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Estágios e Visitas Técnicas;
VII. Identificar, propor e incentivar a formação de parcerias institucionais estratégicas que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA;
VIII. Incentivar, organizar e apoiar as atividades extensionistas do IFPA, zelando pela integração dessas atividades às necessidades acadêmicas;
IX. Estabelecer parcerias com a sociedade e instituições governamentais e não-governamentais, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;
X. Fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais;
XI. Incentivar programas e ações desportivas e artístico-culturais do IFPA em articulação com os Câmpus e com organismos culturais da sociedade;
XII. Estabelecer política de bolsas e estímulos aos docentes, técnicos administrativos e discentes do IFPA, com vistas a incentivar a participação em programas e ações de extensão;
XIII. Manter acompanhamento e controle dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto;
XIV. Promover e supervisionar a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão;
XV. Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional;
XVI. Publicar anualmente os editais para seleção de bolsistas e projetos a serem apoiados pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão;
XVII. Viabilizar e Fomentar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição;
XVIII. Presidir e coordenar o comitê de extensão;
XIX. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário; e
XX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Fonte: PROEXT - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

A Pró-Reitoria de Administração – PROAD, é o órgão executivo responsável pela coordenação e execução dos processos relativos ao orçamento, atos financeiros, contábeis e patrimoniais, serviços de compras e estabelecimento de contratos e convênios, objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da instituição.

- **Compete à Pró-Reitoria de Administração (PROAD):**

I. Assessorar a Reitoria em assuntos de sua área;
II. Supervisionar e zelar pelo cumprimento das metas e objetivos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual;

III. Elaborar e consolidar, em conjunto com os demais órgãos da Reitoria e com os Câmpus, a proposta orçamentária do IFPA, em função dos planos, projetos e programas governamentais e institucionais, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
IV. Consolidar, junto à SETEC, a proposta orçamentária anual do IFPA;
V. Orientar as atividades de gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do IFPA;
VI. Supervisionar o uso dos recursos alocados na Reitoria, nos Câmpus, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento, finanças, material e patrimônio na Reitoria e Câmpus;
VII. Orientar, acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira e a prestação de contas dos programas, projetos e convênios firmados pelo IFPA;
VIII. Planejar e coordenar, em articulação com os Câmpus, as ações administrativas relacionadas às áreas de serviço, materiais e patrimônio;
IX. Orientar, acompanhar e supervisionar a execução de contratos do IFPA;
X. Elaborar, junto à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a prestação de contas anual do IFPA;
XI. Levantar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados à administração no âmbito do IFPA;
XII. Propor, organizar, padronizar e divulgar no Instituto procedimentos e normativas relacionadas à área administrativa, visando uniformizar e modernizar a atuação do IFPA;
XIII. Realizar a gestão das atividades e das ações relacionadas à logística de funcionamento e à manutenção das instalações da Reitoria;
XIV. Cuidar da adequação da estrutura e demais recursos organizacionais no âmbito da Pró-Reitoria e propor a implementação de ajustes necessários ao bom desempenho de suas atribuições;
XV. Elaborar as diretrizes e das políticas que devem nortear as ações da Pró-Reitoria;
XVI. Participar da formulação do plano estratégico e de programas institucionais;
XVII. Garantir a execução dos planos estratégicos e operacionais
XVIII. Aprovar os planos de ação das Unidades subordinadas e acompanhar e controlar sua execução;
XIX. Levantar as necessidades de treinamento em sua área e propor plano para supri-las;
XX. Elaborar, conjuntamente com a Diretoria de Planejamento e Orçamento, o orçamento anual do IFPA;
XXI. Atualizar o sistema SIMEC, com todas as informações das ações executadas no IFPA;
XXII. Registrar no SIMEC a proposta orçamentária do IFPA que será gerada na PLOA (MEC);
XXIII. Acompanhar o desenvolvimento das ações descentralizadas aos Câmpus, através de deslocamentos de equipe de execução orçamentária, a fim de evitar devolução de recursos;
XXIV. Acompanhar Rotinas da Comissão de Licitação;
XXV. Propor e promover medidas para que seja assegurada a necessária infraestrutura a todos os órgãos do IFPA;
XXVI. Efetivar o planejamento, execução do orçamento e a aplicação de demais recursos financeiros, apresentando relatório anual, prestação de contas, balanços e balancetes;
XXVII. Definir créditos adicionais e aplicação do ativo financeiro líquido para atendimento de despesas;
XXVIII. Promover a descentralização dos recursos orçamentários e financeiros para os Câmpus e Reitoria;
XXIX. Acompanhar a execução de Contratos;
XXX. Treinamento nos Câmpus das ações relacionadas à Administração, Planejamento, Orçamento e Patrimônio;
XXXI. Atualizar informações no Fórum de Dirigentes e Diretores de Administração do IFPA;
XXXII. Representar o IFPA no Fórum de Pró-Reitores de Administração (FORPLAN);
XXXIII. Produzir alternativas para otimizar a utilização dos recursos, garantindo a manutenção da infraestrutura e o bom funcionamento logístico do IFPA;
XXXIV. Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos Câmpus;
XXXV. Outras atividades correlatas.

Fonte: PROAD - IFPA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) é um órgão da gestão superior que tem como competência superintender as ações de desenvolvimento institucional do IFPA, pautando-se em processos de qualidade da gestão estratégica, nas demandas sociais e diretrizes do governo federal no tocante à realização da educação profissional técnica e tecnológica desde a educação básica até a educação superior, de acordo com a Lei nº 11.892/2008 de criação dos Institutos Federais.

Portanto, tem um papel ímpar no tocante aos processos de estruturação e fundamentação do Instituto, promovendo a articulação e integração da gestão superior e setorial dos Câmpus, atendendo, assim, à sua missão de "promover, em consonância com a Reitoria, o desenvolvimento institucional de forma articulada e integrada com demais Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Câmpus, juntamente com os diferentes segmentos das organizações acadêmicas e sociais, econômicas e culturais, focada nos eixos Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, a fim de atingir os objetivos estratégicos do Instituto" e, consequentemente, as ações de articulação e integração previstas nas diretrizes estratégicas institucionais para o desenvolvimento do IFPA em suas diversas dimensões.

Fonte: PDI 2014-2018

- No art. 26 do Regimento Geral do IFPA, encontra-se pontualmente descritas as atribuições da PRODIN, conforme transcrição abaixo:

I. Coordenar (Supervisionar) a elaboração, acompanhar e avaliar o planejamento estratégico e o plano de desenvolvimento institucional, como instrumentos de gestão do IFPA;
II. Propor, executar e supervisionar as políticas de desenvolvimento institucional do IFPA, deliberada pelo conselho superior, após análise e apreciação da câmara de gestão;
III. Garantir e supervisionar a elaboração anual do plano de gestão da instituição;
IV. Coordenar as políticas de qualificação dos gestores para utilizar, de forma eficaz, o planejamento estratégico e demais instrumentos de gestão;
V. Elaborar no âmbito de sua competência projetos destinados à obtenção de financiamento, solicitando, sempre que necessário, a colaboração de outros órgãos;
VI. Gerenciar e disponibilizar informações para auxiliar os gestores na elaboração de políticas para o IFPA;
VII. Avaliar, de forma articulada com as Pró-Reitorias e Câmpus, a estrutura organizacional do IFPA, visando atender o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
VIII. Identificar, de forma articulada com as Pró-Reitorias e diretorias dos Câmpus, oportunidades para expansão do ensino, pesquisa e extensão;
IX. Coordenar, articulada com a Comissão Permanente de Avaliação, as políticas de avaliação institucional dos serviços prestados à sociedade;
X. Coordenar, de forma articulada com às Pró-Reitorias e os Câmpus, a elaboração e atualização dos instrumentos de gestão: estatuto, regimento geral, plano de desenvolvimento institucional, planejamento estratégico, plano plurianual, relatório de gestão e outros;
XI. Desenvolver, com participação dos demais órgãos da instituição, ações relativas à pesquisa institucional que fundamentem a gestão do IFPA;
XII. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP

- **Finalidade da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP:**

  - Planejar, coordenar, executar a política de Gestão de Pessoas do IFPA, de forma sistêmica e integrada, atuando por meio das Diretorias Adjuntas e Coordenações que compõem sua estrutura, observando a legislação vigente;
  - Planejar, coordenar, orientar, monitorar e avaliar todas as ações de gestão e desenvolvimento de pessoas em suas competências e desempenho, vinculados à missão e objetivos estratégicos do IFPA;
  - Supervisionar, no âmbito da reitoria e dos Câmpus do IFPA a execução referente às atividades de pagamento de pessoal, concurso, benefícios, qualidade de vida dos servidores.

- **Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas:**

I. Representar o IFPA, interna e externamente, em questões relativas à política de gestão de pessoas;
II. Prestar assistência na área de sua especialidade ao Conselho Superior, à Reitoria e aos Câmpus do IFPA;
III. Cumprir as metas e diretrizes institucionais referentes à área de gestão de pessoas;
IV. Orientar, visitar, interagir, conhecer as demandas e controlar a atuação dos Câmpus nas ações relativas ao pessoal;
V. Participar das reuniões internas do órgão transmitindo ao grupo da DGP as informações e demandas pertinentes à função de cada coordenação Geral da DGP;
VI. Propor e implantar o desenvolvimento de sistemas de informação na área de gestão de pessoas;
VII. Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;
VIII. Subsidiar as ações das comissões estabelecidas para a elaboração de Concursos Públicos Institucionais;
IX. Atender e responder a todas as solicitações e determinações da Unidade de Auditoria Interna - AUDIN, da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU;
X. Prestar atendimento e assistência aos servidores ativos, aposentados, pensionistas, beneficiários de pensão alimentícia, estagiários (SIAPE), professores substitutos, a outras coordenadorias, às diretorias, Pró-Reitorias e Reitoria em relação às consultas pertinentes à gestão de pessoas;
XI. Propor políticas que assegurem a melhoria do desempenho administrativo, funcional e institucional;
XII. Consolidar as informações da área de pessoal para elaboração do Relatório de Gestão.
XIII. Administrar o controle do banco de servidores: professor equivalente e administrativo equivalente, mantendo-o atualizado;
XIV. Atender às solicitações formais das entidades representativas dos Servidores Públicos Federais da Educação, quando estas representarem o repasse de dados não confidenciais do servidor ou quando forem ordens judiciais.

Fonte: DGP - IFPA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação prestar assessoramento técnico à Reitoria, Pró-Reitorias e Câmpus em questões diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão, de uma determinada área de interesse do IFPA, que requeira o domínio e ação especial do Instituto, responsabilizando-se pelo estabelecimento de princípios, diretrizes, planejamento e avaliação de projetos implementados de forma integrada pelos Câmpus.

Competências Institucionais

- Propor, gerenciar e orientar a aplicação e uso de softwares na Instituição;
- Elaborar, desenvolver e orientar a operação dos sistemas de informação do Instituto Federal;
- Elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento das tecnologias da informação no Instituto Federal;
- Propor o acompanhamento e implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e relativos à área de informatização da Instituição;
- Coordenar a manutenção e a atualização dos sítios da Instituição;
- Supervisionar a execução das Políticas da Informação da Reitoria e dos Câmpus;
- Auxiliar as comissões de concursos e processos seletivos, disponibilizando tecnologias de informação para o processamento de inscrições, relatórios, correção de provas e outros procedimentos que se fizerem necessários;
- Realizar outras atividades afins.

Atribuições Específicas:

- Definir o plano estratégico de TIC;
- Coordenar a realização do planejamento estratégico de Tecnologia da Informação;
- Identificar as necessidades estratégicas do IFPA quanto às demandas de Tecnologia da Informação;
- Definir políticas de Tecnologia da Informação para todo o Instituto Federal;
- Compatibilizar projetos, da área de TIC, com o Planejamento Institucional;
- Assegurar o alinhamento de TIC com os requerimentos externos;
- Especificar e solicitar serviços de TIC no âmbito do Instituto Federal;
- Propor a atualização tecnológica, de equipamentos e sistemas para todo o Instituto Federal, visando garantir o uso do estado da arte em TIC;
- Definir a arquitetura da informação;
- Determinar a orientação tecnológica;
- Definir a organização de TIC e seus relacionamentos;
- Gerenciar os investimentos de TIC;
- Gerenciar os recursos humanos e tecnológicos de TIC;
- Avaliar os riscos nos projetos de TIC;
- Gerenciar os projetos de TIC;
- Gerenciar a qualidade de serviços de TIC;
- Gerenciar os incidentes de segurança da informação;
- Manter intercâmbio com os demais Institutos Federais.

Fonte: DTI - IFPA

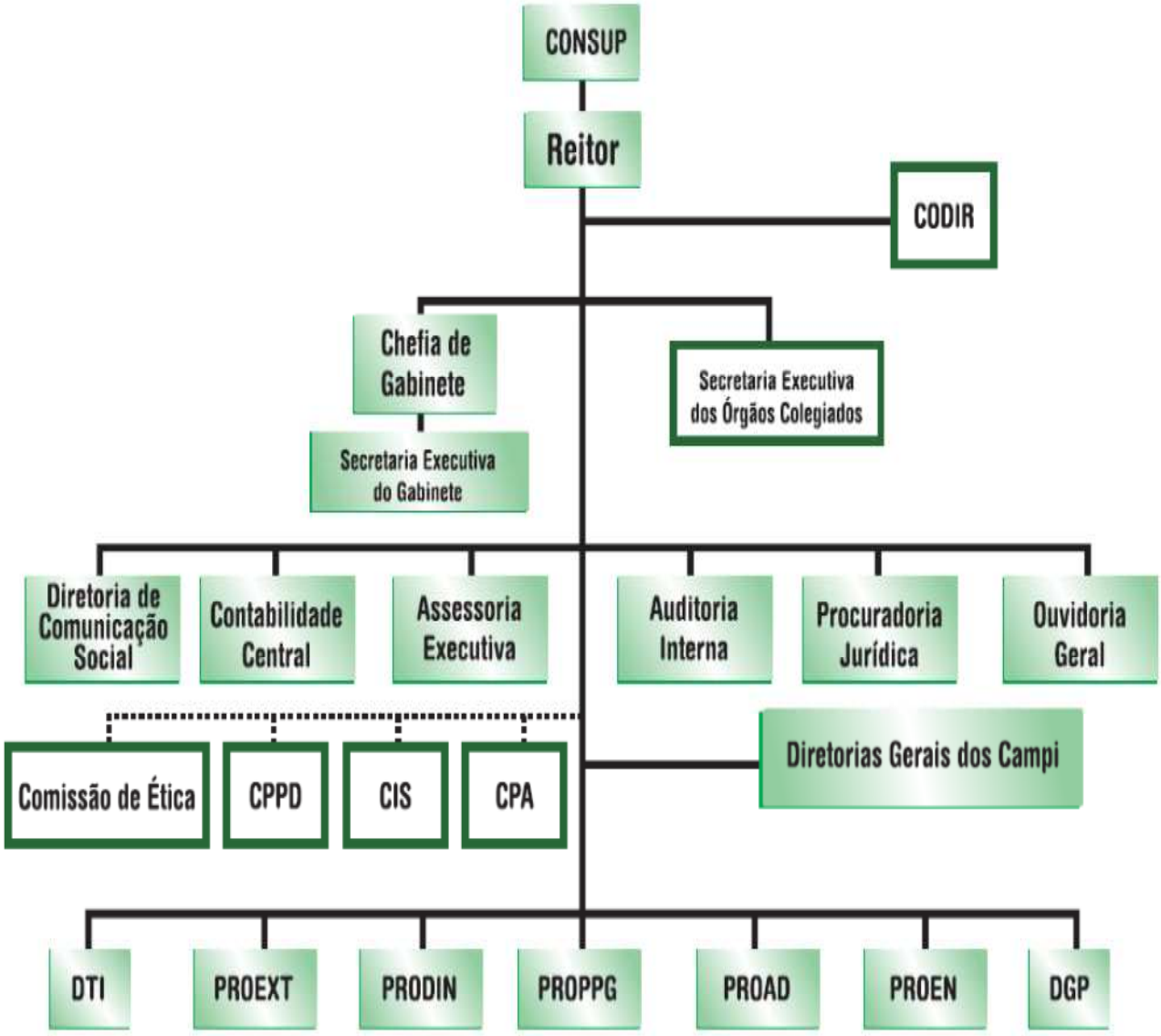
CÂMPUS

DIRETORIA GERAL

Art.59º O Diretor Geral exercerá também as seguintes atribuições:
I - propor ao Conselho Diretor do Câmpus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral;
II - presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA;
III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição;
IV - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente;
V - conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;
VI - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

1.3 Organograma Funcional



Fonte: PDI 2014-2018/IFPA

Quadro 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas do IFPA

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitor	Representar o IFPA; Implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IFPA.	Élio de Almeida Cordeiro	Professor BTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Chefia de Gabinete	Assistir o Reitor no seu relacionamento institucional e administrativo; Supervisionar os trabalhos da Secretaria do Gabinete do Reitor; Preparar a correspondência oficial da Reitoria.	Cleide Dias	Assistente em Administração	01/01/2014 a 31/12/2014
Secretaria Executiva do Gabinete	Prestar serviços de apoio administrativo à Chefia de Gabinete; Redigir e revisar documentos e textos. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.	Gleice Reis	Secretária Executiva	a partir de 19/05/2014 a 31/01/2014
Assessoria Executiva do Gabinete	Assessorar o Reitor administrativa e tecnicamente; Promover ações visando à integração das atividades das Pró-Reitorias, diretorias sistêmicas e demais setores da Reitoria.	Marlon França	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados	Elaborar as convocações e redigir as pautas das reuniões; Secretariar as reuniões dos Órgãos Colegiados. Executar as tarefas administrativas que lhe forem determinadas.	Kátia Santana	Assistente em administração	01/01/2014 a 01/02/2014
		Karla Souza	Administradora	02/02/2014 a 31/12/2014
Contabilidade Central	Planejar e controlar o desenvolvimento e implantação de projetos financeiros. Realizar a contabilização de todos os eventos que envolvam transações econômicas e financeiras;	Raquel Serrão	Contadora	01/01/2014 a 02/07/2014
		Reginaldo Flexa	Contador	25/07/2014 a 31/12/2014
Ouvidoria Geral	Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias. Tratar as respostas das manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações.	Socorro Pastana	Professora aposentada	01/01/2014 a 31/12/2014
Pró-Reitoria de Ensino - **PROEN**	A Pró-Reitoria de Ensino é responsável em propor e supervisionar as políticas de ensino, integrada com os Câmpus, e consolidação das políticas de ensino estabelecidas pelo Conselho Superior na promoção de articulação de suas ações com as demais Pró-Reitorias; Elaborar e coordenar a execução do plano de trabalho com vista ao desenvolvimento de suas competências e atribuições com a área de ensino do IFPA, via revisão e organização documental, bem como, a publicação dos procedimentos relacionados a sua área, e aos recursos financeiros e ao patrimônio da Pró-Reitoria; Executar as diretrizes da Pró-Reitoria de forma a promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.	Maria Neusa de Lima Pereira	Docente/Externo	01/01/2014 a 07/05/2014
		Maria Lucia Pessoa Chaves Rocha	Professor EBTT	08/05/2014 a 31/12/2014
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - **PROPPG**	Propor, supervisionar e executar as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPA	Prof. Dr. José Roberto Brito Pereira	Professor	01/01/2014 a 31/12/2014
Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - **PROEXT**	Propor, executar e supervisionar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica; Estabelecer diretrizes de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão e extensão tecnológica; Promover a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa.	Prof. Dr. José Alberto Alves de Souza	Professor	01/01/2014 a Jun/2014
		Waldinete Conceição do Socorro Oliveira da Costa Rolim	Tecnologista Senior – Museu Goeldi (Cedida ao IFPA)	Jun/2014 a 31/12/2014
Pró-Reitoria de Administração - **PROAD**	Planejar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de administração, envolvendo a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contratual do Instituto, de maneira	Regina Glória Pinheiro de Oliveira	Economista	01/01/2014 a 31/12/2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	articulada com as demais Pró-Reitorias e com os Câmpus do Instituto Federal do Pará (IFPA)			
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional -**PRODIN**	Estatutariamente, a PRODIN possui, no art 20, a atribuição de planejar, superintender, coordenar, fomentar, avaliar e acompanhar as políticas de desenvolvimento do IFPA em estreita interação com os demais órgãos da Instituição.	Cláudio Alex Jorge da Rocha	Professor EBTT	01/01/2014 a 13/11/2014 e 17/12/2014 a 31/12/2014
		Luiz Cláudio Santos Matni	Engenheiro	14/11/2014 a 16/12/2014
Diretoria de Comunicação Social - **DCOM**	A DCOM é responsável por informar e viabilizar mecanismos comunicacionais para a comunidade interna e externa do IFPA; integralizar, afinar e apoiar as assessorias de comunicação dos Câmpus, respeitando suas particularidades.	Demethrius Pereira Lucena de Oliveira	Analista de Tecnologia da Informação	01/01/2014a 31/12/2014
Diretoria de Gestão de Pessoas **- DGP**	Planejar, Coordenar, Executar a Política de Gestão de Pessoas do IFPA, de forma sistêmica e integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional.	Elis da Silva Carvalho	Assistente em Administração	01/01/2014 a 04/05/2014
		David de Abreu Moura Junior	Administrador	05/05/2014 a 31/12/2014
Diretoria de Tecnologia da Informação - **DTI**	Prestar assessoramento técnico à Reitoria, Pró-Reitorias e Câmpus em questões diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão, de uma determinada área de interesse do IFPA, que requeira o domínio e ação especial do Instituto, responsabilizando-se pelo estabelecimento de princípios, diretrizes, planejamento e avaliação de projetos na área da Tecnologia da Informação implementados de forma integrada pelos Câmpus.	Paulo Henrique Gonçalves Bezerra		01/01/2014 a 31/12/2014
DIRETOR GERAL DE CÂMPUS				
Abaetetuba	I - propor ao Conselho Diretor do Câmpus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral; II - presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA; III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição; IV - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente; V - conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos; VI - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.	Valdinei Mendes da Silva	Professor EBTT	01/01/2014 a 05/06/2014 17/12/14 a 31/12/2014
		Jaime Perdigão Oliveira	Contador	06/06/2014 a 16/12/14
Altamira		Adelmar Alves de Aviz Junior	Professor de Informática	Jan a Mar de 2014
		Jorge Luiz Moraes Valente	Analista de TI	Abr a Dez 2014
Ananindeua		Walber Wolgrand Meneses Marques	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Avançado de Vigia		Solange Felicidade Marques Ferreira	Diretoria Geral	A partir de 20/06/2014 a 31/12/2014
Belém		Carmem Monteiro Fernandes	Cedida ao IFPA	01/01/2014 a 10/10/2014
		Ana Paula Palheta Santana	Professora EBTT	10/10/2014 a 31/12/2014
Bragança		Gerson Nazaré Cruz Moutinho	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Breves		Mário Médici Barbosa	Professor EBTT	03/02/14 a 31/12/2014
Cametá		Mary Lucy Mendes Guimarães	Professora EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Castanhal		Francisco Edinaldo Feitosa Araújo	Professor EBTT	01/01/2014 a 26/03/2014(P

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
				ort.235/2010) e 27/03/2014 a 31/12/2014 (Port.471/14)
Conceição do Araguaia	I - propor ao Conselho Diretor do Câmpus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral; II - presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA; III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição; IV - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente; V - conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos; VI - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.	Rubens Chaves Rodrigues	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Itaituba		João Lobo Peralta	Professor EBTT	01/01/2014 a 17/11/2014
Marabá Industrial		Augusto Sergio Moreira Cardoso	Professor EBTT	01/01/2014 a 27/03/2014
		Fábio Dias dos Santos	Administrador	27/03/2014 a 17/11/2014
		Maria Nildes Batista da Silva	Pedagoga	17/11/2014 a 31/12/2014
Marabá Rural		Samuel Carvalho de Aragão	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Óbidos		Fernando Emmi Correia	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Paragominas		Aldrin Mário da Silva Benjamin	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Parauapebas		Walter Soares Fernandes	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014
Santarém		Raphael de Miranda Rocha		
Tucuruí		Raimundo Nonato Sanches de Souza	Professor EBTT	01/01/2014 a 31/12/2014

Fonte: IFPA

1.4 Macroprocessos Finalísticos

- Os macroprocessos do IFPA alinham-se às grandes áreas de gestão que são:

Finalísticos:

- **Macroprocesso de Ensino;**
- **Macroprocesso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;**
- **Macroprocesso de Extensão.**

Apoio

- **Macroprocesso de Gestão Financeira e Administrativa;**
- **Macroprocesso de Desenvolvimento Institucional;**
- **Macroprocesso de Comunicação;**
- **Macroprocesso de Gestão de Pessoas;**
- **Macroprocesso de Tecnologia da Informação.**

- Os três primeiros enquadram-se como sendo de caráter finalístico e os cinco últimos de Apoio. Dentro deste contexto, destacaremos apenas os Macroprocessos Estratégicos para o desenvolvimento das atividades finalísticas do Instituto Federal do Pará - IFPA.

1.1.1 Macroprocessos de Ensino

O macroprocesso finalístico do Ensino é o de maior abrangência do IFPA e compreende a promoção da Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, integrando e verticalizando, de forma programática, a Educação Profissional com a Educação Básica e com a Superior. Neste sentido, os macroprocessos do Ensino, referentes às políticas educacionais de ensino, atuam na promoção de políticas de Educação Básica Profissionalizante que visam a ações de implementação, regulamentação e acompanhamento das ofertas regulares de cursos técnicos nas formas de ensino integrado ou subsequente, seja na modalidade de ensino presencial ou a distância, com articulação a programas como PROEJA, PROEJA FIC e e-TEC Brasil.

Da mesma forma, os macroprocessos atuam na verticalização do ensino profissionalizante na oferta de cursos regulares de Graduação de Engenharia e de Tecnologia; na coordenação e articulação com a administração e órgãos complementares, na formulação e implementação de políticas que possibilitem promover o ensino superior de Graduação em Licenciatura, por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão.

As políticas educacionais voltadas para a Educação Básica e a Superior e suas articulações são implementadas e realizadas levando-se em conta o arranjo regional e o cumprimento da legislação vigente do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, da Secretaria de Educação Superior – SESu, da Secretaria de Regulação da Educação Superior – SERES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, e o Regimento Interno deste Instituto.

- **No âmbito geral, o referido macroprocesso em 2014 se concentrou nas seguintes ações:**

  - Acompanhar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores junto aos Câmpus;
  - Participar e assessorar o processo de preenchimento dos formulários eletrônicos no sistema e-MEC dos cursos superiores do IFPA, para fins de reconhecimento ministerial;
  - Acompanhamento das atividades do ensino ligadas à formação de professores dos programas PROCAMPO, UAB, PARFOR, e-TEC Brasil, etc.;
  - Orientações e aplicações das diretrizes das políticas educacionais do Ministério da Educação (SESU, SETEC, INEP, CAPES) nos cursos de licenciatura do IFPA;
  - Acompanhamento e assessoramento da equipe de avaliação *in loco* do Ministério da Educação quando da avaliação institucional para fins de reconhecimento de cursos superiores;
  - Promoção de capacitação de servidores dos Câmpus para atuarem no ENADE 2014 em parceria com a PRODIN;
  - Enquadramentos dos cursos superiores e inscrição dos estudantes regulares para realização do ENADE 2014, bem como estudantes irregulares de anos anteriores, em parceria com PRODIN/PI;
  - Acompanhamento do processo regulatório do ato de recredenciamento do IFPA junto ao sistema e-MEC;
  - Acompanhamento das diligências do Ministério da Educação/SERES dos cursos superiores que tiveram processo do sistema e-MEC;
  - Atendimento de demandas da Ouvidoria da comunidade relativas a assuntos de ensino.
  - Acompanhamento e regularização do Censo da Educação Superior-Censup 2013;
  - Acompanhamento do ato regulatório de renovação de reconhecimento dos cursos superiores do IFPA nos diversos Câmpus;
  - Acompanhamento e assessoramento de protocolo de compromisso do IFPA com o Ministério da Educação para fins de ajuste de projetos pedagógicos de cursos superiores;

- Acompanhamento e assessoramento da regulação dos cursos ofertados pelo Programa PARFOR junto ao Conselho Superior – CONSUP, e no sistema e-MEC;
- Regulação dos cursos regulares técnicos integrados e subsequentes e de formação inicial e continuada ofertados nos Câmpus do IFPA;
- Apreciação e aprovação junto ao CONSUP dos Projetos Pedagógicos dos cursos de formação inicial e continuada – FIC, fomentados pelo programa Bolsa Formação – PRONATEC, ofertados nos Câmpus do IFPA;
- Orientação e assessoramento sistemático, quanto à correta elaboração de PPC, bem como quanto à devida instrução de abertura de processos para análise e aprovação pelo Conselho Superior;
- Emissão de pareceres técnico-pedagógicos pela Equipe Pedagógica da PROEN, que visem à adequada à interpretação da legislação educacional vigente e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem;
- Análise técnica de editais de processo seletivo para cursos técnicos com previsão de ingresso no 1º e 2º semestres de 2014;
- Organização e coordenação geral do processo de matrícula dos estudantes selecionados pelo Sistema Seleção Unificada – SISU 2014/1 e 2014/2;
- Registro e Expedição dos concluintes dos cursos superiores ofertados pelo IFPA Câmpus Belém por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, na modalidade de ensino a distância;
- Revisão da Instrução Normativa Nº 002/2013/PROEN de elaboração/atualização de projeto pedagógico de curso (PPC) no IFPA;
- Gestão de organização e implantação do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas – SIGAA, através de reuniões, elaboração de trabalhos e lançamento de dados acadêmicos ao novo sistema;
- Análise técnica do Edital de Processo de Seleção de Bolsistas para atuação no Programa e-TEC Brasil;
- Acompanhamento das condições de oferta dos cursos técnicos ofertados nos Câmpus do IFPA, bem como avaliações *in loco* do funcionamento dos mesmos;
- Assessoramento aos Câmpus quanto a coleta de dados e lançamento do Censo da Educação Básica 2014;
- Articulação interna e externa para ocorrência do I Encontro Estadual da Educação do Campo da Educação técnica e profissional da rede federal;
- Encontro de estudos temáticos da ressignificação agrícola na rede federal de educação técnica e profissional;
- Acompanhar os processos de regulação e registros acadêmicos dos cursos superiores de Licenciatura em Educação do Campo ofertados no IFPA;
- Orientação e assessoramento técnico-pedagógico às coordenações dos cursos superiores de Licenciatura em Educação do Campo ofertados no IFPA;
- Visitas de coordenadores de cursos dos cursos do programa e-TEC Brasil aos polos de apoio presencial para regularizar e finalizar dos cursos iniciados em 2011/2, e abertura de um canal de comunicação com os estudantes e colaboradores para informações sobre o andamento dos cursos;
- Participação em eventos de discussão de Educação do Campo: Oficina de elaboração de projeto da educação do campo na SUDAM; Fórum Paraense de Educação do Campo na Universidade do Estado do Pará/Telégrafo, Fórum Nacional de Educação do Campo dos IFs na Fundação Universa em Brasília, Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo, em Mosqueiro, Belém-PA;
- Expansão de turmas dos cursos técnicos subsequentes já ofertados pela Rede e-TEC Brasil (Aquicultura, Eventos, Informática, Metalurgia, Pesca e Saneamento) em novos pólos;
- Promoção de encontros com diretores de Câmpus e Prefeituras Municipais para a definição de novos polos de EaD em municípios estratégicos do estado Pará;

- Realização de convênio(s) com o Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN) para utilização colaborativa de recursos (material didático, pessoal etc.) daquela instituição para ofertas de cursos do PROFUNCIONÁRIO, oferta dos cursos técnicos em Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Multimeios Didáticos.

1.1.2 Macroprocessos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Os macroprocessos finalísticos da PROPPG são aqueles definidos no regimento e estatuto do IFPA, os quais são: **Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica**.

Pesquisa

O referido macroprocesso visa à promoção de pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em soluções inovadoras.

As ações de Pesquisa constituem um processo educativo para investigação e a produção de conhecimento, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Para o atingir o objetivo estratégico, em 2014 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Submissão de propostas para aquisição de quotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica financiadas por agências de fomento à pesquisa;
- Lançamento de editais para concessão de bolsas de iniciação científica à comunidade discente do IFPA;
- Acompanhamento de edital para apoio a projetos de pesquisa (compra de equipamentos e material de consumo);
- Lançamento de edital para apoio à publicação de artigos em periódicos;
- Lançamento de edital para apoio à participação em eventos científicos;
- Submissão de propostas de financiamento de projetos de pesquisa para agências de fomento;
- Realização do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA.

Pós-Graduação

Promover o ensino de Pós-Graduação e a qualificação dos servidores do IFPA. As atividades de Pós-Graduação têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com a pesquisa e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Para atingir o objetivo estratégico, em 2014 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Promoção de associações entre instituições de ensino, pesquisa e inovação na forma de convênios e cooperação técnico-científica e educacional, para o desenvolvimento de pesquisa em rede e Pós-Graduação.
- Incentivo à criação de cursos de Pós-Graduação.

Inovação Tecnológica

Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

Para atingir o objetivo estratégico, em 2014 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Criação da Política de Inovação do IFPA;
- Manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- Participação junto à Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR – Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, aprovado pela FINEP como encomenda transversal de infraestrutura para sua implantação e consolidação;
- Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA no Câmpus Castanhal para estreitar parceria com a Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC, sediada naquele Câmpus;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o IFPA e o MPEG, para a execução do curso de especialização em Gestão da Inovação com o intuito de capacitar profissionais dos NITS da Amazônia Oriental na área de Inovação Tecnológica;
- Participação junto à SECTI de ações que popularizem a produção científica e de inovação que são desenvolvidas no IFPA;
- Capacitação através de cursos de EAD de servidores em Inovação Tecnológica (IFPR/ UTFPR);
- Incentivo à Inovação Tecnológica.

Quadro 3: Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Descrição	Produtos e Serviços	Principais parceiros	Subunidades Responsáveis
Convênio para qualificação de servidores (mestrado / doutorado).	Servidores qualificados	UFPA	Pós-Graduação
Contrato de Ajuste de PI – Depósito de patente compartilhada	Patente compartilhada	UNICAMP	Inovação Tecnológica
Programas de bolsas de iniciação científica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC – EM e PIBITI).	Concessão de quota de bolsas de Iniciação Científica	CNPQ	Pesquisa
Programa Jovens Talentos para Ciência; PIQDTEC; DINTER UFERSA; V SICTI.	Financiamento através de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, para qualificação dos servidores e para organização do VI SICTI	CAPES	Pesquisa e Pós-Graduação
Acordo de Cooperação Técnico-Científico para execução do Curso de especialização em Gestão da Inovação.	Servidores qualificados	MPEG	Inovação tecnológica
Seminário VI SICTI; Curso de Especialização em Gestão Pública; Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares; Programas de Iniciação Científica de cada Câmpus.	Realização de Seminário; Implementação do Curso de Mestrado e Especialização; Programa de Iniciação Científica.	Diretorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação dos Câmpus do IFPA	Pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica
Parceria para Capacitação EAD de servidores em Inovação Tecnológica;	Capacitação de Servidores em Inovação Tecnológica: EAD	IFPR/ UTFPR	Inovação Tecnológica
Realização do VI SICTI; Bolsas de Iniciação Científica; Acordo de Cooperação Técnico Científico para execução do Curso de especialização em Gestão da Inovação.	Seminário, Bolsa de Iniciação Científica, Acordo de Cooperação para Curso de Especialização.	FAPESPA	Pesquisa e Inovação Tecnológica
Feira Estadual de Ciência e Tecnologia.	Transferência para a sociedade - Feira de Ciência	SECTI	Inovação Tecnológica
Negociações de parceria para Qualificação de Servidores do IFPA através de um Minter	Oferta de curso de mestrado em Educação Agrícola para 30 servidores do IFPA	UFRRJ	Pós-Graduação

Fonte: PROPPG/IFPA

1.1.3 Macroprocesso de Extensão

- Os macroprocessos finalísticos da PROEXT são aqueles definidos no regimento e estatuto do IFPA

Quadro 4: Macroprocessos Finalísticos – Extensão

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Fomentar a realização de projetos integrados de extensão comunitária e tecnológica em todos os Câmpus do IFPA.	Lançamento do edital Nº 01/2014, mas foi cancelado por orientação da SETEC/MEC tendo em visa que ainda não havia regulamentação para concessão de Bolsas no âmbito da Rede Federal.	Comunidade Interna e externa	Coordenações/ Diretorias de Extensão dos Câmpus
Programa de Extensão Universitária do MEC, via Secretaria de Ensino Superior que visa fomentar as ações de extensão das instituições de ensino superior.	O IFPA vem participando do Programa através da submissão de propostas de programas e projetos, atendendo às chamadas de editais específicos lançadas pelo MEC. Uma proposta foi aprovada em 2014, do Câmpus Conceição do Araguaia - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFPA.	Comunidade Interna e externa	Coordenações/ Diretorias de Extensão dos Câmpus
Planejar, organizar, implementar e avaliar programas, projetos e ações no âmbito das relações institucionais internacionais, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão.	Resolução CONSUP 074/2014 – Procedimentos para aproveitamento de estudos no Exterior; Resolução CONSUP 072/2014 – Critérios Excelência Estudantil.	Comunidade Interna – Servidores e Discentes do IFPA	CORI
Promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.	4 alunos selecionados em 2014, para os seguintes Cursos: Curso de Agronomia – Selecionado para Olds College (Canadá); Curso de Engenharia de Controle e Automação – Selecionado para Centennial College (Canadá); Curso de Engenharia de Controle e Automação – Selecionado para Lambton College (Canadá); Curso de Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas – Selecionado para Centennia College (Canadá)	Discentes do IFPA	CORI/Câmpus
Atender à Política da SETEC para a Rede Federal de internacionalização, foi criado o Comitê Gestor para Internacionalização do IFPA em 2012, envolvendo todas as Pró-Reitorias. O Comitê tem a responsabilidade de julgar todos os processos de cunho internacional da Instituição.	Assinados: O Memorando de Entendimento entre o College of the Rockies do Canadá e o IFPA; e Firmada a Carta de Intenção entre o Cégep de Sherbrooke de Quebec-Canadá e o IFPA, visando viabilizar o intercâmbio de discentes e servidores entre as partes. Foram realizadas 5 Missões Internacionais: a. Canadá – Duas missões, que renderam os Acordos de Cooperação com os Colleges daquele país. Realizadas em Fevereiro pelo Pró-Reitor de Extensão à época – Prof. José Alberto Alves, e Fevereiro a Abril pela Prof. Antonia Elizabete Romanovsky, Coordenadora Internacional; b. China – Missão que rendeu entendimentos iniciais com a Austrália, para envio de alunos através do Ciência Sem Fronteiras, e com os Estados Unidos que rendeu a seleção de estudantes do IFPA para representarem o Brasil no Global Young LEaDers Conference em 2015 (10 alunos foram selecionados). Realizada em Outubro pela Pró-Reitora de Extensão Waldinete Costa Rolim; c. Reino Unido – Missão realizada pelo Reitor do IFPA – Prof. Élio de Almeida Cordeiro, e o Assessor Executivo da Reitoria Prof. Marlon França, como parte do Shadowing Programme do Reino Unido, que rendeu entendimentos para vinda ao Brasil de Reitores daquele país para visita ao IFPA e estabelecimento de parcerias; d. Suriname – Realizada pelo Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-	Comunidade Externa e Interna	CORI

Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Graduação e Inovação, Prof. José Roberto Brito, visando Cooperação para reformulação dos currículos e capacitação do quadro do Polytecnic College (PTC), nas áreas da Engenharia Elétrica e Mecânica, Infraestrutura, Educação Superior Laboratorial, Tecnologia da Informação, Comunicações e Agronegócio Internacional. Criação do Centro de Idiomas do IFPA.		
A PROEXT iniciou em 2014, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria, o Programa de Estágio Remunerado, abrindo oportunidades na instituição para o recebimento de estudantes das mais diversas áreas do conhecimento.	Em 2014, foram atendidos 104 estudantes, divididos em todos os Câmpus do IFPA e os demais setores que compõem a Reitoria	Comunidade Interna e externa.	PROEXT/Câmpus
Política Institucional de Acompanhamento de Egressos.	Criação de Ferramenta online (software) que deverá ser utilizada para levantamento e acompanhamento do perfil do Egresso do IFPA.	Comunidade Interna	PROEXT
A PROEXT é responsável institucionalmente pelos trâmites de celebração dos acordos de cooperação entre o IFPA e os parceiros.	Contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para atuação como Agente de Integração de Estágio; Continuidade da Cooperação com a FUNABRE, para administração dos recursos provenientes do Termo de Cooperação Tripartite – IFPA, VALE e FUNABRE – visando à conclusão de 2 Cursos Técnicos em Canaã dos Carajás; Celebração de Termo de Cooperação coma Prefeitura Municipal de Ipixuna, para finalização de Curso Técnico do Câmpus Belém.	Comunidade Interna e Externa.	PROEXT/ Câmpus Belém/ Câmpus Marabá Industrial
Encontros de Extensão, visando à discussão das ações de extensão do IFPA	Três encontros foram realizados: Um com os Coordenadores/Diretores de Extensão, discutiu-se a política de extensão do IFPA, sendo finalizada a proposição da política da instituição, que está em fase de encaminhamento ao CONSUP; Dois Encontros com os Coordenadores do PRONATEC, visando adequar a gestão do programa às normas vigentes.	Comunidade Interna	PROEXT Setores de Extensão dos Câmpus
A Bolsa-Formação é uma ação no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que diz respeito à oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional.	Foram pactuadas 12.244 vagas, sendo que somente 6.773 matrículas foram confirmadas; Foram executados 103 cursos, divididos em 441 turmas em 54 municípios de estado.	estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, entre outros.	PROEXT/Câmpus

Fonte: PROEXT/IFPA

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal. Compete ao CONSUP: aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores Gerais dos *Câmpus*, em consonância com o estabelecido nos art.12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O órgão de assessoramento aos processos decisórios do Conselho Superior é o Colégio de Dirigentes e por sua natureza possui caráter consultivo. Compete ao CODIR: Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPA. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual; Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executiva Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna desta Instituição Federal de Ensino é vinculada ao Conselho Superior, conforme prevê o § 3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000.

A estrutura da Auditoria compõe-se de uma Coordenação-Geral sediada na Reitoria e equipe técnica junto à Coordenação-Geral e nos Câmpus de Castanhal, Tucuruí e Belém; sendo que as Unidades da AUDIN no Câmpus Belém e em Tucuruí foram instaladas em maio e agosto de 2014, respectivamente. Ao final do exercício de 2014, a força de trabalho tinha a seguinte composição:

Quadro 5: Força de Trabalho da AUDIN em 31/12/2014

SERVIDOR	CARGO/ FUNÇÃO	LOCAL DE LOTAÇÃO	PERÍODO DE EXERCÍCIO
Idemar Rodrigues Ferreira	Coordenador	Reitoria/Belém	02/01 a 31/12/2014
Rosalvo Alves Costa Junior	Auditor	Câmpus Castanhal	02/01 a 31/12/2014
Olga de Souza Fernandes	Economista	Câmpus Castanhal	02/01 a 31/12/2014
Aluísio Freire de Oliveira	Assist. Administ.	Reitoria/Belém	02/01/ a 31/12/2014
Samir Pinto Resque	Auditor	Câmpus Belém	05/05 a 31/12/2014
Wanaia Tomé de Nazaré Almeida	Auditora	Reitoria/Belém	28/10 a 31/12/2014
Bruno Rodrigues Cabral	Auditor	Câmpus Tucuruí	16/04 a 31/12/2014

Fonte: AUDIN/IFPA

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Periodicamente, os técnicos da Auditoria Interna se reúnem para reexaminar métodos e procedimentos, rever papéis de trabalho, avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos, e planejar novas ações em conformidade com o Plano Anual de Atividades.

Na primeira reunião do exercício, são definidas as equipes de trabalho que realizarão as atividades constantes do Plano Anual. Os auditores internos, independentemente da sua lotação, são escalados para os trabalhos, sendo que assumem a coordenação nas atividades realizadas no Câmpus de sua lotação. Os trabalhos são sempre orientados e supervisionados pelo Coordenador-Geral da Auditoria Interna.

No prédio da Reitoria, em Belém, está localizada a Coordenação composta (em 31/12/2014) pelo coordenador e por mais dois servidores, sendo um Auditor Interno e um Assistente em Administração. Estão lotados na Unidade Avançada da AUDIN no Câmpus Castanhal, um Auditor Interno e um Economista. Com a nomeação de dois novos auditores no exercício de 2014, foram instituídos dois Núcleos Avançados da Auditoria nos Câmpus Belém e em Tucuruí, com lotação de um Auditor em cada um destes.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

O cronograma de execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna em 2014 foi prejudicado por fatos alheios à governabilidade desta AUDIN ocorridos no primeiro semestre, devido à deflagração da greve dos servidores administrativos e docentes. Outro fator que que teve impacto na Auditoria foram as exonerações voluntárias de auditores lotados na Reitoria, e paralisação de atividades do Câmpus Altamira devido a intensas chuvas ocorridas no período previsto para realização dos trabalhos de campo. As exonerações afetaram também o programa de formação técnica dos novos auditores admitidos no terceiro trimestre de 2014; um dos quais admitido em setembro, solicitou exoneração em novembro de 2014.

Por conseguinte, das 10 (dez) auditorias de acompanhamento programadas para serem realizadas no decorrer de 2014, a Auditoria Interna realizou 4 (quatro), sendo elas nos Câmpus Belém, Tucuruí, Santarém e Castanhal, todas no segundo semestre devido à ocorrência da greve no primeiro semestre, conforme já mencionado, sintetizadas no quadro abaixo.

Quadro 6: Auditorias realizadas em 2014 - AUDIN

ÁREA/SETOR	ESCOPO EXAMINADO	RECURSOS HUMANOS
Câmpus Tucuruí - Período: 01/07 a 31/08/2014		
Controles da Gestão	• Mapeamento dos processos de trabalho do Câmpus. Trabalho coordenado pelo Auditor lotado no Câmpus, com a participação dos servidores e dirigentes dos respectivos setores, totalizando 430 homens/hora de trabalho • Áreas examinadas: Transportes; Almoxarifado, Patrimônio; Infraestrutura e Serviços Gerais	1 técnico
Câmpus Castanhal - Período: 01/04 a 31/12/2014		
Controles da Gestão	• Acompanhamento do Plano de Providências Interno (PPI); • Avaliação dos Controles Internos.	3 técnicos
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços.	• Auditoria de 04 (quatro) processos de dispensa e inexigibilidade e um de Ata de Adesão ao Sistema de Registro de Preços; • Auditoria de 02 (dois) processos de Ata de Adesão ao Registro de Preços, onde se verificou o acompanhamento da fiscalização e seus	

ÁREA/SETOR	ESCOPO EXAMINADO	RECURSOS HUMANOS
	respectivos pagamentos; • Apuração de Nepotismo na contratação de funcionários das terceirizadas e empreiteiras; • Auditoria de fiscalização de execução contratual; • Processos licitatórios: 04 (quatro) Regime Diferenciado de Contratação – RDC e um Pregão; • Inspeção física de execução das obras e serviços de engenharia e fiscalização dos pagamentos.	
Gestão Operacional	Auditoria dos processos pedagógicos aplicados ao ensino Superior e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	
Câmpus Santarém - Período: 02/01 a 31/12/2014		
Controles da Gestão	• Acompanhamento do Plano de Providências Interno (PPI); • Avaliação dos Controles Internos.	3técnicos
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	• Auditoria de 02 (dois) processos de dispensa de licitação, 04 (quatro) de adesão à Ata de Registro de preço e (02) dois de Pregão; • Auditoria de fiscalização de execução contratual de 04 (quatro) processos.	
Sustentabilidade	Avaliação da gestão de logística sustentável.	
Bens Móveis e Imóveis	• Avaliação dos controles internos administrativos; • Avaliação dos controles de utilização dos veículos.	
Gestão de Recursos Humanos	• Consistência dos Registros; • Consistência dos Registros no SISAC.	
Gestão Operacional	Controle do processo educativo aplicados no ensino	
Câmpus Belém - Período: 01/08 a 31/12/2014		
Controles da Gestão	• Acompanhamento do Plano de Providências Interno (PPI); • Avaliação dos Controles Internos.	3 técnicos
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	• Acompanhamento da fiscalização, pagamento e execução de serviços de manutenção predial, referente da adesão à Ata de Registro de preço nº 01/2013; • Auditoria de formalidade legal ao processo de adesão à ata de registro de preço; • Averiguação dos critérios de sustentabilidade ambiental nos processos licitatórios e de dispensa/inexigibilidade.	
Gestão de Pessoas	• Auditoria na consistência dos registros quanto à apresentação da declaração de bens e valores ou autorização de acesso à declaração do Imposto de Renda Pessoa Física; • Consistência dos registros no SISAC.	
Gestão Patrimonial	Auditoria de averiguação do inventário anual de 2013 de bens móveis e imóveis	
Gestão Operacional	Auditoria dos processos pedagógicos aplicados ao ensino Superior	

Fonte: AUDIN/IFPA

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Durante o exercício em referência, a Auditoria Interna atuou, de acordo com o Plano Anual de Atividades, nas áreas: Controles da Gestão; Gestões Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Pessoas e de Suprimento de Bens e Serviços, conforme sintetizamos abaixo:

Quadro 7: Trabalhos realizados e ações de capacitação - AUDIN

Relatório de Atividades	Área de Gestão	Ação/Recursos Auditados
01/AUDIN - Reitoria	Gestão de Desenvolvimento e de Capacitação - Curso Auditoria Governamental (carga horária de 40 horas), destinado a todos os integrantes da AUDIN/IFPA e de outras Instituições Federais de Ensino.	Capacitação dos servidores da AUDIN, prevista no item 7.2 do Anexo do PAINT 2014.
02/AUDIN - Reitoria	• Desenvolvimento e Capacitação • Auditorias iniciadas, interrompidas devido à greve dos técnico-administrativos e docentes, iniciada em final de março perdurando até final de junho. • Ações de controles internos administrativos; com priorização para controles de implementação das deliberações do TCU e de recomendações da CGU.	Capacitação dos servidores da AUDIN, prevista no item 7.2 do Anexo do PAINT 2014.
03/AUDIN – Câmpus Tucuruí	Controles da Gestão	Área auditada. Ações examinadas, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão de Desenvolvimento e Capacitação	Ação de capacitação do auditor lotado no Câmpus Tucuruí, conforme prevista no item 7.2 do Anexo do PAINT 2014.
06/AUDIN – Câmpus Belém	Controles da Gestão	Área auditada. Ações examinadas, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão Patrimonial/Bens Móveis	Área auditada. Processos de gestão examinados, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão de Pessoas	Área auditada. Assunto examinado, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	R$ 8.899.023,60
	Gestão Operacional	Área auditada. Processos de gestão examinados, sem aferição de valor financeiro.
04/AUDIN – Câmpus Castanhal	Controles da Gestão	Área auditada. Ações examinadas, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	R$ 18.414.992,73
	Gestão Operacional	Área auditada. Processos de gestão examinados, sem aferição de valor financeiro.
05/AUDIN – Câmpus Santarém	Controles da Gestão	Área auditada. Ações examinadas, sem aferição de valor financeiro.
	Gestão Patrimonial/Bens Móveis	Área examinada. Gestão examinada pela AUDIN; sem aferição de valor financeiro.
	Gestão de Pessoas	Não auditada.
	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	R$ 1.080.515,72
	Gestão Operacional	Área auditada. Processos de gestão examinados, sem aferição de valor financeiro.

Fonte: AUDIN/IFPA

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) previa a realização de auditorias em 10 (dez) Unidades Gestoras; mas, devido à greve dos servidores administrtivos e docentes inciada em fins de março que perdurou até final de junho, tornou-se necessário realinhar o PAINT, sendo reduzidas as auditorias em 5 (cinco) Unidades Gestoras: Reitoria (ainda não concluída) e nos Câmpus Belém, Castanhal, Santarém, e Tucuruí; mantidas as áreas de autuação inicialmente previstas: controles da gestão; gestão operacional; gestão de suprimento de bens e serviços; gestão patrimonial; gestão de pessoas; e gestão financeira.

Os trabalhos mais relevantes consistem nas auditorias de obras e serviços de engenharia; avaliação da gestão patrimonial; avaliação dos controles internos administrativos; avaliação dos mecanismos de controle da ação educativa e dos registros acadêmicos; e as ações de acompanhamento de atendimento das deliberações do Tribunal de Contas da União e das recomendações originadas da Controladoria Geral da União.

As principais recomendações expedidas pela Auditoria Interna em 2014 constam dos Relatórios de Acompanhamento da Gestão nos Câmpus Belém, Castanhal e Santarém. Ao entregar os Relatórios em janeiro de 2015 a Auditoria Interna anexou Plano de Providências Interno (PPI) para que o Dirigente máximo registre e restitua à AUDIN, contendo registro das medidas de implementação e prazos para a AUDIN possa proceder ao monitoramento. A Direção Geral do Câmpus Belém restituiu à AUDIN o PPI, enquanto que os Dirigentes máximos dos Câmpus Santarém e Castanhal ainda não apresentaram o Plano contendo as medidas que deverão adotar para atender a Auditoria Interna.

Quadro 8: Constatações relevantes e Providências adotadas

Câmpus Belém	
CONSTATAÇÃO RELEVANTE	**PROVIDÊNCIA ADOTADA PELA UNIDADE GESTORA**
Omissão por parte de servidores quanto à apresentação da Declaração de Bens e Valores ou falta da assinatura da Autorização de Acesso à Declaração.	• A Divisão de Pessoas do Câmpus Belém (DIPES) informou por meio do Memorando nº 94/2015 que esgotado o prazo para manifestação dos servidores no que se refere à apresentação da Declaração de Bens e Valores ou Autorização de Acesso à Declaração do Imposto de Renda, caso permaneça a situação de inadimplência, serão instaurados processos administrativos disciplinares conforme prevê a legislação. ◦ Prazo p/atendimento: 25 dias

Fragilidade dos controles primários na área da gestão patrimonial, devido à guarda inadequada de bens, registros e controles de uso dos bens imóveis, agravado pela ausência de realização do inventário anual de bens e a falta de ações de manutenção dos próprios da Entidade.	• A Direção Geral do Câmpus realizará a designação de servidor para realização de cadastro e operação no SPIUnet.
	  ◦ Prazo p/atendimento: 10 dias.
	• A Direção Geral do Câmpus solicitou à Reitoria do IFPA a liberação e funcionamento do Sistema SIG Patrimônio e a capacitação de servidores do Câmpus Belém.
	  ◦ Prazo: aguardando retorno da Reitoria do IFPA.
	• Conforme exposto pela Direção Geral do Câmpus, a Diretoria de Administração apresentou, por meio do Memo. nº 37/2015, o Relatório de Inventário do Câmpus Belém.
	• A Direção Geral do Câmpus informa que solicitou à Divisão Técnica de Obras, desde setembro de 2014, ações que dizem respeito à manutenção de prédios que formam o patrimônio do Câmpus Belém.
	  ◦ Prazo p/atendimento: 30 dias.
	• A Direção Geral do Câmpus se compromete a realizar a adequação do espaço físico munido de sistema de proteção e combate a incêndio e estrutura adequada para estocagem dos produtos em almoxarifado.
	  ◦ Prazo p/atendimento: 90 dias.

Fragilidade de controles internos primários referentes ao acompanhamento ao registro e acompanhamento da atividade docente, em especial quanto ao cumprimento da carga horária.	• A Administração do IFPA/Câmpus Belém se compromete a atender a recomendação adotando como providência a fiscalização permanente dos atos administrativos referentes ao controle do processo educativo. ◦ Prazo p/atendimento: imediato.
Câmpus Castanhal	
CONSTATAÇÃO RELEVANTE	**PROVIDÊNCIA ADOTADA PELA UNIDADE GESTORA**
Impropriedade na formalização dos pagamentos devido a ausência de juntada de documentações ao processo originário, ausência de relatórios de fiscalização e pagamentos sem a prévia consulta de regularidade fiscal.	A Direção Geral do Câmpus não restituiu à AUDIN o Plano de Providências Interno (PPI) que deverá conter as medidas que serão adotadas para atendimento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna.
Funcionários da empresa contratada realizando suas	

atividades laborais sem a utilização de equipamentos de segurança individual; Ausência de isolamento da obra, permitindo livre circulação de servidores em área de risco.	
Pagamentos de serviços de engenharia não executados efetivamente, ou inconsistência entre as medições dos serviços executados e as medições atestadas e efetivamente pagas.	
Fragilidades na fiscalização e atraso no cronograma executivo das obras, visto que as obras estão em fase de fundação e o prazo de vigência do contrato expira em dezembro de 2014.	
Oferta de cursos sem prévia aprovação do Plano Pedagógico e fragilidades nos processos gerenciais.	
Câmpus Santarém	
CONSTATAÇÃO RELEVANTE	**PROVIDÊNCIA ADOTADA PELA UNIDADE GESTORA**
Impropriedade caracterizada pela não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e serviços, com inobservância ao disposto na Lei nº 12.187, de 29.12.2009, na Instrução Normativa/SLTI-MP nº 1, de 19.01.2010, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, como disciplinado no Decreto nº 5.940/2006.	A Direção Geral do Câmpus não restituiu à AUDIN o Plano de Providências Interno (PPI) que deverá conter as medidas que serão adotadas para atendimento das recomendações expedidas pela Auditoria Interna.
Armazenagem de materiais permanentes, ausência de espaço físico adequado, fragilidade nos mecanismos de controles internos aplicáveis a gestão de bens em almoxarifado, e ausência de inventário anual.	

Fonte: AUDIN/IFPA

d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Em 2014, foram instituídas duas novas Unidades Avançadas da Auditoria Interna, além da existente no Câmpus Castanhal; uma no Câmpus Belém, outra no Câmpus Tucuruí. A Coordenação-Geral e equipe técnica baseadas na Reitoria, em Belém/Pará, ocupam duas salas contíguas, possuindo móveis e equipamentos adequados. As Unidades Avançadas em Castanhal e em Belém também estão instaladas em locais adequados e possui equipamentos compatíveis com a estrutura física e de recursos humanos. A Unidade Avançada no Câmpus Tucuruí não dispõe de sala própria. Com a redistribuição do único auditor, que fora admitido em abril de 2014, a Unidade da AUDIN está inativa, aguardando a nomeação de novo auditor.

Quadro 9: Comparativo da estrutura da AUDIN ao final do exercício 2013 e 2014

2013			**2014**		
Unidade	**Servidor**	**Cargo/Função**	**Unidade**	**Servidor**	**Cargo/Função**
Reitoria	1	Coordenador	Reitoria	1	Coordenador
	2	Auditores		1	Auditor
	1	Assist. Administ.		1	Assist. Administ.
Câmpus Castanhal	1	Auditor	Câmpus Castanhal	1	Auditor
	1	Economista		1	Economista
			Câmpus Tucuruí	1	Auditor
			Câmpus Belém	1	Auditor

Fonte: AUDIN/IFPA

O quadro acima demonstra que no final de 2013 a força de trabalho da AUDIN era composta de 6 (seis) servidores, sendo o Coordenador, 2 Auditores, uma Economista e um

Assistente em Administração. No final de 2014, a equipe da AUDIN contabilizava 7 (sete) servidores, dos quais, um Auditor estava afastado de suas atividades e teve seu pedido de redistribuição deferido e publicado no Diário Oficial da União em janeiro de 2015. Em conclusão, a efetiva força de trabalho quantitativa entre 2013 e 2014, era exatamente a mesma. Deve ser ressaltado que em janeiro de 2015 entrou em exercício um auditor que está lotado na AUDIN/Reitoria.

Com a expectativa de nomeação de auditores em 2014, a Coordenação-Geral da AUDIN envidou esforços no sentido de promover cursos de formação e de aperfeiçoamento em auditoria, conseguindo a realização de 2 (dois) cursos de auditoria governamental e mais outros eventos de treinamento. Entretanto, o aproveitamento foi parcial devido não ter havido todas as nomeações programadas e impactado, também, pelas exonerações voluntárias de dois auditores.

Enfim, podemos pontuar como ganhos referentes à estrutura da AUDIN, a implantação das duas Unidades Avançadas, uma no Câmpus Belém com lotação de um auditor, e outra no Câmpus Tucuruí que atualmente está sem auditor, devido à redistribuição e, até o presente momento, não foi nomeado outro auditor concursado; devendo ser ressaltado que o concurso público tem validade somente até o dia 13/03/2015.

e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

Verificamos que, além dos indicadores previstos no Acórdão TCU nº 2267/2005-Plenário, esta Entidade elabora determinados indicadores previstos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nas áreas de Pesquisa, cujo objetivo é promover a pesquisa científica e tecnológica; área de Pós-Graduação, objetiva promover o ensino de Pós-Graduação e a qualificação; área de Inovação Tecnológica, que tem como objetivo implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade; e Gestão de Pessoas, com os índices de titulação do corpo docente.

Entendemos satisfatória a apuração dos indicadores das áreas citadas acima, aderentes ao PDI e por apontarem a realidade, o que contribui para ações de planejamento, saneamento e soluções.

Entretanto, observa-se a ausência de elaboração de outros indicadores próprios, referentes ao desempenho das demais áreas de igual importância estratégica necessário à avaliação da governança e do desempenho administrativo e finalístico da Entidade.

2.3 Sistema de Correição

O IFPA não possui, até o momento, unidade de correição estruturada nem fisicamente nem de servidores exclusivos para esta atividade. Os processos para apuração de possíveis irregularidades seja de sindicância ou processo administrativo disciplinar estão sob a responsabilidade do gabinete da reitoria e dos gabinetes de direção geral dos Câmpus, ambos, ainda, não possuem base normativa que regulamente tal atividade.

As medidas de correição são tomadas à medida que a autoridade máxima expede portaria nomeando comissão de processo administrativo disciplinar ou sindicância para apurar as possíveis irregularidades.

Quanto ao atendimento da portaria CGU nº1.043, de 24 de julho de 2007, o IFPA encontra-se parcialmente em consonância, pois as comissões de apuração são externas ao IFPA e que disponibiliza os processos para registro no sistema CGU-PAD apenas após sua conclusão. No entanto, em dezembro de 2014, foi realizada pesquisa no diário oficial da união, de processos

instaurados no decorrer do ano, e posteriormente inseridos no sistema, conforme tabela abaixo:

Quadro10: Processos instituídos para apuração de possíveis irregularidades

Nº Processo	Tipo Processo
23051017133201348	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051018516201333	Rito Sumário (Lei 8.112/90)
23051016504201455	Sindicância
23051019013201466	Sindicância
23051011782201335	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051013779201437	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051006123201204	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051007111201451	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051013051201413	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23051008314201383	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
Frisamos que estes dados são somente de processos instaurados pelo Magnífico Reitor.	

Fonte: Gabinete/IFPA

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro11: Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar				X	

responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Análise crítica e comentários relevantes:

Há uma ampla compreensão, por parte da gestão, de que as ações do controle interno são fundamentais para a realização dos objetivos e metas previstos, bem como para a conformidade dos atos praticados. A principal fragilidade do sistema de controle está relacionada à ausência de mecanismos de avaliação de risco, fundamentalmente relacionados ao levantamento de diagnóstico, níveis e sistematização do processo de monitoramento de risco. Outro ponto que merece atenção da gestão, no sentido de aperfeiçoá-lo, está associado à tempestividade e acessibilidade das informações disseminadas às unidades internas. Destacam-se os avanços na implementação de novos módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG), o que vem proporcionando a melhoria dos processos de gestão.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: PRODIN/IFPA

Metodologia: Realizou-se um levantamento juntos as principais unidades estratégicas do IFPA, em seguida foi consolidado o quantitativo das informações e análise em um único formulários, de forma que o Pró-Reitor de Desenvolvimento tivesse uma visão geral das respectivas respostas. Onde este pode tirar suas próprias conclusões a partir da evidências apresentadas por cada unidade administrativa.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

GABINETE REITORIA

O Gabinete do IFPA possui como canais de acesso do cidadão a Ouvidoria e o e-SIC. A Ouvidoria foi implantada no IFPA em atendimento à lei nº 10.683/2003. Este canal tem como finalidade receber e encaminhar manifestações oriundas de diferentes canais de comunicação para os setores responsáveis, cobrando soluções e respondendo aos proponentes, o mais breve possível.

Além disso, também possui como atribuição propor soluções e oferecer recomendações às instâncias pedagógicas e administrativas, visando à melhoria dos serviços prestados com relação às manifestações recebidas.

Bem como realizar ações para apurar a procedência das reclamações e de denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade eventual de instauração de sindicâncias, de auditorias e de procedimentos administrativos pertinentes. Outras atribuições da Ouvidoria são: requisitar fundamentalmente e, exclusivamente, quando cabíveis, por meio formal, informações junto aos setores e às unidades da Instituição; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área e tratar as respostas de manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações.

Quadro12: Demandas encaminhadas a ouvidoria no ano de 2014

Tipo de demandas recebidas pela Ouvidoria	Total de demandas encaminhadas	Demandas atendidas	Demandas em acompanhamento	Demandas encerradas	Demandas encaminhadas à comissão de ética
Denúncias	66	45	8	5	8
Informações	85	77	1	6	1
Reclamações	200	175	7	15	3
Solicitações	34	32	1	1	0
Sugestões	5	5	0	0	0
Elogios	6	0	0	0	0
TOTAL	**396**	**334**	**17**	**27**	**12**

Fonte: Gabinete/IFPA

Gráfico 1: Tipo de Demandas recebidas pela Ouvidoria do IFPA em 2014

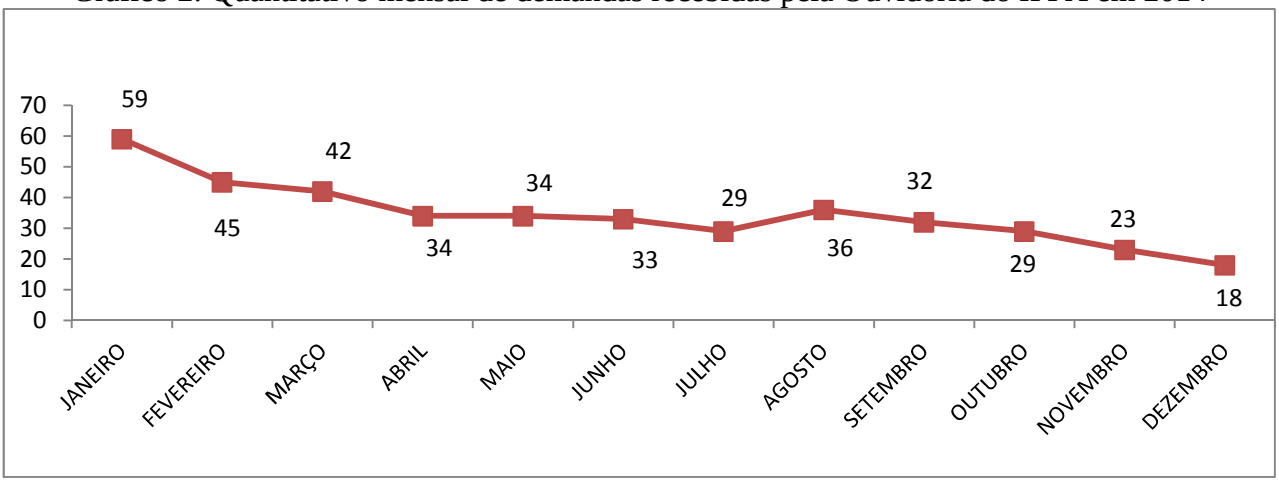
Fonte: Gabinete/IFPA

Quadro13: Quantitativo de demanda recebida pela Ouvidoria por mês

MÊS/2014	Quantitativo demandas recebidas pela Ouvidoria do IFPA
Janeiro	59
Fevereiro	45
Março	42
Abril	34
Maio	34
Junho	33
Julho	29
Agosto	36
Setembro	32
Outubro	29
Novembro	23
Dezembro	18

Fonte: Gabinete/IFPA

Gráfico 2: Quantitativo mensal de demandas recebidas pela Ouvidoria do IFPA em 2014



Fonte: Gabinete/IFPA

Análise das manifestações

As manifestações identificadas em forma de denúncias, informações, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, recebidos pelo serviço de Ouvidoria, são encaminhados às áreas de interesse do IFPA para conhecimento e adoção de providências cabíveis e devolvidas à Ouvidoria para análise e envio de resposta aos cidadãos.

A Ouvidoria do IFPA recebeu 396 demandas no ano de 2014, conforme tabela acima. As demandas estão especificadas pela categoria do assunto e registradas como demandas atendidas, demandas em acompanhamento, demandas encaminhadas à Comissão de Ética e demandas encerradas. O encerramento deve-se a dois fatores:1) quando ao demandante são solicitadas informações adicionais ou provas para melhor compreender a manifestação encaminhada, 2) e que, no prazo de 90 dias, não apresenta os dados solicitados. O encerramento da demanda é respaldado no Art. 12 do Regimento Interno da Ouvidoria.

O e-SIC foi implantado neste IFPA a partir de junho de 2014. A equipe e-SIC designada por meio da portaria nº 876/2014 tem procurado responder às solicitações no prazo mais curto possível, tendo como tempo médio de resposta 18,87 dias.

A demora em responder algumas solicitações se deu em virtude da falta de habilidade em operar o sistema, o que já foi resolvido. O gabinete da Reitoria tem oportunizado a equipe que opera o sistema e-SIC, a participação nos encontros da rede e-SIC, tendo sido o ultimo encontro realizado em novembro de 2014 em Brasília.

A tabela abaixo apresenta o número de recursos recebidos por e-mail pelo IFPA entre janeiro e dezembro de 2014.

Quadro14: Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação

Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	**Número de pedidos**	**Evolução mensal**
Junho/2014	5	-
Julho/2014	5	0%
Agosto/2014	5	0%
Setembro/2014	8	60%
Outubro/2014	14	75%
Novembro/2014	3	-78.57%
Dezembro/2014	7	133,33%
TOTAL:	47	
MÉDIA:	**3,92**	

Fonte: Gabinete/IFPA
Obs1: A média corresponde ao período de Jan a Dez/2014.
Obs2: O e-SIC foi implantado a partir de Jun/2014.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

O IFPA está estruturado como uma IES *multicâmpus*, o que requer um atendendo extensivo a sua abrangência geográfica. A PROEN estabelece uma relação de acesso e diálogo com a comunidade interna e externa, disponibilizando diversos canais para fins de atendimentos: orientações, informações, reclamações, denúncias, sugestões dentre outros. Podemos destacar como fluxo de acesso ao cidadão:

O site oficial do IFPA www.ifpa.edu.br apresenta as informações da PROEN e sua localização, onde ocorrem atendimento à demanda interna e externa como forma de interação e sinergia entre a IES e a comunidade. O funcionamento da PROEN acontece de segunda-feira à sexta-feira no horário comercial. Para contatos, esclarecimentos e dúvidas, está disponível do site o telefone geral da Reitoria, o telefone institucionais da PROEN e de suas coordenações, e-mail para contatos.

A Ouvidoria recebe as diversas demandas e faz os encaminhamentos à PROEN que presta atendimentos de dúvidas e solicitações com a máxima brevidade. O fluxo de atendimento ocorre na forma de e-mail ouvidoria@ifpa.edu.br, ou na forma de agendamento individual através do e-mail: agendamento.ouvidoria@ifpa.edu.br, atendidos no prédio da Reitoria/PROEN.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPG

Os canais de acesso à Pró-Reitoria são via e-mail, site e telefones da PROPPG e coordenações.

Como não existem dados gerenciais e/ou estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, não foi possível realizar possíveis alterações dos procedimentos adotados decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT

Os canais de acesso do cidadão a Pró-Reitoria de Extensão são:

- A Página Eletrônica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- Pró-Reitorias - Pró-Reitoria de extensão: http://http://proext.ifpa.edu.br/;
- A página eletrônica do Programa PRONATEC: http://www.PRONATEC.ifpa.edu.br/
- E-mail: proext@ifpa.edu.br

Quadro15: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão

Diretoria/Coordenação	E-mail	Telefone
Pró-Reitora	proext@ifpa.edu.br	3342-0669
Diretora de Extensão	direx@ifpa.edu.br	3342-0643
Coordenação de Projetos	Coor.projetos@ifpa.edu.br	3342-0622
Coordenação de Relações internacionais	internacional@ifpa.edu.br	3342-0642
Coordenação do Centro de Idiomas	centro.idiomas@ifpa.edu.br	3342-0642
Coordenação Geral PRONATEC	PRONATEC@ifpa.edu.br	3342-0574

FONTE: PROEXT/IFPA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

Os canais de acesso do cidadão com a Pró-Reitoria é realizado por meio do seu correio eletrônico e telefone.

- e-mail: prodin@ifpa.edu.br
- telefone: 3342-0637

Todos disponibilizados por meio da página principal do IFPA (http://www.ifpa.edu.br).

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

Os canais de acesso do cidadão com a DCOM são:

- Portal do IFPA: www.ifpa.edu.br
- Site: http://www.ifpa.edu.br/diretoria-de-comunicacao-social
- E-mail: comunicacao@ifpa.edu.br
- Telefone: 33420558
- **Redes Sociais:**
- https://www.facebook.com/IfpaReitoria
- http://issuu.com/dcomifpa
- https://plus.google.com/112531377217401769095/posts

O quantitativo de solicitações, esclarecimentos, reclamações, denúncias e sugestões para diretoria, entre os meses de agosto e dezembro de 2014, por e-mail e redes sociais, foi de 511 tópicos. Ainda não houve nenhum levantamento do quantitativo de atendimentos pelos outros canais de acesso que esta diretoria possui.

Quadro16: Tipo de demandas encaminhadas, por e-mail e redes sociais - DCOM

Tipo de Demanda	Total de demandas encaminhadas	Demandas atendidas	Demandas em acompanhamento	demandas encerradas	Demandas encaminhadas aos setores competentes
Denúncias	03	03	0	0	03
Informações	398	398	11	387	11
Reclamações	52	46	6	46	6
Solicitações	19	19	0	19	0
Sugestões	5	1	0	0	0
Elogios	34	0	0	0	0
TOTAL	**511**	**467**	**17**	**452**	**20**

Fonte: DCOM/IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS- DGP

Os canais de acesso do cidadão a esta diretoria de gestão de pessoas são:

A Página Eletrônica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará>Reitoria>Diretoria Sistêmica>DGP: http://dgp.ifpa.edu.br. Podemos também citar os endereços eletrônicos das coordenações e da diretoria de gestão de pessoas deste instituto, segue abaixo:

Quadro17: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão - DGP

DIRETORIA/COORDENAÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Diretoria de Gestão de Pessoas	dir.dgp@ifpa.edu.br	(91) 9913-2961 (91) 3342-0622
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	cggp.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0623
Coordenação Geral de Normas e Procedimentos Judiciais	cgnor.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0623
Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida	cgqv.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0633 (91) 9188-4265
Coordenação de Administração de Pessoal	cgap.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0621 (91) 99176-4984
Coordenação Geral de Treinamento e Desenvolvimento	cgtd@ifpa.edu.br	(91) 3342-0623
Setor de Pagamento	sepag.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0621
Setor de Cadastro e Movimentação de Pessoal	secam.dgp@ifpa.edu.br	(91) 3342-0620

Fonte: DGP/IFPA

O quantitativo de solicitações recebido por esta Diretoria de Gestão de Pessoas entre os meses de setembro e dezembro de 2014 foram em média 400 tópicos de conversação. Esclarecemos que no período de janeiro a agosto do ano de 2014 as solicitações eram recebidas através do e-mail: dgp@ifpa.edu.br, com isso não foi possível fazer a mensuração desse período.

ABAETETUBA

- **Site -** O site do IFPA Câmpus Abaetetuba é meio de informação e contato com seus públicos. Oferece informações sobre a história, missão da instituição, portfólio de Cursos, contatos, entre outras informações relevantes para a sociedade. Contudo, é necessário ampliar as relações de acesso às informações sobre as unidades do Câmpus.
- **Mídias Sociais -** O Câmpus Abaetetuba, como forma de se aproximar de seus públicos e atender solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc, criou contas nas mídias sociais:

facebook, twitter, blog, g+, youtube, wiki, entre outras. Sendo o facebook e twitter as ferramentas mais utilizadas pelo Câmpus para contato com seus públicos.

- **E-mail -** O serviço de comunicação através de mala direta é utilizado no Câmpus para comunicação interna, envio de comunicados, avisos, normativas, notícias do Câmpus, etc.
- **Mural de Avisos -** O Câmpus Abaetetuba dispõe de murais de aviso e mural dos aniversariantes do mês. Através desses espaços físicos de comunicação impressa são divulgados eventos, comunicados, avisos, informes etc.
- **Reuniões -** As reuniões periódicas com servidores, professores e técnicos administrativos das áreas administrativas, de ensino, coordenações de Cursos e Diretorias também são utilizadas para comunicar ações de gestão no site.
- **Formulários de contato no site -** permite que o cidadão entre em contato para solicitar informações, esclarecer dúvidas, encaminhar sugestões.
- **Eventos -** tanto os eventos institucionais quanto os realizados na Região, são oportunidades de divulgação da instituição que o Câmpus utiliza.

Para a melhoria dos serviços e adequação dos canais aos públicos alvos do Câmpus, se faz necessário o estudo de mercado para verificação dos públicos alvos e principais canais utilizados pelos públicos para que os canais do Câmpus sejam adequados às necessidades dos diversos públicos que utilizam os serviços do Câmpus, tais como: público interno (servidores, terceirizados, professores, alunos), público externo (comunidade do entorno, fornecedores, empresas parceiras, órgãos parceiros, escolas do município de Abaetetuba, entre outros). Bem como a elaboração de indicadores para avaliar os resultados da unidade, a partir dos objetivos estratégicos para o setor definidos no PDC do Câmpus, considerando as políticas de comunicação da instituição e plano de desenvolvimento institucional da unidade. A implantação de ouvidoria é necessária ao Câmpus.

Atualmente, o Serviço de Comunicação Social do IFPA Câmpus Abaetetuba realiza contato com seus públicos através do e-mail <ascom.abaetetuba@ifpa.edu.br>, mídias sociais e dispõe de link no site para a ouvidoria do IFPA. O IFPA Câmpus Abaetetuba realizou 15 atendimentos através de e-mail e atendimentos através do perfil na rede social facebook. A maioria dos contatos solicitou informações sobre processo seletivo. Houve contatos para saber sobre a certificação do IFPA pelo ENEM e através de outras modalidades. Também para solicitar informações sobre número de contato de setores do Câmpus Abaetetuba. Recebemos pedidos de informações sobre diplomação de Curso Superior de Programa do Câmpus e procedimento para registro em conselho de classe. Das pessoas que entraram em contato, cerca de 90% foram atendidas. Contudo, o Câmpus ainda não dispõe de instrumentos para medir a satisfação das pessoas em relação aos atendimentos. A capacitação dos servidores lotados no serviço de Comunicação em administração em redes sociais facilitaria a criação de grupos que mantém maior vínculo com a instituição, elaboração de planejamentos e relatórios e a maior adequação do serviço aos objetivos estratégicos da instituição, bem como, a criação de indicadores de desempenho.

- No momento, o Câmpus Abaetetuba não dispõe de registros de atendimentos anteriores.

BELÉM

O Câmpus Belém possui o serviço de Ouvidoria Geral, que está vinculado à Reitoria, que recebe e encaminha as manifestações para os setores responsáveis, cobrando soluções e respondendo aos proponentes, o mais breve possível. Pela natureza de seu trabalho, a Ouvidoria serve como instrumento de avaliação do funcionamento de serviços prestados pelo Instituto, mediando demandas propostas pelos usuários, sugerindo medidas que possam melhorar o desempenho institucional.

BRAGANÇA

A Política de relacionamento do Câmpus Bragança do IFPA com a Sociedade, visa disponibilizar alternativas ou canais de acesso às informações corretas e seguras sobre os produtos e

serviços públicos que são prestados pelo Câmpus Bragança do IFPA, assim como o recebimento de comunicação ou manifestação das demandas da sociedade, promovendo a divulgação, e garantir ao cidadão e cidadã, um de seus direitos básicos, que é o de obter informações corretas e seguras sobre os serviços públicos disponíveis. Inicialmente, o atendimento presencial deve facilitar o acesso do cidadão e cidadã às devidas informações. Desta forma, o Câmpus Bragança disponibiliza à sociedade, formas de acesso à informação sobre a Instituição, objetivando facilitar com maior agilidade o atendimento. O Câmpus Bragança, em consonância com o princípio da transparência, disponibiliza à sociedade, acesso presencial por meio de órgão Protocolo Geral para acesso de qualquer cidadão ou cidadã protocolando solicitação de informações, reclamações, denúncias, sugestões, etc. cujo documento formalizado ou registrado gera um número de protocolo pelo SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos) que servirá para acompanhamento ou tramitação. Outras formas disponíveis para o atendimento são: via telefone (0XX91) (091)8447-5992, e via e-mail: dg.braganca@ifpa.edu.br; No sítio eletrônico do Câmpus Bragança (www.braganca.ifpa.edu.br) ou Reitoria (www.ifpa.edu.br), estão disponíveis nas respectivas páginas iniciais, o link "CONTATO", no qual se encontram relacionados números de telefone e/ou, os endereços eletrônicos dos órgãos da estrutura de gestão. O serviço de OUVIDORIA disponível à sociedade pode ser acessado pelo Sítio da Reitoria (Ouvidoria Geral), que mantêm uma integração colaborativa com todos os Câmpus, na qualificação e uniformização de mecanismos, fluxos e procedimentos, tendo como horizonte as práticas de atendimento ao cidadão. O atendimento é feito no prédio da Reitoria, localizado à Av. João Paulo II, s/n, CEP: 68.645-240, entre passagem Mariano e Passagem Coração de Jesus, Bairro Castanheira, Belém-Pará, ou por meio dos e-mails: ouvidoria@ifpa.edu.br e agendamento.ouvidoria@ifpa.edu.br, de segunda a sexta, de 8h às 12h; de 14h às 18h pela Ouvidora Geral: Prof. Maria do Perpétuo Socorro Dias Pastana.

BREVES

Visando atingir uma parcela maior da sociedade civil para a qual presta serviços e melhor projetar a instituição em 2014, o IFPA-Câmpus Breves divulgou as suas ações por meio de canais de comunicação (site, imprensa, rádios, etc.), participou de reuniões e eventos promovidos por órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado, bem como participou de reuniões periódicas internas com seus servidores, buscando comunicar as ações desenvolvidas pela instituição.

CAMETÁ

Está em fase de projeto o canal de comunicação mais amplo com a comunidade de forma que será dada a oportunidade para ouvir as demandas, reclamações, críticas, denúncias e sugestões sobre o funcionamento das atividades desenvolvidas neste Câmpus (Ensino e Administrativo), embora neste Câmpus não haja ainda este canal, os usuários podem utilizar outros meios como por exemplo, Diretoria Geral do Câmpus, a Ouvidoria que funciona na reitoria ou assessoria de comunicação da reitoria do IFPA.

Outro canal de acesso do cidadão é a página do Câmpus Cametá no site do IFPA que publica e informa todas as suas atividades e atos administrativos através de memorando, ofícios, portarias, atas, etc.

CASTANHAL

A Política de relacionamento do IFPA-Câmpus Castanhal com a Sociedade visa disponibilizar alternativas ou canais de acesso às informações corretas e seguras sobre os produtos e serviços públicos que são prestados pelo IFPA-Câmpus Castanhal, assim como o recebimento de comunicação ou manifestação da das demandas da sociedade, promovendo a divulgação, e garantir ao cidadão e cidadã, um de seus direitos básicos, que é o de obter informações corretas e seguras sobre os serviços públicos disponíveis. Inicialmente, o atendimento presencial deve facilitar o acesso do cidadão e cidadã às devidas informações. Desta forma, o Câmpus Castanhal disponibiliza à sociedade, formas de acesso à informação sobre a Instituição, objetivando facilitar com maior

agilidade o atendimento. O Câmpus Castanhal em consonância com o princípio da transparência, disponibiliza à sociedade, acesso presencial por meio de órgão Protocolo Geral para acesso de qualquer cidadão ou cidadã protocolando solicitação de informações, reclamações, denúncias, sugestões, etc. e, cujo documento formalizado ou registrado gerando um número de protocolo pelo SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos) que servirá para acompanhamento ou tramitação. Outras formas disponíveis para o atendimento são: via telefone (091) 3412-1600, e via e-mail: dg.castanhal@ifpa.edu.br; No sítio eletrônico do Câmpus Castanhal (www.castanhal.ifpa.edu.br) ou Reitoria (www.ifpa.edu.br), estão disponíveis nas respectivas páginas iniciais, o link "CONTATO", no qual encontra-se relacionado números de telefone e, ou, os endereços eletrônicos dos órgãos da estrutura de gestão. O serviço de OUVIDORIA disponível à sociedade pode ser acessado pelo Sitio da Reitoria (Ouvidoria Geral), que mantêm uma integração colaborativa com todos os Câmpus, na qualificação e uniformização de mecanismos, fluxos e procedimentos, tendo como horizonte as práticas de atendimento ao cidadão. O atendimento é feito no prédio da Reitoria, localizado na Av. João Paulo II, s/n, CEP: 66.645-240, entre passagem Mariano e Passagem Coração de Jesus, Bairro Castanheira, Belém-Pará, ou por meio dos e-mails: ouvidoria@ifpa.edu.br e agendamento.ouvidoria@ifpa.edu.br, de segunda a sexta, de 8h às 12h; de 14h às 18h pela Ouvidora Geral: Prof. Maria do Perpétuo Socorro Dias Pastana.

ITAITUBA

Até o momento só foi instituída a ouvidoria que atende de maneira geral a todos os Câmpus, sendo, portanto, importante o estabelecimento de uma política institucionais para esse fim, tendo como sugestão a institucionalização da ASCOM/IFPA/CÂMPUS ITAITUBA.

MARABÁ INDUSTRIAL

Os principais canais de acesso do cidadão referente a informações relacionadas às atividades desenvolvidas no Câmpus estão disponibilizados através do sítio eletrônico http://industrialmaraba.ifpa.edu.br, onde poderá ser obtido informações:

- Notícias sobre as atividades que estão acontecendo ou ocorrerá no Câmpus;
- Lista de Contatos dos Setores;
- Cursos ofertados;
- Acesso aos Sistemas Gerenciais pelos servidores;
- Consulta do acervo bibliográfico;
- Consulta de processos e documentos;
- Utilização do Sistema de Controle Acadêmico;
- Contato através do e-mail para atender diretamente o cidadão, através do link *fale conosco*;
- Intranet.

MARABÁ RURAL

- **Site -** O site do IFPA Câmpus Rural de Marabá é meio de informação e contato com seus públicos. Oferece informações sobre a história, missão da instituição, diretores, atividades da instituição, portfólio de Cursos, contatos, entre outras informações relevantes para a sociedade. Contudo, é necessário melhorar a informações sobre as unidades do Câmpus.
- **E-mail -** O serviço de comunicação através de mala direta é utilizado no Câmpus para comunicação interna, envio de comunicados, avisos, normativas, notícias do Câmpus, etc.
- **Mural de Avisos -** O Câmpus Rural de Marabá dispõe de murais de aviso e mural dos aniversariantes do mês. Através desses espaços físicos de comunicação impressa são divulgados eventos, comunicados, avisos, informes etc.
- **Reuniões -** As reuniões periódicas com servidores, professores e técnicos administrativos das áreas administrativas, de ensino, coordenações de Cursos e Diretorias também são utilizadas para comunicar ações de gestão no site.

- **Formulários de contato no site** - permite que o cidadão entre em contato para solicitar informações, realizar suas inscrições em seleções e concursos e até mesmo esclarecer dúvidas, encaminhar sugestões.
- **Eventos -** tanto os eventos institucionais quanto os realizados na Região, são oportunidades de divulgação da instituição que o Câmpus utiliza.

SANTARÉM

O Câmpus Santarém, em consonância com o princípio da transparência, oferece à sociedade diversas formas de acesso à instituição, com o objetivo de facilitar a comunidade interna e externa o encaminhamento de suas demandas e manifestações, permitindo assim, maior agilidade no atendimento.

Podemos, inicialmente, mencionar os atendimentos realizados via telefone e e-mail, canais de interação entre os servidores da Instituição e a comunidade de forma geral. No sítio eletrônico do Câmpus e da Reitoria, é possível encontrar, nas respectivas páginas iniciais, link identificado com a expressão "CONTATO", no qual são elencados os números de telefone e/ou os endereços eletrônicos dos setores de toda a estrutura de gestão.

Acessando a instituição por essas duas formas (e-mail e telefone), o cidadão é direcionado quanto à questão que apresenta; podendo, em algumas situações, acontecer de esse primeiro relacionamento se configurar como um pré-atendimento, uma vez que, a depender do assunto, o cidadão poderá ser orientado a formalizar sua demanda/manifestação, utilizando-se de outras formas de acesso.

De forma mais específica, o Câmpus Santarém apresenta dois outros meios de acesso ao cidadão:

- **Serviços de Protocolo**: É possível a qualquer cidadão protocolizar solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc. e, assim, o documento que apresenta diretamente ao Câmpus é registrado e, consequentemente, formalizado através de um número de protocolo gerado pelo SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos); a partir disso, é dada a tramitação adequada e necessária aos setores/servidores competentes, até que seja dado o atendimento, decisão ou informação requeridos.
- **Serviços de Ouvidoria:** Apesar do Câmpus Santarém não dispor de serviços de Ouvidoria, esse serviço pode ser utilizado através da Ouvidoria Geral da Reitoria que prega uma integração colaborativa com todos os Câmpus, na qualificação e uniformização de mecanismos, fluxos e procedimentos, tendo como horizonte as práticas de atendimento ao cidadão. A Ouvidoria recebe e encaminha manifestações oriundas de diferentes canais de comunicação para os setores responsáveis, cobrando soluções e respondendo aos proponentes, o mais breve possível. Pela natureza de seu trabalho, a Ouvidoria serve como instrumento de avaliação do funcionamento de serviços prestados pelo Instituto, mediando demandas propostas pelos usuários, sugerindo medidas que possam melhorar o desempenho institucional. O atendimento é feito no prédio da Reitoria, Av. João Paulo II, s/n, CEP:66.645-240; entre passagem Mariano e Passagem Coração de Jesus bairro Castanheira Belém-Pará e através dos e-mails: ouvidoria@ifpa.edu.br e agendamento.ouvidoria@ifpa.edu.br de segunda a sexta, de 8h às 12h; de 14h às 18h pela Ouvidora Geral: Prof. Maria do Perpétuo Socorro Dias Pastana.

TUCURUI

Este item era atendido, no antigo portal de notícias do IFPA, através de um link "fale conosco" que era utilizado para diversos tipos de solicitações do cidadão, além de um campo onde qualquer pessoa poderia se cadastrar para receber e-mail com notícias do IFPA. Com a mudança do portal, realizado pela Reitoria, por recomendação do MEC, no segundo semestre de 2014, essas ferramentas não foram disponibilizadas, mas já solicitamos que a Reitoria instalasse os componentes novamente para podermos reimplantar esse canal de comunicação com o cidadão, que atualmente está sendo estabelecido por redes sociais, como o *facebook*, por meio de nossa página

(facebook\ifpatucurui). Além disso, a Reitoria possui um canal de comunicação com o cidadão que é a Ouvidoria, criada em 2014, com o objetivo de receber as críticas, sugestões ou denúncias sobre possíveis desconformidades em qualquer Câmpus do IFPA e na Reitoria. O Câmpus possui ainda um site www.tucurui.ifpa.edu.br que está inserido na página do IFPA, através do qual é possível o cidadão acessar as informações sobre o Câmpus.

VIGIA

- **Site** - O site do Câmpus Avançado Vigia constitui um meio de informação e contato com o público, fornecendo informações sobre a história, missão da instituição, portfólio de cursos, contatos, entre outras informações relevantes para a sociedade.
- **E-mail** - O serviço de comunicação através de mala direta é utilizado no *Câmpus* para comunicação interna, envio de comunicados, avisos, normativas, notícias, etc.
- **Mural de Avisos** - O Câmpus Avançado Vigia dispõe de murais de aviso, através dos quais são divulgados eventos, comunicados, avisos, informes, etc. de interesse da comunidade acadêmica.
- **Reuniões** - As reuniões periódicas com servidores, professores e técnicos administrativos das áreas administrativas, de ensino, coordenações de cursos e diretorias também são utilizadas para comunicar ações de gestão no site.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

A PROEN vem fazendo atendimento pelo Canal de Acesso e pelo Serviço de Informação ao Cidadão SIC, disponível no site institucional disponíveis na boa prestação e atendimento a sociedade. É disponibilizado em seu site oficial www.ifpa.edu.br ícones com canais aberto sobre a estrutura organizacional, documentos institucional, organização dos representação dos membros do CODIR e CONSUP, atas de reuniões, como resoluções e aprovações.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPG

A carta de serviços da PROPPG está disponível em seu site na internet: http://proppg.ifpa.edu.br/. Nela é possível verificar todos os serviços prestados pela PROPPG aos nossos clientes (servidores e discentes do IFPA), como por exemplo: criação e consulta de grupos de pesquisa certificados pela PROPPG/IFPA, consulta aos editais vigentes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, do Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa, do Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, do Programa de Apoio à Publicação de Artigos Científicos e do Programa Institucional de Qualificação, consulta a informações sobre propriedade intelectual e inovação, link para o Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA, além de notícias sobre editais abertos de fomento à pesquisa em agências financiadoras.

ITAITUBA

O IFPA/Câmpus Itaituba ainda não possui a Carta de Serviços ao Cidadão, no entanto, no ano de 2014, passou a distribuir fôlderes que descrevem a organização institucional, os serviços ofertados pelo Câmpus e os meios de acesso eletrônicos disponíveis à comunidade. Tais fôlderes foram distribuídos em eventos de grande escala promovidos no município e no auditório do Câmpus, tendo como exemplo as Consultas Públicas e os eventos científicos. Em período de Processo Seletivo as Comissões realizam a divulgação da Instituição, seus cursos e quais os meios

de acesso aos seus serviços, nas escolas, nos meios de comunicação, nas empresas, realizam carreatas e também divulgam amplamente no sítio do Câmpus.

VIGIA

A Carta de Serviços ao Cidadão ainda não foi elaborada e, consequentemente divulgada conforme estabelece a legislação em vigor. Porém, muitas das informações que deverão fazer parte dessa Carta já são disponíveis em outros documentos do *Câmpus* como, por exemplo, em editais de processos seletivos dos cursos nos quais são relacionados: a) o serviço oferecido; b) os requisitos, documentos e informações necessárias para acessar esse serviço; c) as principais etapas; d)a forma de prestação do serviço; e d) os locais e formas de acessar o serviço.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

Norteados nos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior –SINAES, a PROEN realiza através da comissão própria de avaliação - CPA anualmente sua pesquisa de auto-avaliação institucional externa, sobre a forma de preenchimento de questionário e sob a forma de sugestões. Seus resultados observados são apresentados na forma de relatório para tratamento das ações da gestão institucional.

ITAITUBA

Internamente, está instituída a CPA, através da Portaria nº043/2014/ITB/GAB. Para a comunidade externa ainda não foi instituído um mecanismo para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes referentes aos produtos e/ou serviços resultantes da atuação do Câmpus Itaituba, a experiência inicial desse fim ocorreu com a realização de consulta pública, nos anos de 2011 e 2013 com fins de obter a opinião da comunidade para a feitura do PDI. Nos referidos eventos a comunidade pode manifestar sua opinião acerca dos serviços oferecidos pelo IFPA/Câmpus Itaituba e também pode propor metas para o desenvolvimento e maior integração da Instituição junto à sociedade.

MARABÁ INDUSTRIAL

Para constatar os níveis de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação desta unidade jurisdicionada é disponibilizada um canal de atendimento “Fale conosco”, além de enquetes.

TUCURUI

No antigo portal, também possuíamos um link para um formulário de avaliação própria, solicitado pela CPA (Comissão Própria de Avaliação do Câmpus Tucuruí), e neste, todos os servidores ou discentes podiam realizar avaliação dos serviços prestados no Câmpus. Já foi solicitada a implantação, no novo portal, do componente que gerenciava tais formulários no antigo portal. Poderemos viabilizar um componente para realizar essas avaliações constantemente, além de criar uma área no site para demonstrar os resultados.

VIGIA

O Câmpus Avançado Vigia ainda não dispõe de instrumentos para medir a satisfação dos serviços pelo público, porém, o principal serviço prestado ao público deste *Câmpus* é a ministração de cursos.

Geralmente após a conclusão dos Componentes Curriculares os professores distribuem um formulário de avaliação aos alunos para identificar a sua satisfação quanto ao aprendizado dos conteúdos ministrados.

É importante ressaltar também que no início de cada curso técnico subsequente é feito um diagnóstico da realidade local pelos alunos junto às comunidades, empresas públicas e privadas para identificar novos conteúdos, a serem (re)adequados na Matriz Curricular dos seus respectivos cursos.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

A PROEN disponibiliza no site oficial www.ifpa.edu.br sua funcionalidade através do seu organograma, sua equipe gestora, endereços eletrônicos e telefones. O site apresenta canais abertos com acesso a informações de dados, forma de ingressos, Editais de Processo Seletivo, SISU/ENEM, documentos aprovados pelo CONSUP e CONDIR, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, Relatório de Auto-avaliação, Relatório de Gestão dentre outros.

Além das informações sobre equipe gestora o site http://proen.ifpa.edu.br/ disponibiliza os programas, eventos e publicações de interesse público relacionado ao ensino.

Figura 1: Captura de tela do site da PROEN/IFPA.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPG

As informações referentes à atuação da PROPPG que contribuem para a transparência da gestão estão todas disponibilizadas em seu sítio na rede mundial de computadores: http://proppg.ifpa.edu.br/.

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

O acesso às informações da Pró-Reitoria é realizado por meio do site (http://prodin.ifpa.edu.br), e mediante solicitação. Outra forma de divulgar as ações é por meio de reuniões e palestras que são realizadas nos Câmpus, para apresentação e divulgação do PDI 2014-2018, que pode ser acessado pelo sítio da instituição (http://www.ifpa.edu.br/2013-10-27-00-11-6).

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

O acesso às informações da DCOM é realizado por meio do site (http:// ifpa.edu.br), Redes Sociais e mediante solicitação. Outra forma de divulgar as ações é por meio de reuniões e atendimento ao público para prestar esclarecimentos e divulgação de conteúdos.

Quadro18: Demonstrativos dos canais de acesso do cidadão

Diretoria/Coordenação	Descrição	Canal/Endereço
Diretoria de Comunicação Social	Canal de divulgação de ações de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Extensão.	http://www.ifpa.edu.br/
	Canal de notícias de ações de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Extensão.	http://www.ifpa.edu.br/ultimas-noticias
	Canais de divulgação de ações de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Extensão. E relacionamento com clientes.	✓https://www.facebook.com/IfpaReitoria ✓http://issuu.com/dcomifpa
	Canal de divulgação de documentos institucionais para acesso público.	http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais
	Canais de atendimento ao público	✓(91) 3342-0558 ✓comunicação@ifpa.edu.br

Fonte: DCOM/IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS- DGP

As informações referentes à atuação da Gestão de Pessoas no âmbito da Reitoria é contribuir para a transparência dos serviços relativos, a movimentação, cadastro, pagamentos e orientações jurídicas, auxiliando os servidores ativos, aposentados e pensionistas desta Instituição. E disponibilizadas em seu sítio na rede mundial de computadores: http://dgp.ifpa.edu.br/.

ABAETETUBA

No site do Câmpus Abaetetuba, consta no corpo do site, lado direito, banner com link para o portal da transparência, < http://www.transparencia.gov.br>, resoluções do CONSUP, < http://www.sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>.

Na seção download do site, encontramos pastas de portarias, manuais e procedimentos, Editais, avisos e formulários, http://abaetetuba.ifpa.edu.br.

ANANINDEUA

Acesso às informações do Câmpus podem ser realizados pelo site institucional (ananindeua.ifpa.edu.br), bem como em nossa página no *facebook* (https://www.facebook\pages/IFPA-Ananindeua). No site do Câmpus consta todo o histórico do Câmpus, bem como toda as informações relacionadas as atividades administrativas e de Câmpus no ano de 2014, com o objetivo de divulgar as principais notícias do Câmpus, bem como do IFPA, para toda a comunidade acadêmica do Câmpus e também para a comunidade externa.

BRAGANÇA

O Câmpus Bragança disponibiliza acessos às principais informações ao cidadão ou cidadã por meio do sitio institucional www.braganca.ifpa.edu.br ou pelo sítio da Reitoria "www.ifpa.edu.br", em cujas páginas são encontrados o link "acesso à informação" com informações institucionais e organizacionais, programas, ações, projetos e atividades implementadas, relatórios de auditorias interna, despesas empenhadas por elemento, diárias pagas à servidores, licitações e contratos, ouvidoria, resoluções, pautas e atas: CONSUP e CODIR.

BREVES

A principal forma de comunicação do Câmpus Breves se dá através do site www.breves.ifpa.edu.br onde são disponibilizadas as informações institucionais e organizacionais

CASTANHAL

O Câmpus Castanhal disponibiliza acessos às principais informações ao cidadão ou cidadã por meio do sitio institucional www.castanhal.ifpa.edu.br ou pelo o sitio da Reitoria "www.ifpa.edu.br", em cujas páginas são encontrados o link "acesso à informação" com informações institucionais e organizacionais, programas, ações, projetos e atividades implementadas, relatórios de auditorias interna, despesas empenhadas por elemento, diárias pagas à servidores, licitações e contratos, ouvidoria, resoluções, pautas e atas: CONSUP e CODIR.

MARABÁ INDUSTRIAL

O acesso a informações do Câmpus Marabá Industrial está disponível na rede mundial de computadores através do endereço eletrônico http://industrialmaraba.ifpa.edu.br/, onde é informada as atividades acadêmicas bem como administrativas.

MARABÁ RURAL

No site do Câmpus Rural de Marabá consta no corpo do site, lado direito, banner com link para o portal da transparência http://ruralmaraba.ifpa.edu.br/

Na seção transparência, o usuário encontrará todas as informações do Câmpus, denotando a clareza das execuções do trabalho realizado. http://ruralmaraba.ifpa.edu.br/transparência.

SANTARÉM

A principal forma de acesso ás informações de Câmpus é através do sítio institucional www.santarem.ifpa.edu.br/que em sua página de apresentação contém o link denominado ACESSO À INFORMAÇÃO onde são disponibilizadas as informações institucionais e organizacionais, programas, ações, projetos e atividades implementadas, relatórios de auditorias interna, despesas empenhadas por elemento, diárias pagas à servidores, licitações e contratos, ouvidoria, resoluções, pautas e atas: CONSUP e CODIR. Todas informações mencionadas anteriormente também podem ser requeridas no próprio Câmpus através do serviço de protocolo, que será respondido ao requerente nos prazos estipulados em legislação.

TUCURUI

O acesso às informações do Câmpus podem ser realizados pelo site institucional tucurui.ifpa.edu.br, bem como em nossa página no *facebook* (facebook\ifpaTucurui). No ano de 2014, também foi reativado o Jornal Institucional *Energia News*, para divulgar as principais notícias do Câmpus, bem como do IFPA, para toda a comunidade acadêmica do Câmpus e também para a comunidade externa. Esse jornal também fica disponível no site do Câmpus Tucuruí para consulta ou download. A Diretoria de Comunicação e Informação da Reitoria, geralmente, retira do jornal da unidade as notícias mais importantes para publicação no jornal da Reitoria.

Em 2014, a Assessoria de Comunicação do Câmpus (ASCOM) elaborou um projeto para implantação de sistema de publicação de notícias *indoor*, por meio de televisores distribuídos nos espaços de convivência do Câmpus, como corredores, sala de professores, refeitório, portaria, etc. para divulgação das principais notícias do IFPA, assim como informar sobre os eventos que estarão acontecendo. Todos os equipamentos já foram comprados em 2014, estando em fase de instalação dos mesmos.

A ASCOM também elaborou um fôlder institucional, através do qual informa um breve histórico do Câmpus, os cursos ofertados e também o ilustra com fotos dos espaços da unidade, como laboratórios, sala de aula, auditório, etc. com o objetivo de entregá-lo aos cidadãos que vêm conhecer o IFPA ou que vêm em busca de algum serviço.

Vale ressaltar que nas avaliações realizadas pelos servidores em 2010, 2011 e 2012, a comunicação da unidade foi mal avaliada. O principal motivo era que não havia servidores suficientes e nem Função Gratificada para a criação da ASCOM. No primeiro semestre de 2014, mesmo com uma equipe diminuta, a ASCOM começou a funcionar e tem desenvolvido um excelente trabalho.

VIGIA

A principal forma de comunicação do *Câmpus* Avançado Vigia se dá através do *site* www.vigia.ifpa.edu.br/ onde são disponibilizadas as informações institucionais e organizacionais.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

A PROEN vem promovendo melhoria contínua na prestação de serviço no atendimento ao cliente. São instrumentos do sistema de avaliação do desempenho ao ensino: o Relatório da Comissão Própria de Auto avaliação - CPA. O Relatório da AUDIN quanto às demandas geradas pela Ouvidoria à PROEN com facilidade e brevidade no atendimento.

ABATETETUBA

O Serviço de Comunicação Social do IFPA Câmpus Abaetetuba tem a missão de promover o Câmpus, divulgar as produções científicas institucionais e estabelecer o relacionamento com a sociedade através de canais de comunicação, projetos e ações de responsabilidade social e ambiental, com compromisso ético, responsabilidade e compromisso social, transparência, qualidade e eficiência. Considerando a capacidade do IFPA em atender as demandas sociais e o princípio do foco no cidadão e na sociedade, no comprometimento da Instituição para com a comunidade e a Região, bem como os objetivos estratégicos do Serviço de Comunicação Social do Câmpus de ampliar os públicos para os quais presta serviços, e promover a marca da instituição, em 2014. Além das ações de infraestrutura para promover a melhoria da Comunicação no Câmpus, o Serviço de comunicação Social do Câmpus, em 2014, divulgou ações do Câmpus nos canais de comunicação, através de notas informativas e imagens. Apoiou eventos tradicionais no município de Abaetetuba, sem fins lucrativos com ações sociais, além de eventos institucionais como cerimônias de formatura de Cursos e Programas do IFPA e Plano de Comunicação do evento científico I Abaetec, executado com apoio da Comissão do Evento e alunos do Câmpus.

No tocante ao relacionamento com a comunidade, considerando o compromisso com o desenvolvimento local e regional e o objetivo 17 do PDI, de desenvolver o *marketing* e *endomarketing*, através de "cooperação com entidades sem fins lucrativos e com o evidente fim de beneficiar a comunidade com programação cidadã". O serviço de comunicação social do Câmpus Abaetetuba realizou parcerias para apoiar eventos tradicionais do Município de cunho cultural, social, ambiental e religioso, tais como o Projeto Amazônia 2014, O Miriti Festival, a Feira do Artesanato do Miriti no Círio de Nazaré, os Cordões Juninos de Abaetetuba, Ação Preventiva na Escola Basílio de Carvalho, além dos eventos institucionais, como formaturas de Cursos do PRONATEC no auditório do Câmpus Abaetetuba, em Igarapé-Miri, aula inaugural do e-TEC, aula inaugural do PRONATEC, Formatura do Curso Superior em Educação no Campo, colaboração em formatura dos Cursos Técnicos de Meio Ambiente, informática, Edificações e apoio ao evento científico I Abaetec do IFPA Câmpus Abaetetuba.

O relacionamento com a sociedade e a divulgação das informações do Câmpus foram mantidos através de publicação das informações no site, divulgação de nota no *facebook* e envio de informações aos servidores via mala direta.

As ações do serviço de comunicação social do Câmpus Abaetetuba foram desenvolvidas em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

MARABÁ INDUSTRIAL

As avaliações e sugestões das atividades desenvolvidas neste Câmpus podem ser enviadas via e-mail, através de contato telefônico ou depósito de avaliação ou sugestão na Caixa de Sugestão.

MARABÁ RURAL

O Serviço de Comunicação Social do IFPA Câmpus Rural de Marabá tem a missão de promover o Câmpus, divulgar as produções científicas institucionais e estabelecer o relacionamento com a sociedade através de canais de comunicação, projetos e ações de responsabilidade social e ambiental, com compromisso ético, responsabilidade e compromisso social, transparência, qualidade e eficiência. Considerando que no Câmpus ainda não tem um profissional da área, a direção tem buscado colaboradores do seu quadro para desenvolver esta importante atividade.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

O documento que estabelece os parâmetros e critérios técnicos para certificar a acessibilidade é a Norma Brasileira NBR 9050/2004 – *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, emitida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. No que concerne aos requisitos para garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a Diretoria de Infraestrutura - DINF tem buscado cumprir a regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, aprovadas pelo Decreto nº 5.296/2004.

De forma sintética, registrarmos que muitas adequações foram feitas nos prédios do IFPA cujas construções se deram anteriores às Leis, bem como a garantia de concepção de novos projetos arquitetônicos compatíveis com as necessidades das pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, mental ou múltipla) ou mobilidade reduzida.

Um exemplo disso se dá na garantia das dimensões mínimas nas áreas de circulação para pessoas em cadeiras de rodas, elevadores para deslocamento entre pavimentos, deslocamento concomitante com um transeunte. Plataformas elevatórias em bibliotecas, previsibilidade de vagas de estacionamento para cadeirantes, facilidades de transposição de obstáculos, rebaixamento de calçadas e passeios com largura compatíveis para movimentação e manobras, passarelas cobertas que interligam blocos.

Em alguns Câmpus, existem projetos com previsão de instalação de piso tátil de alerta e direcional, auditório com rampas acessíveis e corrimão direcional, banheiros exclusivos com barras de segurança, desníveis reduzidos segundo a Norma.

Sabemos que ainda há muito que fazer, mas acreditamos que em pouco tempo já teremos implementado a grande maioria das exigências e direitos estabelecidos na Lei 10.098/2000, Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

ABATETETUBA

O Câmpus de Abaetetuba não está totalmente adequado à lei. No entanto, dispõe de banheiros para PNE, rampeamento e elevadores no bloco pedagógico (Engenheira Civil – Sandra Rodrigues – DINF/IFPA).

BRAGANÇA

Em atendimento ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis à realidade local, infere-se que o Câmpus Bragança ainda vem executando a aplicação de tais legislações, à medida que estão sendo executadas as novas construções e reformas prediais.

BREVES

A estrutura física utilizada pelo Câmpus de Breves, nas instalações do imóvel alugado de particular, apresenta acessibilidade para cadeirantes.

CAMETÁ

O Câmpus Cametá/IFPA está sendo construído com acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida e estará implementando acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

CASTANHAL

Em atendimento ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis à realidade local, infere-se que o Câmpus Castanhal ainda vem executando a aplicação de tais legislações, à medida que estão sendo executadas as novas construções e reformas prediais. O Câmpus Castanhal fora construído no ano de 1971, portanto se trata de construções antigas, as quais não estão enquadradas à legislação atual. Na medida do possível, considerando a disponibilidade orçamentária, se vem adequando à legislação pertinente.

MARABÁ INDUSTRIAL

Devido ao pouco tempo de gestão pró-tempore – 01 de abril a 14 de novembro de 2014 – não houve tempo hábil para concluirmos nenhuma ação com essa finalidade, em andamento estava a elaboração do projeto do Bloco C.

MARABÁ RURAL

As normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, não se teve o cuidado de aplicá-las neste Câmpus que é um campo novo com projetos ainda em andamento, e o que se tem buscado é, na medida do possível, adequar os locais de acordo com a legislação vigente de acessibilidade.

SANTARÉM

Em atendimento à Legislação em vigor o Câmpus Santarém tem sua infraestrutura organizada para atender pessoas portadores de necessidades especiais, constituído de rampas, elevador e banheiros apropriados, inclusive com acesso à cadeirantes.

TUCURUÍ

Ações estão se desenvolvendo no eixo arquitetônico, adequando e/ou construindo estrutura física do Câmpus Tucuruí do IFPA, tornando acessíveis os espaços da instituição para pessoas que apresentam condições de deficiência motora e/ou visual, em suas reformas e construções de aplicação de seus espaços físicos.

VIGIA

A estrutura física utilizada pelo *Câmpus* Avançado Vigia, nas instalações de propriedade da Prefeitura Municipal, apresenta acessibilidade para cadeirantes.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

O Estado do Pará, no contexto nacional, se destaca pelo potencial de recursos naturais (hídricos, minerais e agroflorestais) dentre os quais se destacam as jazidas de minério de ferro, a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, Araguaia-Tocantins, e o próprio Bioma Amazônico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Estado do Pará possui área de 1.247.954,666 km2, com 144 municípios, uma população estimada, em 2013, de 7.969.654 pessoas. Neste cenário, insere-se o IPFA, com a missão de ofertar Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação à sociedade paraense, respeitando a diversidade cultural, formando profissionais que atendam às demandas dos agentes econômicos (Governos, Empresas, Profissionais Liberais, Produtores rurais, além da Classe Trabalhadora Urbana e do Campo), e ao desenvolvimento local impulsionado pelas grandes obras de infraestrutura, como as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí, e aos grandes empreendimentos como ALBRAS, ALUNORTE, VALE DO RIO DOCE, e AGROPALMA, conhecidos mundialmente.

Desta forma, os setores de mineração, pesca, agropecuária, agroindústria, comércio, serviços e as atividades extrativistas se apresentam como oportunidade para a inserção dos educandos da instituição no mercado de trabalho, e nesse contexto, o IFPA objetiva alcançar o cidadão residente no mais longínquo espaço territorial deste Estado.

Para tanto, o IFPA expande-se em *Câmpus* localizados em municípios estratégicos por todo o Pará, fomentando a educação básica, técnica e tecnológica a partir de uma Rede atualmente composta por 18 Câmpus, os quais possuem gestão autônoma, e 27 Polos e 34 Unidades Remotas vinculadas àqueles, num total de 79 Unidades Estratégicas, com o objetivo de concretizar não apenas o que lhes é determinado por Lei, mas acima de tudo, de promover um ensino de qualidade para a sociedade paraense e se consolidar como referência na região.

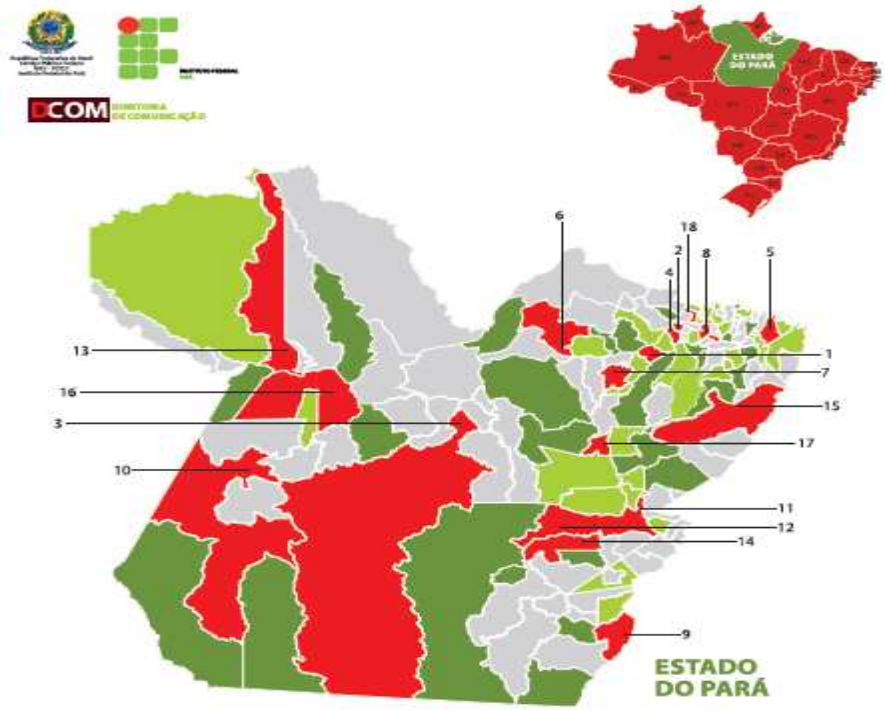


Figura 2: Área de abrangência do IFPA
Fonte: DCOM/IFPA

Quadro19: Área de Abrangência do IFPA

CÂMPUS					
01	ABAETETUBA	07	CAMETÁ	13	ÓBIDOS
02	ANANINDEUA	08	CASTANHAL	14	PARAUAPEBAS
03	ALTAMIRA	09	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	15	PARAGOMINAS
04	BELÉM	10	ITAITUBA	16	SANTARÉM
05	BRAGANÇA	11	INDUSTRIAL MARABÁ	17	TUCURUI
06	BREVES	12	RURALMARABÁ	18	VIGIA DE NAZARÉ
POLOS					
19	BUJARU	28	MONTE ALEGRE	37	SALVARETTA
20	CANAÃ DOS CARAJAS	29	MOJU	38	SANTA MARIA DO PARÁ
21	CAPANEMA	30	MUANÁ	39	SANTANA DO ARAGUAIA
22	CAPITÃO POÇO	31	NOVO PROGRESSO	40	SÃO FELIX DO XINGU
23	GOIANÉSIA DO PARÁ	32	PACAJÁ	41	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
24	GURUPÁ	33	PORTEL	42	TUCUMÃ
25	IPIXUNA DO PARÁ	34	REDENÇÃO	43	TAILÂNDIA
26	JACAREACANGA	35	RONDON DOPARÁ	44	TOME-AÇU
27	JURITI	36	SALINOPOLIS	45	URUARÁ
UNIDADES REMOTAS					
46	ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA	58	IGARAPÉ-MIRI	70	PONTA DE PEDRAS
47	ACARÁ	59	IRITUIA	71	SANTA ISABEL DO PARÁ
48	ACARAJÁ GRANDE	60	ITUPIRANGA	72	SANTA LUZIA DO PARÁ
49	AUGUSTO CORREIA	61	JACUNDÁ	73	SÃO CAETANO DE ODIVELAS
50	BARCARENA	62	MÃE DO RIO	74	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
51	BELTERRA	63	MARAPANIM	75	SÃO JOÃO DE PIRABAS
52	BENEVIDES	64	MARUTUBA	76	TAMATEUA
53	BREU BRANCO	65	MOCAJUBA	77	TERRA ALTA
54	CURRALINHO	66	NOVA IPIXUNA	78	VISEU
55	CURUÇÁ	67	NOVO REPARTIMENTO	79	XINGUARA
56	FLORESTA DO ARAGUAIA	68	ORIXIMINÁ		
57	IGARAPÉ-AÇU	69	OURÉM		

Fonte :DCOM/IFPA

Sob o comando estratégico da REITORIA (GAB/REI, Pró-Reitoras de Ensino- PROEN; Pesquisa e Extensão- PROEXT; Inovação e Pós-Graduação – PROPPG), os *Câmpus* e seus respectivos Polos e Unidades Remotas disponibilizam à sociedade cursos técnicos de nível médio, graduação, formação inicial e continuada e pós-graduação de acordo com a demanda social local, observada a vocação econômica, social e cultural do território de atuação de cada uma das 79 Unidades Organizacionais, onde são oferecidos os seguintes produtos/serviços:

- Cursos Técnicos subsequentes ao Ensino Médio como Edificações, Informática, Aquicultura, Saneamento, Rede de Comutadores, Pesca, Aquicultura, Mineração, Mecânica, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho;
- Cursos de Bacharelado, Licenciatura e Tecnologias (Agronomia, Aquicultura, Biologia, Computação, Pedagogia, Saneamento Ambiental, entre outros);
- Cursos de Pós-Graduação (Especialização e Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares);
- Cursos ofertados por Programas do Governo Federal, (Programa Mulheres Mil; PRONATEC; PARFOR e E-TEC/Brasil, PROFUNCIONÁRIO, FIC, EJA) e resultantes de parcerias com outras instituições como Rede NAMOR e Governo do Estado.
- Atividades e eventos científicos, tecnológicos e de inovação, proteção da Propriedade Intelectual de criações, licenciamentos e transferências de tecnologias;
- Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais;

- Ações de integração Instituto-comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;

Existem instituições privadas que também ofertam cursos profissionalizantes e de tecnologias similares aos ofertados pelo IFPA, como a UNIFESPA, CETMA, Microlins, ETEEPA, CDC, UNOPAR, UNIDERP, FAEL e UNIURB. SOTER, CTP, CETMA e SENAI. Esses cursos, no entanto, não têm a mesma estrutura didático-pedagógica dos ofertados pelos *Câmpus*, que são subsequentes e de caráter mais abrangente, como o de Recursos Pesqueiros que oferece um maior leque de formação para os egressos. Esses aspectos se caracterizam como Pontos Fortes da instituição em relação ao ambiente externo, o que contribui para o conceito de referência em se tratando de ensino técnico e tecnológico que os Institutos Federais desfrutam perante a sociedade.

Quanto às Instituições públicas que ofertam alguns cursos superiores similares aos ofertados pelos Câmpus, como UEPA e UFPA, existe em andamento discussões entre o IFPA (a exemplo como ocorre na área de atuação do Câmpus Tucuruí) e aquelas instituições, para criação de um Fórum das Instituições de Ensino Superior com o objetivo, dentre outros, de integração das atuações institucionais visando ao incremento dos índices de eficiência, eficácia e efetividade e das ações de impacto, através da concentração de esforços em áreas especificas, evitando-se principalmente a concorrência entre si através da oferta de cursos similares.

Mas é importante ressaltar que para uma a organização aumentar sua competitividade, torna-se necessária a busca contínua pelo aperfeiçoamento dos seus produtos e serviços, procurando adaptar sua estrutura organizacional à realidade em que esteja inserida, caracterizada por constantes transformações que podem representar ameaças ou oportunidades.

Quanto ao objetivo estratégico de ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica à sociedade, ao se falar em oportunidades oferecidas pelo ambiente externo, o IFPA atendeu a determinação do Governo Federal em qualificar a população através da oferta de cursos na modalidade a distância, bem como aumenta seu rol de ações educacionais através de cursos como PRONATEC, PROCAMPO entre outros. Nessa direção, também caminha o processo de expansão dos Institutos Federais: primeiro foi dado prioridade a municípios com mais de 50 mil habitantes, em microrregiões onde não existiam escolas da rede federal e no interior do Brasil. Segundo, teve-se a preocupação de atender municípios com elevado percentual de extrema pobreza. Terceiro, focou-se em um grupo de municípios que têm mais de 80 mil habitantes, mas, nos quais, a prefeitura, muitas vezes, arrecada pouco e tem muita dificuldade de investir em educação (Café com a Presidenta, 2011). Tais ações vieram ao encontro dos anseios, por exemplo, tanto das regiões com melhor infraestrutura de acesso viário, como se pode observar nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Pará, como nas regiões de maior dificuldade de acesso como a região da Transamazônica e Xingu e a região do delta do Amazonas, nas proximidades do município de Breves, onde se verifica uma navegação extremamente difícil, pela enorme quantidade de ilhas e canais, o que a faz ser conhecida entre os navegantes e moradores locais como região de “mil canais” ou “mil furos”.

Não obstante o processo de expansão do acesso à educação já mencionada, observa-se como ameaça oriunda do ambiente externo a constatação de que em algumas regiões o mercado não se encontra suficientemente estruturado para absorver a mão de obra oriunda dos cursos ministrados pelos *Câmpus*, o que obriga os seus egressos a migrarem para outros municípios ou estados da região, que apresentam um maior nível de desenvolvimento, ainda que os cursos estejam voltados para o desenvolvimento do potencial local ou regional. Nesse sentido, algumas ações estão sendo desenvolvidas pelos *Câmpus* no sentido de estabelecer parcerias com os governos municipais para o fomento de atividades que impulsionem a vocação natural da região, visando, dentre outros objetivos, à ampliação da oferta de trabalho à sociedade local e, por consequência, aos egressos da Instituição.

5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento das Unidades do IFPA

A previsão constitucional do IFPA de prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de *accountability* do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os órgãos públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação. Nesse contexto, deve ser processo natural os administradores públicos prestarem conta de sua gestão aos diversos atores nela interessados, conforme consta na Portaria TCU N.º 175 de 9 de julho de 2013.

Considerando ainda a portaria supracitada no parágrafo anterior, a boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade dos procedimentos adotados com a lei, mas também a eficácia, eficiência e efetividade das ações, cabendo, por conseguinte, a prestação de contas evidenciar, sob tais aspectos, a gestão realizada.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, criado pela Lei n° 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, teve suas ações basicamente voltadas a assegurar as condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, canalizou seus esforços em dar continuidade ao processo de reestruturação e manutenção dos Câmpus. Atualmente, o Instituto está expandindo suas ações no Estado para outras 5 cidades como: Paragominas, Cametá, Parauapebas, Óbidos e Vigia, além de iniciar as ações de estruturação dos procedimentos administrativos, em detrimento do processo de intervenção do Ministério da Educação iniciado em julho de 2012. Para que isso ocorresse, buscou-se, juntamente com os Câmpus, planejar as reais necessidades e identificar os principais gargalos para o funcionamento dos mesmos a fim de alocar de forma eficiente os recursos disponíveis e para prospectar novos recursos. Após esse levantamento das necessidades e gargalos, foram elencadas as prioridades de cada Câmpus, as quais serviram de base para constituição de ações.

Durante o ano de 2014, basicamente trabalhou-se na execução das ações a partir de definições das unidades executoras em conjunto com a comunidade acadêmica e setores. Essas necessidades relacionam-se à infraestrutura para as atividades finalísticas e meio. Nesse sentido, foram elencadas prioridades na Reitoria e nos *Câmpus*, e, a partir delas, autorizada a execução. Neste contexto, foram definidas as ações a serem implementadas nos respectivos setores.

A tomada de decisão se deu geralmente em processo democrático a partir das demandas levantadas pelos setores envolvidos no processo. Deve-se ressaltar que a grande maioria dessas demandas oriundas do dia-a-dia nos *Câmpus*, principalmente no que tange aos gastos com despesas de custeio, sem um planejamento detalhado de médio e longo prazo, apesar de as ações macros estarem em evidência no PDI.

A estrutura do planejamento do Instituto Federal do Pará é formada por 3 (três) componentes: Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Trabalho Anual (PTA), este último, utilizado em algumas unidades.

O IFPA elabora o seu planejamento com base em ações de programas pré-estabelecidos pelo Governo Federal, em consonância com o Plano Plurianual do Governo Federal. Dentre as ações previstas no PPA 2012-2015, destacam-se:

- Ação 20RJ;
- Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica (Programa 2030 -Educação Básica);
- Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Programa 2031 – Educação Profissional e Tecnológica);
- Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica(Programa 2031-Educação Profissional e Tecnológica);
- Ação 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica

(Programa 2031-Educação Profissional e Tecnológica);

- Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica (Programa 2031-Educação Profissional e Tecnológica).

Os planejamentos de nível tático e estratégico do IFPA são contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. Elaborado para um período de 5 (cinco) anos, o PDI é um modelo de planejamento específico da área da educação, uma ferramenta de gestão que retrata a identidade da instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático-pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura.

Com a finalização da vigência do PDI 2009-2013, o IFPA vem conduzindo o processo de construção coletiva do PDI 2014-2018, instrumento de gestão direcionador do futuro do Instituto para os próximos 05 (cinco) anos, tendo como parâmetros norteadores: a legislação vigente, a Missão Institucional, o futuro do Mundo do Trabalho e as demandas da sociedade.

A vinculação do PDI do IFPA com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal se dá através dos Programas e Ações de Governo, cujo demonstrativo da Execução dos Programas de Governo no exercício de 2014, sob a responsabilidade do IFPA, serão demonstrados neste relatório.

Portanto, o instrumento que norteia as ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará é o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, frente às necessidades e potencialidade das suas unidades e região de abrangência. Neste contexto, destacam-se como objetivos:

5.1.1 ÁREA: GABINETE DO REITOR

5.1.1.1 Objetivo Estratégico

- **Em 2014, os principais objetivos estratégicos do Gabinete da Reitoria foram:**
- Implantar a Lei de Acesso à Informação.
- Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA.

5.1.1.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.1.2.1 Estratégias Adotadas

- Para consecução dos objetivos estratégicos foram definidas as seguintes metas:
  - **Objetivo 1:**
  - Implantar o e-Sic no âmbito do IFPA.
  - Implantar a transparência da LAI nos Câmpus.
  - Capacitar os servidores para uso da LAI.

  - **Objetivo 2:**
  - Efetivar a implantação das comissões e subcomissões (quando for o caso) da CPPD, CIS e Comissão de Ética.
  - Implantar as ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores.
  - Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua.

5.1.1.2.2 Avaliação de Risco

É importante frisar que o Instituto Federal do Pará está em fase de reestruturação e expansão, o que gera constantes demandas não previstas no planejamento prévio das ações. Aspecto relevante refere-se às limitações internas do Instituto como um todo.

Fator não menos importante está relacionado à forte readequação de pessoal e mobilidade dos mesmos no âmbito do Instituto, o que acaba gerando demora e entraves na concepção e execução de ações específicas para atender as atividades macros. As limitações referem-se à restrição de pessoal, infraestrutura física e funcional, pois o Instituto encontra-se em um processo de intervenção do Ministério da Educação desde julho de 2012.

5.1.1.3 Revisão de Macroprocessos Internos

Não houve ocorrência.

5.1.1.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

No ano de 2014, houve mudança na equipe do Gabinete da Reitoria, com a entrada de três novos servidores. Sendo assim, o espaço foi readequado para que os novos servidores pudessem desempenhar suas atividades de maneira satisfatória. Foram, então, disponibilizadas estações de trabalho, armários e computadores para o Gabinete. Com a chegada dos novos servidores, além das atribuições inerentes aos seus cargos, algumas atividades pendentes, em virtude da falta de servidores para desempenhá-las, puderam ser finalizadas e outras iniciadas. Bem como algumas atividades que necessitam de monitoramento contínuo puderam ser implantadas.

5.1.1.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.1.5.1 Resultado das Ações Planejadas

- Em relação ao **objetivo 1** - Implantar a Lei de Acesso à Informação, a meta: Implantar o e-Sic no âmbito do IFPA foi executada, pois o sistema foi implementado e encontra-se em pleno funcionamento, conforme pode ser observado no item – Relacionamento com a Sociedade, deste Relatório. Em relação à meta: Implantar a LAI nos Câmpus, a quantidade de Câmpus onde a LAI foi implantada, foram 06 (seis). A meta de 2015 é implantar nos 18 Câmpus. No que diz respeito à meta: Capacitar os servidores para uso da LAI, o percentual de servidores capacitados em 2014 foi de 50%.

- No que diz respeito ao **objetivo 2** - Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA, foi implantada 01 (uma) comissão, que é a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, e já se está trabalhando para a implantação das demais comissões com previsão para o ano de 2015. Já em relação à meta: Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua, o percentual de servidores capacitados foi de 25%.

5.1.2 ÁREA: ENSINO

5.1.2.1 Objetivo Estratégico

a) **Objetivo 1:** Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA;
b) **Objetivo 2:** Regulamentar a oferta da EAD, criando instrumentos legais para sua consolidação no âmbito do IFPA;
c) **Objetivo 3:** Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
d) **Objetivo 4:** Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA;
e) **Objetivo 5:** Fomentar as políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão;
f) **Objetivo 6:** Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA;
g) **Objetivo 7:** Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos.

5.1.2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.2.2.1 Estratégias Adotadas

a) **Para atingir o Objetivo 1:**
- Aprimorar a avaliação dos cursos, melhorando o IGC do IFPA (Em parceria com os Câmpus);
- Aprimorar a avaliação dos alunos, melhorando o desempenho no ENADE (Em parceria com os Câmpus);
- Melhorar o conceito dos cursos ofertados (Em parceria com os Câmpus);
- Criação, aprovação, implementação e revisão de normativas de fortalecimento do Ensino.

b) **Para atingir o Objetivo 2:**
- Fortalecer o vínculo com os polos de EAD no estado do Pará (Em parceria com os Câmpus).

c) **Para atingir o Objetivo 3:**
- Assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação (Em parceria com a PROEXT e os Câmpus).

d) **Para atingir o Objetivo 4:**
- Estreitar parcerias com a comunidade empresarial, visando ao aumento de vagas de estágio para os discentes do IFPA (Em parceria com a PROEXT e os Câmpus);
- Aumentar participação de discentes e docentes do IFPA no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras (Em parceria com a PROEXT e os Câmpus).

e) **Para atingir o Objetivo 5:**
- Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidade (Em parceria com a PROPPG, a PROEXT e os Câmpus).

f) **Para atingir o Objetivo 6:**
- Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais através da política de permanência e inclusão social no IFPA;
- Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura;
- Criar os NAPNE e NEAB nos Câmpus do IFPA.

g) **Para atingir o Objetivo 7:**
- Reduzir nível de evasão;
- Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares.

5.1.2.2.2 Avaliação de Risco

5.1.2.3 Revisão de Macroprocessos Internos

5.1.2.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

Não houve ocorrência

5.1.2.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.2.5.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 20: Resumo das ações realizadas - PROEN

Ação / Descrição	Status	Observações Pertinentes
Acompanhamento das análises e dos pareceres emitidos pela Equipe Pedagógica da PROEN, quanto à aplicação e à interpretação da legislação vigente da Educação Básica Profissional	Executado	Foram aprovados, junto ao Conselho Superior, com emissão dos Atos Autorizativos (Resoluções e Portarias) e cadastramento das Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos (Integrados, Subsequentes e os de Formação Inicial e Continuada)
Acompanhamento das condições de oferta dos cursos técnicos propostos pelos *Câmpus* no âmbito da Educação Básica do IFPA	Executado	Foram realizadas 04 visitas técnicas as Câmpus.
Acompanhamento do Censo da Educação Básica 2014.	Executado	Atendido o cumprimento de lançamento de dados no sistema EDUCACENSO 2014 pelos Câmpus.
Atendimento de demandas da Ouvidoria oriundas da comunidade relativas a assuntos de ensino	Executado	Foram recebidas e atendidas as demandas da ouvidoria sobre visitas, reoferta de cursos, diplomação, dentre outros assuntos.
Assessoramento aos colegiados dos *Câmpus* no que se refere às atualizações curriculares dos cursos superiores e elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com as legislações do Conselho Nacional de Ensino.	Executado	Foram atualizados os PPC's dos seguintes cursos: Tecnologia em Saneamento Ambiental do Câmpus Belém, Tecnologia em Redes de Computadores do Câmpus do Tucuruí., Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus Tucuruí, Tecnologia em Gestão Ambiental do Câmpus Bragança; Tecnologia em Gestão Ambiental do Câmpus Conceição do Araguaia, Bacharelado em Agronomia do Câmpus Conceição do Araguaia., Tecnologia em Agroecologia do Câmpus Bragança, Tecnologia em Gestão Pública do Câmpus Belém.
Acompanhamento de nomeações e contratações de professores a fim de garantir um quadro de professores aos cursos da IES.	Executado	Ação executada e finalizada em conjunto com a DGP
Acompanhamento de forma sistêmica do fluxo de trabalho do sistema e-MEC relacionado aos protocolos de processo de reconhecimento, e renovação de reconhecimentos.	Executado	Ação finalizada
Divulgação aos dirigentes dos *Câmpus* da Portaria Normativa nº 1, de janeiro de 2014 que estabelece o Calendário 2014 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC.	Executado	Ação executada e finalizada
Encaminhamento aos dirigentes da Portaria do INEP n° 008/2014 sobre o cronograma de curso enquadrado no ENADE	Executado	Ação executada e finalizada
Acompanhamento do Edital de n° 10 de junho de 2014, referente ao processo seletivo simplificado para contratação de professor substituto do Câmpus Belém.	Executado	Ação executada e finalizada
Encaminhamento aos dirigentes da Portaria a n° 91 de janeiro de 2014 dobre o Censo Superior, cronograma de abertura do sistema de coleta de dados e preenchimento do sistema CENSUP pelos representantes dos *Câmpus.*	Executado	Ação executada e finalizada
Desenvolver estudos e pesquisas sobre gestão, metodologias e inovação tecnológica em educação.	Não executado	O corpo social atualmente reduzido e a falta de espaço adequado para o desenvolvimento das

Ação / Descrição	Status	Observações Pertinentes
		atividades impactaram negativamente
Promoção de encontros com diretores de Câmpus e Prefeituras Municipais para a definição de novos polos de EaD em municípios estratégicos do estado Pará.	Executado	Foi realizado o 1º Encontro Paraense do Profuncionário: IFPA e SEDUC (24/06/2014), além de reuniões individuais com diretores gerais e de ensino dos Câmpus.
Execução de convênio(s) com o Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN) para utilização colaborativa de recursos (material didático, pessoal etc.) daquela instituição para ofertas de cursos do PROFUNCIONÁRIO	Executado	Houve a oferta dos cursos técnicos em Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Multimeios Didáticos.
Abertura de turmas dos cursos técnicos subsequentes já ofertados pela Rede e-Tec Brasil (Aquicultura, Eventos, Informática, Metalurgia, Pesca e Saneamento) em novos polos.	Executado parcialmente	Devido a dificuldades de infraestrutura nos polos de apoio presencial, foi efetivada apenas a oferta do curso Técnico em Informática.
Aquisição de equipamentos para produção de material didático impresso e audiovisual	Executado	Os materiais foram adquiridos para a produção e reprodução de material didático para os cursos EaD.
Promoção de palestras, seminários e/ou workshops sobre TICs na educação.	Executado	Foi realizado encontro/workshop com coordenadores de polo e professores vinculados à Rede e-Tec Brasil/IFPA.
Desenvolvimento de novo ambiente virtual de aprendizagem.	Executado	Foi instalado e personalizado a versão estável mais atual do LMS-Moodle (2.6)
Realização de viagem técnica aos Câmpus Abaetetuba, Tucuruí, Castanhal e Marabá Industrial e Rural;	Executado	Foram feitas reuniões e encontros por parte da equipe da coordenação.
Autorização das bolsas do Programa Bolsa Permanência atendendo o que prevê a Portaria Nº 389/2013, Resolução Nº 13/2013 e Instrução Normativa Nº 01/2013/PROEN	Executado	Foram atendidos através de processo gerados pelos Câmpus. A PROEN homologa via sistema de bolsa.
Análise dos editais de Assistência Estudantil dos Câmpus, atendendo o que prevê a Resolução 134/2012, com os seguintes resultados alcançados:	Executado	Ação executada e finalizada
Participação e organização conjunta do I Seminário Institucional do PIBID DIVERSIDADE em parceria com PIBID no Câmpus Belém-IFPA.	Executado	Foram realizadas leitura e debate documental
Promoção da temática da ressignificação agrícola na rede federal de educação técnica e profissional.	Executado	Ocorrência de reuniões entre os membros da Comissão de Educação do Campo - CEC do IFPA, e participação em reuniões no MDA-INCRA, sobre a organização do Seminário. Este seminário foi demandado pela SETEC, com o objetivo de realizar o Diagnóstico da Educação do campo da rede federal de ensino profissional.
Correção junto à PROEN/CONSUP da questão da especificação das áreas de conhecimento no diploma da licenciatura em Educação do Campo.	Não executado	A Portaria n° 016/2015 foi publicada em 06/03/2015
Participação e organização conjunta do I Seminário Institucional do PIBID DIVERSIDADE em parceria com PIBID no Câmpus Belém-IFPA.	Executado	Apoio institucional para a realização do evento, participação em reuniões de organização e de apoio ao evento
Promoção da temática da ressignificação agrícola na rede federal de educação técnica e profissional.	Executado	Ação executada e finalizada
Articulação com MDA, PROEXT e PROEN para ocorrência I Encontro Estadual da Educação do Campo da Educação técnica e profissional da rede federal.	Executado	Ação executada e finalizada
Participação em reunião para oferta de Especialização em Educação do Campo pelo IFPA- PROEXT, DIREI E DPPG do Câmpus Belém	Executado	Participação efetiva da formação realizada pela equipe MEC, no Hotel Sagres em Belém/PA
Recomposição da Comissão de Educação do Campo do IFPA, com representação de todos os Câmpus, especialmente os de vocação agrícola	Executado	Contatos por telefone, e-mail e pessoalmente, para a indicação de representantes por Câmpus para a CEC/IFPA
Realização do Seminário Institucional das Licenciaturas em Educação do Campo do IFPA.	Não executado	Não houve adesão total dos coordenadores locais da Educação do Campo.

Ação / Descrição	Status	Observações Pertinentes
Descentralização dos recursos Ação 20 RJ	Executado	Descentralização dos recursos da Ação 20 RJ para os Câmpus de Santarém, Conceição do Araguaia, Belém e Castanhal para encaminhamento das ações dispostas nos planos de ações dos referidos cursos de LEDOC.
Instituir os representantes do IFPA na Câmara de Educação do Campo do CONIF	Executado	Ação executada e finalizada
Coordenação da adesão do IFPA ao Processo Seletivo do Sistema Seleção Unificado – SISU 2015/1.	Executado	A adesão do IFPA ao Processo Seletivo SISU 2015/1 contou com 27 cursos distribuídos em 07 Câmpus. Foram ofertadas 955 vagas.
Análise técnica de editais de processo seletivo para cursos técnicos.	Executado	Ação Finalizada
Organização e coordenação geral do processo de matrícula dos estudantes selecionados pelo Sistema Seleção Unificada – SISU 2014.	Executado	As matrículas dos estudantes selecionados pelo SISU 2014/1 foram realizadas em 19 (dezenove) cursos distribuídos por 07 (sete) Câmpus, com realização de 02 (dois) períodos de chamadas regulares e uma Lista de Espera para preenchimento de vagas remanescentes. Em 2014/2, foram realizadas matrículas no curso de Gestão Ambiental do Câmpus Conceição do Araguaia, com realização de 02 (dois) períodos de chamadas regulares e uma Lista de Espera para preenchimento de vagas remanescentes. As matrículas dos selecionados na Lista de Espera foram executadas mediante 07 (sete) convocatórias em 2014/1 e 03 (três) em 2014/2.
Registro e Expedição de Diplomas dos concluintes dos cursos superiores ofertados pelo IFPA Câmpus Belém por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, na modalidade de ensino a distância.	Executado parcialmente	Foram registrados e expedidos diplomas aos egressos dos cursos ofertados por meio do Sistema UAB: Ciências Biológicas, Física, Geografia, Matemática, Química e Análise de Desenvolvimento de Sistemas. Falta diplomar os concluintes dos cursos de Pedagogia, Licenciatura, e de Tecnologia em Gestão de Saúde, por ainda não terem portaria de reconhecimento de curso emitida pela SERES/MEC
Participar da revisão da Instrução Normativa Nº 002/2013/PROEN de elaboração/atualização de projeto pedagógico de curso (PPC) no IFPA	Executado	Uma comissão foi designada por portaria para realizar a revisão da Instrução Normativa. A comissão é multidisciplinar, e por meio de reunião construiu um texto normativo e apresentou à Pró-Reitora de Ensino, o qual foi submetido ao CONSUP e aprovado em dezembro de 2014.
Participação da implantação do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas – SIGAA.	Executado parcialmente	O sistema SIGAA já contempla os dados primários referentes a cursos, disciplinas e alunos. Os trabalhos estão no estágio de vinculação desses elementos entre si, para que dados de realização acadêmica possam ser migrados. Trabalha-se com a perspectiva de abertura do sistema ainda no 1º semestre de 2015.
Auxílio à Pesquisadora Institucional da PRODIN na coordenação e condução da primeira fase do Censo da Educação Básica - Educacenso 2014, promovendo conjuntamente treinamentos e assessoria aos Câmpus na alimentação dos dados.	Executado	Executado dentro do prazo estabelecido pelo sistema educacenso 2014.
Auxilio junto a Pesquisadora Institucional da PRODIN na coordenação e condução da primeira fase do Censo da Educação Superior – CENSUP 2014, promovendo conjuntamente treinamentos e assessoria aos Câmpus na alimentação dos dados	Executado	Executado dentro do prazo estabelecido pelo sistema CENSUP 2014.
Elaboração de edital e coordenação geral da seleção, com base nas notas obtidas no ENEM 2013, de estudantes para ingresso	Executado	Foram matriculados 383 alunos

Ação / Descrição	Status	Observações Pertinentes
no 2º semestre de 2014 no curso Técnico em Informática, subsequente, modalidade de ensino a distância, em 02 (dois) Câmpus e 05 (cinco) polos. O processo seletivo contou com 560 inscrições.		
Análise técnica do Edital de Processo de Seleção de Tutor (Presencial e à Distância) para atuar nos Cursos da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR).	Executado	AÇÃO FINALIZADA
Elaboração de normativa para regulamentar o ensino de Filosofia e Sociologia no IFPA	Executado	Foi elaborada a Instrução Normativa nº 001/2014-PROEN para fins de regulamentar a oferta das disciplinas Filosofia e Sociologia, obrigatórias nos currículos dos cursos técnicos integrados.
Análise técnica do Edital nº 009/2014 – Projeto monitoria, iniciação à docência, monitoria de atendimento individualizado e bolsista voluntário do IFPA Câmpus Tucuruí.	Em andamento	Foi realizada a análise técnica do Edital nº 009/2014, devendo ser ajustado pelo Câmpus. Aguardando retorno do Câmpus.
Subsidiar a Procuradoria da República Federal junto ao IFPA em ações impetradas contra o IFPA.	Executado	Foram atendidas 13 demandas referentes à diplomação de cursos ainda não reconhecidos pelo MEC.

Fonte: PROEN/IFPA

5.1.3 ÁREA: PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃOE INOVAÇÃO

O planejamento estratégico da PROPPG foi norteado pelos macroprocessos finalísticos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Para cada processo finalístico foram definidos objetivos setoriais com ações e metas. Todas as ações planejadas estão relacionadas com as competências da PROPPG estabelecidas no Estatuto e no Regimento e com o alcance dos objetivos estratégicos reportados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018.

Os cenários diagnosticados quando da realização do planejamento foram:

a) Falta de corpo docente qualificado para desenvolver projetos de pesquisa e criação de cursos de Pós-Graduação;
b) Falta de um sistema informatizado que integre as ações de ensino, pesquisa e extensão;
c) Cultura exclusivista ao ensino profissionalizante de nível médio e de graduação;
d) Falta de definição das linhas de pesquisa prioritárias;
e) Falta de um diagnóstico dos projetos de pesquisa em andamento no IFPA;
f) Falta de uma avaliação da produção dos grupos de pesquisa do IFPA;
g) Falta de normatização da distribuição de carga horária de trabalho docente nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
h) Falta de um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

5.1.3.1 Objetivo Estratégico

- **ÁREA DA PESQUISA**
  Promover pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em soluções inovadoras.

- **Objetivos setoriais:**

a) Submissão de propostas para aquisição de quotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica financiadas por agências de fomento à pesquisa;
b) Lançamento de editais para concessão de bolsas de iniciação científica à comunidade discente do IFPA;
c) Lançamento de edital para apoio a projetos de pesquisa (compra de equipamentos e material de consumo);
d) Lançamento de edital para apoio à publicação de artigos em periódicos;
e) Lançamento de edital para apoio à participação em eventos científicos;
f) Submissão de propostas de financiamento de projetos de pesquisa para agências de fomento;
g) Realização do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA.
h) Promover oficinas, seminários, congressos e outros eventos.

ÁREA DA PÓS-GRADUAÇÃO

Promover o ensino de Pós-Graduação e a qualificação dos servidores do IFPA.

- **Objetivos setoriais:**

a) Promover associações entre instituições de ensino, pesquisa, Pós-Graduação e inovação na forma de convênios e cooperação técnico-científica-educacional, para o desenvolvimento de pesquisa em rede e Pós-Graduação;
b) Incentivar a criação de cursos de Pós-Graduação.

ÁREA DA INOVAÇÃO

Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

- **Objetivos setoriais:**

a) Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
b) Participação junto à Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR – Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, aprovado pela FINEP como encomenda transversal de infraestrutura para sua implantação e consolidação;
c) Celebração de Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre o IFPA e o MPEG, para a execução do curso de especialização em Gestão da Inovação com o intuito de capacitar profissionais dos NITS da Amazônia Oriental na área de Inovação Tecnológica;
d) Incentivo à Inovação Tecnológica.

No Quadro a seguir, pode-se observar a avaliação de risco para as principais ações da PROPPG na Área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, as revisões de macroprocessos, as adequações nas estruturas, com vistas ao alcance do objetivo estratégico delineado.

5.1.3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.3.2.1 Estratégias Adotadas

5.1.3.2.2 Avaliação de Risco

5.1.3.3 Revisão de Macroprocessos Internos

5.1.3.4 Adequação nas Estruturas

Quadro 21: Principais Estratégias Adotadas na Área da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

ÁREA DA PESQUISA			
ESTRATÉGIAS ADOTADAS	**AVALIAÇÃO DE RISCO**	**REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS**	**ADEQUAÇÕES NAS ESTRUTURAS**
1. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC, PIBIC-AF, PIBITI, PIBIC-EM (CNPq e FAPESPA)	Não lançamento de editais e/ou não aprovação da proposta da instituição pelas agências de fomento.	Melhoria do Acompanhamento dos editais das agências de fomento.	Não houve adequação
2. Edital para concessão de bolsas do PIBIC, PIBIC-AF, PIBITI, PIBIC-EM (CNPq e FAPESPA)	Não concessão de todas as bolsas disponíveis.	Lançamento de outras chamadas até a concessão de todas as bolsas.	Não houve adequação
3. Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa	Não execução financeira dos projetos aprovados pelos Câmpus	Antecipação dos resultados e centralização dos recursos	Não houve adequação
4. Edital de auxílio à publicação de periódicos	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	Não houve adequação
5. Edital para apoio aos servidores na participação em eventos científicos	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	Não houve adequação
6. Realizar o VI SICTI	Problemas com o orçamento disponível; Não comprometimento dos docentes na avaliação dos trabalhos científicos; Falta de comprometimento da equipe do Câmpus sede; Problemas com a logística do evento.	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido; Ampliação do quadro de avaliadores; Mudar o local do evento; Planejamento antecipado das ações de logística.	Não houve adequação
ÁREA DA PÓS-GRADUAÇÃO			
ESTRATÉGIAS ADOTADAS	**AVALIAÇÃO DE RISCO**	**REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS**	**ADEQUAÇÕES NAS ESTRUTURAS**
1. Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (MINTER/DINTER) com universidades públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA	Problemas com o orçamento disponível. Problemas com convênios em andamento.	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido. Solução das pendências dos convênios.	Não houve adequação
2. Edital do Plano de Institucional de Qualificação - PIQ-IFPA	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	Não houve adequação
3. Colaborar na submissão de propostas de programas de Pós-Graduação em nível stricto sensu	Falta de docentes suficientes com doutorado; Falta de infraestrutura nos Câmpus.	Retorno de docentes da qualificação com o título de doutor; Lançamento de edital para compra de equipamentos	Não houve adequação
ÁREA DA INOVAÇÃO			
ESTRATÉGIAS ADOTADAS	**AVALIAÇÃO DE RISCO**	**REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS**	**ADEQUAÇÕES NAS ESTRUTURAS**
1. Capacitação dos servidores. Viagens para palestras sobre Propriedade Intelectual	Problemas com o orçamento disponível e logística	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido. Planejamento antecipado das ações de logística.	Não houve adequação
2. Depósito de patentes	Ausência de criações	Intensificação das atividades de estímulo á inovação	Não houve adequação
3. Participação do IFPA na Feira estadual de C, T e I.	Falta de projetos dos Câmpus. Não realização da Feira Estadual.	Intensificação do processo de divulgação do Edital	Não houve adequação

ÁREA DA PESQUISA			
ESTRATÉGIAS ADOTADAS	**AVALIAÇÃO DE RISCO**	**REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS**	**ADEQUAÇÕES NAS ESTRUTURAS**
4. Coordenação do curso de especialização em gestão da inovação (Namor)	Problemas com o orçamento e a infraestrutura	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido e intensificar parceria com DPPI do Câmpus Belém	O 1º módulo foi realizado na UFPA

Fonte: PROPPG/IFPA

5.1.3.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.3.5.1 Resultado das Ações Planejadas

ÁREA DA PESQUISA

- Ações planejadas:

Quadro 22: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Pesquisa

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC CNPq	Proposta aprovada (06 bolsas).	Concluído
2. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-Af CNPq	Proposta aprovada (02 bolsas).	Concluído
3. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBITI CNPq	Proposta aprovada (10 bolsas).	Concluído
4. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC FAPESPA	Proposta aprovada (24 bolsas).	Concluído
5. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-EM CNPq	Proposta aprovada (20 bolsas).	Concluído
6. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-EM CNPq	Edital lançado e 20 bolsas implementadas	Em andamento
7. Edital para concessão de bolsas do PIBIC CNPq	Edital lançado e 06 bolsas implementadas	Em andamento
8. Edital para concessão de bolsas do PIBITI CNPq	Edital lançado e 10 bolsas implementadas	Em andamento
9. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-Af CNPq	Edital lançado e 02 bolsas implementadas	Em andamento
10. Edital para concessão de bolsas do PIBIC FAPESPA	Edital lançado e 24 bolsas implementadas.	Em andamento
11. Programa Jovens Talentos da CAPES	Seleção realizada pela CAPES.Aguardando o resultado dos estudantes selecionados.	Em andamento
12. Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa	Edital lançado no final de 2013. Oito (08) propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R$ 195.200,00 Valor Aprovado: R$ 181.308,91; Valor Executado: R$0,00; Edital cancelado.	Concluído
13. Enviar proposta para o Edital do CT-INFRA	Não houve edital em 2014.	Concluído
14. Encaminhar proposta de Castanhal para o Edital do Pró-Equipamentos da CAPES	A proposta não foi encaminhada, pois um pré-requisito do edital excluía os mestrados profissionais de participação.	Concluído
15. Edital de auxílio à publicação de periódicos.	Edital lançado, porém não foram encaminhadas propostas. Valor disponibilizado: R$ 20.000,00.	Concluído
16. Edital para apoio aos servidores na participação em eventos científicos	Edital encerrado com 17 propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R$ 80.000,00;	Concluído
17. Realizar o VI SICTI no IFPA Câmpus Bragança	Evento realizado com êxito. 135 trabalhos apresentados. 528 inscritos. Recursos captados: R$ 5.000,00 da CAPES e R$ 5.985,00 da FAPESPA.	Concluído
18. Implantação do SIGAA: Cadastro dos projetos de pesquisa, Grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas, Editais	Parte dos grupos de pesquisa já estão cadastrados, os projetos do PIBIC estão cadastrados e através dos próximos Editais daremos andamento ao cadastramento de pesquisadores e projetos	Em andamento
19. Ofertar oficinas e cursos para incentivar a publicação em periódicos;		
20. Realização de oficinas sobre as funcionalidades do Módulo de Pesquisa.		

Fonte: Pesquisa/PROPPG/IFPA

ÁREA DA PÓS-GRADUAÇÃO

Ações Planejadas:

Quadro 23: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Pós-Graduação

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Identificação dos grupos que tenham potencial para Coordenar programas de PG (formulários e base de dados)	Engenharia de materiais e Educação do Câmpus Belém	Concluído
2. Levantamento e cadastramento dos cursos existentes de Pós-Graduação *lato sensu* no IFPA	Levantamento realizado. Relatório publicado no site da PROPPG na internet. Falta também cadastrar no sistema SIGAA.	Concluído
3. Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (MINTER/DINTER) com universidades públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA	-	-
3.1. Mestrado em Gestão Pública	NAEA/UFPA não pode ofertar turma extra de mestrado em Gestão Pública	Não realizado
3.2. Ofertar mestrado de Castanhal em outros Câmpus	Reuniões realizadas durante o ano de 2014 com a finalidade de ofertar o mestrado no Câmpus Marabá Rural. A PROPPG e o Câmpus Castanhal elaboraram uma proposta e plano de trabalho para a realização do curso de mestrado.	Em andamento
3.3. MINTER com a UFRRJ	Termo de cooperação assinado em fevereiro de 2015. 1º turma para o IFPA Câmpus Conceição do Araguaia.	Em andamento
3.4. Enviar proposta de MINTER e DINTER para a CAPES	A CAPES não lançou Edital para MINTER e DINTER em 2014;	Não realizado
3.5. MINTER do PPGEDAM/NUMA/UFPA no Câmpus Santarém	A proposta do MINTER no Câmpus Santarém não foi deferida, pois já existe um convênio com o NUMA vigente.	Não realizado
3.6. Convênios com a UFPA	Os convênios com a UFPA foram mantidos. As novas propostas não atendiam aos critérios da PROPPG.	Em andamento
4. Edital do Plano de Institucional de Qualificação - PIQ-IFPA	Edital 01/2014 ofertou 10 bolsas de mestrado e 05 bolsas de Doutorado. Com 09 propostas aprovadas sendo 03 de Doutorado e 06 de Mestrado.	Concluído
5. Colaborar na submissão de propostas de programas de Pós-Graduação em nível stricto sensu	-	-
5.1. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais	A proposta do mestrado profissional em Engenharia de Materiais foi aprovada pelo CONSUP e a equipe do curso encaminhou a proposta para a CAPES. A proposta está com status de "em diligência" no site da plataforma SUCUPIRA da CAPES.	Concluído
5.2. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais para as Relações Étnico-raciais	A proposta do mestrado foi aprovada pelo CONSUP em 2013 e foi encaminhada em 2014 para a CAPES.	Concluído
6. Contribuir em parceria com a PROEN e a PROEXT para a aprovação de uma resolução que norteie as atividades docentes no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, além daquelas atividades relacionadas com interesses da instituição.	A PROPPG apreciou a resolução de carga horária e fez as suas considerações	Concluído
7. Atualizar o Regimento Geral da Pós-Graduação do IFPA	A minuta está em processo de atualização	Em andamento

Fonte: Pós-Graduação/PROPPG/IFPA

ÁREA DA INOVAÇÃO

Ações Planejadas:

Quadro 24: Ações, Resultados e Observações Pertinentes da Inovação

Ação/Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Estruturação do NIT	O NIT está em pleno funcionamento no Câmpus Castanhal	Concluído
2. Portaria de criação do NIT	Portaria Nº 267/2014	Concluído
3. Viagens para palestras sobre Propriedade Intelectual: 4 Câmpus (1Castanhal; 1 Belém; 2 em Câmpus afastados, podendo ser Santarém e Itaituba)	Foram realizadas visitas no Câmpus Castanhal e Santarém.	Em andamento
4. Servidor com formação em direito a ser lotado no NIT para atuação em Propriedade Intelectual	Servidor lotado em Novembro/2014.	Concluído
5. Curso de especialização em inovação. Buscar, no Paraná, os equipamentos de ensino a distância.	Os equipamentos não foram enviados por pendências com IFPR	Não iniciado
6. Depósito de patentes	Depósito da patente da Profª. Sabina Cardoso no Sistema Internacional de Patentes (PCT). Título: Biona no compósito spoli (álcool vinílico) - poliuretano/hidroxiapatita para enxerto ósseo.	Concluído
7. Participação do IFPA na Feira estadual de C, T e I.	O IFPA participou com êxito através do stand (Santarém e Itaituba) e das palestras	Concluído
8. Coordenação do curso de especialização em gestão da inovação (Namor)	O Curso foi concluído com êxito em Dezembro de 2014 estando na fase de Certificação	Em andamento

Fonte: Inovação/PROPPG/IFPA

5.1.4 ÁREA: EXTENSÃO

5.1.4.1 Objetivo Estratégico

A Pró-Reitoria de Extensão tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de extensão e extensão tecnológica, formulando diretrizes que promovam a sinergia entre os vários saberes e áreas de atuação da instituição, resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como a socialização e a democratização do conhecimento à comunidade, garantindo uma relação dialógica e transformadora entre o IFPA e a sociedade em geral.

Os Objetivos Estratégicos da PROEXT são:

a) Promover, fomentar e implementar políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do IFPA, através de programas, projetos e atividades de forma integrada com os diversos setores da instituição, articulando o diálogo, a interação e a sinergia entre os vários saberes e as demandas da sociedade;
b) Promover e fomentar a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
c) Desenvolver ações de integração do IFPA com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas, implementando o Observatório do Mundo do Trabalho e as políticas que regem essas ações;
d) Identificar, propor e fomentar a formação de parcerias institucionais nacionais e internacionais estratégicas, que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando à consolidação e ao incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA;

e) Implementar a política de relações internacionais do Instituto Federal do Pará com base nas diretrizes da política externa brasileira para educação profissional e tecnológica;
f) Coordenar, implementar e manter o Centrai Ciência-Centro de Recursos em Educação Científica, Tecnológica e Ambiental-Rede Ciência e Tecnologia para Cidadania, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
g) Coordenar, Implementar e manter o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPA, integrante da Rede Nacional de Núcleos de TA do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
h) Propor, promover e fomentar cursos de valorização social, de formação inicial e continuada, presenciais e à distância, com vistas a atender as especificidades dos arranjos produtivos locais dos municípios de abrangência do IFPA;
i) Propor e incrementar a instalação de bens, produtos e serviços que promovam a ampliação da capacidade instalada da instituição para executar ações extensionistas, fortalecendo a implantação e ampliação das ações de educação à distância, em consonância com as Pró-Reitorias e direções de Câmpus do IFPA;
j) Propor, projetar e desenvolver recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais - virtuais, tridimensionais, eletrônicos, bibliográficos, impressos, tecnológicos e assistivos, visando à implementação dos programas, projetos e ações de extensão, em consonância com as Pró-Reitorias de ensino e pesquisa do IFPA;
k) Assistir, incentivar e promover a participação dos vários segmentos sociais em projetos voltados às pessoas com deficiência, minorias desfavorecidas e minorias étnicas;
l) Propor, coordenar, implementar e fomentar os laboratórios móveis nas áreas de competência do IFPA, visando atender às demandas de cursos FIC nos municípios de abrangência do Instituto;

5.1.4.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.4.2.1 Estratégias Adotadas

Extensão é a interface entre o Instituto Federal e a comunidade. Constitui-se como processo educativo, cultural, científico e político que, articulado de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza e media a relação dialógica e transformadora entre o IFPA e a Sociedade.

As diretrizes gerais de extensão do Instituto Federal do Pará, visam ampliar as ações de educação em ciência, tecnologia e inovação no Estado, fortalecendo e integrando a tríade ensino-pesquisa-extensão, criando maiores oportunidades de formação e qualificação de capital humano, considerando as cadeias e arranjos produtivos locais, numa perspectiva de profissionalização para autogestão dos recursos de forma sustentável, com vistas à qualificação de mão de obra e inserção no mundo do trabalho, com geração de renda, resguardando o patrimônio tangível e intangível social e institucional e, ainda, gerando processos de inclusão e valorização dos saberes e diversidades locais.

- **Nesse sentido as estratégias adotadas são divididas em 5 vertentes:**

a. **Interdisciplinaridade:** as ações de Extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.

b. **Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa:** o princípio da interdisciplinaridade caminha para a perspectiva da interlocução e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, numa relação em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber

científico e tecnológico, num movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a retomada por meio da ressignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre a pesquisa, o ensino, a produção de conhecimentos e a extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade num processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.

c. **Relação dialógica entre o Instituto e a sociedade:** a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos resultantes do encontro do Instituto com o cotidiano das comunidades e pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do desafio da produção acadêmica.

d. **Relação social de impacto:** as atividades de extensão conferem relevância às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social. Nesse contexto, busca-se articular programas capazes de focalizar o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas de amplo espectro. Dessa forma, as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.

e. **Impacto e transformação**: estabelecimento de uma relação entre o Instituto e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão frente à complexidade e a diversidade da realidade, sendo necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

5.1.4.2.2 Avaliação de Risco

- Identificado no subitem: **Resultado das Ações Planejadas**

5.1.4.3 Revisão de Macroprocessos Internos

Os Macroprocessos internos são avaliados individualmente, de acordo com o tipo de ação da PROEXT.

Os programas de governo desenvolvidos pela Instituição – PRONATEC, PROEXT MEC, Ciência Sem Fronteiras, Inglês Sem Fronteiras e todos os outros, têm procedimentos específicos de avaliação e revisão de seus mecanismos de execução, que são estabelecidos pelas Secretarias do MEC e do MCTI que regem os programas. A exceção nesses casos é o PRONATEC, pois em 2014 foram desenvolvidos instrumentos específicos Internos do IFPA de avaliação das atividades de Ensino, para acompanhamento e melhoria da qualidade dos cursos ofertados pela Instituição.

Os programas e ações de caráter internos do IFPA têm suas ações avaliadas nos encontros anuais que são promovidos pela Pró-Reitoria com todas as Direções e Coordenações de Extensão dos Câmpus do IFPA. Os resultados dessas avaliações são refletidos nos editais lançados pela PROEXT, bem como nas normativas institucionais criadas e melhorias dos instrumentos eletrônicos de gestão da Extensão existentes.

5.1.4.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

De acordo com a planta abaixo, a PROEXT tem toda a estrutura física e mobiliário necessário para desenvolver suas ações, bem como para suprir as necessidades de realização de eventos na instituição. Entretanto, o gargalo na Pró-Reitoria diz respeito à falta de servidores suficientes para atender todas as ações de competência da Extensão.

A PROEXT conta apenas com 5 servidores, sendo a Pró-Reitora (cedida do MCTI), a Diretora de Extensão, uma Assessora (a partir de outubro, 2014), a Coordenadora de Relações Internacionais (meio período por dia, uma vez que é docente do Câmpus Belém) e a coordenadora do Centro de Idiomas (meio período por dia, uma vez que é docente do Câmpus Belém).

Toda ação de apoio administrativo é desenvolvida por um terceirizado. É preciso que o quadro de pessoal da PROEXT seja recomposto, para que se possa desenvolver todo o potencial que está afeto a essa área da instituição.

5.1.4.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.4.5.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 25: Ações, Resultados e Observações Pertinentes/Status/Riscos Avaliados - PROEXT

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2014	STATUS	Riscos Avaliados
Normatização da Política de Extensão	-Criação de uma comunidade virtual com a participação dos coordenadores de extensão dos diversos Câmpus construção do documento.	Em andamento aguardando para aprovação do CONSUP	Tempo para aprovação pelo CONSUP, o que prejudica a implantação desta normatização.
Normatização do Programa MULHERES MIL	O Programa foi estendido aos demais Câmpus do IFPA e 1.800 vagas foram pactuadas.	Concluído	Atividade sem risco, pois a normatização já foi aprovada.
Normatização da Política de Estágio	- Criação de uma comunidade virtual com a participação dos coordenadores de extensão dos diversos Câmpus construção do documento. - Minuta aperfeiçoada e encaminhada para contribuição da PROEN.	Em andamento aguardando para aprovação do CONSUP	Tempo para aprovação pelo CONSUP, prejudicando o andamento de algumas ações relacionadas ao estágio.
Regulamentação do sistema de acreditação dos alunos do IFPA	Essa ação é conhecida como CERTIFIQUE, sendo a parte relacionada à PROEXT o que está vinculado ao PRONATEC, o que somente será possível a partir de normatização proposta pela PROEN.	Em andamento	Tempo para a criação de uma normatização pela PROEN, para que possa dar celeridade na ação do CERTIFIQUE.
Normatização de Procedimentos para aproveitamento de estudos no exterior por estudantes do IFPA	Aprovação da Resolução CONSUP 074/2014, que normatiza os procedimentos de aproveitamento dos estudos no exterior para fins de cumprimento do currículo do curso ao qual o estudante está vinculado no IFPA.	Concluído	Atividade sem risco, pois a normatização já foi aprovada.
Normatização de Critérios de Excelência Estudantil	Para fins de seleção de estudantes do IFPA em editais e congêneres, para estimular a Mobilidade Internacional, foi elaborada e aprovada a Resolução CONSUP 072/2014, que cria os critérios de Excelência Estudantil com parâmetros meritórios a serem considerados no processo de seleção.	Concluído	Atividade sem risco, pois a normatização já foi aprovada.
Normatização do Programa Bolsa Formação – PRONATEC no âmbito do IFPA	Normatização do Ensino no âmbito do Programa Bolsa Formação - PRONATEC (manuais, regulamentação pedagógica dos cursos e os instrumentos de avaliação); - A proposição da minuta foi inserida na comunidade virtual e encaminha à PROEN.	Em andamento aguardando para aprovação do CONSUP	Tempo para aprovação pelo CONSUP, prejudicando o andamento da normatização do PRONATEC.
Normatização da Câmara Técnica de Extensão do IFPA	Uma Proposta foi elaborada em ambiente virtual em conjunto com os setores de extensão dos Câmpus	Em andamento aguardando para aprovação	Tempo para aprovação pelo CONSUP, prejudicando o andamento desta ação.

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2014	STATUS	Riscos Avaliados
		do CONSUP	
Criação, Normatização e Implantação do Comitê de Extensão do IFPA	Uma Proposta foi elaborada em ambiente virtual em conjunto com os setores de extensão dos Câmpus	Em andamento aguardando para aprovação do CONSUP	Tempo para aprovação pelo CONSUP, prejudicando o andamento desta ação.
PROEXT-MEC	Tendo em vista mudanças no Programa, somente uma proposta foi renovada, a do Câmpus Conceição do Araguaia - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFPA.	Em andamento	Proposta não ser executada de acordo com o planejado.
Programa Ciência sem Fronteiras – CsF	intercâmbio e da mobilidade internacional, onde foram aprovados quatro alunos: - um aluno do Curso de Agronomia – Selecionado para Olds College (Canadá) - Curso de Engenharia de Controle e Automação – Selecionado para Centennial College (Canadá) - um aluno do Curso de Engenharia de Controle e Automação – Selecionado para Lambton College (Canadá) - um aluno do Curso de Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas – Selecionado para Centennial College (Canadá)	Contínuo	Retorno dos estudantes antes do período programado.
Bolsa Formação – PRONATEC	Pactuadas de 12.244 com 6.988 Matriculas Realizadas, 20.379 Matriculas Confirmadas em 331 cursos (1.245 turmas)	Em andamento	Falta de garantia de recurso no tempo previsto nos editais de seleção.
Observatório do Mundo do Trabalho	Desenvolvimento da ferramenta online (software) que deverá ser utilizada para levantamento e acompanhamento do perfil do Egresso do IFPA, bem como para levantar as demandas das cadeias produtivas e das oportunidades de trabalho, a fim de serem disponibilizados aos setores competentes para utilização nas políticas institucionais.	Em andamento	Falta de servidores para fazer o acompanhamento das ações relacionadas com o Observatório.
Aprimoramento do Módulo de Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos do IFPA.	a versão foi aprimorada e descentralizada aos Câmpus do IFPA para utilização no controle de Projetos de Extensão. Além do controle de Projetos, o Módulo será utilizado também para atualização sistemática do encerramento das ações acadêmicas dos discentes, passando estes à categoria de Egressos, viabilizando a execução dos programas, projetos e ações destinados aos mesmos.	Em andamento	Perda de atualização das informações no sistema.
Internacionalização do IFPA	Assinada Adesão ao Programa Inglês Sem Fronteiras e o My English On Line (MEO), com a celebração do Termo de Compromisso de Adesão à aplicação diagnóstica do Teste TOEFL ITP, passando o IFPA a ser Centro Aplicador desses testes nacionalmente. Já foram executadas 5 demandas para alunos e servidores do IFPA.	Em andamento	Sem risco
Programa de Estágio	Foram atendidos 104 estudantes, divididos em todos os Câmpus do IFPA e os demais setores que compõem a Reitoria.	Contínuo	Rotatividade dos estagiários.

Fonte: PROEXT/IFPA

5.1.5 ÁREA: ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O IFPA procurou adotar macroprocessos de apoio que estivessem diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da Instituição. Esses, por sua vez, viabilizaram o funcionamento coordenado dos vários subsistemas em busca do melhor desempenho, garantindo o suporte adequado aos Macroprocessos Finalísticos, subsidiando os atos orçamentário, financeiro e administrativo, uma vez que controla e supervisiona a promoção e execução da política de Planejamento Orçamentário Financeiro e de Administração da Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, seja de recursos de fonte centralizada seja das descentralizadas em relação à Matriz Orçamentária da Instituição, além de outras fontes próprias.

- No âmbito geral, os macroprocessos de apoio no ano de 2014 foram conduzidos da seguinte forma:
- Formalização da Matriz Orçamentária;
- Distribuição do orçamento às Unidades, mediante projeções de demandas de bens e serviços, constante na Matriz CONIF/LOA;
- Criação do Centro de Custo na Reitoria e Câmpus, através da Unidade Gestora Responsável (UGRs);
- Gestão e Controle de recursos orçamentários descentralizados, oriundos de outros órgãos;
- Implementação da Metodologia de Planejamento de Aquisições de Bens e Serviços, por meio de Compras Compartilhadas, através da realização de vários Pregões Eletrônicos;
- Acompanhamento e orientação aos Câmpus, nas ações de execução financeira e orçamentária;
- Participação no Fórum de Planejamento (FORPLAN);
- Participação em Reuniões da equipe da SETEC com os Reitores, sobre Planejamento das Ações Anuais dos Institutos;
- Ações integradas junto às Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Câmpus;
- Regulamentações que disciplinam os procedimentos de controle de concessão de diárias e passagens, do patrimônio, do uso de veículos oficias e da instituição do sistema integrado de planejamento orçamentário e de custos das UGR's, no âmbito do IFPA.

5.1.5.1 Objetivo Estratégico

O Plano de Gestão Orçamentária 2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/IFPA, foi elaborado com base nos princípios da gestão democrática e do planejamento participativo, envolvendo todas as Unidades do IFPA, com o suporte da PROAD na execução das ações, buscando gerir e otimizar com responsabilidade, os recursos públicos investidos na Instituição como um todo; fomentando a formação continuada; apoiando e promovendo a execução orçamentária, financeira e logística das ações demandadas por órgãos colegiados institucionais e de Programas vinculados à Rede Federal.

Diante disso, buscamos executar as ações programadas para o exercício de 2014, visando à qualidade nos serviços educacionais prestados à sociedade, melhorando a qualidade de vida dos atores internos e externos que se relacionam com o IFPA, com a participação de todo o corpo gestor e representantes dos segmentos da sociedade que constitui o elemento balizador, para alcançar o cumprimento da responsabilidade social da Instituição, sendo possível identificar a relação entre os objetivos estratégicos priorizados e desenvolvidos no IFPA no ano de 2014 e o planejamento apresentado no PPA 2012/2015.

Ações planejadas: Promoção do desenvolvimento das atividades de gestão/administração do IFPA, por meio da viabilização das condições materiais de funcionamento (estrutura física, equipamentos, materiais de consumo) - Ação 20RL; Promoção da gestão dos recursos humanos do

Instituto, dando suporte para a realização de ações, projetos e programas que possibilitem o desenvolvimento dos servidores, através de Capacitação e Qualificação – Ação 4527; Acompanhamento e execução dos recursos oriundos da LOA, Expansão e Reestruturação – Ação 20RG; Suporte técnico orçamentário e financeiro à construção, de 05 (cinco) Câmpus e de 01 (um) Câmpus Avançado; Modernização, Reforma, Adaptações e Manutenção Predial, do prédio da Reitoria e de alguns Câmpus; Promoção da formação inicial e continuada de professores e servidores, em articulação com os sistemas de ensino estadual e municipal, nas modalidades EaD, semipresencial e presencial – Ação 20RJ; Descentralização e monitoramento da execução de recursos junto às Unidades do IFPA, no sentido de garantir a gestão administrativa, financeira e técnica das ações planejadas; Manutenção dos serviços terceirizados; da infraestrutura física de obras de pequeno vulto; Aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico - Ação 20RL; Descentralização de recursos aos *Câmpus*, no sentido de suprir as necessidades dos educando, por meio da ação Assistência ao Educando – Ação 2994; Execução e acompanhamento dos recursos destinados aos Programas de Governo: PARFOR, PROCAMPO, e-TEC, PRONATEC; Suporte técnico orçamentário e financeiro para execução de projetos de pesquisa e extensão – Ação 6380; Contribuição financeira anual ao Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o intercâmbio de informações – CONIF; Fornecimento de dados de gestão aos órgãos de controle interno e unidades do IFPA, quando solicitados; Fornecimento de dados de execução orçamentária e financeira à Diretoria de TI para implantação do Módulo Orçamento, com migração de informações do SIAFI; Fornecimento de dados de execução de gestão patrimonial à Diretoria de TI, para implantação do Módulo de Patrimônio, bem como a implantação em fase inicial de implantação dos Módulos de Compras e Almoxarifado. Algumas ações planejadas pela PROAD para o ano de 2014 não foram realizadas a contento e dentro do exercício, por várias questões, inclusive, àquelas que ocorrem de forma sistematizada, por que ainda dependem da implantação de módulos do Sistema Integrado de Gestão. Todavia, a partir do 1º semestre de 2015 alguns Módulos serão implantados e certamente, a próxima gestão.

5.1.5.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.5.2.1 Estratégias Adotadas

O Planejamento Estratégico do IFPA define as políticas de Gestão e subsidia os gestores na construção do Planejamento Tático e Operacional, por meio do Plano de Metas e Ações definindo prioridades, objetivando assim, dentre outros escopos, a adequada alocação de recursos, ordenando o pleno equilíbrio entre receita e despesa e cumprindo as metas físicas e financeiras estabelecidas na Proposta Orçamentária da Instituição. Cabe ressaltar que o IFPA continua mantendo os seus compromissos na execução dos seus programas e ações, com as Políticas Públicas para a Educação Profissional, tais como:

a) A redução das desigualdades sociais, com a implantação das cotas nos processos seletivos para alunos oriundos das Escolas Públicas e portadores de necessidades especiais (PNE);
b) A implantação dos programas de assistência ao educando (fornecimento de alimentação, auxílios-fardamento, materiais didáticos, bolsas, utilização de interpretes de libras e material didático específico para atendimento aos PNE e outros);
c) O comprometimento com uma escola pública de qualidade, investindo na modernização de salas de aula e laboratórios, no aperfeiçoamento dos seus currículos e na ampliação dos cursos ofertados em todos os níveis de ensino, investindo na qualificação de docente e técnico - administrativo;
d) Os programas de extensão, atendendo demandas internas e externas, com convênio para pagamento de bolsas, cursos de formação continuada e programa de acompanhamento de estágios na área de atuação dos cursos ofertados pela Instituição;
e) A elaboração e acompanhamento dos Planos de Trabalho encaminhados ao Ministério da

Educação – MEC e ao Poder Legislativo visando à obtenção de novos recursos para investimento na educação profissional e a busca pelas Emendas Parlamentares;

f) O atendimento do Plano de Expansão do Instituto com novos Câmpus, abrange municípios do estado do Pará, promovendo educação profissional, integrando as ações acadêmicas com as atividades produtivas locais, trazendo desenvolvimento econômico, social e tecnológico na microrregião e seu entorno.

O Instituto Federal do Pará - IFPA utiliza, como estratégia na execução das políticas públicas, processos gerenciais focados na eficiência de seus resultados, aplicando ferramentas como planejar, executar, monitorar, avaliar e revisar. Seu Planejamento tem como foco o alcance de metas a partir de ações definidas e sequenciadas, direcionando os rumos da Instituição, fazendo com que o Instituto se torne mais hábil na busca de soluções para os seus desafios e adotando decisões integradoras, que determinam e revelam o propósito deste, em conformidade com os valores, missão e estratégias estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como cumprindo o estabelecido pelos Programas e Ações do Governo, proposto pelo Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal.

5.1.5.2.2 Avaliação de Risco

Algumas ações planejadas pela PROAD, para o ano de 2014, não foram realizadas a contento e dentro do exercício, por várias questões, inclusive, àquelas que ocorrem de forma ordem e de forma sistematizada, porque ainda dependem da implantação de módulos do Sistema Integrado de Gestão. Todavia, a partir do 1º semestre de 2015 alguns Módulos serão implantados, certamente na próxima gestão.

5.1.5.3 Revisão de Macro Processos Internos

- Gestão da Infraestrutura;
- Licitações;
- Administração orçamentária e financeira;
- Contratos e convênios;
- Gestão contábil;
- Planejamento orçamentário;
- Gestão Administrativa.

Os macroprocessos de apoio desenvolvidos pelo IFPA são aqueles praticados no âmbito interno e que se tornam cruciais para o desenvolvimento das atividades finalísticas. Especificamente os processos de apoio estão relacionados com as seguintes dimensões da gestão:

Administração – A Pró-Reitoria de Administração (PROAD), em articulação com a Diretoria de Planejamento e Orçamento (DPOR), discute a proposta orçamentária anual do IFPA em conjunto com os Câmpus, bem como o Planejamento Institucional em articulação com a Diretoria de Administração e Planejamento (DAPs). Coleta e fornece dados institucionais para alimentação de relatórios internos; elabora análises e relatórios solicitados pela SETEC/MEC e demais órgãos Governamentais;

Cabe à PROAD, a gestão dos processos licitatórios, a fiscalização e o acompanhamento dos contratos em geral, o monitoramento das ações administrativas estruturadas pelos Câmpus do IFBA, o acompanhamento da plena e eficiente gestão. Elabora e acompanha os termos de cooperação junto a SETEC/MEC, bem como a execução das metas físicas pactuadas nestes termos

de cooperação; gerencia o patrimônio institucional através do sistema de gestão patrimonial institucional e do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso especial da União (SPIUnet).

5.1.5.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

- Reformulação da Estrutura Organizacional da PROAD, com incorporação de setores, mudanças de nomenclaturas e atribuições de alguns setores vinculados, a fim de dinamizar a gestão;
- A estrutura de pessoal está em crescimento, mas ainda existe carência.
- A estrutura mobiliária está adequada às necessidades.

5.1.5.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.5.5.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 26: Resultados das Ações Planejadas - PROAD

PRINCIPAIS AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS
Viabilizar o deslocamento de servidores da Reitoria, a serviço, através do custeio de despesas.	Na execução orçamentária foram destinados recursos que possibilitaram o deslocamento, mediante aquisição de passagens e o pagamento das diárias, aos servidores da Reitoria, na execução de suas atividades.
Disponibilizar materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades da Reitoria.	Foi efetuado o controle de estoques dos materiais de consumo e realizados os pedidos para reposição, mediante a análise dos itens licitados e que estavam disponíveis para empenho. Foram efetuados empenhos para atender essa demanda. Dessa forma, no decorrer do exercício, todos os materiais necessários para o desenvolvimento das atividades estiveram à disposição dos setores.
Garantir a manutenção dos serviços essenciais (água, luz, telefonia, etc.).	No decorrer do exercício, os serviços essenciais foram mantidos. Apenas a telefonia móvel foi suspensa em novembro por impossibilidade de renovação do contrato vigente e assinatura do novo contrato devido a problemas societários da empresa fornecedora.
Viabilizar o pagamento de estagiários e demais servidores e palestrantes selecionados para ministrar cursos.	Os estagiários do IFPA receberam suas bolsas via folha de pessoal, cujos lançamentos foram realizados pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e o pagamento feito pelo Setor financeiro. Mensalmente, a PROEXT juntamente com a PROAD, realizaram o levantamento dos valores de responsabilidade dos Câmpus, efetuando o lançamento de estorno do orçamento repassado, visando cobrir as despesas correspondentes; destinou também orçamento para pagamento de palestrantes contratados para realizar cursos de aperfeiçoamento aos servidores do IFPA; recebeu orçamento para custear as bolsas dos servidores do IFPA que trabalharam para viabilizar a execução do PRONATEC.
Gerir a liberação de acesso, troca, inclusão, exclusão e alteração de senhas nos sistemas SCDP,SIASG e SIAFI.	A gestão e controle de senhas nos sistemas SCDP, SIASG e SIAFI para todos os servidores do IFPA era centralizada na PROAD, até a criação da Coordenação Central de Contabilidade que também passou a exercer essa atividade.
Gerir a movimentação e protocolo de volumes.	A gestão e o controle de movimentação e protocolo de volumes da Reitoria são coordenados pela PROAD.
Garantir a segurança patrimonial, serviços de limpeza e conservação do prédio, e serviços de apoio administrativo, através da contratação de empresas terceirizadas.	Foram mantidos os contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação e também dos serviços de apoio da Reitoria e dos cinco novos *Câmpus*, respeitada a comprovação da vantajosidade econômica e financeira e o bom andamento dos contratos. Para o serviço de vigilância foi realizado novo levantamento de demandas e processo licitatório, devido à expansão dos referidos *Câmpus* e à rescisão dos contratos vigentes decorrente de Processo de Penalização e/ou finalização de contrato. Para o serviço de manutenção predial e serviços de apoio para a Reitoria, foi realizado processos licitatórios para atendimento da demanda levantada.
Viabilizar a realização de eventos de capacitação, como congressos, cursos, seminários, Treinamentos no âmbito do IFPA.	Foram promovidos diversos eventos de capacitação aos servidores, alguns realizados *in company*, e também fora da sede da Instituição contemplados no Plano de Capacitação do IFPA, além de outros eventuais.
Garantir o pagamento de indenizações e restituições aos servidores e o pagamento de taxas.	Foi viabilizado o pagamento de indenizações de transporte e de moradia aos servidores que se enquadram na legislação aplicável ao assunto.
Garantir a manutenção dos serviços de	Foram garantidas as publicações realizadas no Diário Oficial e em jornais, visando dar

PRINCIPAIS AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS
comunicação em geral e o pagamento de outras obrigações intra SIAFI.	publicidade aos atos legais. Foi mantida a utilização dos serviços de correio, que contribuiu para melhorar a correspondência entre Reitoria e Câmpus, bem como para envio de correspondências diversas.
Propiciar aos *Câmpus*, orientações contábeis e administrativas para operacionalização de suas ações.	Vem ocorrendo desde 2010, orientações contábeis e administrativas contínuas e permanentes, no sentido de orientar sobre os procedimentos que ensejaram dúvidas e/ou dificuldades no momento da execução, assim como o repasse das informações das novas rotinas e procedimentos, tanto pessoalmente quanto via telefone, chat e e-mail, bem como as conferências/portarias, necessárias para encerramento e abertura de exercício.
Assessoramento nos processos de tomada de decisões através do fornecimento de dados de natureza contábil e financeira.	Foram elaborados relatórios contábeis operacionais e gerenciais p/subsidiar tomada de decisões, assim como análises de planilhas p/Proc. de repactuações de contratos de servidores com terceiros.
Elaborar proposta orçamentária do IFPA, mediante a consolidação dos dados enviados pelos *Câmpus* e Reitoria.	Após aprovação da matriz orçamentária, onde foram definidos os valores destinados ao IFPA, os *Câmpus* e Reitoria decidiram como seriam alocados esses recursos, efetuando a divisão entre custeio e investimento. Com isso, foi possível efetuar a consolidação dos dados e o seu lançamento no sistema SIMEC. Para que os recursos pudessem ser alocados corretamente na proposta orçamentária, foram extraídos relatórios e demonstrativos contábeis da execução orçamentária do ano anterior.
Elaborar relatórios e demonstrações contábeis individuais e consolidadas do IFPA.	São elaborados durante todos os exercícios, os relatórios e demonstrativos contábeis exigíveis para fins de conferência e acompanhamento contábil e inclusive da execução orçamentária.
Assessorar o controle patrimonial e de almoxarifado.	Foi prestada assessoria aos *Câmpus* do IFPA quanto à orientação para a realização dos inventários patrimoniais anuais. Inclusive, neste ano, formalizamos no Colégio de Dirigentes um acordo referente à elaboração do Inventário Eventual, de acordo com as orientações da Auditoria Interna, uma vez que não foi realizado o Inventário na mudança de CEFET para IFPA. Em relação às transferências patrimoniais, ainda não foram alcançados os resultados definitivos de fechamento contábil com os bens transferidos, restando alguns ajustes que ainda devem ser efetuados até janeiro de 2015 e que consistem em trabalho continuado. Quanto aos bens do almoxarifado da Reitoria, a PROAD também tem fornecido o suporte necessário, com resultados satisfatórios, guardando a correspondência esperada entre o físico e o contábil. Tem sido uma tarefa árdua, consolidar, organizar e praticar ações inerentes à gestão patrimonial. Certamente, só ocorrerá, efetivamente,a partir da sistematização do processo, através da implantação do Módulo Patrimônio no Sistema Integrado de Gestão, com previsão para fevereiro de 2015.
Acompanhar a atualização da legislação aplicada à Contabilidade e comunicar aos *Câmpus* do IFPA.	O setor de Contabilidade efetuou o acompanhamento da legislação, através dos comunicados efetuados dentro do Sistema SIAFI e também por intermédio de cursos e treinamentos frequentados e retransmitidos aos *Câmpus* através de e-mail, manuais, orientações "Comunica", macrofunções e a íntegra da legislação quando requerida.
Desenvolver e implantar medidas de controle interno com a finalidade de aprimorar o gerenciamento do IFPA.	A Diretoria de Administração da Reitoria realizou reuniões com a Coord. de Suprimentos(Compras e Almoxarifado), Pregoeiros e Diretoria de Tecnologia de Informação (que está implantando os Módulos do Sistema SIG), CPL da Reitoria e *Câmpus*, para análise de procedimentos, elaboração do Manual de Compras e Aquisição para o IFPA e instruções normativas. A Coordenação de Contratos e Convênios também está concluindo o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, a fim de padronizar os processos no âmbito do IFPA. Em relação às demandas, foi discutido e está sendo definido o compartilhamento das informações para adesão das demais unidades, para efetivamente, implementar o sistema da Intenção de Registro de Preços (IRP) no âmbito do IFPA.
Gerenciar o patrimônio do IFPA.	Em 2012, após foi iniciado o trabalho de manutenção do cadastro de imóveis no sistema SPIUnet, consistindo na atualização dos dados dos imóveis cadastrados e na inclusão de novos imóveis que passaram para o patrimônio do IFPA, não havendo contribuição dos Câmpus. Algumas unidades utilizam o sistema, tornando inviável o monitoramento
Atualizar e elaborar normativos/manuais de procedimentos internos.	Foram elaborados 04(quatro) normativos pela PROAD, no ano de 2013, e aprovados pelo Conselho Superior - CONSUP, após encaminhamento, via e-mail, de minutas das propostas, asa todas as Unidades do IFPA, para apreciação e contribuições. Esses manuais e fluxos serão atualizados sempre que surgirem novas Instruções Normativas e/ou alterações de procedimentos, quer seja internos ou externo. Abaixo estão discriminadas as normativas propostas pela PROAD e aprovadas pelo CONSUP: - **Resolução nº 219/2013**, aprovou a Instituição do Sistema de Planejamento Orçamentário e de Custos das Unidades Orçamentárias e Gestoras do IFPA, por meio

PRINCIPAIS AÇÕES PLANEJADAS	RESULTADOS
	da adoção da Subação Orçamentária, do Plano Interno-PI e Unidade Gestora Responsável - UGR's. - **Resolução nº 220/2013**, aprovou na forma do anexo, o Manual do Patrimônio no âmbito do IFPA - **Resolução nº 221/2013**, aprovou, na forma de anexo, a Instrução Normativa para Concessão de Diárias e Passagens, no âmbito do IFPA - **Resolução nº 291/2013**, aprovou, na forma de anexo, a Instrução Normativa para Uso de Veículos Oficiais, no âmbito do IFPA - Encontram-se em fase de conclusão: Manual de Gestão de Contratos; de Compras; do Almoxarifado e do Protocolo, os quais deverão ser encaminhados ao CONSUP para aprovação, no 1º semestre de 2015.
Otimizar os fluxos de processos.	A otimização dos fluxos se dá pela atualização dos procedimentos. Esse é um objetivo parcialmente alcançado, pois ainda não houve a união dos procedimentos entre os setores, onde haverá a possibilidade de realmente otimizar os procedimentos, buscando a maneira mais ágil e econômica de realizar as tarefas propostas, visando atingir aos macro objetivos da Instituição.
Atualizar o calendário de licitações.	A atualização do calendário de licitações foi realizada de forma permanente, à medida que os processos vão sendo concluídos pelas Unidades. A partir da implementação no SIG, do Módulo Aquisições/Compras, o Calendário de Licitações será substituído pelo Plano Anual de Aquisições e Contratações. Esse processo será totalmente substituído com a implantação do Módulo Licitações, no SIG, ainda sem previsão.
Atualizar o cadastro de fornecedores por tipo de produtos/serviços e criar *link* no portal para cadastramento.	A Diretoria de Administração/Coord. Suprimento criou uma planilha em Excel de fornecedores, que é alimentada conforme novos fornecedores são contratados pelo IFPA. O que será totalmente substituído com a implantação do Módulo Compras, no SIG.
Efetivar a utilização do sistema de Intenção de Registro de Preços.	Foi efetivada a adoção do Sistema de Intenção de Registro de Preços, principalmente, pela Reitoria e alguns Câmpus do IFPA, conforme decreto 7.983/2013, facilitando o reconhecimento e compartilhamento das demandas internas comuns.
Ampliar o número de licitações com critérios sustentáveis.	A partir do ano de 2013, foram ampliados os critérios sustentáveis nos processos licitatórios, com a exigência de declaração da empresa quanto aos seus procedimentos sustentáveis, com base na IN 02/2010.
Aprimorar o gerenciamento e controle dos serviços terceirizados.	Com o objetivo de aprimorar o controle dos serviços terceirizados foram disponibilizados treinamentos/cursos de capacitação aos servidores da área de gestão de contratos e licitações da Reitoria e dos Câmpus, bem como orientações e entrega de Manual aos fiscais de contratos sobre planilha de custos e formação de preços com base na IN 02/2008 e suas alterações, ministrados pela ESAF e outras instituições.
Atualizar o manual de fiscalização contratual.	Em 2010 foi dado início ao Projeto de Descentralização da Gestão dos Contratos, com a realização do Manual de Gestão de Contratos. Pretendeu-se realizar nova atualização do Manual de Fiscalização no exercício de 2014 em decorrência da emissão de Nova Instrução Normativa do MPOG e da descentralização de contratos dos novos Câmpus, o qual encontra-se em fase conclusiva, para ser encaminhado ao CONSUP para aprovação, previsto para 1º sem/2015, bem como a implantação do Módulo Contratos no SIG, efetiva mente, em todas as Unidades do IFPA.
Promover a reciclagem de fiscais de contrato de telefone e sistema de mensagens *online*.	Foram propiciadas várias oportunidades de capacitação aos fiscais de contratos no exercício de 2013/2014, seja *in company*, por iniciativa da Reitoria, seja diretamente na ESAF, através de cada Câmpus. Todavia, a Coord. de Contratos e Convênios da Reitoria, disponibiliza um canal aberto de suporte aos fiscais através de telefone e sistema de mensagens *online*.
Acompanhar e divulgar a atualização da legislação e normas referentes a licitações e contratos.	Apesar da demanda na Coord. de Contratos e Convênios da Reitoria, existe o acompanhamento e é dado esse suporte aos Câmpus, divulgando a legislação e normas referentes à Contratos e Licitações, através de e-mails, chat e outras ferramentas de comunicação.
Realizar visitas e reuniões itinerantes nos Câmpus, com as equipes de licitação, contratos, SCDP, SIAFI,etc.	No período inicial da expansão da Rede Federal, com a implantação dos Câmpus, as visitas técnicas eram mais intensas. A partir de 2012, foram ficando mais escassas, embora continuem na medida em que há necessidade. Em 2014, os treinamentos/visitas técnicas ocorreram em Belém, com o deslocamento dos servidores dos Câmpus, principalmente, nas áreas de licitações, contratos e SCDP, além de participação em eventos tipo *in company*.

Fonte: PROAD/IFPA

5.1.6 ÁREA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) tem por objetivo estratégico fortalecer a identidade institucional buscando crescimento, avanço e propriamente o desenvolvimento da instituição de forma a colaborar com o crescimento regional.

Suas ações estão pautadas em conformidade com o PDI 2014-2018, especialmente, por ser um instrumento de gestão, demonstrando assim, o seu alinhamento entre o seu planejamento estratégico e suas atribuições.

5.1.6.1 Objetivo Estratégico

a) Elaboração do PDI 2014-2018;
b) Apresentação/divulgação do PDI 2014-2018 à comunidade do IFPA;
c) Reestruturação do Organograma dos Câmpus;
d) Reestruturação das novas áreas de abrangência dos Câmpus;
e) Realizar diagnóstico da região de influência do Câmpus Cametá;
f) Readequação do quadro de profissionais da PRODIN;
g) Capacitação de servidores da PRODIN para o atendimento das novas características e atribuições;
h) Elaboração do Relatório de Gestão de 2014;
i) Acompanhar, assessorar e monitorar as avaliações de cursos - Educação Superior;
j) Inserir relatório de auto avaliação no sistema de regulação do Ensino Superior - e-MEC;
k) Cadastrar, capacitar e acompanhar servidores na utilização do sistema para o Censo da Educação Superior;
l) Cadastrar, capacitar e acompanhar servidores na utilização do sistema para o Censo da Educação Básica;
m) Retomar execução de obras e serviços de engenharia paralisados;
n) Acompanhar e intensificar a fiscalização de obras e serviços de engenharia em execução na Reitoria e nos Câmpus;
o) Formalização de parcerias com os Câmpus através da dedicação de docentes e técnicos com formação nas áreas de arquitetura e engenharia no processo de fiscalização das obras;
p) Continuidade das ações de expansão com obras de infraestrutura para atendimento às demandas de reforma e ampliação dos Câmpus e da Reitoria, bem como implantação dos novos Câmpus;
q) Implementar melhorias nas condições físicas da estrutura do prédio da Reitoria;
r) Participação de ações junto a Vale e Diretor Geral para recebimento do Câmpus Parauapebas;
s) Supervisionar a execução projetos tecnológicos de excelência na gestão pública que visem promover o desenvolvimento institucional, reduzindo custos e corrigindo deficiências no fornecimento de energia;
t) Atualizar e monitorar os processos de obras e reformas no SIMEC.

5.1.6.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.6.2.1 Estratégias Adotadas

5.1.6.2.2 Avaliação de Risco

- Prazos curtos para elaboração e atualização de projetos básico e executivo;
- Falta de precisão nos levantamentos técnicos existentes;

- Vencer as distâncias territoriais/geográficas entre os Câmpus do IFPA;
- Acúmulo e excesso de demandas prioritárias e desproporcionais ao número de técnicos, como exemplo os de relacionados à área de engenharia elétrica;
- Falta de profissionais habilitados para elaboração de projetos específicos de área como Arquiteto, calculista e hidrossanitário, combate a incêndio;
- Condições precárias de disponibilidade de acesso à internet, nos municípios onde estão instalados alguns Câmpus, dificultando a comunicação eletrônica e sobretudo a atualização do SIMEC;
- Entraves junto aos poderes públicos quanto à regularização da dominialidade dos terrenos dos Câmpus do IFPA;
- Não cumprimento dos prazos, por partes das empresas de engenharia contratadas, para reformas, ampliações e construções das unidades do IFPA (Câmpus e Reitoria).

5.1.6.3 Revisão de Macroprocessos Internos

Não houve ocorrência

5.1.6.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

Inserção de novos servidores: 1 economista, 2 assistentes em administração, 1 engenheiro, 1 técnico em edificações.

5.1.6.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.6.5.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 27: Resultados das Ações Planejadas – PRODIN

Ações Planejadas	Resultados
✓ Tabulação dos dados coletados nas oficinas de planejamento ocorridas nos 12 Câmpus, em 2013; ✓ Participação na Comissão Central de Coordenação Geral dos Trabalhos de Elaboração do PDI 2014-2018	Aprovação do PDI 2014-2018 pelo CONSUP em 30 de junho de 2014.
Visita aos Câmpus de Altamira, Itaituba, Óbidos e Bragança, com realização de palestras por segmento (docentes, discentes e técnico-administrativos)	Ação a ser continuada em 2015, para abranger todos os Câmpus do IFPA.
Discussão no Colégio de Dirigentes – CODIR	Realização de estudo da adequação das competências
Realização de estudo da região de cada Câmpus	Proposta encaminhada para apreciação do CONSUP.
Realização de estudo socioeconômico da região do Câmpus	Encaminhado à Diretora Geral do Câmpus Cametá, visando subsidiá-la na implantação dos cursos deste Câmpus, que se encontra em fase de implantação
Solicitação de código de vagas em concurso público	Inserção de novos servidores: 1 economista, 2 assistentes em administração, 1 engenheiro, 1 técnico em edificações
Solicitação de participação em cursos específicos de sua área de atuação	✓ 3 servidores capacitados (DDIN) ✓ 04 servidores capacitados (DINF)
✓ Participação na Comissão Permanente de Prestação de Contas – CPCA ✓ Coordenação da consolidação do Relatório de Gestão 2014	Em andamento, pois o prazo de entrega é até 30/Abril/2015

Ações Planejadas	Resultados
Ação contínua da PI, no desempenho de suas atribuições	Cadastramento de solicitação no sistema e-MEC dos atos regulatórios de Reconhecimento de Curso, Renovação de Reconhecimento de Curso e Recredenciamento Institucional. Assim como comunicar a gestão sobre modificações dos status, dos processos regulatórios e avaliações de curso da Educação Superior desta instituição, e ainda inserir relatório de auto-avaliação do ano de 2013 no sistema de regulação do Ensino Superior - e-MEC.
Ação contínua da PI, no desempenho de suas atribuições	Participar das realizações de capacitação, como instrutora, no ano de 2014 para servidores operacionalizarem os sistemas a seguir: Censo da Educação Superior 2014 – CenSup; Censo da Educação Básica 2014 – EDUCACENSO e Exame Nacional de Desempenho de Estudante - ENADE 2014 - Alunos regulares do ano e irregulares de anos anteriores. Assim como realizar no sistema ENADE 2014 o enquadramento de curso.
Estabelecimento de prioridades elencadas pela Gestão. Elaboração de projetos básicos/executivos (levantamento técnico *in loco*, atualizações de projetos e orçamentos com os devidos registros junto ao CREA).	Câmpus atendido: Altamira, Breves, Marabá Rural, Reitoria Tucuruí e Castanhal.
Contratação, através de Termo de Cooperação Técnica com a UFPA, de empresa para emissão de Laudo Técnico de estrutura.	Câmpus atendido: Ananindeua
Realização de frequentes visitas técnicas aos Câmpus para observação e conferência da execução dos serviços contratados, através de análise e emissão de parecer técnico. Instrução e aplicação de ações contratuais punitivas através de advertências, multas e suspensão preventiva de empresas infratoras. Apoio técnico nos processos de Licitação das unidades.	✓ Cumprimento efetivo da execução dos projetos básico/executivo e das cláusulas contratuais dentro do menor prazo possível. ✓ Suporte técnico acessível aos gestores no processo de tomada de decisões. ✓ Além da Reitoria, foram visitados e acompanhadas as obras nos Câmpus: Ananindeua, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Castanhal, Cametá, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Tucuruí e Vigia de Nazaré.
Designação de docentes e técnicos dos Câmpus nas portarias de fiscalização das obras e reformas.	Presença em tempo integral de colaboradores nos canteiros das obras, minimizando ocorrências negativas e garantindo mais dinâmica nos procedimentos de fiscalização.
Instrução processual para licitar 3ª etapa de construção do Câmpus Óbidos.	Câmpus atendido: Óbidos
Análise técnica de projetos para subsidiar decisões da Gestão.	Câmpus atendido: Marabá industrial, Abaetetuba, Bragança e Santarém.
Participação em Comissão de fiscalização de serviços de manutenção predial da Reitoria com adaptação de espaços.	Ambientes otimizados em suas dimensões com melhor distribuição espacial, iluminação e climatização, instalações de banheiros melhoradas e condições de funcionamento mais adequadas.
Participação de Comissão para recebimento do Câmpus Parauapebas	As obras de construção do Câmpus Parauapebas foram concluídas pela Vale e a nova Unidade do IFPA já está em funcionamento no município.
Acompanhamento da execução das obras de fornecimento e instalação de Grupos Geradores nos Câmpus.	Câmpus atendido: Bragança, Breves, Marabá Rural, Abaetetuba, Itaituba, Santarém e Reitoria.
Cadastramento, capacitação e acompanhamento dos servidores responsáveis quanto a utilização do SIMEC.	Resultados esperados muito abaixo das exigências. A ação será intensificada em 2015 de forma a conscientizar os responsáveis e tornar a frequência de inserção de informações no sistema rotineira e obrigatória.

Fonte: PRODIN/IFPA

5.1.7 ÁREA: COMUNICAÇÃO SOCIAL

5.1.7.1 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

Houve a posse de 01 servidor na DCOM.

5.1.7.2 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.7.2.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 28: Ação/Obs Pertinentes/Status. Em concordância com o PDI 2014-2018

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2014	STATUS
Definir políticas de Comunicação Institucional	Criação das políticas de comunicação institucional que irão reger as ações comunicacionais do IFPA	Em andamento
Assessoria de Imprensa	A exemplo do exercício de assessoria de imprensa, a DCOM pautou matérias nos principais veículos de comunicação do estado do Pará, como: Jornal e TV Liberal, Diário do Pará, portal G1, entre outros	Concluído
Organizar e distribuir materiais de divulgação para os Câmpus	✓ A DCOM levantou informações sobre todos os cursos disponíveis no IFPA, em todas suas unidades, com o objetivo de divulgá-los; ✓ A DCOM criou materiais de divulgação específicos para os Câmpus; ✓ A DCOM criou materiais de divulgação sobre o funcionamento da Ouvidoria; ✓ A DCOM criou material bilíngue de apresentação do Instituto.	Concluído
Exercer supervisão e orientações de comunicação dos Câmpus	✓ A DCOM definiu, em concordância com as Diretores dos Câmpus, o número de publicações semanais que cada assessoria de comunicação deve fazer; ✓ A DCOM levantou todas as publicações feitas pelos Câmpus no ano de 2014; ✓ A DCOM criou material bilíngue de apresentação do Instituto.	Concluído
Planejar e produzir material promocional e jornalístico	A exemplo do exercício da produção de material promocional e jornalístico, a DCOM pautou matérias nos principais veículos de comunicação do estado do Pará, como: ✓ Jornal e TV Liberal, Diário do Pará, portal G1, entre outros; ✓ A DCOM criou a biblioteca digital para suportar e armazenar jornais informativos dos Câmpus; ✓ A DCOM criou materiais de divulgação específicos para os Câmpus; ✓ A DCOM criou materiais de divulgação específicos para os setores do IFPA; ✓ A DCOM apresenta um aumento de 71% em 2014, totalizando 2.579 atualizações, nas publicações e atendimento de demandas digitais em relação ao ano de 2013. Este fato deve-se à entrada de um novo servidor na DCOM; ✓ A DCOM Criou e gerenciou 78 newsletters distribuídos entre agosto e dezembro de 2014.	Concluído
Divulgar os eventos do IFPA	O IFPA teve inúmeros eventos divulgados por esta diretoria, como: ✓ ERIN 2014; ✓ Festival Infantil de Judô do IFPA; ✓ I ABAETEC; ✓ 2º Encontro de Gestores e Bibliotecários do IFPA; ✓ Palestra Técnica ALCOA; ✓ PIBID 2014; ✓ VI SICTI 2014.	Concluído
Coordenar o Fórum de Assessorias de Comunicação do IFPA	O II Encontro dos Assessores de Comunicação do IFPA está sendo planejado.	Em andamento
Divulgar notícias no site institucional e em outras mídias	A DCOM apresenta um aumento de 71% em 2014 nas publicações e atendimento de demandas digitais em relação ao ano de 2013. Este fato deve-se à entrada de um novo servidor na DCOM, que antes contava apenas com seu Diretor. O próprio portal e certas publicações necessitam de atualizações depois de sua publicação, atualizações de documentes e novas etapas de um determinado assunto. O portal do IFPA teve, nos anos de 2013 e 2014, o número de 2.579 atualizações, uma média de quase quatro atualizações diárias. Esta diretoria supervisionou as publicações nos sites institucionais dos Câmpus do	Concluído

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2014	STATUS
	IFPA regularmente, durante seus dois anos de existência. Devido à complexidade na geração de algumas informações, algumas informações para publicações eram encaminhadas fora do horário regular de expediente e eram prontamente atendidas. ✓ A DCOM Criou e gerenciou 78 newsletters distribuídos entre agosto e dezembro de 2014; ✓ DCOM pautou matérias nos principais veículos de comunicação do estado do Pará, como: Jornal e TV Liberal, Diário do Pará, portal G1, entre outros; ✓ A DCOM produziu e armazenou conteúdos em áudio e audiovisual.	
Redigir material jornalístico para órgãos de imprensa e outras mídias	✓ DCOM pautou matérias nos principais veículos de comunicação do estado do Pará, como: Jornal e TV Liberal, Diário do Pará, portal G1, entre outros; ✓ A DCOM produziu e armazenou conteúdos em áudio e audiovisual; ✓ A DCOM apresenta um aumento de 71% em 2014 , totalizando 2.579 atualizações, nas publicações e atendimento de demandas digitais em relação ao ano de 2013. ✓ A DCOM abasteceu, regularmente, as redes sociais do Instituto. ✓ A DCOM criou o Jornal IFPA Transparente, que é composto por 8 páginas destinadas a notícias de todos os setores do IFPA, pesquisa, extensão, ensino, eventos, capacitação entre outros.	Concluído
Criar e atualizar perfil institucional em plataformas de redes sociais;	✓ A DCOM criou e abasteceu, regularmente, as redes sociais do Instituto. ✓ A DCOM gerencia as seguintes redes sociais: Facebook, Twitter, Issuu, You tube e Google+.	Concluído
Produzir e editar mídias	✓ A DCOM criou o Jornal IFPA Transparente, que é composto por 8 páginas destinadas a notícias de todos os setores do IFPA, pesquisa, extensão, ensino, eventos, capacitação entre outros. O Jornal existe em versão Impressa e digital. ✓ A DCOM produziu materiais em áudio e vídeo para o Instituto; ✓ A DCOM registra, em áudio, as reuniões do CODIR e CONSUP.	Concluído
Estratégias e meios para ampliar a comunicação	✓ Informativo IFPA NOTICIAS; ✓ Quadro de Avisos, físico e eletrônico; ✓ Mensagens por celular; ✓ Participação e Monitoramento de Redes sociais; ✓ Relacionamento com comunicadores locais, gestores políticos e associações.	Em andamento

Fonte: DCOM/IFPA

5.1.8 ÁREA: GESTÃO DE PESSOA

5.1.8.1 Objetivo Estratégico

No ano de 2014, a Diretoria de Gestão de Pessoas traçou objetivos buscando reorganização do setor combinado com a capacitação dos servidores para o melhor desenvolvimento das atividades e atendimento aos usuários dessa Diretoria. Desta forma, foram traçados os seguintes objetivos:

- Reestruturação física e expansão de pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Capacitação e qualificação dos servidores;
- Atendimento das orientações dos órgãos de controle.

5.1.8.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

5.1.8.2.1 Estratégias Adotadas

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável por boa parte do grande número de processos demandados pelos servidores da Reitoria e dos processos de assistências aos Câmpus do Interior. O alto número de demandas confirmou a necessidade do aumento do quadro de pessoal e dessa forma foram nomeados 13 servidores combinado com o Edital nº 02, de 08 de agosto de 2013 e removidos 2 servidores conforme de Edital N° 05/2014 de remoção do IFPA. O espaço físico precisou ser reestruturado para a alocação dos servidores para o bom desempenho das suas atividades. Atualmente, a Diretoria de Gestão de Pessoas conta com um espaço físico ampliado e suficiente para comportar 30 servidores e dois colaboradores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI estabeleceu a meta de capacitar 25% dos servidores em cursos de aprendizagem contínua. Considerando que em 2014, o IFPA tinha 687 técnico-administrativos e desses foram capacitados 212 servidores (114 pelo CAPACIT e 98 pela ESAF). O percentual de servidores técnicos administrativos capacitados é de 30,85 %.

No período de maio a dezembro de 2014, foram 22 demandas judiciais atendidas. Foram regularizadas inconsistências apontadas pelos acórdãos do Tribunal de Contas da União e outras estão em andamento. A Controladoria Geral da União através de auditoria também indicou procedimentos a serem adotados pelo IFPA quanto à declaração de parentesco dando continuidade ao atendimento das orientações dos órgãos de controle. O TCU, CGU e a AUDIN indicaram inconsistências referentes a docentes com acúmulo de cargos e, dessa forma, foram providenciadas a apuração e a devolução ao erário dos casos em que foram julgados pertinentes. Ressalta-se que os processos foram individualizados e ainda estão em andamento.

5.1.8.2.2 Avaliação de Risco

O risco quanto ao objetivo de Reestruturação física e expansão de pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas era o de interrupção das atividades no período de reformas da sala da DGP, entretanto, as atividades foram reduzidas no período de reforma e as demandas não foram prejudicadas. O risco do quadro de pessoal da DGP reduzido era a alta demanda de processos, o que poderia impossibilitar o atendimento das ocorrências. O risco de expansão de pessoal era que os novos servidores poderiam não se adaptar às rotinas da DGP, dessa forma as atividades foram desenvolvidas de acordo com as ações discutidas em reuniões, pensando na integração da equipe.

O risco de capacitação e qualificação dos servidores era o de não interesse dos servidores com os cursos ofertados e consequentemente o de não atingir a meta de qualificação indicada no PDI.

O risco do objetivo do atendimento das orientações dos órgãos de controle era a da tempestividade no atendimento das solicitações e orientações.

5.1.8.3 Revisão de Macroprocessos Internos

A revisão dos macroprocessos internos se deu analisando as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos. Visto que as metas estabelecidas foram alcançadas e superadas, os métodos de trabalho continuaram sendo executados da mesma forma sempre em observância ao PDI e às orientações dos órgãos de controle. Ressalta-se que ao longo do período os métodos podem ser aperfeiçoados traçando o caminho mais eficiente para alcançar as metas.

5.1.8.4 Adequação nas Estruturas de Pessoal e Mobiliária

Quadro 29: Quadro de pessoal recomendado

DGP (03 servidores)		
DIRETOR	ASSESSORIA	ASSISTENTE
01	01	01
	Formação: Secretariado Executivo ou Técnico em Tecnologia da Informação ou Tecnólogo em Gestão de Pessoas.	Formação: Assistente em Administração ou Técnico em Secretariado.

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (02 servidores)	
COORDENADOR GERAL	ASSISTENTE
01	01
Formação: Contabilidade ou Administração ou Direito.	Formação: Assistente em Administração ou Auxiliar em Administração.

CGTD (05 servidores)		
COORDENADOR	CHEFE DO SETOR DE CAPACITAÇÃO (Classe E/D)	CHEFE DO SETOR DE SELEÇÃO
01	02	02
Formação: Administração ou Contabilidade ou Tecnólogo em Gestão de Pessoas.	Formação (01): Tecnólogo em Gestão de Pessoas. Formação (01): Assistente em Administração ou Auxiliar em Administração.	Formação (01): Administrador ou Tecnólogo em Gestão de Pessoas. Formação (01): Assistente em Administração.

CGAP (08 servidores)			
COORDENADOR GERAL (Classe E)	ASSISTENTE (Classe D)	CHEFE DO SETOR DE PAGAMENTO (Classe E ou D)	CHEFE DO SETOR DE CADASTRO E MOVIMENTAÇÃO (Classe E ou D)
01	01	03	03
Formação (01): Administração ou Contabilidade ou Direito.	Formação (01): Assistente em Administração	Formação (01): Administrador ou Contabilidade; Formação (01): Técnico em Contabilidade; Formação (01): Assistente em Administração.	Formação (01): Administrador ou Contabilidade; Formação (02): Assistente em Administração.

SAP- SETOR DE APOSENTADORIA
01
Formação: Contabilidade ou Administração ou Direito.

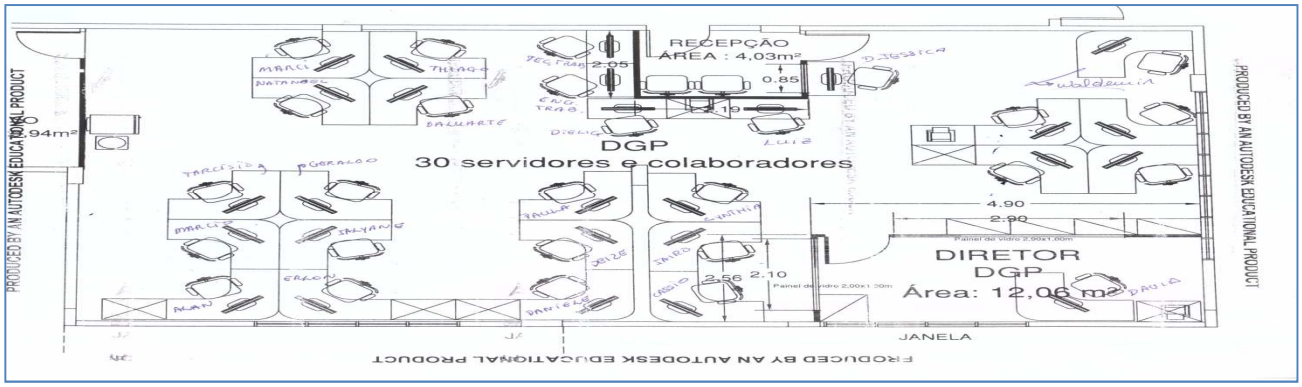
CGNOR (03 servidores)	
COORDENADOR (Classe E)	ASSISTENTES (Classe E ou D)
01	02
Formação: Administração ou Direito.	Formação: Administração ou Direito.

CGQV (09 servidores)				
COORDENADOR	ASSISTENTE	SEASS	SEPPS	SEGUR
01	01	02	04	02
Formação: Administração ou Psicologia ou área da saúde.	Formação: Assistente em Administração ou Auxiliar	Formação (02): Psicologia ou Assistente Social .	Formação (03): Médico. Formação (01): Técnica de Enfermagem	Formação (02): Segurança do Trabalho

Fonte: DGP/IFPA

Reforma e ampliação da sala da DGP, além da solicitação de aquisição de novos equipamentos de informática em consonância com a planta baixa do espaço.

Figura 3: Layout- Diretoria de Gestão de Pessoas



Fonte: DGP/IFPA

5.1.8.5 Execução do Plano de Metas ou Ações

5.1.8.5.1 Resultado das Ações Planejadas

Quadro 30: Resultados das Ações Planejadas da DGP: Ação/Obs Pertinentes/Status

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2013	Observações Pertinentes 2014	STATUS
Capacitação de todos os servidores que atuam na área de recursos humanos nos cursos: SIAPE cadastro, SIAPE folha, Lei 8.112/90, Legislação de Benefícios e Seguridade Social, Pensão e Aposentadoria, Extrator de dados e SICAJ	• Quantitativo de servidores que participaram dos cursos de capacitação relacionados: • Curso SIAPE CADASTRO: Reitoria 4, Câmpus Tucuruí 1, Câmpus Abaetetuba 1, Câmpus Castanhal 2, Câmpus Marabá Rural 1, Câmpus Santarém 1, Câmpus Itaituba 1, Câmpus Breves 1, Câmpus Marabá Industrial 1, Câmpus Bragança 1, Câmpus Altamira 2, Câmpus Conceição do Araguaia 1. • Curso SIAPE FOLHA: Reitoria 4 , Câmpus Tucuruí 1, Câmpus Abaetetuba 1, Câmpus Castanhal 2, Câmpus Marabá Rural 1, Câmpus Santarém 1, Câmpus Itaituba 1, Câmpus Breves 1, Câmpus Marabá Industrial 1, Câmpus Bragança 1, Câmpus Altamira 2, Câmpus Conceição do Araguaia 1. • Curso Aposentadoria: Reitoria 4, Câmpus Abaetetuba 1, Câmpus Castanhal 2, Câmpus Belém 2, Câmpus Bragança 1.	O quantitativo de servidores que atuam na área de recursos humanos que foram capacitados, no período de Agosto a Dezembro de 2014, nos seguintes cursos: ✓ SIAPE cadastro, foram 20 servidores; ✓ Controle patrimonial nas entidades públicas foi 17 servidores; ✓ Depreciação e outros aspectos patrimoniais foram 25 servidores; ✓ Processo Administrativo – PAD, foram 16 servidores; ✓ Tomada de contas especial, foram 18 servidores; ✓ Fiscalização de obras de engenharia foi 8 servidores; e ✓ Contratação de serviços terceirizados conforme INS do MPGO foram 14 servidores. No total foram 118 servidores capacitados.	Em andamento
Regularização do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC/TCU	Foi regularizado, porém ocorreram inconsistências no cadastro de alguns servidores no referido sistema, os quais estão sendo corrigidos.	Foram realizadas atualizações no SISAC de acordo com os Acórdãos TCU, entretanto ainda não foi levantamento do quantitativo.	Em andamento
Preparação e apresentação do Plano Anual de Capacitação do IFPA 2013.	Conclusão do Plano Anual de Capacitação 2013. Processo: 23051.006604/2013-92	Não houve plano anual de capacitação. Apenas a conclusão do plano anual de 2013 e inclusão de alguns cursos.	Concluído
Orçamento e execução do Plano Anual de Capacitação do IFPA 2013	• O Acordo de Cooperação Técnica com o CAPACIT/UFPA foi estabelecido em novembro/2013 com orçamento de R$ 494.587,50 e início imediato da execução. • Também foi estabelecido Termo de Cooperação com o CENTRESAF em outubro/2013, com os cursos sendo realizados no período de novembro a dezembro de 2013 e orçamento de R$ 56.361,88.	O contrato com o CAPACIT teve um aporte financeiro no valor de R$ 40.676,46 alterando o valor pactuado para R$ 535.263,96 conforme termo aditivo.	Concluído
Elaboração do Laudo Ambiental (Insalubridade e periculosidade)	A Diretoria de Gestão de Pessoas não possui até o momento em seu quadro de pessoal um Engenheiro em Segurança do Trabalho, cargo fundamental para o direcionamento técnico	A Diretoria de Gestão de Pessoas possui 1 (um) Engenheiro de em segurança no trabalho. O laudo técnico das condições ambientais de trabalho- LTCAT foi iniciado,	Em

Ação / Descrição	Observações Pertinentes 2013	Observações Pertinentes 2014	STATUS
	necessário para elaboração do referido laudo.	até o momento foi concluído os laudos das bibliotecas do Câmpus Belém e Bragança.	andamento
Elaboração, organização e execução do edital de Remoção Interna Docente	1º fase foi concluída no mês de abril/2013 com 12 remoções concluídas. 2º fase está em andamento com previsão de conclusão para 15/01/2014.	Tivemos o edital nº 8/2014 no mês de junho/2014 com 8 remoções concluídas. Ainda existem servidores para serem removidos, porém não têm substitutos.	Em andamento
Concurso Público Técnico-administrativo	Em andamento na fase de interposição de recursos, Recebimento de recurso administrativo contra resultado preliminar da prova objetiva.	Tivemos o edital nº 2/2013 no mês de agosto de 2013 e homologado em março de 2014,sendo nomeados 243 servidores, com validade até 14 março de 2015.	Em andamento
Concurso Público Docente	Em conclusão, com várias etapas realizadas faltando apenas resultado final, com homologação prevista para janeiro/2014.	Tivemos o edital nº 01/2013 no mês de julho de 2013 e homologado em 7 de fevereiro de 2014, sendo nomeados 132 servidores/docentes, com validade até 7 de fevereiro de 2015.	Em andamento
Elaboração de formulários e aprovação de Resoluções que regulamentam matérias da área de gestão de pessoas (resoluções de avaliação de desempenho, estágio probatório, Normas de Afastamento para ações de capacitação e para licença Capacitação dos servidores do IFPA).	Já foram aprovadas duas Resoluções em Janeiro/2013 (regulamentação de movimentações - redistribuição, remoção, exercício provisório e a regulamentação de pagamento em encargo de cursos e concursos).	Temos as instruções normativas referente as férias, substituição.	Em andamento
Execução de 9 Acórdãos TCU, 15 Recomendações de auditorias com prazos expirados	Os Acórdãos e recomendações de auditorias referem-se aos anos de 2001 a 2011.	Em andamento	Em andamento
Centralização das atividades de Pessoal do IFPA, conforme prevê o artigo 8º da Lei 11.892/2008.	Não há espaço físico e nem pessoal suficiente que comporte esta centralização até o momento atual.	Houve a estruturação da Diretoria de Gestão de Pessoas, sendo a expansão do espaço físico (layout) e o aumento do quantitativo de servidores através de concurso público, quanto à centralização até o momento está em andamento.	Em andamento

Fonte: DGP/IFPA

A Assessoria do Gabinete do IFPA solicitou, com base no relatório descrito acima, a execução das medidas necessárias, a fim de promover o atendimento das recomendações referentes a não apresentação das declarações de bens e rendas/autorização de acesso pelos ocupantes de cargos ou funções de confiança.

Inicialmente, cumpre esclarecer que, a fim de atender o disposto na IN TCU nº. 65, de 20/04/2011 e as recomendações descritas nos relatórios de nº. 201108750 e nº. 201305875 da AUDIN/IFPA, bem como o recomendado no Acórdão 1159/2011-1ªC, a DGP enviou no dia 22/01/2014, relatório com dados referentes às entregas para a AUDIN. Por sua vez, estes mesmos dados constaram no Relatório de Gestão 2013, enviado ao TCU em 31/03/2014.

Em 08/04/2014, esta DGP foi novamente questionada através do processo 23051.006220/2014-51, sobre pendências nas entregas das declarações de bens e rendimentos evidenciadas no exercício de 2010, cujo resultado já havia sido informado por meio do Relatório de Gestão 2013, enviado ao TCU em 31/03/2014. Neste relatório, fora apresentado como resultado um total de 432 servidores que não entregaram a declaração de bens e rendas, correspondendo a 33,96% do total apurado.

A partir da nova solicitação emitida pelo Gabinete da Reitoria (memorando nº. 004/2014-Assessoria/Reitoria), para fins de cumprimento do Relatório 201108750, a DGP solicitou aos Coordenadores de Recursos Humanos, por meio do Memorando Circular nº. 08/2014/DGP/IFPA, colaboração quanto à entrega imediata da Declaração de bens e valores ou autorização de acesso à declaração de ajuste anual, exercício 2013, ano calendário 2012.

Em atendimento à solicitação descrita anteriormente, a DGP informou ao gabinete, em 05/06/2014, que das ações feitas em colaboração com os Câmpus, do total de 1.272 servidores, o número de pendentes de regularização reduziu de 432 (33,96%) para 373 servidores (29,32%).

Tendo em vista que o número de inadimplentes permaneceu elevado, o Gabinete da Reitoria emitiu o memorando circular nº. 005/2014-GAB/REITORIA, solicitando aos Diretores dos Câmpus, a notificação de servidores para que apresentassem as referidas documentações, todavia, não houve atendimento de todos os Câmpus. Diante disso, até o presente momento, a DGP juntamente com a Auditoria vem empreendendo esforços para dirimir tais pendências.

Cumpre mencionar que dos 10 Câmpus que se apresentavam irregulares quanto à entrega da documentação, apenas o Câmpus Belém ainda se encontra com servidores em situação irregular.

Ressaltamos que restaram pendentes de regularização dois servidores do Câmpus Altamira. Este por sua vez, por meio do memorando circular nº. 036/2014-Coordenação de Recursos Humanos, informou que o servidor de matrícula nº. 2702809 fora exonerado e o de matrícula 2008371 fora redistribuído, bem como noticiaram que tentaram contato, mas não obtiveram retorno.

Por fim, a Reitora Pró-Tempore, Substituta - IFPA, por meio do despacho datado de 23 de dezembro de 2014, restituiu o processo à DGP para que fosse feita nova solicitação ao Câmpus Belém para fins de atendimento da demanda.

Ante ao exposto, a DGP informa que reiterou a diligência ao supracitado Câmpus, bem como que está no aguardo do atendimento e informações, para fins de consolidação e finalização desta demanda as quais serão prestadas por meio do processo 23051.006220/2014-51.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À CESSÃO DE SERVIDORES

Segundo consta no relatório 201108750 – Exercício 2010/Constatação AUDIN, constatou-se a cessão de 12 (doze) servidores sem atendimento das normas legais, em virtude do encerramento do prazo da cessão e da ausência de reembolso pelos órgãos cessionários. Diante disso, o órgão de controle determinou a notificação dos cedidos para retorno ao IFPA, bem como o levantamento dos valores atinentes ao reembolso.

Assim, informamos que estão sendo adotadas as medidas administrativas referentes ao levantamento dos valores atinentes a cada servidor descrito no relatório, a fim de subsidiar a cobrança dos valores devidos junto aos órgãos cessionários.

Quanto à notificação para retorno dos servidores, cumpre destacar que dos 12 (doze) servidores descritos no relatório, apenas 04 (quatro) servidores permanecem cedidos, sendo que 02 (dois) prestam suas atividades junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e 02 (dois) junto ao Ministério da Defesa.

Ressaltamos que, embora se tratem de requisições, estaremos providenciando a notificação dos referidos órgãos para retorno dos servidores, conforme determinação do órgão de controle.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À INSALUBRIDADE

O pagamento de insalubridade é realizado para servidores que se encontram exercendo atividade em local insalubre, conforme determinados em laudos realizados para identificação destes locais.

Analisando o sistema SIAPE, verificou-se que os pagamentos efetuados de adicional de insalubridade são realizados aos servidores localizados no Câmpus Castanhal e Câmpus Belém na sua grande maioria.

A Diretoria de Gestão de Pessoas, analisando os pagamentos, descobriu que estes são efetuados com base nos laudos do ano 2011, referente ao Câmpus Castanhal, e no laudo do ano 2008, referente ao Câmpus Belém, ou seja, não se observa qualquer atualização nos referidos laudos, bem como da confirmação se os servidores abrangidos pelo adicional à época da elaboração dos laudos ainda estão lotados nos referidos locais insalubres.

Diante da ausência de atualização dos laudos, a DGP providenciou a notificação das Diretoriais Gerais dos Câmpus mencionados acima, para que fossem informados os nomes dos servidores lotados nos locais informados nos laudos desatualizados, para que fosse realizada a

conciliação entre o pagamento do adicional com a respectiva lotação do servidor. Cumpre ressaltar que os casos já identificados foram suspensos os pagamentos do adicional de insalubridade, dando continuidade às diligencias com a solicitação ao setor de qualidade de vida CGQV para que providencie a atualização dos laudos para identificar e regularizar os pagamentos do referido adicional.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO AO CADIN

Cumprimento de 14 (quatorze) processos de registro junto ao CADIN, em atendimento aos ofícios/decisões do TCU, conforme os Acórdãos a seguir:

Quadro 31: Quadro de ações e resultados CADIN

Processo n° 23051.003296/2014-24	Acórdão nº 1937/2012 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.003297/2014-79	Acórdão nº 1937/2012 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.010357/2014-18	Acórdão nº 2295/2013 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.010358/2014-54	Acórdão nº 2295/2013 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012492/2014-90	Acórdão nº 7698/2010 – TCU 1ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012493/2014-34	Acórdão nº 7698/2010 – TCU 1ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012496/2014-78	Acórdão nº 7698/2010 – TCU 1ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012498/2014-67	Acórdão nº 7698/2010 – TCU 1ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012799/2014-91	Acórdão nº 9911/2011 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012800/2014-87	Acórdão nº 9911/2011 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012801/2014-21	Acórdão nº 9911/2011 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.012802/2014-76	Acórdão nº 9911/2011 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.022183/2014-28	Acórdão nº 1046/2014 – TCU 2ª C	Registro Realizado
Processo n° 23051.022185/2014-17	Acórdão nº 1046/2014 – TCU 2ª C	Registro Realizado

Fonte: DGP/IFPA

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À SENHA PARA ACESSO AO SISTEMA SIAPE

Houve o cumprimento da normativa (IN nº 04/06- MPOG e atualização) de acesso ao sistema SIAPE, bem como iniciamos o recadastramento de operadores vinculados aos recursos humanos nos termos da portaria nº 389/2011 do órgão.

Foram enviados formulários de habilitação ao sistema SIAPE e termo de responsabilidade aos 18 (dezoito) Câmpus para cadastramento e atualização dos usuários do sistema integrado, sendo que até o momento já foram atingidos 66% do objetivo, ressaltando que os trabalhos de atualização continuam para atingir 100% em 2015.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À CARTEIRA DE PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIO

Com o termo de contrato assinado entre o IFPA e o CIEE, a DGP implantou no Setor de Pagamento a carteira de estagiário com a atribuição de controle e pagamento das bolsas dos estagiários.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À GESTÃO DE PROCESSOS

Criação de um setor de controle de entrada e saída de processos na DGP, com a alteração do quadro de terceirizados, contratação de 01 (um) estagiário, além da disponibilidade de 01 (uma) de

vaga para o cargo de arquivista.

A partir da reestruturação da equipe, os processos passaram a ser controlados via SIPAC, planilha eletrônica, além do controle de prazo no sistema institucional.

Acrescentamos que implantamos o modelo de gestão por processos, que tem como essência todos os setores no mesmo espaço e integrados.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À GESTÃO DE EQUIPE

A partir do novo espaço, implantamos o modelo de integração entre os setores da DGP, melhorando o fluxo de processo e de informações sobre os diversos temas que rodeiam o setor de recursos humanos.

Implantação de uma gestão alinhada e integrada com as Coordenações de Gestão de Pessoas dos Câmpus, inclusive com acolhimento no espaço da DGP para treinamento e facilidade no fluxo de informações com a equipe da Reitoria.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS

Houve o cumprimento de todas as demandas judiciais de maio a dezembro de 2014, totalizando aproximadamente 22 (vinte e dois) ações ou ainda ações que foram defendidas em conjunto com a Procuradoria Federal, além de demandas interpostas pelo MPF.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO AOS ACÓRDÃOS DO TCU

Regularização de cadastro

Proc. 23051.009986/2014-97 Proc. 23051.010121/2014-73	Acórdão nº. 2210/ 2014-TCU-1ª Câmara	Cópia do Acórdão nº. 2210/2014-TCU-1ª Câmara encaminhado por meio do Mem. 147/2014-GAB/Reitoria e Memorando nº. 071/2014-AUDIN

O Acórdão referenciado acima determinou o cadastro de novos atos de sistema SISAC referente a 15 (quinze) servidores, corrigindo as falhas ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas fossem confirmadas.

Assim, foram adotadas as medidas administrativas necessárias no intuito de regularizar os atos de admissão dos 15 (quinze) servidores, conforme a determinação em epígrafe.

Ressalte-se que após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providências pertinentes ao caso.

Proc. 23051.014357/2014-89	Acórdão nº. 3105/2014-TCU-1ª Câmara	Cópia do Acórdão nº. 3105/2014-TCU-1ª Câmara encaminhado por meio do Ofício nº. 8305/2014-TCU-SEFIP, de 6/8/2014

O Acórdão em referência determinou o cadastro de novos atos de sistema SISAC referente a 20 (vinte) servidores, corrigindo as falhas ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas fossem confirmadas.

Assim, foram adotadas as medidas administrativas necessárias no intuito de regularizar os atos de admissão de todos os servidores mencionados no Acórdão, conforme a determinação em epígrafe. Após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providencias pertinentes ao caso.

Cabe destacar que o TCU reiterou o pedido de cumprimento, por meio do Ofício

13531/2014-TCU/SEFIP, de 12/11/2014, embora já tivessem sido adotadas as medidas administrativas cabíveis.

Assim, oficiou-se ao TCU informando o atendimento das demandas atinentes ao acórdão em destaque.

Proc. 23051.009987/2014-31	Acórdão nº. 2935/2014-TCU-1ªC e Acórdão nº. 2936/2014-TCU-1C	Cópia do Acórdão nº. 2935/2014-TCU-1ªC e Acórdão nº. 2936/2014-TCU-1C encaminhado por meio do Mem.075/2014-AUDIN

O Acórdão nº. 2935/2014-TCU-1ªC, em referência, determinou o cadastro de novos atos de sistema SISAC referente a 20 (vinte) servidores, enquanto que o Acórdão nº 2936-TCU-1C mencionou 02(dois) servidores, para que fossem corrigidas falhas ou preenchido o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas fossem confirmadas.

Assim, adotaram-se as medidas administrativas necessárias no intuito de regularizar os atos de admissão dos servidores mencionados nos Acórdãos.

Porém, não foi possível concluir a demanda do Acórdão nº. 2935/2014-TCU-1ªC em sua totalidade, pois restaram pendentes de atendimento apenas os referentes aos servidores James Leão de Araújo e Laurenir Santos Peniche.

No que tange ao servidor James Leão de Araújo a data da posse estava cadastrada com prazo superior a 30 dias contados da nomeação. Diante disso, foi solicitado ao Câmpus providências para regularização, porém, em que pese a correção com a data da posse, foram detectadas inconsistências quanto aos documentos probatórios sobre a realização da posse, fato este levado ao conhecimento do Gabinete da Reitoria para providências administrativas cabíveis.

Quanto à servidora Laurenir Santos Peniche, foram encontradas inconsistências entre a data da nomeação e a data da posse. Porém, após diligências administrativas, observou-se que a servidora encontrava-se de licença ao tempo da nomeação, justificando assim o lapso temporal transcorrido. Em virtude disso, o referido processo fora encaminhado ao setor de cadastro para as retificações necessárias, a fim de dar cumprimento ao contido no Acórdão.

Ressalte-se que no decorrer do andamento processual, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providências pertinentes ao caso.

Proc. 23051.006270/2014-38	Solicitação de Auditoria nº. 201108750 – TCU	248 registros de servidores para retificação no cadastro, com o trabalho concluído em sua totalidade em 31/01/2015.

O processo acima apresenta a identificação de 248 registros de servidores para retificação dos referidos cadastros.

Esta Instituição de ensino foi notificada em relação ao cadastramento no SISAC, onde foram atualizadas aproximadamente 303 (trezentos e três) cadastros de servidores que estavam pendentes de homologação junto ao TCU.

- **Aposentadoria**

Proc. 23051.013610/2014-87	Acórdão nº. 4053/2014 (Acórdão Relacionado nº. 2523/2014-TCU-1ªC e nº. 5956/2012-TCU-1ªC).	Cópia do Acórdão nº. 4053/2014 encaminhado por meio do ofício nº. 7854/2014-TCU/SEFIP, de 29/7/2014.

O processo em epígrafe trata sobre os embargos de declaração opostos pelas partes Regina Célia Fernandes da Silva em face do Acórdão nº. 2.523/2014-TCU-1ªC, e José Fernando de Medeiros em face do Acórdão nº. 5956/2012-TCU-1ªC, que no reexame das matérias, manteve

inalterada a decisão da E. Corte, considerando ilegais concessões referentes às suas respectivas aposentadorias, em razão de pagamentos de valores acima do devido.

Em atenção à determinação do TCU, a DGP noticiou à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP), acerca do cumprimento tempestivo do ofício nº. 7854/2014-TCU-SEFIP, bem como prestou as seguintes informações: a) que está acompanhando o processo nº. 2002.39.00.001886-1, em trâmite no TRF da 1ª Região, para cumprir toda e qualquer decisão imposta pelo Egrégio Tribunal; b) que estão sendo adotadas as devidas providências no sentido de emitir novo ato de registro de concessão de aposentadoria dos embargantes, livre de irregularidades; c) que fora dada ciência aos embargantes acerca da decisão da emitida pelo TCU, por meio dos ofícios nº. 181/2014/DGP e nº. 182/2014/DGP.

Ressalte-se que após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA para ciência e demais providencias pertinentes ao caso.

Proc. 23051.013334/2014-57	Acórdão nº. 3633/2014-TCU-1ª Câmara	Cópia do Acórdão nº. 3633/2014 encaminhado por meio do ofício nº. 7248/2014-TCU/SEFIP, de 21/7/2014.

O Acórdão considerou legal (ais) para fins de registro o(s) ato(s) de aposentadoria do servidor Paulo Roberto Centeno Lobo. Diante disso, o TCU encaminhou ao IFPA o Ofício 7248/2014-TCU/SEFIP, de 21/7/2014, para conhecimento e anotação na(s) respectiva(s) pasta (s) funcional(is) do servidor. Diante disso, foram adotadas as devidas providências quanto ao arquivamento dos documentos, conforme exarado no acórdão.

Ressalte-se que após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providências pertinentes ao caso.

- **Pensão**

Proc. 23051.012876/2014-11	Oficio 6327/2014-TCU/SEFIP, de 3/7/2014.	O Ofício nº. 6327/2014-TCU-SEFIP, de 3/7/2014, reiterou a solicitação provocada por meio do ofício 4347/2014-TCU/SEFIP, de 22/5/2014

Trata-se da diligência efetuada pelo Tribunal de Consta da União – TCU acerca da pensão civil por morte concedida a Maria Raimunda Alves Lima (CPF: 401.044.782-68), atualmente única beneficiária de Osmarino Torres de Lima (CPF: 008.416.762-91), ex-servidor deste IFPA falecido em 03/08/91.

De acordo com o teor do Ofício 4347/2014-TCU/SEFIP, de 22/5/2014, reiterado pelo Ofício nº. 6327/2014-TCU-SEFIP, de 3/7/2014, o TCU solicitou o encaminhamento de cópia do referida comunicação à interessada no processo Maria Raimunda Alves ou aos seus respectivos representantes legais para ciência do seu direito de defender a legalidade de sua aposentadoria ou pensão perante o supramencionado órgão de controle.

Na oportunidade, solicitaram em relação à pensão instituída por Osmarino Torres de Lima (CPF: 008.416.762-91), o encaminhamento de documento comprobatório referente à dependência econômica do(a) filho(a) maior de 21 anos e inválido em relação ao instituidor, enquanto vivo, e a cópia do laudo pericial, emitido por junta médica oficial, que ateste a invalidez e sua pré-existência ao momento do óbito do instituidor (Súmula TCU nº. 271/2012).

Em atendimento ao Ofício 4347/2014-TCU/SEFIP, encaminhou-se correspondência (ofício 147/2014/DGP/REITORIA) a Maria Raimunda Alves Lima, a qual fora recebida por sua curadora, Sra. Elisângela Maria Alves Lima.

Outrossim, foi expedido ao TCU o ofício 180/2014/DGP Reitoria, encaminhando o comprovante de ciência da representante legal da pensionista, bem como as documentações solicitadas pelo órgão de controle.

- **Admissão legal**

Proc. 23051.012879/2014-46	Acórdão nº. 3305/2014-TCU-1ª Câmara	Cópia do Acórdão nº. 3305/2014 encaminhado por meio do ofício nº. 6072/2014-TCU/SEFIP, de 1/7/2014.

O Acórdão em referência considerou legal (is) para fins de registro o(s) atos de admissão de 45 (quarenta e cinco) servidores. Diante disto, o TCU encaminhou ao IFPA o Ofício 6072/2014-TCU/SEFIP, de 1/7/2014, para conhecimento e anotação na(s) respectivas pastas funcionais. Diante disso, foram adotadas as devidas providências quanto ao arquivamento dos documentos nas pastas funcionais dos 45(quarenta e cinco) servidores mencionados no acórdão.

Ressalte-se que após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providencias pertinentes ao caso.

Proc. 23051.018908/2014-83	Acórdão nº. 5507/2014-TCU-1ª Câmara	Cópia do Acórdão nº. 5507/2014-TCU-1ª Câmara encaminhado por meio do ofício nº. 11655/2014-TCU/SEFIP, de 14/10/2014.

O Acórdão considerou legal (is) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de Josivan da Cruz Beltrão. Diante disso, o TCU encaminhou ao IFPA o Ofício nº. 11655/2014-TCU/SEFIP, de 14/10/2014, para conhecimento e anotação na(s) respectiva(s) pasta(s) funcional (is) do servidor. Diante disso, foram adotadas as devidas providências quanto ao arquivamento dos documentos conforme exarado no acórdão.

Ressalte-se que após os registros, os autos foram remetidos à Auditoria deste IFPA, para ciência e demais providencias pertinentes ao caso.

- **Atualização de dados cadastrais – exercício 2000**

Proc. 23051.008391/2014-14	Acórdão nº. 6244-/2010-TCU	Promoveu a emissão e encaminhamento do Memorando Circular nº. 11/2014/DGP/IFPA às Coordenações de Recursos Humanos

O Acórdão nº. 6244-/2010-TCU trata da Tomada de Contas Simplificada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará CEFET/PA, referentes ao exercício de 2000.

O item 6 do supracitado acórdão determinou a atualização dos registros cadastrais dos servidores do CEFET/PA no SIAPE, e a transferência destes dados ao SIAPECAD.

Inicialmente, a DGP emitiu o Memorando Circular nº. 11/2014/DGP/IFPA, de 23 de maio de 2014, encaminhado às Coordenações de Recursos Humanos dos Câmpus deste IFPA, solicitando ações imediatas e contínuas quanto à convocação dos servidores para atualizarem seus dados cadastrais, com posterior transferência ao SIAPECAD.

Porém, considerando que o referido acórdão não informa quais dados devem ser atualizados, bem como tendo em vista que se trata de um acórdão antigo, já que se refere ao exercício de 2000, solicitamos auxílio à AUDIN para que nos auxiliasse acerca de informações que pudessem viabilizar o fiel cumprimento da determinação. Contudo, ainda não obtivemos resposta até o presente momento.

- **Recomposição ao erário de valores pagos indevidamente**

Proc. 23051.008384/2014-12	Acórdão TCU nº. 1159/2011-1ª Câmara - Relatório CGU 116473	Promoveu a emissão de GRU referente ao ressarcimento ao erário pelo servidor Antônio Cláudio Fernandes Farias, restando pendente o servidor Antônio Carlos Pinheiro Teixeira

O TCU, por meio do item 9.3.3 do Acórdão nº. 1159/2011-1ª C, determinou a recomposição ao erário dos valores pagos indevidamente ao servidor Antônio Cláudio Fernandes Farias.

Diante disso, a DGP adotou as medidas administrativas cabíveis para a devolução dos valores, sem, contudo lograr êxito.

Os autos foram remetidos à AUDIN para conhecimento, sugerindo encaminhamentos para cobrança por via judicial.

AÇÕES E RESULTADOS QUANTO À DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Em atendimento à determinação constante na Nota de Auditoria nº 01/2009, da Controladoria Geral da União – CGU, conforme disposição no Decreto nº 6.906, de 21/12/2009, da Presidência da República, que obriga a apresentação de declaração acerca da existência de vínculo matrimonial, de companheirismo ou parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal, pelos agentes públicos ocupantes de cargo de natureza especial; e ocupantes de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, inclusive existência de vínculo matrimonial, de companheirismo ou de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com estagiário, terceirizado ou consultor contratado por organismo internacional que prestem serviços para o órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional onde o agente exerce atividade.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
5.2.1 Ações
5.2.1.1 Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro 32: Ações/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181				Tipo:	Operações especiais	
Descrição	Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores Civis						
Iniciativa							
Objetivo			Código:				
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código:	0089	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	30.005.868,00	33.478.570,00	32.933.609,69	32.933.609,69	32.933.609,69	-	-

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 0181:

Corresponde ao Pagamento de Aposentadorias e Pensões relativo a servidores Civis, esta ação pertencente ao programa 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União), foi executada durante o exercício de 2014 dentro da normalidade, ou seja, os pagamentos de aposentados e pensionistas foram realizados em dia e de acordo com a legislação vigente.

Os recursos orçamentários alocados nesta ação neste exercício não foram suficientes inicialmente, para pagamento desta ação aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão, fazendo-se necessário, a solicitação de créditos suplementares na ordem de R$ 3.472.702,00.

A necessidade de crédito adicional deu-se em decorrência de o aporte orçamentário, previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício, ocasionado principalmente pela concessão de aumento salarial aos servidores Públicos Federais (Professores e Técnicos Administrativos), o que impacta diretamente nos vencimentos de servidores aposentados e de pessoas que são beneficiárias de pensões, outro fator preponderante foi o numero de servidores que se aposentaram, além do aumento de pensões por morte de servidores.

Identificação da Ação	
Código	**00G5** **Tipo:** Operação especial
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Iniciativa	
Objetivo	**Código:**
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais **Código:** 0901
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	4.727,00	4.727,00	4.727,00	-	-	-	4727,00

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001-Nacional	Pagamento de Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - Nacional.	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001-Nacional	0,01	-	0,01	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Situacional da ação 00G5:

Corresponde à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Esta ação pertencente ao programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais).

Neste exercício, esta ação foi executada dentro da normalidade. Essas contribuições são impostos patronais, incidentes sobre os pagamentos de precatórios realizados aos servidores do Órgão (IFPA).

Nesta ação, a PROAD recebeu e executou todos os recursos desta ação a **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). Estes repasses serviram para pagar a contribuição patronal sobre precatórios a serem pagos a servidores do IFPA. Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 0,01 foram cancelados na totalidade por não ser devido.

Identificação da Ação							
Código	**0005**				**Tipo:** Operação especial		
Descrição	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios)						
Iniciativa							
Objetivo	**Código:**						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais **Código:** 0901						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	61.393,00	62.993,00	62.993,00	57.690,94	57.690,94	-	5.302,06

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Pagamento de Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) no Estado do Pará	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Situacional da ação 0005:

Corresponde ao Cumprimento de Sentença Judicial Transita em Julgado (Precatórios), devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas. Esta ação pertence ao programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais).

Neste exercício, esta ação foi executada dentro da normalidade, ou seja, os pagamentos de precatórios estabelecidos na Lei Orçamentária Anual foram realizados de acordo com a legislação vigente.

Nesta ação, a PROAD recebeu e executou todos os recursos desta ação a **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), estes repasses serviram para pagar precatórios, a servidores do Órgão (IFPA).

Identificação da Ação	
Código	**20RJ** **Tipo:** Atividade
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presenciais e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho**.** **Código:** 0597
Programa	Educação Básica **Código:** 2030
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2014

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	1.484.200,00	1.484.200,00	337.303,94	173.707,54	173.707,54	-	163.596,40

Execução Física da Ação – Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Programa PROCAMPO	Pessoa beneficiada	326	244	244
0015 - Pará	Educação em Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	150	-	150
0015 - Pará	Educação de Jovens e Adultos	Pessoa beneficiada	120	-	120
0015 - Pará	Educação Étnico Racial	Pessoa beneficiada	70	-	70

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	155.588,85	84.788,01	17.840,07	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Situacional da ação 20RJ:

Corresponde ao Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica. Esta ação pertencente ao programa 2030 (Educação Básica). Neste exercício, esta ação foi executada dentro da normalidade, ou seja, os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual foram suficientes para atendimento das metas.

Dentro desta ação destacamos a execução das seguintes metas:

PROCAMPO:

- Neste exercício de 2014 foram beneficiadas 244 pessoas.

- **Fatores que contribuíram para execução do PROCAMPO**:

A atuação das coordenações de Licenciatura em Educação do Campo foi fundamental para a finalização dos cursos, tanto na organização documental, quanto na viabilização pedagógica das ações dos cursos. Houve a organização das bancas de conclusão de curso, apoio ao deslocamento docente e discente para participação das bancas de conclusão de curso, deslocamento dos docentes para as comunidades rurais.

- **Fatores que dificultaram a execução do PROCAMPO**:
  - Os recursos chegaram à Instituição quando os alunos estavam na fase de conclusão de curso, quando já não era possível executar a maioria das ações.
  - Não havia docente no quadro permanente para atuação, não há disponibilidade de recurso para pagamento de pessoas físicas e para docentes externos.

- **Principais resultados obtidos do PROCAMPO**:
  - Realização dos procedimentos necessários à formatura discente;
  - Socialização para aproximação dos coordenadores locais com as das licenciaturas, reorganização dos projetos pedagógicos dos cursos, socialização dos conhecimentos adquiridos associados à vivência e à experiência de vida profissional do aluno. Baixa evasão escolar, acompanhamento permanente dos alunos nos movimentos sociais e rurais.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

- Neste exercício, foram beneficiadas 150 pessoas.

- **Fatores que dificultaram a execução do curso de Educação em Direitos Humanos**:
  - Fatores que dificultaram a execução do programa Educação em Direitos Humanos: A dificuldade de disponibilidade de servidores para desenvolver o curso.

- **Principais resultados obtidos do curso de Educação em Direitos Humanos:**
  - O curso de EDH busca formar profissionais da educação básica da rede pública de ensino para fortalecer o diálogo de saberes referentes à educação em direitos humanos. O EDH integra a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no âmbito da Formação Continuada, cuja finalidade, em colaboração com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é a formação inicial e continuada dos professores das redes públicas da educação básica. O curso faz parte do Catálogo de Cursos de Formação Continuada do MEC e é financiado via Plano de Ações Articuladas - PAR.
  - Foi lançado o edital para preenchimento das vagas no final de 2014, este curso acontece em parceria com a Secretaria de Educação SEDUC e previa o preenchimento de 150 vagas, assim distribuídas, por municípios: Ananindeua (25 vagas); Belém (50), Benevides (15); Muaná (15); Salvaterra (15); Santa Bárbara (10); São Sebastião da Boa Vista (10); Soure (10).O curso iniciará apenas em 2015.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

- Neste exercício, foram beneficiadas 120 pessoas.

- **Fatores que dificultaram a execução do curso de Educação de Jovens e Adultos**:
  - Fatores que dificultaram a execução do curso de Educação de Jovens e Adultos: A dificuldade de disponibilidade de servidores para desenvolver o curso.

- **Principais resultados obtidos do curso de Educação de Jovens e Adultos:**
  - O curso de EJA integra a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no âmbito da Formação Continuada e faz parte do Catálogo de Cursos com Formação Continuada do MEC, é financiado via Plano de Ações Articuladas - PAR.
  - O objetivo principal é proporcionar aos profissionais da educação, a formação continuada e o acesso ao debate sobre a educação de jovens e adultos na diversidade e conhecer o contexto sociopolítico da EJA no Brasil e seus impactos na formação dos educandos e educadores. Ofertado na modalidade à distância, o curso tem carga horária de 180 horas e terá duração de seis meses, e ocorrerão no período de Novembro/2014 a Abril/2015.
  - O Processo Seletivo prevê o preenchimento de 120 vagas, assim distribuídas por municípios:
    Ananindeua (15 vagas); Belém (25); Benevides (10); Muaná (25), Salvaterra (10); Santa Bárbara (10); São Sebastião da Boa Vista (15); e Soure (10). O curso iniciará apenas em 2015

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:

- Neste exercício, foram beneficiadas 70 pessoas.

- **Fatores que dificultaram a execução do curso de Educação para as Relações Étnico Raciais**:
  - Fatores que dificultaram a execução do programa Educação para Relações Étnico-Raciais: A dificuldade de disponibilidade de servidores para desenvolver o curso.

- **Principais resultados obtidos do curso de Educação em Direitos Humanos:**

  - O curso tem como objetivo qualificar profissionais da educação para atender à Lei 10.639, de 2003 que altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino público a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", bem como induzir o aprofundamento teórico e metodológico consistente no que diz respeito à Educação das Relações Étnico-raciais e cultura Afro-Brasileira e Africana. Estão aptos a concorrer à vaga os professores da Educação Básica das redes públicas de ensino federal, estadual ou municipal do estado do Pará, com vínculo empregatício no município em que se inscrever;
  - À Secretária de Educação SEDUC caberá à realização do Processo Seletivo dos Cursistas, com as regras descritas no Edital, as inscrições por meio eletrônico, a publicação do resultado da seleção e análise de recursos, se for o caso. Ao IFPA caberá a efetivação das matrículas dos candidatos selecionados, execução do Curso e certificação dos cursistas ao final da formação;
  - O Processo Seletivo visa ao preenchimento de setenta vagas, assim distribuídas, por municípios: Ananindeua (14 vagas); Belém (30); Benevides (04); Castanhal (07);

Polo de Marituba (06); Santa Bárbara (03); Santa Izabel (04); e Santo Antônio de Tauá (02). O curso iniciará apenas em 2015;

- Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 155.588,85. Foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com aquisição de material de consumo e serviços de exercícios anteriores, com montante pago de R$ 84.788,01. Houve ainda cancelamento de materiais e serviços não realizados ou entregues, no montante de R$ 17.840,07. O saldo restante de R$ 52.960,77 são de materiais ou serviços que estão aguardando a entrega ou prestação dos mesmos.

Identificação da Ação	
Código	**20RG** **Tipo:** Atividade
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. **Código**: 0582
Programa	Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 2031
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	29.675.214,00	29.675.214,00	28.955.986,86	4.236.947,27	4.236.947,27	-	24.719.039,59

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Expansão e Reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, no Estado do Pará.	Projeto Viabilizado	5	30	30

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	30.020.987,64	16.586.545,30	569.843,77	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Situacional da ação 20RG:

Correspondeu à Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação pertence ao programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica).

A execução da referida ação foi de 97,58% no exercício de 2014.

Esta ação foi disponibilizada para atendimento dos 17 Câmpus, além da Reitoria e de 01 Câmpus Avançado: sendo que a meta inicial era atender a 5 projetos, mas neste exercício foram viabilizados 18 Obras e no mínimo 12 aquisições de Equipamentos ou Acervo Bibliográfico, assim descriminados:

- **Realização de Obras e Instalações**:
  - Construção do Bloco Pedagógico do Câmpus Ananindeua;
  - Construção da 2º etapa do Câmpus de Óbidos;
  - Construção Pórtico e Urbanização da Reitoria do IFPA;
  - Construção do Centro Educação à distância na Reitoria do IFPA;
  - Construção do Restaurante Estudantil do Câmpus Bragança;
  - Construção do Almoxarifado do Câmpus Marabá Rural;
  - Construção da Uniepe Casa da Farinha do Câmpus Marabá Rural;
  - Construção da Uniepe Casa do Mel do Câmpus Marabá Rural;
  - Construção rede elétrica e dados do Câmpus Marabá Rural;
  - Construção da Quadra de Esportes do Câmpus Marabá Rural;
  - Construção do Bloco Pedagógico do Câmpus Castanhal;
  - Construção do Complexo Esportivo do Câmpus Castanhal;
  - Construção do Bloco Pedagógico e Salas de Aulas do Câmpus Avançado de Vigia de Nazaré;
  - Construção do Bloco Pedagógico e Ensino do Câmpus Tucuruí;
  - Construção e Urbanização do Câmpus Tucuruí;
  - Construção da Cerca do Ceagro do Câmpus Conceição do Araguaia;
  - Conclusão do Câmpus de Breves 1ª etapa;
  - Construção do Bloco de Mecânica do Câmpus Abaetetuba.

- **Aquisição de Equipamentos e Material Permanente**:
  - Aquisição de quadros de salas de aulas do Câmpus de Óbidos;
  - Aquisição de equipamentos Informática para o Câmpus Cametá;
  - Aquisição de 06 Veículos para os (Câmpus de Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Câmpus Avançado de Vigia de Nazaré);
  - Aquisição de equipamentos de TI para atender a Diversos setores da Reitoria;
  - Aquisição de equipamentos para Educação a Distância do IFPA;
  - Aquisição de Acervo Bibliográfico para os Câmpus de (Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas);
  - Aquisição de Acervo Bibliográfico para o Câmpus Bragança;
  - Aquisição de Veiculo para o Câmpus Bragança;
  - Aquisição de Instrumentos Musicais para o Câmpus Itaituba;
  - Aquisição de Mobiliário Escolar para os Câmpus (Câmpus de Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas);
  - Aquisição de equipamentos Informática para o Câmpus de Paragominas;
  - Aquisição de equipamentos Diversos para o Câmpus de Paragominas.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 30.020.987,64.Foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com aquisição de material permanente e obras do exercício de 2013e teve um montante pago de R$ 16.586.545,30. Houve ainda cancelamento de obras não realizadas e de equipamentos não entregues, equivalente ao montante de R$ 569.843,77. O saldo restante de R$ 12.864.598,57 são de obras em andamento e de equipamentos que estão aguardando a entrega.

Identificação da Ação	
Código	**20RL** **Tipo:** Atividade
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.
Objeto	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. **Código:** 0582
Programa	Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 2031
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual – 2014

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	69.402.061,00	73.594.948,00	66.181.891,65	46.758.268,34	45.653.395,49	1.104.872,85	19.423.623,31

Execução Física da Ação – Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo estado.	Estudante matriculado	17.152	18.925	18.925

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	41.437.516,81	28.286.836,53	2.375.400,62	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 20RL:

Correspondeu ao Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação pertence ao programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica).

A execução desta ação ocorreu dentro da normalidade, ou seja, os montantes empenhados foram suficientes para atender as demandas do Órgão e de suas unidades, tendo como destaque a realização de obras e aquisição de equipamentos, assim como os gastos com Diárias e Passagens e contratos de terceirização, Vigilância e Limpeza.

A grande dificuldade encontra na execução desta ação ocorreu em virtude da greve de servidores ocorrida em 2014.

Os principais objetivos alcançados foi a realização de diversas obras nos Câmpus que tem dominialidade e a estruturação dos Câmpus, através da aquisição de equipamentos, o que permite oferecer um ensino de qualidade.

Os recursos orçamentários, alocados nesta ação no exercício, foram de maior expressividade com propósito de oferecer todas as condições orçamentárias e financeiras, para que a atividade fim da Instituição aconteça da melhor forma possível.

O IFPA ao longo do exercício de 2014 atendeu no mínimo18.925 alunos matriculados, dos 17.152 previstos, cumprindo a sua função social que é ofertar o ensino público gratuito e de qualidade para os jovens e adolescentes dentro e fora do Estado do Pará.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 41.437.516,81 foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com aquisição de material permanente, de serviços em geral e obras de exercícios anteriores, com montante pago de R$ 28.286.836,53. Houve ainda cancelamento de obras não realizadas e de equipamentos e serviços não entregues, no montante de

R$ 2.375.400,62. O saldo restante de R$ 10.775.279,66 são de obras em andamento, de equipamentos e serviços que estão aguardando a entrega.

Identificação da Ação	
Código	**2994** **Tipo:** Atividade
Descrição	Assistência ao Educando da educação profissional
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.
Objeto	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. **Código:** 0582
Programa	Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 2031
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual - 2014

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	14.561.467,00	14.561.467,00	13.360.601,67	8.758.281,79	7.344.366,39	1.413.915,40	4.602.319,88
7000-Câmpus Itaituba -Pará	100.000,00	100.000,00	100.000,00	96.400,00	96.400,00	-	3.600,00

Execução Física da Ação - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência ao Educando da educação profissional	Beneficio Concedido	13.000	9.375	9.375
7000 – Câmpus Itaituba - Pará	Assistência ao Educando da educação profissional	Beneficio Concedido	1	160	160

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	5.387.110,17	2.230.282,16	178.998,11	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2994:

Correspondeu à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação é pertencente ao Programa 2031(Educação Profissional e Tecnológica).

A execução desta ação aconteceu por todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação Tecnologia do Pará, na sua grande maioria, foi utilizada para aquisição de merenda escolar, pagamento de bolsa de estudo e auxílio moradia, Transporte e Alimentação, além de outras ações.

- Vale destacar que foram concedidos 9.535 benefícios dos 13.001 previstos.

Esta ação dividiu-se em dois localizadores, conforme abaixo:

- **O primeiro localizador 0015-Pará**:
  - Diz respeito ao montante orçamentário, previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual de 2014 do IFPA. A meta inicial era a concessão de 13.000 benefícios, mas foram atendidos 9.375. Estes atendimentos não levaram em grande parte em conta, os alunos que foram atendidos com merenda escolar nos Câmpus de Belém, Castanhal, Marabá Rural e Tucuruí, pois estes Câmpus ofertam merenda escolar regulamente aos alunos e provavelmente se for levar em consideração o número de alunos que alimentaram-se nestes Câmpus a meta inicial seria atendida.

- **O segundo 7000 – Câmpus Itaituba – Pará**:
  - Diz respeito ao montante, recebido através de emenda parlamentar do Deputado Federal Dudimar Paxiúba do partido PROS, para atendimento do Câmpus Itaituba, que foi liberada neste exercício na totalidade. Esta ação previa que seria concedido 1 beneficio, mas no decorrer do exercício o Câmpus pagou quase a totalidade do recurso aportado inicialmente e concedeu no mínimo 160 benefícios o que ultrapassou a meta inicial.

- As dificuldades encontradas assim como os fatores que contribuíram a execução desta ação foram:

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:
- Estruturação da Coordenação Estudantil dos Câmpus;
- Levantamento estatístico de alunos atendidos por Câmpus;
- Execução dos Programas de Atendimento nos Câmpus;
- Apoio à participação em eventos didáticos e científicos.

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:
- Liberação do Orçamento a partir do mês de março de 2014;
- Falta de servidores para formação de equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo etc.).

iii. Principais Resultados obtidos:
- Crescimento na concessão de Assistência Estudantil;
- Incentivo à inserção a políticas de Inclusão Digital;
- Melhora de condições de moradia, convívio familiar, alimentação, transporte, aquisição e utilização de material pedagógico, de utilização de uniforme;
- Melhoria de expectativa de vida social e produtiva;
- Inserção no mercado de trabalho.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 5.387.110,17 foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com aquisição de material permanente, de serviços de pessoa jurídica em geral, de auxílio a estudantes e obras de exercícios anteriores, com um montante pago de R$ 2.230.282,16. Houve ainda cancelamento de auxílios não realizados e de equipamentos e serviços não entregues, no montante de R$ 178.998,11. O saldo restante de R$ 2.977.829,90 são de auxílios não pagos, de equipamentos e serviços que estão aguardando a entrega.

Identificação da Ação	
Código	**6380** **Tipo:** Atividade
Descrição	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional
Iniciativa	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão
Objeto	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. **Código:** 0582
Programa	Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 2031
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária Anual – 2014

Execução Orçamentária e Financeira

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	149.956,00	149.956,00	73.431,47	64.433,18	64.433,18	-	8.998,29

Execução Física da Ação – Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Programa PROEXT MEC – Câmpus Conceição do Araguaia	Unidade Apoiado	1	-	1

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	687.137,78	384.120,92	75.932,72	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 6380:

Correspondeu ao Fomento ao desenvolvimento da educação profissional, pertencente ao Programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica). Esta ação foi contemplada pelo IFPA Câmpus Conceição do Araguaia e teve como projeto a incubadora Tecnológica de Economia Solidária.

O objetivo desta ação foi de promover a transferência de tecnologia social através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, visando ao desenvolvimento e inovação de tecnologias e processos voltados para a formação, organização social, produção e comercialização, com foco na alta gestão e no desenvolvimento sustentável dos EES do Território da Cidadania Sul do Pará.

O projeto passou por uma reestruturação das suas ações previstas por vários motivos, sendo o principal deles a necessidade de adequação das ações previstas ao perfil da equipe que de fato estaria disponível para sua execução.

Estas adequações foram necessárias devido ao grande número de integrantes terem entrado em mestrados e doutorados. Diante deste fato, a nova equipe seguiu na execução das ações, conforme abaixo:

1- Atividade: Acompanhamento técnico para o aprimoramento do processo de produção e dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários. Ação 100% concluída.

2- Curso Superiores e Técnicos oferecidos pelo Câmpus, assim como estágios e outras atividades de extensão. Esta atividade foi finalizada com a publicação de 4 artigos, 6 relatórios de estágios e 1 monografia. A ação foi 100% concluída.

3- Atividade: Elaboração do plano de gestão participativo dos empreendimentos, assessoramento de projetos de vendas dos produtos das organizações incubadas e formação e consolidação do grupo incubado. Ação 100% concluída.

4- Atividade: Assessorar e elaborar a construção de suas normas de funcionamento, quando o demandado pelo incubado. Ação não demandada.

5- Atividade: Assessorar e aconselhar para o desenvolvimento da economia solidária, ação coletiva e autogestão por meio da elaboração e implantação de técnicas de gestão. Esta ação foi 100% concluída.

6- Atividade: Capacitação e intercâmbios entre membros do ITES/IFPA com a INCUBITEC/IFPA e ITES/UFRA para ajudar na análise e problematização das atividades desenvolvidas. Ação 100% concluída.

7- Atividade: Capacitação dos membros do ITES/IFPA. Ação 100% concluída.

8- Atividade: Elaboração de artigos, TCC, cartilhas informativas. Ação 100% concluída.

Conclusão:

No primeiro semestre de 2014, a ITES passou por uma reestruturação de equipe, metas, métodos de trabalho. A mesma equipe deu sequência ao trabalho no segundo semestre e as principais dificuldades encontradas foram:

- Resistência da equipe anterior;
- Dificuldades administrativas de execução financeira;
- Alunos com dificuldades de organizar a carga horária;
- Professores com acúmulo de funções;
- Falta de informações primárias no município;
- Ausência de atuação dos parceiros.

A maioria dessas dificuldades foram combatidas com:

- Reorganização dos períodos de trabalhos e metas;
- Pesquisa de campo para gerar informações primárias;
- Força de trabalho para compra de material;
- Transferências de ações para o período de férias coletivas.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 687.137,78 foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com aquisição de material permanente, de serviços em geral de exercícios anteriores, com montante pago de R$ 384.120,92. Houve ainda cancelamento de equipamentos e serviços não entregues, no montante de R$ 75.932,72. O montante restante de R$ 227.084,14 são oriundos de equipamentos e serviços que estão aguardando a entrega.

Identificação da Ação		
Código	**20TP**	**Tipo:** Atividade
Descrição	Pagamento de pessoal ativo da União	
Iniciativa		
Objeto	**Código:**	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	**Código:** 2109
Unidade Orçamentária	26416	
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	96.231.500,00	110.699.361,00	109.514.502,21	109.514.502,21	109.514.502,21	-	-

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	176.857,01	-	176.857,01	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 20TP:

Correspondeu ao pagamento de pessoal ativo da União. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação). Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação em 2014 não foram suficientes para atender todas as despesas com o pagamento de salários aos servidores ativos, fazendo-se necessária, solicitação de aporte de recursos suplementares no montante de R$ 14.467.861,00.

Esta solicitação de crédito adicional foi em decorrência de o montante orçamentário, previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício, em virtude principalmente do aumento de salários aos servidores Públicos da Educação Profissional e pela entrada de novos servidores neste exercício.

Os pagamentos realizados aos servidores foram realizados conforme legislação vigente.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 176.857,01 foram na sua totalidade cancelados neste exercício e são referentes a despesas com pessoal, que foram inscritas em restos a pagar por equívoco. Portanto, o órgão procedeu ao cancelamento dos mesmos por não serem devidos.

Identificação da Ação	
Código	**2004** **Tipo:** Atividade
Descrição	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.
Iniciativa	
Objeto	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:** 2109
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	2.573.808,00	2.653.808,00	2.334.204,42	2.334.204,42	2.334.204,42	-	-

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.	-	-		-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2004:

Correspondeu à Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação). Esta ação foi executada no exercício de acordo com proposta aprovada pelos servidores, através de reembolso com valores estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores até o encerramento do exercício, fazendo-se necessária a solicitação de créditos suplementares de R$ 80.000,00.

Esta solicitação de créditos adicionais deu-se em decorrência de o aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício e foi oriundo principalmente da entrada de novos servidores no Órgão (IFPA).

Identificação da Ação	
Código	**2010** **Tipo:** Atividade
Descrição	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados
Iniciativa	
Objeto	**Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:** 2109
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	204.000,00	236.000,00	221.513,86	221.513,86	221.513,86	-	-

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2010:

Correspondeu à Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação). A ação foi executada no exercício dentro da normalidade e conforme legislação em vigor.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores até o encerramento do exercício, fazendo-se necessária a solicitação de créditos suplementares no montante de R$ 32.000,00.

Esta solicitação de créditos adicionais deu-se em decorrência de o aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício e foi oriundo principalmente da entrada de novos servidores no Órgão (IFPA).

Identificação da Ação							
Código	**2011**					**Tipo:** Atividade	
Descrição	Auxílio transporte aos servidores empregados						
Iniciativa							
Objeto						**Código:**	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:** 2109						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	520.752,00	689.752,00	678.446,84	678.446,84	678.446,84	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Pará	Auxílio transporte aos servidores empregados		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física – Metas**			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2011:

Correspondeu ao Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Este benefício foi executado durante todo o exercício, dentro da normalidade e foi pago no exercício, conforme legislação em vigor.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores, fazendo-se necessária a solicitação de créditos suplementares de R$ 169.000,00.

Esta solicitação de créditos adicionais deu-se em decorrência de o aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual não ser suficiente para pagamento desta ação até o

encerramento do exercício e foi oriundo principalmente da entrada de novos servidores no Órgão (IFPA).

Identificação da Ação							
Código	**2012**				**Tipo:** Atividade		
Descrição	Auxílio alimentação aos servidores e empregados						
Iniciativa							
Objeto					**Código:**		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:** 2109						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	6.032.820,00	6.212.820,00	6.192.759,12	6.192.759,12	6.192.759,12	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Pará	Auxílio alimentação aos servidores e empregados		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física – Metas**			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2012:

Correspondeu ao Auxílio Alimentação aos servidores e empregados. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Este benefício foi executado durante todo o exercício, dentro da normalidade e foi pago no exercício, conforme legislação em vigor.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores, fazendo-se necessária a solicitação de créditos suplementares de R$ 180.000,000.

Esta solicitação de créditos adicionais deu-se em decorrência de o aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício e foi oriundo principalmente da entrada de novos servidores no Órgão (IFPA).

Identificação da Ação	
Código	**4572** **Tipo:** Atividade
Descrição	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação
Iniciativa	
Objeto	**Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:**2109
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	1.106.550,00	1.106.550,00	885.377,97	730.181,77	730.181,77	-	155.196,20

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	Servidor Qualificado	100	197	197

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	513.095,50	503.677,50	9.418,00	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 4572:

Correspondeu à capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação). No ano de 2014, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do IFPA, e dentre seus objetivos constava a capacitação dos servidores do IFPA. Mediante este plano de capacitação foram realizados diversos treinamentos individualizados e coletivos pelos servidores do Instituto.

Merecem destaque na execução desta ação os termos de cooperação pactuados com a Escola de Administração Fazendária ESAF e com a Universidade Federal do Pará. Estes Órgãos realizaram diversas capacitações, sendo que o termo de cooperação com a UFPA teve o prazo aditivado por mais um ano, pois a grande maioria das capacitações planejadas no referido termo não aconteceram em 2014, ficando grande parte dos treinamentos para 2015.

Esta ação ocorreu normalmente dentro do Órgão, sendo capacitados no mínimo 197 servidores.

Portanto, a ação atingiu o seu objetivo inicial sendo a mesma desenvolvida principalmente pela Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPA.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 de R$ 513.095,50 foram na sua grande maioria pagos neste exercício e são referentes a despesas com serviços em geral de exercícios anteriores, com montante pago de R$ 503.677,50. Houve ainda cancelamento de serviços não prestados, no montante de R$ 9.418,00.

Identificação da Ação	
Código	**00M1** **Tipo:** Atividade
Descrição	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade - No Estado do Pará.
Iniciativa	
Objeto	**Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação **Código:** 2109
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	53.692,00	53.692,00	29.409,06	29.409,06	29.409,06	-	-

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade - No Estado do Pará.	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	**Execução Orçamentária e Financeira**			**Execução Física - Metas**		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 00M1:

Correspondeu aos Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade - No Estado do Pará. Esta ação pertence ao Programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada dentro da normalidade neste exercício, sendo realizados pagamentos exclusivamente de auxílio natalidade a servidores ativos do IFPA, pelo nascimento de seus filhos.

Os recursos orçamentários alocados nesta ação inicialmente foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores ativos do IFPA.

Identificação da Ação	
Código	**09HB** **Tipo:** Operações Especiais
Descrição	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos
Iniciativa	
Objeto	**Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. **Código:** 2109
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	18.998.393,00	21.092.280,00	20.988.762,20	20.988.762,20	20.988.762,20	-	-

Execução Física da Ação – Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001-Nacional	Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos	-	-	-	-

Nº do subtítulo/ Localizador	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001-Nacional	22.708,75	-	22.708,75	-	-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 09HB:

Correspondeu à Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos. Esta ação pertence ao programa 2109 (programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada durante o exercício de 2014 dentro da normalidade, ou seja, os recolhimentos da referida contribuição foram realizados em dia e de acordo com a legislação vigente.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação não foram suficientes para pagamento deste imposto retido sobre vencimentos dos servidores ativos, fazendo-se necessária a solicitação de créditos suplementares de R$ 2.093.887,00.

Esta solicitação de créditos adicionais deu-se em decorrência de o aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício, em virtude principalmente do aumento salarial dos servidores (Professores e Técnicos Administrativos) e pela entrada de novos servidores no IFPA.

Os restos a pagar inscritos em 01/01/2014 totalizaram R$ 22.708,75 e foram na sua totalidade cancelados neste exercício e é referente a despesas com impostos patronais sobre vencimentos dos servidores ativos, que foram inscritas em restos a pagar por equívoco. Portanto, o órgão procedeu ao cancelamento dos mesmos por não serem devidos.

5.2.1.2 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro 33: Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	**1H10**		**Tipo:** PROJETO		
Título	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.				
Objeto	Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**.** **Código:**				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 1062				
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
268.098,16	-	264.572,27	Implantação de 11 unidades de Ensino	Unidade de ensino implantada	11

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 1H10:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação **1H10** (Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), a meta inicial desta ação nos anos de 2010 e 2011 foi atender a 11 unidades de ensino implantadas. Os restos a pagar oriundos desta ação tiveram a seguinte execução em 2014:

Foram cancelados os restos a pagar desta ação no montante de R$ 264.572,27, assim discriminado por ano e por unidade gestora do IFPA:

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.326.327/0001-01	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	68.027,32
Este saldo é referente à construção da estação de piscicultura do Câmpus Conceição do Araguaia, sendo o mesmo cancelado pela Reitoria pelo fato de a referida empresa ter abandonado a obra.		

UG: 158308 (Câmpus Castanhal):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
07.176.435/0001-30	P G D COMERCIAL, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOS.	7.595,00
08.875.919/0001-30	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATÓRIO	7.140,00
11.122.093/0001-43	LLM MONTEIRO – ME	2.998,00
Este saldo é referente à aquisição de equipamentos para atendimento do Câmpus, sendo estes saldos cancelados pelo Câmpus Castanhal em virtude de as empresas não entregarem os materiais adquiridos.		

Ano de 2011:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.578.690/0001-35	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	178.811,95
Este saldo é referente à construção do Câmpus de Breves, sendo que o contrato foi rescindido. Portanto, a Reitoria providenciou o cancelamento do saldo.		

- O saldo restante de restos a pagar desta ação no montante de R$ 3.525,89 é correspondente à aquisição de acervo bibliográfico, que até o momento não foram entregues, sendo os mesmos referentes aos anos e unidades gestoras do IFPA:

Ano de 2010:

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	364,39
05.312.757/0001-34	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.020,00
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	1.328,01
10.810.728/0001-32	BOOKS ONLINE DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	813,49

Identificação da Ação					
Código	**20CW**			**Tipo: Atividade**	
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Iniciativa	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.				
Objeto	Concessão de exames periódicos aos servidores e empregados. **Código:**				
Programa	Apoio Administrativo. **Código: 0750**				
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
79.088,55	-	79.088,55	Realização de exames médicos periódicos dos servidores.	Servidor Beneficiado	505

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 20CW:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 20CW (Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos), são referentes ao ano de 2011 e tinha a meta inicial de beneficiar 505 servidores, estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

Ano de 2011:

O montante foi de R$ 79.088,55. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente aos serviços prestados com exames periódicos, pelos fornecedores:

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.481.868/0001-74	R.V. BRAZAO LTDA	38.708,73
07.320.965/0001-00	LABORATORIO R F VASCONCELOS LTDA	40.379,82
Os contratos destas duas empresas encerraram-se no exercício de 2013, o saldo restante foi todo cancelado em 2014, por não ser mais devido.		

Identificação da Ação	
Código	**2992** **Tipo: Atividade**
Título	Funcionamento da Educação Profissional
Iniciativa	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Objeto	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolva ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. **Código:**
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 1062
Unidade Orçamentária	26416
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.206.179,41	18.813,73	888.751,83	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica.	Aluno matriculado	25.174

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 2992:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação **2992** (Funcionamento da Educação Profissional), são referentes a exercícios anteriores e tinham a meta inicial de atender a 25.174 alunos. Estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

Neste exercício de 2014, houve o pagamento de restos a pagar não processados da ação **2992** (Funcionamento da Educação Profissional), no montante de R$ 18.813,73 os quais estão demonstrados por Unidade Gestora do IFPA, conforme abaixo:

UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.518.029/0001-34	M C DE L MACHADO - ME	1.200,00

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	91,11
33.000.1180/009-26	TELEMAR NORTE LESTE S/A	13.988,00
47.866.934-0001-74	TICKET SERVICOS AS	20,17

UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	63,64
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	1.269,49
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	121,48
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	1.971,61
34.028.316/0018/51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	88,23

- Neste exercício de 2014, houve o cancelamento de restos a pagar não processados da ação **2992** (Funcionamento da Educação Profissional), no montante de R$ 888.751,83.

- Estes cancelamentos foram oriundos na sua grande maioria pela não entrega de produtos e mercadorias ou pela não prestação de serviço contratado à época. Estes cancelamentos estão discriminados por Unidade Gestora do IFPA, conforme abaixo:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
005.524.051-83	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
02.445.723/0001-20	BORGES INFORMATICA LTDA	1.360,00
04.945.341/0001-90	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	8.379,90
10.326.327/0001-01	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	672.103,81
232.171.542-15	PAULO HENRIQUE LOBO NEVES	1.200,00
510.458.262-00	MAURICIO CAMARGO ZORRO	3.000,00
603.044.488-34	AMAURI GARCIA	4.800,00
751.333.692-04	LUCIANA GUIMARAES BARBOSA	3.144,44
755.239.142-15	ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA	2.569,78
888.449.432-04	NELSON DUARTE FARO JUNIOR	3.144,44

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.9926.570/001-82	EMBRAMEDICA PRODUTOS DE LABORATORIOS LTDA	35,00
02.580.059/0001-21	ECM TECNOLOGIA EM IMPRESSAO DIGITAL LTDA - ME	4.000,00
03.941.870/0001-53	WAGNER A. APOLINARIO - EPP	1.293,14
05.030.601/0001-60	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA EM MATERIAIS SBPMAT	60,00
05.106.152/0001-97	MULT - HOSPITALAR COMERCIAL LTDA - EPP	400,00
05.840.319/0003-00	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA	499,50
05.884.237/0001-04	POTENCIAL COM. E SERV. LTDA	4.436,00
06.074.162/0001-50	MARCOS ROBERTO MEINTS - ME	1.021,18
06.532.296/0001-78	J.LAB DISTRIBUIDORA PRODUTOS P/LABORATORIOS LTDA - ME	391,34
07.017.885/0001-80	R2 ARQUITETURA & URBANISMO LTDA - EPP	54.693,75
07.707.757/0001-69	LABIMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO	472,95
07.712.095/0001-15	BELEM COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	108,00
07.753.110/0001-73	STATUS COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	638,40
07.845.261/0001-51	M. M. COMERCIO DE MATERIAIS PARA PESCA, CÂMPUSNG	44.986,25
08.884.688/0001-21	MACRO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	88,00
10.612.555/0001-48	DIMINAS - DISTRIBUIDORA MINEIRA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS	1.898,39
10.828.391/0001-90	G8 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	3.711,00
11.301.724/0001-91	QUALY COMERCIAL EIRELI	30,00
11.332.856/0001/80	MOURA & VASCONCELOS LTDA - ME	1.000,00
12.051.059/0001-98	BIOSIGMA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATÓRIO	269,96
12.388.704/0001-62	SCIENCE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO LTDA - EPP	7.941,00
12.477.916/0001-16	STARGLASS COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA	623,88
14.644.934/0001-70	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFISICA	330,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
19.759.554/0001-03	INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM	2.350,00
22.973.408/0001-82	HIDRO ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL LTDA	900,00
23.678.410/0001-91	LOTUS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	555,00
61.615.977/0001-08	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CERAMICA	640,00
71.443.667/0001-07	ORBITAL PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA - ME	689,95
83.933.739/0001-83	NORTESEG COMERCIO LTDA - ME	746,00
89.878.284/0001/27	SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM EDUCACAO DE PELOTAS	1.200,00

UG: 158308 (Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.261.854/0001-57	CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOL	155,00
03.534.450/0001-52	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE	140,00
03.796.347/0001-80	LUIS ROBERTO BOSCARIOL - ME	4.144,00
04.164.616/0001-59	TNL PCS S/A	5.481,92
05.075.962/0001-23	MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA - ME	596,60
06.035.543/0001-20	FRIBEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.080,00
08.875.919/0001-30	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIO	6.880,00
11.386.332/0001-72	EDULAB - COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1.688,90
11.759.140/0001-64	MARLISE PINTO 18422689880	10.352,00
80.314.479/0001-70	ROSE MERIE JAQUES - ME	8.202,90

UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.476.948/0001/31	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA	7.019,45
13.050.630/0001-12	LUCIANA ROSSETO VANDERLEI - ME	3.700,00

- Neste exercício de 2014, permaneceram diversos restos a pagar não processados da ação **2992** (Funcionamento da Educação Profissional), que não foram pagos e nem cancelados no montante de R$ 298.613,85.

- Estes empenhos são na sua grande maioria pela não entrega de produtos e mercadorias ou pela não prestação de serviço contratado à época. Estes saldos estão discriminados por Unidade Gestora do IFPA, conforme abaixo:

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08.672.139/0001-93	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMATICA EIRELI	886,10

UG: 158308 (Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.673.445/0001-32	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE – FEAE	550,00
04.418.934/0001-07	CENTER SPONCHIADO LTDA – EPP	517,00
05.569.970/0001-26	UNIEDUCAR INTELIGENCIA EDUCACIONAL S/S LTDA – ME	160,00
10.519.805/0001-08	BOOG COMERCIO E IMPORTACAO LTDA – ME	2.640,00
19.764.075/0001-77	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA	2.000,00
28.254.225/0001-93	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOLOGIA	1.210,00
42.137.836/0001-82	SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIA DO SOLO	1.400,00

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.961.747/0001-06	SIMONE CARDOSO BARBOZA – ME	200,00
04.303.895/0001-94	LINK ETIQUETAS INDÚSTRIA E COMERCIO - EIRELI	272,46
04.377.707/0001-72	NORFIBRAS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP	6.600,70
05.600.863/0001-13	MM COMERCIO DE TONER LTDA – ME	1.000,00
08.064.978/0001-29	TOPP SERVICOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA – ME	1.173,92
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	33.394,82
08.395.467/0001-90	L & A CARVALHO COMERCIO DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	3.103,19
08.644.629/0001-86	SANTOS & MALTA LTDA – ME	3.350,00
08.772.301/0001-45	WZ UNIAO M0NTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA – EPP	1,98
09.496.349/0001-30	C.CRISTINA LEAO REGO INFORMATICA – ME	14.805,00
10.295.964/0001-68	SEITON SERVICOS PROFISSIONAIS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	7.147,96
10.433.143/0001-40	AUGUSTU´S INFORMATICA LTDA – ME	3.916,05
10.461.204/0001-83	MACON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA – ME	360,00
10.753.869/0001-60	MENA CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA	5.409,26
11.908.573/0001-34	CLEDISON DE SOUSA COSTA 42433908272	933,00
12.941.636/0001-17	SOLUCTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA – ME	1.738,00
22.919.047/0001-96	BERTILLON SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	39.512,20
29.387.016/0001-80	MULTITEC COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA – ME	360,00
83.344.267/0001-23	S R S PIMENTEL – ME	210,00
83.834.762/0001-10	M. R. S. PEREIRA MAGALHAES – ME	4.854,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	8,27
33.000.118/0009-26	TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.365,18
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS S.A	1.859,90

UG: 158506 (Câmpus Bragança):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.704.513/0001-46	SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A.	1.029,60
02.650.833/0001-23	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	1.180,18
04.630.524/0001-17	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME	2.265,31
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. – CELPA	3.566,32
05.352.726/0001-07	COPYSYSTEMS COPIADORAS LTDA – ME	732,96
05.537.577/0001-50	SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS – SBSAF	1.680,00
07.199.928/0001-96	R. C. SIQUEIRA COMERCIAL - ME	5.016,00
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	1.118,86
09.269.420/0001-42	SILVA PINHEIRO & PINHEIRO LTDA – EPP	1.859,64
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	889,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	5.000,00
13.100.382/0001-77	MORAES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	445,00
263.835.353-15	GENIVAR GOMES FERREIRA	3.000,00
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	32.259,40
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	4.916,78
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS AS	345,76

UG: 158507 (Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
06.272.413/0007-05	NORSERGEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.	4.703,43
08.772.301/0001-45	WZ UNIAO M0NTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA – EPP	79,95
10.780.347/0001-58	TOIGO & RIBEIRO LTDA – ME	2.000,00
10.940.632/0001-99	EXITUS ADMINISTRADORA LOGISTICA LTDA	3.449,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	110,43

UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.435.768/0001-50	COMERCIAL FACIS LTDA.	633,50
02.176.635/0001-70	PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA – ME	196,25
03.262.568/0001-79	NETSTAT COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME	604,08
04.295.280/0001-63	PARA SUPRIMENTOS E INFORMATICA EIRELI	262,76
04.303.895/0001-94	LINK ETIQUETAS INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI – EPP	106,65
04.510.069/0001-16	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	368,53
05.338.912/0001-91	SOCIEDADE BRASILEIRA DE AQUICULTURA E BIOLOGIA AQUATICA	470,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
07.489.338/0001-06	M. M. M. SANTOS & CIA LTDA – ME	5.979,25
13.277.601/0001-98	MEGA REDE CONECTIVIDADES LTDA – ME	400,00
13.585.992/0001-08	A.C.M. DE SOUZA JUNIOR – EPP	0,05
13.970.625/0001-28	PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA – ME	332,78
14.605.207/0001-02	R. DOS SANTOS PEREIRA – ME	749,00
15.282.205/0001-84	CONSER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME	1.030,80
83.931.485/0001-64	PALMAS COMERCIAL LTDA – ME	1.083,00

UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.230.915/0001-81	GGS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP	1.868,00
03.472.471/0001-90	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA – ME	0,47
03.698.743/0001-75	TAMBURELLO COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA – ME	5,99
04.630.524/0001-17	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME	39.727,71
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. – CELPA	2.620,31
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	214,36
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	1.798,57
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	120,97
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	8.297,84
33.000.118/0009-26	TELEMAR NORTE LESTE S/A	162,89
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	3.677,79
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS AS	1.159,94
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	490,00

158512 (Câmpus Industrial de Marabá):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	600,00

158518 (Câmpus Santarém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.353.629/0001-03	CAZIDA COMERCIAL LTDA – ME	1.052,49
08.193.119/0001-30	MOURA BRASIL MARKETING E COMUNICACAO LTDA - ME	2.120,00
10.384.5440/001-58	L. C. DE ALMEIDA - INFORMATICA – ME	1.014,74

158567 (Câmpus Itaituba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	4.878,52

Identificação da Ação					
Código	**6301**			**Tipo: Atividade**	
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional				
Iniciativa	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.				
Objeto	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição**. Código:**				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Código:** 1062				
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
83.135,22	-	32.471,13	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.	Volume Disponibilizado	7.550

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 6301:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação **6301** (Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional), são referentes aos anos de 2010 e 2011 e tinha a meta inicial de volume disponibilizado de 7.550 acervos bibliográficos. Estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

No exercício de 2014, não houve pagamentos desta ação, houve apenas os cancelamentos dos saldos pela não entrega dos produtos adquiridos. Por este motivo, houve o cancelamento de restos a pagar assim discriminados por ano e unidade gestora do IFPA:

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA – EPP	1.238,68
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, não houve a entrega sendo procedido o cancelamento do saldo remanescente.		

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.301.082/0001-04	LIVRARIA E PAPELARIA MATTOS LTDA – EPP	207,00
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	295,90
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA	5.995,92
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA – EPP	267,61
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, não houve a entrega sendo procedido o cancelamento do saldo remanescente.		

UG: 158308 (Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.221.221/0001-15	CVM LIVRARIA E PAPELARIA LTDA – ME	10.383,52
05.312.757/0001-34	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.932,86
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA – EPP	6.261,60
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, não houve a entrega sendo procedido o cancelamento do saldo remanescente.		

Ano de 2011:

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.761.374/0001-83	EPOCA EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAS LTDA	2.893,50
12.747.361/0001-85	B.P. COMERCIO DE LIVROS LTDA – EPP	110,87
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, não houve a entrega sendo procedido o cancelamento do saldo remanescente.		

UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	179,89
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA	2.208,34
79.065.181/0001-94	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	495,44
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, não houve a entrega sendo procedido o cancelamento do saldo remanescente.		

- Os saldos restantes desta ação são referentes a despesas contraídas em 2010 e 2011, mas pelo falta de entrega dos produtos os saldos continuam, conforme descrição abaixo por ano e unidade gestora do IFPA:

Ano de 2010:

UG: 158507 (Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.359.558/0001-11	J S BRITO COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS LTDA - ME	1.555,15
07.151.477/0001-17	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	239,67
08.065.700/0001-76	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	28,05
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	65,98
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	2.983,23
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA – ME	256,89
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.		

Ano de 2011:

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.544.986/0001-23	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	2.642,01
01.795.809/0001-10	A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	3.292,70
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	130,00
07.151.477/0001-17	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	3.715,05
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	6.363,78
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	1.209,46
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA – ME	199,98
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA	1.229,98
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.		

UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.544.986/0001-23	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	146,02
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	107,25
07.151.477/0001-17	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS	463,32
07.341.940/0001-93	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.935,27
08.065.700/0001-76	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	441,02
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.044,10
11.012.260/0001-01	V.M.A.V. COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LIVROS	623,67
11.834.702/0001-97	J L GOMES COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	3.374,92
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	2.378,78
79.065.181/0001-94	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	1.474,81
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.		

UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	505,03
07.151.477/0001-17	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	1.609,97
08.065.700/0001-76	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	1.465,43
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP	2.729,58
10.753.851/0001-69	LEB- LIVRARIA & CAFE LTDA – ME	1.460,57
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.		

UG: 158518 (Câmpus Santarém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.755.013/0001-04	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	980,08
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	373,34
07.259.925/0001-09	INSTITUTO NACIONAL VALER DE CULTURA LTDA	3.322,73
11.468.116/0001-76	RL COMPACTA COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME	107,12
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	1.209,15
Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.		

Identificação da Ação					
Código	**6333**			**Tipo: Atividade**	
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica				
Iniciativa	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica				
Objeto	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica. **Código:**				
Programa	Qualidade na Escola. **Código:** 1448				
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
600,00	-	600	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica.	Profissional Beneficiado	1.843

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 6333:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 6333 (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica), são referentes ao ano de 2010 e tinha a meta inicial beneficiar 1.843 profissionais. Estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

Ano de 2010:

- O montante foi de R$ 600,00. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente ao empenho 2010NE900470, em favor do colaborado eventual: Edivan de Souza Santos, CPF: 45896810130.
- Este colaborador foi contratado para prestar serviço para coordenação do programa PARFOR, no município de Uruará, sendo que este saldo remanescente não é devido.
- Portanto a **UG: 158135** (Reitoria) realizou o cancelamento deste restos apagar.

Identificação da Ação					
Código	**8429**			**Tipo: Atividade**	
Título	Formação Inicial e Continuada a Distância				
Iniciativa	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, à distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.				
Objeto	Financiamento da Infraestrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos polos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta- UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos polos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem. **Código:**				
Programa	Brasil Escolarizado.			**Código:** 1061	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
18.158,76	1.687,48	16.471,28	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, à distância, semipresencial e presencial.	Aluno Matriculado	1.834

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Situacional individualizada da ação 8429:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 8429 (Formação Inicial e Continuada a Distância), são referentes ao ano de 2011 e tinha a meta inicial de ter 1.834 alunos matriculados. Estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

Ano de 2011:

- O montante foi de R$ 18.158,76. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente aos serviços prestados com reprografia, para o programa Universidade Aberta do Brasil, pelo fornecedor:

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08.672.139/0001-93	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DAINFORMATICA EIRELI	18.158,76
O contrato encerrou-se no exercício de 2013, restando este saldo, para quitar as faturas pendentes de reprografia, sendo que no exercício de 2014 a Reitoria do IFPA pagou as faturas pendentes no montante de R$ 1.687,48, procedendo ao cancelamento do saldo restante de R$ 16.471,28 por não ser devido.		

Identificação da Ação					
Código	**8650**			**Tipo: Atividade**	
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades. Objetivo Adequação das entidades da				
Objeto	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica,por meio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.095/2007, que estabelece o processo de integração para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.**Código:**				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			**Código:** 1062	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não		Caso positivo: ( )PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.004.451,59	-	125.173,19	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Unidade Reestruturada	10

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise situacional da ação 8650:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação **8650 (**Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), são referentes aos anos de 2010 e 2011 e tinha a meta inicial de ter 10 unidades reestruturadas Estes restos a pagar tiveram a seguinte execução em 2014:

No exercício de 2014, houve apenas o cancelamento do empenho referente à Construção da Quadra Poliesportiva do Câmpus Marabá Rural cujo valor estava empenhado na Reitoria do IFPA, porém a referida obra foi abandonada pela Licitante: CONEXAO SERVICOS LTDA – ME. Pelo fato de a obra ter sido abandonada, foi cancelado os saldos restantes da referida obra, conforme abaixo:

Ano de 2011:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.326.327/0001-01	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	125.173,19

- O saldo restante desta ação é referente a despesas contraídas em 2010 e 2011, mas pelo falta de entrega dos produtos ou de obras os saldos continuam conforme descrição abaixo por ano e unidade gestora:

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.578.690/0001-35	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	399.671,75
Este saldo é referente à construção do muro do Câmpus de Bragança, sendo que o contrato foi sub-rogado em 2010 para o Câmpus Bragança. Portanto, este saldo deverá ser anulado.		

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
15.263.411/0001-47	WAB ENGENHARIA LTDA - EPP	346.057,47
Este saldo é referente à ampliação do Bloco"M", sendo que a mesma não esta em andamento.		

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.930.607/0001-04	FM & F TECNOLOGIA LTDA - EPP	199,00
08.875.919/0001-30	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATORIO	3.082,99
11.295.099/0001-12	MADRIA INFORMATICA LTDA - ME	3.750,00
11.920.848/0001-55	INFOBENTO COMPUTADORES LTDA - ME	1.050,00
Estes saldos são referentes à aquisição de equipamentos, que até o momento não foram entregues.		

Ano de 2011:

UG: 158506 (Câmpus Bragança):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.472.471/0001-90	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA - ME	2.182,55
05.557.261/0001-20	TOME MANUEL TRIGO - ME	420,00
13.352.012/0001-27	R. PEREIRA DE SOUZA COMERCIAL DE UTILIDADES	0,33
03.564.152/0001-05	DAVID MOREIRA & CIA LTDA - ME	1.978,98
04.802.521/0001-13	ZITECH - TECNOLOGIA INTELIGENTE LTDA - ME	13.333,33
05.198.240/0002-47	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA - ME	2.399,96
07.830.786/0001-13	J. E. PINTO & CIA. LTDA - ME - ME	1.300,00
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	5.679,67
10.596.399/0001-79	ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME	0,03
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	0,26
13.981.565/0001-49	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO 05392854710	19.010,00
Estes saldos são referente à aquisição de material de consumo e equipamentos, sendo que até o momento os mesmos não foram entregues.		

UG: 158507 (Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.814.436/0001-14	ATSL - COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME	291,60
01.808.192/0001-20	UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDICAO LTDA - ME	1.040,00
02.449.992/0364-36	VIVO S.A.	2.306,00
05.018.002/000-121	ESCANDINAVIA COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO	1.737,97
06.272.413/0007-05	NORSERGEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.	22.656,67
07.972.280/0001-49	MERIDIAN COMERCIO DE PRODUTOS ELETRICOS LTDA	1.305,70
08.084.695/0001-49	ELLEN MOALLEM – ME	926,08

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
0.877.230/10001-45	WZ UNIAO MONTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA	189,90
10.190.265/0001-53	JVS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	60,00
10.780.347/0001-58	TOIGO & RIBEIRO LTDA - ME	1.067,00
11.759.140/0001-64	MARLISE PINTO 18422689880	316,00
13.626.227/0001-99	LICITAR PRODUTOS E SERVICOS LTDA - ME	899,00
38.064.085/0001-44	BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E SEGURANCA LTDA	26,70
55.741.110/0001-04	EXOM ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA - EPP	433,85
01.808.192/0001-20	UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDICAO LTDA - ME	200,00
05.488.204/0001-37	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA - ME	599,00
05.634.834/0003-34	WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA	600,00
06.049.630/0001-37	SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	160,00
07.586.061/0001-21	CRISTIANE DE SOUZA LENDENGUE - ME	1.337,88
10.242.569/0001-17	MCX MERCANTIL & DISTRIBUICAO LTDA - ME	23.270,00
11.104.598/0001-85	JAMBO COMERCIAL LTDA – ME	5.283,50
11.122.093/0001-43	LLM MONTEIRO – ME	539,00
14.686.034/0001-96	FGALS EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP	2.640,00
Estes saldos são referentes à aquisição de materiais de consumo, equipamentos e serviços que não foram prestados ou entregues até o momento.		

UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
07.383.072/0001-04	OHIO CONSULTORIA LTDA – ME	4.866,67
10.197.893/0001-60	AF-MED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - ME	570,00
11.122.093/0001-43	LLM MONTEIRO – ME	7.130,58
Estes saldos são referentes à aquisição de equipamentos, que não foram entregues até o momento.		

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.927.184/0001-00	USE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	3.114,80
04.377.707/0001-72	NORFIBRAS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	2.075,00
05.198.240/0002-47	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA – ME	1.349,99
09.133.170/0001-19	VILA NOVA CONSTRUCOES E COMERCIO ATACADISTA DE ESTRUTURA	1.428,19
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	1.000,00
13.678.338/0001-49	WAAP SISTEMAS LTDA – ME	964,00
13.981.565/0001-49	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO 05392854710	790,00
Estes saldos são referentes à aquisição de equipamentos e serviços que não foram prestados ou entregues até o momento.		

UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
22.955.306/0001-34	MARTENGE CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	554,25
Estes saldos são referentes à obra de construção do almoxarifado do Câmpus, sendo que a obra esta em andamento.		

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃOE INOVAÇÃO

Dentre as ações relacionadas com a Pesquisa, pode-se destacar o lançamento do Edital do Programa de Pesquisa e o aumento do número de bolsas institucionais para estudantes.

Na área de Pós-Graduação, pode-se destacar o lançamento do edital do Programa Institucional de Qualificação, as negociações para implantação do Minter com a UFRRJ, e a submissão da proposta do mestrado em Engenharia de Materiais e do mestrado em Tecnologias Educacionais para as Relações Étnico-raciais para a CAPES.

Dentre as ações do macroprocesso finalístico de Inovação, pode-se destacar a continuidade do curso de especialização. A principal restrição para o alcance das metas de inovação foi a falta de recursos humanos e de cultura de inovação.

Com relação ao planejamento e à execução orçamentária, a PROPPG possuía disponível R$ 620.736,00 (Custeio – R$ 440.736,00; Capital – R$180.000,00). Do total de recursos financeiros disponíveis, foram empenhados R$ 574.214,86, executados R$ 204.283,57 e restos a pagar de R$ 342.931,29.

Nos Quadros abaixo, pode-se observar a programação e a execução orçamentária da PROPPG.

Quadro 34: Matriz Orçamentária da PROPPG 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

MATRIZ ORÇAMENTÁRIA 2014

PROPPG							
AÇÃO	GABINETE	SICTI	Programa de Pesquisa	Edital de Eventos	Edital de Publicação	PIQ/IFPA	TOTAL
33.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	171,476.00	49,260.00	120,000.00	80,000.00	20,000.00	0.00	440,736.00
33.90.14.00 - Diária Pessoal Civil	25,649.60	14,160.00	0.00	25,000.00	0.00	0.00	64,809.60
33.90.33.00 - Passagens e Desp. c/Locomoção	52,500.00	15,100.00	0.00	40,000.00	0.00	0.00	107,600.00
33.90.30.00 - Material de Consumo	7,000.00	0.00	120,000.00	0.00	0.00	0.00	127,000.00
33.90.36.00 - Outros Serv. Terceiros -PF	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros -PJ	24,636.40	20,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	44,636.40
33.90.18.00 - Auxílio Financ. Estudante	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.90.00.00 - Outras Desp. Correntes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.91.47.00 - Obrigações de Terceiros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.90.20.00 - Auxílio Pesquisador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
33.90.93-00 - indenizações e restituições	0.00	0.00	0.00	0.00	10,000.00	0.00	10,000.00
33.91.39.00 - Outros Serv. Terc. Intra Orçam.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Taxa de inscrição em eventos científicos	0.00	0.00	0.00	15,000.00	0.00	0.00	15,000.00
Taxa de submissão e/ou publicação em periódicos científicos	0.00	0.00	0.00	0.00	10,000.00	0.00	10,000.00
Qualificação de Servidor (Termo de Cooperação com as IES - PROPPG: R$ 61.690,00 - DGP: R$ 45.810,00)	61,690.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	61,690.00
34.000.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	0.00	0.00	180,000.00	0.00	0.00		180,000.00
34.490.51.00 - Obras e Instalações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
34.490.52.00 - Equip. e Mat. Permanente	0.00	0.00	180,000.00	0.00	0.00	0.00	180,000.00
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL GERAL (R$ 1,00)	171,476.00	49,260.00	300,000.00	80,000.00	20,000.00	0.00	620,736.00

Fonte: PROPPG/IFPA

Quadro 35: Custeio Lei Orçamentária Anual

CUSTEIO LEI ORÇAMENTARIA ANUAL									
AÇÃO 20RL- FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
CUSTEIO DESTINADO AOS CAMPI E REITORIA									
FONTE DE RECURSO: 01120000000									
UNIDADE GESTORA	CUSTEIO LOA	DESPESA EMPENHADA	%	DESPESA EXECUTADA	%	RESTOS A PAGAR	%	SALDO NÃO UTILIZADO	%
PESQUISA	R$ 439,036.05	R$ 333,605.33	75.99	R$ 198,544.57	45.22	R$ 135,060.76	30.76	R$ 105,430.72	24.01
PESQUISA - C.ARAGUAIA	R$ 1,699.95	R$ 1,669.95	98.24	R$ 600.80	35.34	R$ 1,069.15	62.89		0.00
TOTAL	R$ 440,736.00	R$ 335,275.28	76.07	R$ 199,145.37	45.18	R$ 136,129.91	30.89	R$ 105,430.72	23.92
INVESTIMENTO LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL AÇÃO 20RL - FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									
INVESTIMENTO DESTINADO AOS CAMPI E REITORIA -FONTE DE RECURSO: 01120000000									
UNIDADE GESTORA	INVESTIMENTO LOA	DESPESA EMPENHADA	%	DESPESA EXECUTADA	%	RESTOS A PAGAR	%	SALDO NÃO UTILIZADO	%
PESQUISA	R$ 176,891.80	R$ 208,831.38	118.06	R$ 2,860.00	1.62	R$ 205,971.38	116.44	-R$ 31,939.58	-18.06
PESQUISA - C. ARAGUAIA	R$ 3,108.20	R$ 3,108.20	100.00	R$ 2,278.20	73.30	R$ 830.00	26.70		0.00
TOTAL	R$ 180,000.00	R$ 211,939.58	117.74	R$ 5,138.20	2.85	R$ 206,801.38	114.89	-R$ 31,939.58	-17.74

Fonte: PROPPG/IFPA

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN

Quadro 36: Indicadores de desempenho - PROEN

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice Geral de Cursos - IGC	-	2	2	Anual	Definido pela Nota Técnica do MEC nº 73, de 2014.
Média das Notas das Avaliação dos Cursos Realizadas *in loco*	-	3	3,08	Anual	$\frac{\sum_{i=1}^{n} NC_i}{n}$ Onde: NC_i é a nota do curso i na avaliação *in loco* e n é o número de cursos avaliados.
Percentual de Cursos de Graduação com Matrizes Curriculares Atualizadas	-	10%	37,03%	Anual	$\frac{CGMCA}{CG} \times 100$ Onde: $CGMCA$ é o número de cursos de graduação com matrizes curriculares atualizadas e CG é o número de cursos de graduação.
Percentual de Discentes e Docentes Aprovados nos Programas Ciência Sem Fronteira e Inglês Sem Fronteira	-	3%	0,14%	Anual	$\frac{DDA}{TDD} \times 100$ Onde: DDA é o número de discentes e docentes aprovados e TDD é o número total de discentes e docentes.
Percentual de Alunos Atendidos pelos Programas de Permanência do IFPA	-	29%	8,52%*	Anual	$\frac{AAPP}{TA} \times 100$ Onde: $AAPP$ é o número de alunos atendidos pelos programas de permanência e TA é o número total de alunos.
Percentual de Vagas Ofertadas para Licenciaturas	-	10%	36,73%	Anual	$\frac{VOL}{TVO} \times 100$ Onde:VOL é o número de vagas

					ofertadas para licenciaturas e TVOé o número total de vagas ofertadas.
Percentual de Câmpus com Núcleos (NAPNE e NEAB) Criados	-	10%	25,00%	Anual	$\frac{CCNEAB \times 0{,}5 + CCNAPNE \times 0{,}5}{TC} \times 100$ Onde: $CCNEAB$é o número de Câmpus com NEAB criados, $CCNAPNE$é o número de Câmpus com NAPNE criados e TCé o número total de Câmpus.
Percentual de Evasão Escolar	-	40%	6,87%**	Anual	$\frac{AE}{TA} \times 100$ Onde: AE é o número de alunos evadidos e TA é o número total de alunos.

Fonte: PROEN, SISTEC, INEP

* Valor referente somente ao programa Bolsa Permanência.

** Valor calculado a partir das informações extraídas do SISTEC.

Análise

Resultado Meta 1: Nota 2

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é uma medida usada pelo INEP que representa os conceitos médios agregando dados dos cursos de graduação quanto dos cursos pós-graduação *stricto sensu* da Instituição, sendo 1 a menor nota e 5 a maior nota. O resultado 2 representa uma nota insatisfatória, mas a gestão vem somando esforços institucionais para promoção de mecanismos e estratégias, como maiores investimentos e outros recursos, no sentido de sanar as deficiências apontadas nos resultados dos relatórios dos cursos e demais processos avaliativos.

Resultado Meta 2: Nota 3,08

O processo de regulamentação dos cursos superiores, exercido pelo MEC, estabelece uma nota que vai de nota 1 até a nota 5.Tivemos em 2014, 14 curso superiores avaliados com uma média de nota 3,08 dos relatórios dos avaliadores do INEP. Essa média de nota atende ao previsto no nosso PDI, porém temos priorizado ações para melhorar a projeção da nota dos cursos

Resultado Meta 3%: 37,03%

De acordo com o nosso PDI, os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) é um instrumento imprescindível para definir e nortear a organização do currículo e das práticas pedagógicas propostas para os cursos e que são regulamentados pelo Conselho Superior – CONSUP. Foram atualizados e aprovados pelo CONSUP 08 PPCs de cursos superiores, representando 37,03% , com resultado acima da meta de 10% em 2014.

Resultado Meta 3%: 0,14%

O IFPA vem consolidando sua participação e expansão do ensino da ciência, da tecnologia, e da inovação por meio do intercâmbio e de mobilidade internacional pelos programas Ciência sem Fronteiras e Inglês sem Fronteira aos seus discentes e docentes. Em 2014, o resultado atingiu 0,14%, que ficou muito abaixo da meta de 3% estabelecido no PDI.

Resultado Meta 5%: 8,52%

O objetivo do IFPA é atender 100% dos alunos que cumpram os requisitos estabelecidos na Portaria nº 389/2013. Em 2014, esse quantitativo representou 8,52% dos alunos, abaixo dos 29% estabelecido em meta. A IES vem buscando estratégias de reforço em divulgação e orientações

quanto às fases de inscrição, pois é realizado pelo aluno e no site do Programa, bem como, garantir esses recursos aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, como estratégia de redução da evasão escolar.

Resultado Meta 6: 36,73%
Em nossa trajetória do ensino, o IFPA vem garantido a oferta dos cursos de nível superior que se mostra na forma de Cursos de tecnologia; Cursos de bacharelado; e Cursos de licenciatura. Em relação aos cursos de Licenciatura em 2014 obtivemos um percentual de vagas ofertadas de 36,73%, o que representou um percentual acima da meta prevista de 10%, e em consonância com nossa expertise e demanda social.

Resultado Meta 7: 25,00%
Quanto à implantação do de NEAB e NAPNE, o resultado mostra que 25% dos Câmpus existentes foram contemplados e estão em pleno funcionamento, superando-se a meta proposta. A ausência e/ou não funcionamento em alguns Câmpus se justifica por serem novos, em fase de organização e também por composição de quadro social incipiente. A gestão vem trabalhando para garantir a efetividade de implantação e pleno funcionamento desses núcleos, sendo de fundamental importância às políticas afirmativas da IES.

Resultado Meta 8: 6,87%
O IFPA tem como meta reduzir a evasão escolar. Em 2014, de acordo com dados extraídos do SISTEC, tivemos uma redução de 6,87%, abaixo do previsto no PDI. A IES vem desenvolvendo ações de incentivo à permanência escolar.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃOE INOVAÇÃO

A seguir são mostrados os principais indicadores da PROPPG, por área de atuação, utilizados para monitorar e avaliar o seu desempenho operacional.

INDICADORES DE DESEMPENHO: ÁREA PESQUISA

Quadro 37: Número de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Ofertadas nos Câmpus

CÂMPUS	BOLSAS OFERTADAS EM 2012		BOLSAS OFERTADAS EM 2013		BOLSAS OFERTADAS EM 2014	
	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO
ABAETETUBA	---	----	----	----	34	20
ALTAMIRA	22	---	----	----	----	----
BELÉM	67	67	41	65	----	----
BRAGANÇA	---	---	----	----	----	----
BREVES	---	---	----	----	----	----
CASTANHAL	122	10	135	20	40	20
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2	14	54	---	01	18
ITAITUBA	10	10	20	20	----	----
MARABÁ INDUSTRIAL	60	---	5	---	----	----
MARABÁ RURAL	25	---	---	---	----	----
TUCURUÍ	20	25	15	20	10	25
SANTARÉM	40	---	---	---	----	----
TOTAL	**368**	**126**	**270**	**125**	**85**	**83**

Fonte: Diretorias e Coordenações de Pesquisa dos Câmpus do IFPA

Análise Crítica:

O Quadro anterior apresenta o quantitativo de bolsas de iniciação científica e tecnológica ofertadas pelos Câmpus. Tivemos uma redução no quantitativo de bolsas de iniciação científica ofertadas pelos Câmpus em função do não oferecimento de bolsas pelos Câmpus Altamira, Belém, Bragança, Marabá Rural, Marabá Industrial, Santarém e Breves.

O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de bolsas de iniciação científica e tecnológica concedidas pelas agências de fomento nos diversos programas institucionais durante o período de 2010 a 2014.

Quadro 38: Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Concedidas Pelas Agências de Fomento

Modalidade /Agência	**Quantidade de bolsas concedidas pelas agências de fomento**				
	2010-2011	**2011-2012**	**2012 -2013**	**2013 - 2014**	**2014 -2015**
PIBIC/CNPQ	0	3	3	5	6
PIBIC – Ações Afirmativas/CNPQ	0	5	2	2	2
PIBITI/CNPQ	38	28	10	10	10
PIBIC EM/CNPQ	0	0	20	20	20
PIBIC/FAPESPA	0	0	0	20	24
Programa Jovens Talentos/CAPES	0	0	3	20	----
Total	**38**	**36**	**38**	**77**	**62**

Fonte: Plataforma Carlos Chagas – CNPq, FAPESPA e CAPES

Análise Crítica:

Em 2014 tivemos um aumento no número de bolsas ofertadas pelas agências de fomento ao IFPA. Em especial as bolsas concedidas pela FAPESPA e CNPQ. O Programa Jovens Talentos não foi ofertado em 2014 pela CAPES.

Quadro 39: Indicadores Gerais dos Grupos de Pesquisa Certificados no CNPQ

Grupos de Pesquisa – Indicadores Gerais					
Ano	**Grupos**	**Pesquisadores**	**Estudantes**	**Técnicos**	**Câmpus**
2011	31	239	146	7	6
2012	41	385	270	18	8
2013	44	445	295	16	10
2014	52	520	327	11	10

Fonte: Plataforma Lattes – Diretório de Grupos de Pesquisa - CNPq

Análise Crítica:

Os dados foram extraídos do sistema do diretório de grupos de pesquisa do CNPq, a qual representa o quantitativo de servidores e alunos no âmbito do IFPA cadastrados em grupos de pesquisa certificados. Conforme se observa no quadro acima, houve um crescimento dos indicadores relacionados com os grupos de Pesquisa.

Quadro 40: Total de Docentes Efetivos do IFPA por Nível de Qualificação

Qualificação	2011		2012		2013		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduação	134	18,6	127	17,3	100	14,0	108	13,0
Especialização e Aperfeiçoamento	250	34,6	249	34,0	238	33,3	270	32,6
Mestrado	284	39,3	287	39,2	287	40,1	338	40,8
Doutorado	54	7,5	70	9,5	90	12,6	113	13,6
Total	**722**	**100**	**733**	**100**	**715**	**100**	**829**	**100**

Fonte: DGP/Dezembro 2014

Análise Crítica

Através do Quadro acima, podemos observar que tivemos um crescimento do número de doutores em 2014. Isso se deu em parte devido à política de qualificação institucional que incentivou e apoiou os servidores a se qualificarem. Espera-se que com um maior número de servidores doutores possamos desenvolver mais projetos de pesquisa e criar mais cursos de Pós-Graduação.

A SEGUIR SÃO APRESENTADOS OS INDICADORES RELACIONADOS COM O OBJETIVO 8 DO PDI 2014 – 2108.

OBJETIVO 8 – PROMOVER A PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

Quadro 41: Indicador da Meta 1 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 1 – Manter e ampliar o número de bolsas nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq/CAPES/FAPESPA.		
Indicador: Número de bolsas de iniciação científica.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
60	62	77

Análise Crítica:

Em 2014, ultrapassamos a meta prevista de 60 bolsas de iniciação científica financiadas pelas agências de fomento. Entretanto, comparado com o índice observado em 2013, tivemos uma diminuição no número de bolsas financiadas pelas agências de fomento ao IFPA. Isto ocorreu em função do Programa Jovens Talentos não ter sido ofertado em 2014 pela CAPES.

Quadro 42: Indicador da Meta 2 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 2 – Incentivar e apoiar a implantação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) nos Câmpus.		
Indicador: Número de Câmpus com Programa de Iniciação Científica implantado.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
7	7	7

Análise Crítica:

Conforme quadro 42, o IFPA possui 7 Câmpus com Programa de Iniciação Científica implantado, quais sejam, Abaetetuba, Belém, Bragança, Castanhal, Conceição, Itaituba e Tucuruí. Entretanto, alguns Câmpus não ofertaram o Programa por problemas de gestão.

Quadro 43: Indicador da Meta 3 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 3 – Manter e ampliar o Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa.		
Indicador: Número acumulado de projetos apoiados pelo PROP/IFPA.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
8	8	8

Análise Crítica:

O edital de apoio a projetos de pesquisa foi lançado e oito propostas foram selecionadas, entretanto as propostas não foram executadas financeiramente pelos Câmpus. Em virtude disso, o edital foi cancelado, o que levou a PROPPG a disponibilizar o recurso do referido edital para compra de equipamentos para os Câmpus que tinham curso de Pós-Graduação stricto sensu em andamento ou proposta submetida à CAPES (Câmpus Castanhal e Belém).

Quadro 44: Indicador da Meta 4 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 4 – Incentivar a participação de servidores em eventos científicos através de editais.		
Indicador: Número acumulado de beneficiários no Edital de eventos.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
20	17	19

Análise Crítica:

Tivemos17 beneficiários no Edital de apoio à participação em eventos científicos. Apesar da meta não ter sido alcançada, tivemos 27 propostas submetidas ao edital. As 10 propostas que não foram aprovadas tiveram algum problema de atendimento aos requisitos do referido edital.

Quadro 45: Indicador da Meta 5 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 5 – Realizar o Seminário Institucional de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação. Realizar o VI, VII, VIII, IX e X SICTI em diferentes Câmpus do IFPA, com a participação dos bolsistas do PIBITI e captação de recursos externos.		
Indicador: Número de Seminários Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação por ano.		
RESPONSÁVEL: PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
01	01	01

Análise Crítica:

VI SICTI realizado com sucesso no IFPA Câmpus Bragança.

Quadro 46: Indicador da Meta 6 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 6 – Captação de recursos externos para a pesquisa. Encaminhamento de propostas para os Editais Institucionais da FAPESPA, CAPES, CNPq e FINEP.		
Indicador: Número de projetos institucionais aprovados por ano para captação de recursos externos para pesquisa.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
01	08	01

Análise Crítica:

08 Projetos institucionais aprovados, os quais foram: PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI, PIBIC-EM –CNPQ, PIBIC-FAPESPA, EDITAL PAEP CAPES, EDITAL BOLSAS MESTRADO FAPESPA, EDITAL DE AUXÍLIO A EVENTOS CIENTÍFICOS FAPESPA. Estes projetos foram de fundamental importância para que a PROPPG atingisse seus objetivos finalísticos.

Quadro 47: Indicador da Meta 7 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 7 – Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento de projetos, grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas e editais.		
Indicador: Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
01	01	01

Análise Crítica:

Apenas 01 ação gerenciada – cadastramento de grupos de pesquisa no SIGAA. Para que os outros módulos da Pesquisa no SIGAA sejam implementados é necessário que a base de dados dos alunos seja inserida no sistema. Esta ação está sendo desenvolvida pela DTI.

Quadro 48: Indicador da Meta 8 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 8 – Reformulação do Comitê Institucional de Pesquisa.		
Indicador: Número de participações do Comitê de Pesquisa nas ações da PROPPG.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
01	03	03

Análise Crítica:

Foram realizadas 03 participações nos Editais do PIBICTI, PIQ e no VI SICTI. O Comitê de Pesquisa precisa ser reformulado e suas atividades precisam ser normatizadas para que haja uma participação mais efetiva dos membros do Comitê nas ações da PROPPG.

Quadro 49: Indicador da Meta 9 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 9– Capacitação dos servidores na elaboração de projetos e artigos. Realizar anualmente um evento institucional com a oferta de oficinas de elaboração de projetos e artigos.		
Indicador: Evento anual realizado.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
01	01	01

Análise Crítica:

Evento realizado durante o VI SICTI no Câmpus Bragança do IFPA.

Quadro 50: Indicador da Meta 10 do Objetivo 8 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 10 – Promover a pesquisa aplicada através de parcerias com o setor produtivo. Implantar um Programa Institucional de incentivo a parceria entre o pesquisador e o setor produtivo. Estabelecer parcerias com empresas e associações do setor produtivo, visando à elaboração de pesquisa aplicada através da capacitação dos pesquisadores.		
Indicador: Número de editais anuais de incentivo à pesquisa aplicada.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pesquisa da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
0	0	0

Análise Crítica:

Não houve lançamento de edital específico para pesquisa aplicada, entretanto lançamos edital de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica.

INDICADORES DE DESEMPENHO: ÁREA PÓS-GRADUAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o total de servidores (docentes e técnicos) do IFPA que estão cursando Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em programas gerenciados, através de convênios, pela PROPPG.

Quadro 51: Total de Servidores do IFPA Cursando Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Programas Gerenciados, Através de Convênios pela PROPPG

PROGRAMA	**2012**		**2013**		**2014**	
	Mestrado	**Doutorado**	**Mestrado**	**Doutorado**	**Mestrado**	**Doutorado**
PPGCC – Programa de Pós-Graduação em Ciência de Computação / UFPA	03		03	-	03	-
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente / UFPA	05	-	05	-	06	-
PPGEE - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica / UFPA	02	05	-	-	-	-
PPGEd - Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSA/UFRN	-	01	-	-	-	-
DINTER UFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido	-	-	-	12	-	12
TOTAL	**10**	**06**	**08**	**12**	**09**	**12**

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação/PROPPG

Análise Crítica

No quadro 51 os convênios para qualificação de servidores (docentes e técnicos), em nível de Pós-Graduação, mostram-se diversificados em relação à área de conhecimento. Tivemos um aumento no quantitativo de servidores cursando Pós-Graduação em 2014 em função do aumento de mestrandos no NUMA.

Quadro 52: Número de Bolsas para Pós-Graduação Ofertadas pelo PIQ/IFPA

MODALIDADE – PIQ	QUANTITATIVO DE BOLSAS			
	2013		2014	
	OFERTADA	PREENCHIDA	OFERTADA	PREENCHIDA
MESTRADO	10	01	10	06
DOUTORADO	05	05	05	03
TOTAL	**15**	**06**	**15**	**09**

Fonte: Coordenação de Pós-Graduação/PROPPG

Análise Crítica

O edital do Plano Institucional de Qualificação foi lançado em janeiro de 2014 a fim de promover a qualificação de servidores (docentes e técnicos) em nível de Pós-Graduação. O quantitativo de servidores que participam do PIQ ainda é insuficiente em relação à demanda total do IFPA. Entretanto, há uma perspectiva de crescimento no número de servidores que participarão do PIQ em 2015, isto porque, há um número crescente de pedidos de afastamento e aprovação do PIQ de alguns Câmpus, e mais, o Edital do PIQ será lançado no início do ano de 2015 a fim de atender essa demanda.

Quadro 53: Número de Docentes com Bolsas de Pós-Graduação (DOUTORADO) Vigente pela CAPES/PIQDTEC

MODALIDADE	QUANTITATIVO DE DOCENTES COM BOLSAS				
	2010	2011	2012	2013	2014
PIQDTEC	5	5	3	3	0
TOTAL	5	5	3	3	0

Fonte: SAC/CAPES em 31/dezembro

Análise Crítica

Os docentes do IFPA com bolsas do referido programa concluíram seus cursos de doutorado no 1º semestre de 2014. Vale lembrar, que a CAPES não deu continuidade na oferta de bolsas para este programa em 2014.

A SEGUIR SÃO APRESENTADOS OS INDICADORES RELACIONADOS COM O OBJETIVO 9 DO PDI 2014 – 2108.

Objetivo 9 – Promover o ensino de Pós-Graduação e a qualificação.

Quadro 54: Indicador da Meta 1 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 1 – Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (MINTER, DINTER e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.		
Indicador: Número de convênios vigentes de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pós-Graduação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
3	3	3

Análise Crítica

Os convênios da UFPA e UNIFERSA foram mantidos. Foi realizada uma negociação com a UFRRJ para oferta de um MINTER em Educação Agrícola e o termo de cooperação foi assinado em fevereiro de 2015 para oferta de uma turma no IFPA Câmpus Conceição do Araguaia.

Quadro 55: Indicador da Meta 2 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 2 – Manter e ampliar o Programa Institucional de Qualificação (PIQ/IFPA), por meio do lançamento anual de editais de bolsas de doutorado e bolsas de mestrado.		
Indicador: Número de bolsas vigentes do PIQ.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pós-Graduação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
12	15	06

Análise Crítica

Houve um aumento do número de bolsas do PIQ vigente em 2014 comparado com 2013 e com a meta prevista para 2014 devido a um aumento na demanda de servidores afastados para cursar Pós-Graduação, um dos requisitos para receber a bolsa.

Quadro 56: Indicador da Meta 3 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 3– Aumentar a oferta de cursos de Pós-Graduação stricto sensu.		
Indicador: Número de cursos *stricto sensu* ofertados.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pós-Graduação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
1	1	1

Análise Crítica

O IFPA possui 1 Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPGDRSGEA – IFPA\Castanhal (Mestrado Profissional). Duas propostas de mestrado profissional (Engenharia de Materiais e Tecnologias Educacionais para as Relações Étnico-raciais) foram submetidas em 2014 para a CAPES.

Quadro 57: Indicador da Meta 4 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 4 – Aumentar a oferta de cursos de Pós-Graduação lato sensu.		
Indicador: Número de Câmpus com oferta de cursos *lato sensu*.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pós-Graduação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
3	3	---

Análise Crítica:

A meta para 2014 de 3 Câmpus com oferta de cursos *lato sensu* foi alcançada. Os cursos foram ofertados nos Câmpus Belém, Castanhal e Marabá Rural.

Quadro 58: Indicador da Meta 5 do Objetivo 9 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 5 – Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de Pós-Graduação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento cursos, servidores, alunos, bolsistas e editais.		
Indicador: Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Pós-Graduação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
-	1	-

Análise Crítica:

Apenas 01 ação gerenciada – cadastramento de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* no SIGAA. Para que os outros módulos da Pós-Graduação no SIGAA sejam implementados é necessário que a base de dados para os coordenadores de programas de Pós-Graduação seja inserida no sistema para cadastramento dos cursos *lato sensu*. Esta ação está sendo desenvolvida pela DTI.

INDICADORES DE DESEMPENHO: ÁREA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Números de instrumentos jurídicos assinados (convênios, termos aditivos e licenciamento): - 1 (um) convênio de cooperação técnico-científico para a execução do curso de especialização em gestão da inovação em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.
- Número de contratos de licenciamento e de tecnologia vigente (número de contratos e licenciamento e de participação em resultados vigentes);
- Ganhos econômicos (valor total de ganhos econômicos recebidos);
- Pedidos de patentes e patentes concedidas (número de pedidos de patentes depositados no INPI e no PCT – Sistema Internacional de Patentes, e números de patentes concedidas):1 (um);
- Comunicação de invenções (números de comunicação de invenções): 1 (uma);
- Programas de computador registrados;
- Valor total dos instrumentos jurídicos assinados (volume financeiro total de instrumentos jurídico- convênios, termos aditivos, contratos e licenciamento);
- Empresas incubadas: 10 (dez);
- Pré-incubação de projetos: 6 (seis).

Análise Crítica:

A Política de Inovação do IFPA foi criada em 06 de fevereiro de 2013 e este Regulamento dispõe sobre as normas de proteção dos resultados das pesquisas, gestão e transferência dos direitos sobre a Criação Intelectual de titularidade do Instituto e estabelece os princípios e regras gerais relativos à ação da Coordenação de Inovação, nos termos do art. 1° da Lei 10.973/04;

Como a cultura de proteção intelectual ainda é nova em nosso Instituto, não há uma demanda de segurança às inovações produzidas por nossos pesquisadores. Dessa forma, os indicadores como, número de contratos de licenciamento e de tecnologia vigente (número de contratos e licenciamento e de participação em resultados vigentes); Ganhos econômicos (valor total de ganhos econômicos recebidos) e Valor total dos instrumentos jurídicos assinados (volume financeiro total de instrumentos jurídico-convênio, termos aditivos, contratos e licenciamento) ainda não foram quantificados.

A Participação junto a Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR e a Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA no Câmpus Castanhal para estreitar parceria com a Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC, sediada naquele Câmpus são ações que tem como perspectiva, a mudança do nosso atual cenário. Espera-se que as pesquisas desenvolvidas no Instituto, ou em parceira com Empresas e outras Instituições de pesquisa, possam trazer visibilidade e transferência de tecnologia à comunidade.

A SEGUIR SÃO APRESENTADOS OS INDICADORES RELACIONADOS COM O OBJETIVO 10 DO PDI 2014 – 2108.

Objetivo 10 – Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a Inovação Tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

Quadro 59: Indicador da Meta 1 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 1 – Consolidar as atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA. Iniciar processos de patentes e registro das marcas do NIT/PROPPG.		
Indicador: Número de patentes registradas.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Inovação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
1	1	---

Análise Crítica:

Houve um depósito de patente no PCT (Sistema Internacional de Patentes). O Núcleo de Inovação Tecnológica está realizando prospecção tecnológica junto aos pesquisadores do IFPA para que a política de inovação seja devidamente implantada e o produto das pesquisas passem a ser protegidos. As marcas do NIT e da PROPPG já foram depositadas junto ao INPI e estão em fase de análise para a concessão do registro.

Quadro 60: Indicador da Meta 2 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 2 – Articular em rede com outros NITs de instituições de ensino superior pública. Manter e ampliar a parceria com a Rede NAMOR.		
Indicador: Número de ações em conjunto com a Rede Namor.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Inovação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
2	3	---

Análise Crítica:

Foi finalizado o Curso de Especialização em Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual. Foi realizado o I encontro Internacional de Inovação e Transferência de Tecnologia da Amazônia Oriental e foram realizadas Visitas Técnicas a Universidades do Reino Unido, a fim de observar as boas práticas de inovação daquele país. A parceria com a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades de Inovação do IFPA, pois a troca de experiências e a realização de ações em conjunto ajuda a alavancar os resultados obtidos. Faz-se necessário reunir esforços para aumentar as ações da rede e aprovar projetos para o financiamento dessas ações, uma vez que o projeto de financiamento pela FINEP em vigor se encerra em 2015.

Quadro 61: Indicador da Meta 3 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 3 – Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento para as atividades de: gerenciamento de invenções, gerenciamento de empresas júnior e incubadoras.		
Indicador: Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Inovação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
-	-	-

Análise Crítica:

O Sistema Integrado de Gerenciamento do IFPA está em fase de implantação e testes.

Quadro 62: Indicador da Meta 4 do Objetivo 10 do PDI/IFPA 2014 - 2018

META 4 – Promover aos servidores do IFPA capacitações que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação. Realizar anualmente visita nos Câmpus para a realização de palestras e reuniões sobre inovação tecnológica.		
Indicador: Número visitas realizadas aos Câmpus para capacitação dos servidores.		
RESPONSÁVEL: Coordenação de Inovação da PROPPG.		
PERIODICIDADE: Anual		
ÍNDICE PREVISTO PARA 2014	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2014**	**ÍNDICE OBSERVADO EM 2013**
5	2	---

Análise Crítica:

Foram realizadas visitas apenas ao Câmpus de Santarém e de Castanhal. O número insuficiente de servidores no NIT para suprir todas as demandas do Núcleo inviabilizou a realização de mais visitas. As Visitas aos Câmpus são necessárias, pois são onde as pesquisas se realizam. A Prospecção Tecnológica é de fundamental importância para o desenvolvimento das Ações de Inovação no IFPA, uma vez que somente a partir da proteção poderá ser efetivada a transferência da tecnologia produzida no âmbito acadêmico para a sociedade.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro 63: Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			145.301.881,00		72.646.332,00
CRÉDITOS	Suplementares		20.036.050,00		4.576.812,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)			165.337.931,00		77.223.144,00
Dotação final 2013(B)			144.287.930,00		74.686.892,00
Variação (A/B-1)*100			14,59		3,39

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			53.218.188,00			
CRÉDITOS	Suplementares		77.075,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			53.295.263,00			
Dotação final 2013(B)			45.172.607,00			
Variação (A/B-1)*100			17,98			

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Crítica

Com base nos dados apresentados nos quadros de programação de despesas e reserva de contingência, observa- se que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, consignou para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Unidade Orçamentária (UO) 26416, composta pela Reitoria e doze Câmpus: (Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Industrial Marabá, Itaituba, Rural Marabá, Santarém e Tucuruí), além dos cinco Câmpus novos (Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos) e um Câmpus Avançado (Vigia de Nazaré), o valor total de R$ 295.856.338,00. Comparando este valor ao montante constante na Lei Orçamentária Anual de 2013 de R$ 264.147.429,00, constata-se um acréscimo de R$ 31.708.909,00, assim descrito por categoria econômica:

- **Na categoria Despesas correntes**, o montante foi de R$ 23.586.253,00 deste saldo R$ 21.050.001,00 foi de despesas com pessoal e encargos sociais e de R$ 2.536.252,00 para outras despesas correntes.

- **Na categoria Despesas de Capital**, houve um decréscimo no montante R$ 8.122.656,00, sendo este montante de investimento.

Ficou evidenciado que a variação total na Programação de Despesas constante na Lei Orçamentária Anual do ano de 2013 em relação a 2014 correspondeu a 12%, situação justificada pelo pleno funcionamento da Reitoria e 17 Câmpus e 01 Câmpus Avançado do Instituto, refletindo assim a necessidade de manter a qualidade da estrutura, a fim de proporcionar cada vez mais melhorias no ensino.

A evolução da programação da despesa por grupo de despesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, ficou evidenciada da seguinte maneira:

- **Investimentos**: foi o que apresentou o maior crescimento de um exercício para outro, visto que no exercício de 2013 a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de investimento R$ 45.172.607,00, já no exercício de 2014 foi de R$ 53.295.263,00, demonstrando uma variação de 17,98%. Este crescimento foi resultante da necessidade de infraestrutura adequada à pratica do ensino público de qualidade, tanto na realização de novas obras quanto na retomada de obras que estavam abandonadas ou paralisadas, assim como a aquisição de equipamentos diversos para as áreas de ensino, pesquisa, extensão, quanto da área administrativa da Reitoria e dos 17 Câmpus e 01 Câmpus Avançado.

- **Pessoal e Encargos Sociais**: foi o que apresentou o segundo maior crescimento de um exercício para outro, visto que no exercício de 2013 a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de R$ 144.287.930,00, já no exercício de 2014 foi de R$ 165.337.931,00, demonstrando uma variação de 14,59%. Esta variação foi resultante da entrada em exercício de novos servidores, que foram aprovados no último concurso público do IFPA, além do aumento salarial programado para este exercício pelo Governo Federal aos servidores Públicos Federais da Educação Profissional.

- **Outras Despesas Correntes**: foi a que apresentou o menor crescimento orçamentário de um exercício para outro, visto que no exercício de 2013, a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de R$ 74.686.892,00, já no exercício de 2014 foi de R$ 77.223.144,00, demonstrando uma variação de 3,39%. Esta variação foi resultante do crescimento do gasto para manter a Reitoria e suas 17 unidades, além de 01 Câmpus avançado, pois o Instituto passa por momento de expansão, como, por exemplo, a construção de cinco Câmpus, e um Câmpus avançado, o que refletiu no aumento das despesas principalmente com locação de mão de obra (Limpeza e conservação, Vigilância e Apoio Administrativos etc.) e com outros serviços de terceiros, pessoa jurídica (Água e Esgoto, Energia Elétrica, Manutenção de Ar condicionados etc.), além de aquisição de passagens, material de consumo e gastos com diárias.

É importante destacar ainda que durante o exercício de 2014, houve a abertura de créditos adicionais suplementares para atendimento dos grupos de despesas correntes e despesas de capital, sendo descriminados da seguinte maneira:

a) Despesas Correntes:

i. **Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**: Neste exercício, foi disponibilizado o montante de R$ 20.036.050,00.

Esta necessidade de abertura de credito suplementar se deu em decorrência de a previsão inicial na Lei Orçamentária Anual ter sido insuficiente para o atendimento das despesas com pessoal até o encerramento do exercício e pelo fato da entrada de novos servidores e pelo aumento no salário dos servidores Públicos Federais da Educação Profissional.

- As liberações de créditos suplementares de pessoal e Encargos Sociais ficaram assim distribuídas:

- **Ação 20TP** (Pagamento de Servidores Ativos), montante liberado de R$ 14.467.861,00;
- **Ação 0181** (Pagamento de Aposentadorias e Pensões), montante liberado de R$ 3.472.702,00;
- **Ação 09HB** (Contribuição da União e suas Autarquias), montante liberado R$ 2.093.887,00;
- **Ação 0005** (Cumprimento de Sentença Judicial), montante liberado de R$ 1.600,00.

ii. **Outras Despesas Correntes:** Neste exercício, foi disponibilizado o montante de R$ 4.576.812,00.

Esta necessidade de abertura de crédito suplementar foi para atender os auxílios pagos em folha de pagamento do IFPA, sendo os mesmos (Auxílio Creche, Alimentação, Saúde e Transporte), estes créditos suplementares ocorreram em virtude de a previsão inicial da Lei Orçamentária Anual ter sido insuficiente, para atender as despesas ate o encerramento do exercício, tendo em vista a entrada de novos servidores Públicos Federal da Educação Profissional, que ocorreu no exercício.

- Outro destaque foi a liberação de crédito suplementar para atender despesa de custeio de créditos não utilizados no exercício anterior da ação:

- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica). Este crédito suplementar foi liberado parcialmente a cota para empenho.

- As liberações de créditos suplementares de Outras Despesas Correntes ficaram assim distribuídas:

- **Ação: 2012** (auxílio alimentação), montante liberado de R$ 180.000,00;
- **Ação: 2011** (auxílio transporte), montante liberado de montante de R$ 169.000,00;
- **Ação: 2004** (assistência médica e odontológica), montante liberado de R$80.000,00;
- **Ação: 2010** (assistência pré-escolar), montante liberado de R$ 32.000,00;
- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica), montante liberado de R$ 4.115.812,00.

b) Despesas de Capital:

i. **Investimento**: Neste exercício, foi disponibilizado o montante de R$ 77.075,00. Esta necessidade de abertura de credito suplementar foi para atender a inscrição de saldos não utilizados no exercício anterior da **ação 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica), sendo que para esta despesa não houve liberação de limite de empenho para atender a mesma. Por este motivo não foi executada.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 64: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158135	153063	26416- 12128210945720015			2.930,40
	158135	153063	26416 -12363203120RL0015			30.217,75
	158135	153103	26416- 12363203120RL0015			250.000,00
	158135	154050	26416- 12128210945720015			2.930,40
	158135	158133	26416 -12363203120RL0015			171,42
	158135	158162	26291 - 12368203020RJ0001			6.500,00
	158135	158306	26291 - 12368203020RJ0001			20.000,00
	158135	158307	26291 - 12368203020RJ0001			8.000,00
	158135	158506	26291 - 12368203020RJ0001			28.180,51
	158135	158518	26291 - 12368203020RJ0001			8.135,98
	158135	158306	26298- 12306203087440001			104.879,19
	158135	158307	26298- 12306203087440001			37.697,44
	158135	158308	26298- 12306203087440001			137.572,85
	158135	158481	26298- 12306203087440001			14.467,38
	158135	158162	26298 12363203120RW0001			130.370,44
	158135	158306	26298 12363203120RW0001			1.580.226,71
	158135	158307	26298 12363203120RW0001			106.752,16
	158135	158308	26298 12363203120RW0001			60.594,69
	158135	158481	26298 12363203120RW0001			103.442,72
	158135	158506	26298 12363203120RW0001			142.763,70
	158135	158508	26298 12363203120RW0001			249.891,90
	158135	158509	26298 12363203120RW0001			318.564,00
	158135	158512	26298 12363203120RW0001			36.694,70
	158135	158518	26298 12363203120RW0001			50.948,00
	158135	158567	26298 12363203120RW0001			67.265,32
Recebidos	153173	158135	26298- 12306203087440001			294.616,86
	153034	158135	26253 - 12128210945720015			582,76
	153173	158135	26298 12363203120RW0001			4.038.726,31
	153034	158135	26253 -12364203220RK0015			1.085,61
	154003	158135	26291 - 12368203020RJ0001			1.145.197,72
	153173	158135	26298- 12363203182520001			85.327,34

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: PROAD/IFPA

Análise

No que diz respeito aos Créditos por movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão, temos a destacar que tiveram relevância na execução orçamentária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, à medida que serviram para custear exclusivamente as Despesas Correntes (Outras despesas correntes).

Estes recursos foram recebidos para custear a atividades relacionadas à manutenção das ações e programas como:

- **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR e PIBID DIVERSIDADE);
- **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - PRONATEC);
- **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica);
- **Ação: 8252** (Educação Profissional e Tecnológica a Distância E-TEC BRASIL);
- **Ação: 20RK** (Funcionamento de Instituições Federais);
- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos).

A procedência de tais créditos Orçamentários são das Unidades Gestoras:

- **153173** (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) esta unidade gestora, repassou crédito para as ações:
  - **8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica) para atendimento de aquisição de merenda escolar das unidades do IFPA;
  - **20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica) para atendimento do programa PRONATEC;
  - **8252** (Educação Profissional e Tecnológica a Distância E-TEC BRASIL) para atendimento do programa ETEC Brasil.

- **154003** (Fund. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - CAPES), esta unidade gestora, repassou crédito para atendimento dos programas: PARFOR e PIBID Diversidade.

- **153034** (Universidade Federal Rural da Amazônia) esta unidade gestora, repassou credito para atendimento das ações**: 20RK** (Funcionamento de Instituições Federais) e **4572** (Capacitação de Servidores Públicos).

Estes créditos orçamentários foram recebidos através de descentralizações e foram repassados e executados pelas Unidades Gestoras do IFPA, conforme demonstrativo por Câmpus abaixo:

- **UG: 158135 (Reitoria):** recebeu créditos para Outras despesas Correntes, para manutenção das ações e programas:
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR e PIBID Diversidade). Este recurso foi para manutenção dos programas PARFOR e PIBID Diversidade;
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
  - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica). Este recurso foi para aquisição de merenda escolar as unidades do IFPA;
  - **Ação: 8252** (Educação Profissional e Tecnológica a Distância, E-TEC Brasil). Este recurso foi para manutenção do programa ETEC Brasil;
  - **Ação: 20RK** (Funcionamento de Instituições Federais). Este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos do servidor Carlos Henrique de Andrade Mancebo, que prestou serviços a UFRA;
  - **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos). Este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos dos servidores: Carlos Henrique de Andrade Mancebo e Fabrício do Nascimento Moreira, que prestaram serviços à UFRA.

- **UG: 158306 (Câmpus Belém)** recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
  - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica). Este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR). Este recurso foi para custear auxílio estudantil do programa PARFOR.

- **UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural**) recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
  - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica). Este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR). Este recurso foi para custear o programa PARFOR.

- **UG: 158308 (Câmpus Castanhal)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
  - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica). Este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar.

- **UG: 158506 (Câmpus Bragança)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR). Este recurso foi para custear os programas PARFOR e PIBID Diversidade;
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba)** recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158512 (Câmpus Industrial de Marabá)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158518 (Câmpus Santarém)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica), este recurso foi para custear o programa PIBID Diversidade;
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG 158481 (Câmpus Tucuruí)** recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica). Este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158567 (Câmpus Itaituba)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

- **UG: 158162 (Câmpus Breves)** recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
  - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC). Este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
  - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR). Este recurso foi para custear o programa PARFOR.

Merece destaque ainda os créditos concedidos da Lei Orçamentária Anual de 2014 do IFPA a outros órgãos, assim descriminado abaixo:

- **UG: 153063(Universidade Federal do Pará)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
  - **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos). Este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos da servidora Alzene Cardoso Costa, que ministrou o curso SIAPE Folha de Pagamento a servidores do IFPA;
  - **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional). Este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos do servidor Antônio Messias Nogueira, que trabalhou como avaliador em concurso público do IFPA e para pagamento de termo de cooperação técnica de atividades técnicas de engenharia da obra de construção do Câmpus Ananindeua.

- **UG: 153103 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)**recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
  - **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional), este recurso foi para pagamento da ultima parcela, do termo de cooperação técnica firmado entre IFPA e UFRN, referente à instalação e gerenciamentos de programas administrativos e acadêmicos.

- **UG: 154050(Fundação Universidade Federal de Sergipe)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
  - **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos), este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos do servidor Abel Smith Menezes, que ministrou o curso Extrator de dados e Warehouse a servidores do IFPA;

- **UG: 158133 (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará),** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes), para custear as ações e programas:
  - **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional). Este recurso foi para pagamento na rubrica cursos e concursos, do servidor Paulo Teixeira Dornelas, que trabalhou em concurso público do IFPA.

Quadro 65: Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158135	090032	26416- 28846090100050015	62.993,00		
	158135	090032	26416- 28846090100G50001	4.727,00		
	158135	170216	26416- 12128210945720015			23.872,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: PROAD/IFPA

Análise

No que diz respeito aos Créditos por movimentação Orçamentária externa por grupo de despesas, temos a informar que tiveram pouca relevância na execução orçamentária do Instituto, à medida que serviram para custear Despesas Correntes (Outras despesas corrente e Pessoal e Encargos Sociais). Estes recursos foram descentralizados através de provisões concedidas a outras unidades orçamentárias com destaque as ações:

- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação);
- **Ação: 0005** (Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios);
- **Ação: 00G5** (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor).

O destaque foi o programa de capacitação que gerou o termo de cooperação nº 01/2014 para capacitar servidores do Instituto, que foi realizado com o Centro Regional de Treinamento ESAF, referente à ação 4572.

Destacamos ainda os repasse de crédito de Pessoa e Encargos Sociais, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para pagamento de precatórios, das ações 0005 e 00G5.

Os repasses estão demonstrados pelas ações:

- **Ação 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação). Nesta ação, recebeu recursos a unidade gestora**: UG: 170216** (Centro

Regional de Treinamento da ESAF/PA), para a qual foram repassados R$ 23.872,00 para capacitar os servidores do IFPA.

- **Ação: 0005** (Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios). Nesta ação, recebeu recursos a **UG: 090032** (Secretária do T.R.F. da 1ª.Região–Orçamentária), no montante de R$ 62.993,00, esta UG provisionou o recurso a **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). Este montante serviu para pagar precatórios a servidores do IFPA).
- **Ação: 00G5** (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais). Nesta ação, recebeu recursos a **UG: 090032** (Secretária do T.R.F. da 1ª. Região–Orçamentária), no montante de R$ 4.727,00. Esta UG provisionou o recurso à **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). Este montante serviu para pagar impostos sobre precatórios a servidores do IFPA).

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 66: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: 26416	**Código UO: 26416**		**UGO:**	
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**40.804.387,30**	**19.760.143,95**	**39.348.676,20**	**18.679.813,79**
a) Convite		107.232,22		107.232,22
b) Tomada de Preços	1.980.518,44	51.228,72	1.980.518,44	51.228,72
c) Concorrência	1.645.420,61	631.015,59	1.630.022,90	626.262,11
d) Pregão	33.942.578,07	18.970.667,42	32.597.608,31	17.895.090,74
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.235.870,18		3.140.526,55	
2. Contratações Diretas (h+i)	**6.578.827,02**	**6.914.063,72**	**6.258.636,01**	**5.607.368,70**
h) Dispensa	5.555.017,46	5.334.001,04	5.249.440,21	4.885.463,87
i) Inexigibilidade	1.023.809,56	1.580.062,68	1.009.195,80	721.904,83
3. Regime de Execução Especial		**5.527,00**		**5.527,00**
j) Suprimento de Fundos		5.527,00		5.527,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**165.438.204,64**	**154.236.229,03**	**165.437.553,39**	**154.227.023,53**
k) Pagamento em Folha	163.494.565,04	152.316.608,22	163.494.565,04	152.316.608,22
l) Diárias	1.943.639,60	1.919.620,81	1.942.988,35	1.910.415,31
5. Outros	20.947.699,27	10.463.733,02	20.205.464,38	9.153.466,07
6. Total (1+2+3+4+5)	**233.769.118,23**	**191.379.696,72**	**231.250.329,98**	**187.673.199,09**

Fonte: PROAD/IFPA

Análise

Conforme demonstrativo apresentado depreende-se que nos exercícios 2013 e 2014 a modalidade de contratação adotada no IFPA foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquirem bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Dentro desta modalidade, houve execução por parte de todas as unidades gestoras que compõe a estrutura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

Essas aquisições são em grande parte material de consumo, contratação de serviços de pessoa jurídica, locação de mãos de obra, aquisição de passagens e aquisição de material permanente para atender as demandas dos 17 Câmpus, 01 Câmpus avançado e a Reitoria, além de

contratação de serviços de pessoas jurídicas, para ministrar cursos de capacitações aos servidores do IFPA.

O percentual de variação nas despesas liquidadas, nessa modalidade, teve um acréscimo de 78,92% de um ano para outro.

Com Relação à modalidade Convite, Concurso e Consulta neste exercício de 2014, não houve nem a realização de empenho e nem pagamento.

Com relação à modalidade de licitação Tomada de Preços, houve um acréscimo nas despesas liquidadas de 3.766,03% em relação ao ano de 2013 e serviu sobremaneira na contratação de empresas, para realização de obras de construções e manutenção físicas das unidades e sua execução aconteceu nas seguintes unidades gestoras:

- **UG: 158135 (Reitoria)** realizou a contratação de empresa na realização de reforma no Câmpus de Ananindeua e na Construção do Pórtico e Urbanização da Reitoria;
- **UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural)** realizou a contratação de empresa para construção do Almoxarifado, da Quadra Poliesportiva, da Uniepe casa da Farinha e da Uniepe da Casa do Mel todas as obras do Câmpus;
- **UG: 158481 (Câmpus Tucuruí)** realizou a contratação de empresa para construção do Bloco Pedagógico do Câmpus;
- **UG: 158507 (Câmpus Altamira)** realizou aditivo de preço a contratação de empresa na realização de reforma no Câmpus;
- **UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia)** realizou a contratação de empresa para construção da cerca do Centro Experimental CEAGRO, realizou ainda aditivo de preço para construção do Almoxarifado, Minhocário do Câmpus e realizou a contratação de empresa na realização de reforma do Centro Experimental CEAGRO;
- **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial)** realizou a contratação de empresa para construção da Biblioteca do Câmpus;
- **UG: 158567 (Câmpus Itaituba)** realizou aditivo de preço a contratação de empresa na realização de cobertura da quadra do Câmpus;

Em relação à modalidade de licitação Regime Diferenciado de Contratações Públicas, foi o primeiro exercício que em houve pagamentos desta modalidade e foi utilizada na realização de obras das unidades, sendo a execução assim discriminada por unidade gestora:

- **UG: 158306 (Câmpus Belém)** realizou obras de construção dos Blocos “J” e “L” do Câmpus;
- **UG: 158308 (Câmpus Castanhal)** realizou obras de construção do Câmpus Avançado de Vigia de Nazaré, Construção dos Blocos de Laboratório de Produção Vegetal, do Laboratório de Organismos Aquáticos, do Bloco de Pós Graduação, de Construção do Complexo Esportivo, do Laboratório de Geotecnologias e de construção do Bloco Pedagógico, destaca-se ainda a realização de serviços Engenharia para pavimentação asfáltica do Câmpus;
- **UG: 158481 (Câmpus Tucuruí)** realizou obras de construção de Urbanização, Paisagismo e Muro do prédio III do Câmpus;
- **UG: 158506 (Câmpus Bragança)** realizou obras e construção da Quadra Poliesportiva e do Restaurante Estudantil.

Em relação à modalidade de licitação concorrência, houve um acréscimo nas despesas liquidadas de 160,75% em relação ao ano de 2013 e foi utilizada também na realização de obras de manutenção das unidades, sendo a execução assim discriminada por unidade gestora:

- **UG: 158135 (Reitoria)** realizou obras de construção do Bloco Pedagógico do Câmpus Ananindeua, a 2º etapa do Câmpus de Óbidos, Construção do Centro de Educação a Distância na Reitoria;
- **UG: 158162 (Câmpus Breves)** realizou obras de conclusão da 1º etapa do Câmpus;
- **UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural)** realizou obras de construção da rede elétrica Subestação do Câmpus;
- **UG: 158507 (Câmpus Altamira)** realizou obras e construção do bloco de Tecnologia da Informação, Ensino e Administrativo do Câmpus;
- **UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba**) realizou obras de construção do bloco de Laboratório de Materiais do Câmpus.

No que tange a modalidade de C**ontratação Direta**: dispensa de Licitação, constatou-se um crescimento nesta modalidade, nas despesas liquidadas a qual foi de 4,14%, demonstrando assim que os 17 Câmpus e a Reitoria estão em pleno funcionamento.

O crescimento nestas contratações se deu em virtude dos elevados gastos com Energia Elétrica, Água potável, assim como os valores gastos de contratações emergenciais de Vigilância e Limpeza para Ananindeua, além dos gastos com aquisição de material de consumo e equipamentos, sendo estes dois últimos na grande maioria por cotação eletrônica, que é a modalidade de licitação do inciso II da Lei 8.666/93, que evidencia um grau de transparência maior em relação às aquisições realizadas por dispensa normal.

Outros destaques na execução por **Dispensa de Licitação** foram os gastos com aluguéis de espaço físico, como a do Central Ciência pela Reitoria e Imóvel alugado pelo Câmpus de Breves, tendo em vista que o Câmpus está em construção, além da liquidação da despesa de R$ 250.000,00 pela **UG: 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), referente à última parcela do programa SIGA IFPA.

Já em relação à modalidade de **Contratação Direta**: inexigibilidade de licitação, as mesmas decresceram em 35,20% nas despesas liquidadas de um ano para outro e estão relacionadas aos serviços de:

i) Publicação da Imprensa Nacional e na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC;
ii) Pagamento do Conselho Nacional das Instituições de Ensino (CONIF);
iii) Pagamento de ART'S ao Conselho Regional de Engenharia CREA;
iv) Pagamento de correspondências aos Correios;
v) Pagamento de licenciamento da frota de veículos ao Departamento de Transito do Estado do Pará;
vi) Contratação de empresas para realização de treinamentos.

Em se tratando de **Suprimento de Fundos,** neste exercício de 2014, não houve nem a realização de empenho e nem pagamento.

O expressivo valor da **folha de pagamento**, o qual teve um crescimento nas despesas liquidadas de 7,34%, é resultado do aumento salarial dos servidores Públicos Federais da Educação profissional, que ocorreu em 2014 e pela ocorrência de pagamentos de precatórios, os quais foram realizados pela **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Reg.), no montante de R$ 57.690,94.

As diárias tiveram um crescimento nas despesas liquidadas de 1,25% de 2014 em relação a 2013, o que é explicado pelo aumento de viagens.

A maioria da execução foi com recursos oriundos da **ação 20RL** (Funcionamento da Educação Profissional), sendo executada preponderantemente pela Reitoria do IFPA, devido em grande parte à necessidade de constante deslocamento dos servidores docentes que ministraram aulas nos polos tanto fora, quanto dentro do Estado, além de viagens para congressos e conferências.

Ressalta-se também o envio de servidores da área administrativa da Reitoria para o Câmpus de Breves, tendo em vista a descentralização da execução orçamentária e financeira do mesmo e destaca se também as viagens dos servidores Técnicos administrativos das unidades que compõe o Instituto, para participarem de capacitações e participação em congressos.

Outro ponto importante para o crescimento deste tipo de despesa foi o desenvolvimento da pesquisa e capacitações no âmbito do Instituto, assim como o desenvolvimento do programa PROCAMPO, que necessitou de incremento de diárias para deslocamento dos professores aos polos nos diversos municípios do Estado.

A modalidade de contratação *Outros*, que nada mais é que os empenhos emitidos como não se aplica, por não se enquadrarem em nenhuma das modalidades de licitação, teve um acréscimo 100,19%, nas despesas liquidada em relação a 2013, decorrente em grande parte pelas despesas com Auxílios a Estudantes e auxílio à pesquisa, além dos gastos pagos com ajuda de custo e indenização de moradia, decorrentes de transferências de servidores.

Outro destaque nesta modalidade foi o serviço de seleção e treinamento, para ministrar cursos de capacitação aos servidores do Instituto, sendo realizada a liquidação pelos órgãos de origem dos instrutores, na rubrica *Cursos e Concursos*, tendo a seguinte distribuição:

- **UG: 154050** (Fundação Universidade Federal de Sergipe);
- **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará).

Esses pagamentos totalizaram o montante de R$ 13.968,00.

Outro ponto que mereceu atenção foi a utilização de **despesas liquidadas** no montante de R$ 23.392,00 que é oriundo de repasse a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento ESAF/PA), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação aos servidores do IFPA e provisionou recurso à **UG:170006** (Coordenação Geral de Gestão de Pessoas MF). As mesmas utilizaram e liquidaram as despesas nesta modalidade.

6.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 67: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: 26416					**Código UO: 26416**		**UGO:**	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Pessoal	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
3319011	108.483.892,18	93.279.020,93	108.483.892,18	93.279.020,93	10.029,06	199.565,76	108.483.892,18	93.279.020,93
3319001	25.127.164,97	23.026.461,98	25.127.164,97	23.026.461,98			25.127.164,97	23.026.461,98
3319113	21.153.936,00	18.507.902,76	21.153.936,00	18.308.337,00			21.153.936,00	18.308.337,00
Demais elementos do grupo	8.739.600,95	8.744.218,70	8.729.571,89	8.744.218,70			8.729.571,89	8.744.218,70
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3339037	21.119.122,76	16.745.389,69	18.658.143,78	12.314.907,48	3.848.078,24	8.215.894,62	18.118.692,86	12.026.803,54
3339039	14.700.402,11	16.018.495,11	10.852.323,87	7.802.600,49	2.707.005,59	4.430.482,21	10.385.439,62	7.055.459,58
3339018	7.740.267,69	9.761.224,87	6.754.122,53	7.286.393,58	2.460.978,98	2.474.831,29	6.135.206,41	6.226.296,62
Demais elementos do grupo	26.010.161,15	22.186.973,77	21.502.332,77	18.780.606,22	2.786.967,95	3.406.367,55	20.893.047,62	17.253.658,48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
3449051	36.735.585,62	28.708.133,56	6.887.370,69	1.196.101,76	31.177.094,94	28.168.631,54	6.625.257,88	1.116.647,16
3449052	12.971.759,16	15.817.960,85	5.558.490,68	539.502,02	6.084.388,47	14.621.859,09	5.536.351,68	534.748,54
3449039	41.659,50	245.500,00	31.968,87	63.400,00	11.859,50	182.100,00	31.968,87	63.400,00
Demais elementos do grupo	31.968,87	38.146,56	29.800,00	38.146,56			29.800,00	38.146,56
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
Total	**49.780.973,15**	**44.809.740,97**	**12.507.630,24**	**1.837.150,34**	**37.273.342,91**	**42.972.590,63**	**12.223.378,43**	**1.752.942,26**

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Crítica

Na execução das despesas correntes e das despesas de Capital por grupo e elemento dos créditos totais, temos a observa-se que:

Nas Despesas Correntes de 2013 para 2014, destacaram-se as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, as quais tiveram relevância na execução orçamentária no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Esta despesa ficou em primeiro lugar em relação aos gatos nos dois exercícios financeiros.

Estas despesas de Pessoal e Encargos Sociais tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2013 e 2014:

Em primeiro lugar ficaram as despesas com vencimentos e vantagens fixas a servidores ativos, classificação contábil (3319011); em segundo lugar ficaram as despesas com aposentadorias de servidores inativos, classificação contábil (3319001); em terceiro lugar ficaram as despesas com obrigações patronais de servidores ativos, classificação contábil (3319113).

Tal situação evidencia a prevalência dessas despesas no orçamento do órgão, tanto no exercício de 2013, quanto no exercício 2014, o que é explicado pela expansão da Instituição, tendo em vista que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará possui atualmente a Reitoria e 12 Câmpus (Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Marabá Industrial, Santarém e Tucuruí), assim como a criação de 05 Câmpus que estão em obras (Ananindeua, Camisa, Paragominas, Parauapebas e Óbidos) e a criação de 01 Câmpus Avançado (Vigia de Nazaré), além de diversos polos de ensino tanto dentro como fora do Estado.

Em virtude do surgimento de novas unidades, criou-se a necessidade de novas contratações tanto de Professores, quanto de Técnicos administrativos.

Outro fator do avanço deste tipo de despesa foi o aumento progressivo salarial, concedido pelo Governo Federal, aos servidores públicos da educação Profissional.

Outro destaque dentre os demais elementos de despesa, destaca-se o pagamento de Pensões, classificação contábil (3319003), com um montante de R$ 6.687.617,70.

Além das despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Pessoal e Encargo Social, dentro destes elementos, destacaram-se os elementos de despesas: Sentenças Judiciais, classificação contábil (3319091), que teve créditos pagos em folha de pagamento da Instituição, no montante de R$ 1.214.840,20 e teve ainda créditos repassados à **UG: 090049** Tribunal Regional Federal da 1º Região, o qual recebeu o montante de R$ 67.720,00. Este recurso foi utilizado para pagamento de sentenças judiciais (precatórios), para servidores pertencentes ao quadro do IFPA.

Em segundo lugar na execução das despesas correntes ficaram as Outras Despesas Correntes, que tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2013 e 2014:

Em primeiro lugar neste grupo ficaram as despesa com Locação de Mão de Obra, classificação Contábil (3339037), no montante de R$ 21.119.122,76 de despesas empenhadas. Neste gasto, destaca-se a terceirização de mão de obra para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação, contratação de cozinheiros e copeiras, tele-atendentes, apoio administrativo e motoristas para atender as 17 unidades e 01 Câmpus avançado, além da Reitoria do Instituto.

Em segundo lugar neste grupo ficaram as despesas com Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, classificação contábil (3339039), com um montante de R$ 14.700.402,11 de despesas empenhadas. Neste gasto, destacam-se as despesas com: energia elétrica, água e esgoto, manutenção dos bens imóveis, despesas com Correios, Manutenção de Veículos e Ar condicionados e demais serviços.

Em terceiro lugar neste grupo ficaram as despesas com Auxílio Financeiro a estudantes, classificação contábil (3339018), no montante de R$ 7.740.267,69 de despesas empenhadas. Neste gasto, destaca-se o fornecimento de auxílios estudantis, além de pagamento de auxílio a desenvolvimento de estudos e pesquisas. Estas despesas serviram para custear aos estudantes diversos auxílios, como por exemplo: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia, toda a distribuição foi procedida por edital lançado por cada Câmpus do Instituto. Outro destaque foi o fornecimento de auxílio para estudantes participarem de Congressos e Conferências. Outro ponto foi o pagamento de auxílio a alunos para pagarem alimentação e hospedagem na participação de micro-estágios nas diversas empresas do Estado do Pará.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Outras Despesas Correntes. Dentro destes elementos, destacamos os elementos de despesas: Auxílio Alimentação, classificação contábil (3339046), que teve o montante empenhado de R$ 6.135.206,4. Esta despesa serviu para pagamento de auxílio alimentação a servidores civis do IFPA.

Outros gastos relevantes neste grupo foram de Material de Consumo, classificação contábil (3339030), que teve o montante empenhado de R$ 5.768.936,97 e suas aquisições servirão para fornecer materiais para andamento da Instituição. Outro elemento dentro deste grupo foi a despesa com Materiais para Distribuição Gratuita, classificação contábil (3339032), que teve o montante empenhado de R$ 2.997.940,33 e que serviu para aquisição de merenda escolar para distribuição aos alunos do Instituto.

Dentro deste grupo de demais elementos de Outras despesas Correntes destacam-se ainda os repasses efetuados a outros órgãos, que são discriminados nas seguintes despesas:

- **Outros Serviços Pessoa Física**, classificação contábil (3339036). Esta despesa ocorreu em virtude do programa multiplicadores de capacitação para servidores públicos do Ministério do Planejamento, sendo que os repasses ocorreram aos órgãos de origem dos Instrutores os quais foram empenhados e pagos na Rubrica curso e concursos destes órgãos, o montante consignado foi de R$ 26.869,97.

  Estes repasses estão consignados seguintes unidades gestoras:
  - **UG: 154050** (Fundação Universidade Federal de Sergipe) Montante repassado R$ 2.930,40;
  - **UG: 158131** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará) Montante repassado R$ 171,42;
  - **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará) Montante repassado R$ 3.208,15;

  Dentro desta classificação, destaca-se ainda o termo de cooperação, realizado com a **UG:170006** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação aos servidores do Órgão e a mesma provisionou o recurso a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA). Esta unidade gestora utilizou e liquidou despesa nesta modalidade no montante de R$ 20.560,00 com contratação de Instrutores.

- **Obrigação Tributaria e Contributiva**, classificação contábil (3339147). Esta despesa ocorreu em virtude da assinatura do termo de cooperação realizado com a **UG:170006** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação a servidores do Órgão e provisionou o recurso a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA). Esta unidade gestora utilizou e liquidou despesa nesta modalidade no montante de R$ 3.312,00 com o pagamento de imposto na contratação de Instrutores.

- **Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica** classificação contábil (3339039). Esta despesa ocorreu em virtude da pactuação de termo de cooperação com a Universidade Federal do Pará, para emissão de laudo técnico de engenharia, sobre a obra do Câmpus Ananindeua e para

pagamento da última parcela do termo de cooperação firmado em 2011 com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O montante total repassado foi de R$ 279.940,00. Estes repasses estão consignados às unidades gestoras:

- **UG: 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Montante repassado R$ 250.000,00;
- **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará). Montante repassado R$ 29.940,00;

Em terceiro lugar na execução das despesas ficaram as de Investimentos, que tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2013 e 2014:

Na execução da despesa de investimento, observamos que nos exercícios de 2013 e 2014, no referido grupo, houve um crescimento de despesas empenhadas de 11,09%. Estes gastos foram para aquisição de equipamentos, realização de Obras e Reformas, além da aquisição de Softwares. A execução neste grupo ficou evidenciado da seguinte maneira:

Em primeiro lugar na execução de Investimento, foram às despesas com Obras e Instalações, classificação contábil (3449051). Nesta despesa, destaca-se a realização de obras nas unidades que compõem o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo as obras mais relevantes às realizadas nas unidades:

- **UG: 158135 (Reitoria)** utilizou recursos para Construção do Bloco Pedagógico do Câmpus Ananindeua, a 2º etapa da obra do Câmpus de Óbidos, Construção do Pórtico e Urbanização e Construção do Centro Educação à distância na Reitoria do IFPA;
- **UG: 158162 (Câmpus Breves)** utilizou recursos para conclusão e urbanização da 1º etapa do Câmpus;
- **UG: 158306 (Câmpus Belém)** utilizou recursos para Construção dos blocos “J” e “L”;
- **UG: 158307 (Câmpus Marabá Rural)** utilizou recursos para construção do Almoxarifado, Construção da Uniepe Casa da Farinha, Construção da Uniepe Casa do Mel, Construção rede elétrica e dados, Construção da Quadra de Esportes e contratação de empresa especializada em projetos executivos do Auditório, Almoxarifado ambas do Câmpus;
- **UG: 158308 (Câmpus Castanhal)** utilizou recursos para construção do Bloco Pedagógico, Construção do Complexo Esportivo e realização de empenho dos saldos restantes das obras de Construção dos laboratórios de Agroindústria, Produção Vegetal, Organismos Aquáticos, Geotecnologias, além da construção dos blocos de Pós-Graduação e Refeitório e destacamos ainda a construção do Câmpus Avançado de Vigia de Nazaré;
- **UG: 158506 (Câmpus Bragança)** utilizou recursos para construção da Quadra Poliesportiva e Construção do Restaurante Estudantil, contratação de empresa especializada em projetos elétricos.
- **UG: 158507 (Câmpus Altamira)** utilizou recursos para construção do Bloco de Tecnologia da Informação, Ensino e Administrativo do Câmpus;
- **UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba**) utilizou recursos para construção do Laboratório de Materiais do Câmpus;
- **UG: 158509 (Câmpus Conceição do Araguaia)** utilizou recursos para construção da cerca do Centro Experimental do Couro - CEAGRO;
- **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial)** utilizou recursos para construção da Biblioteca do Câmpus;
- **UG: 158481 (Câmpus Tucuruí)** utilizou recursos para construção do Muro, Urbanização e Paisagismo do prédio III e Construção do Bloco de Pedagógico e Ensino do Câmpus;
- **UG: 158567 (Câmpus Itaituba)** utilizou recursos para redimensionamento das instalações elétricas e Construção da cobertura da Quadra de Esporte do Câmpus.

Em segundo lugar na execução de investimento, ficaram as despesas com aquisição de equipamentos, classificação contábil (3449052). Nesta despesa, destaca-se a aquisição de computadores, equipamentos de informática e mobiliário em geral, além da aquisição de equipamentos de laboratório. Estas aquisições foram para estruturação das unidades do Instituto, possibilitando assim a melhoria no desenvolvimento do ensino e da área administrativa tanto da Reitoria quanto dos Câmpus que compõem o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

Em terceiro lugar estão às aquisições de licença de uso de softwares, classificação contábil (3449039). Nesta despesa, destaca-se a aquisição de softwares para os servidores e computadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo esta despesa realizada pelas unidades gestoras:

- **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial)** utilizou recursos para aquisição de Softwares para o Câmpus;

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Investimentos, dentro deste elemento, destacamos a classificação a Locação de Mão de Obra, conta contábil (3449037), nesta despesa destaca-se a aquisição de softwares para os servidores e computadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo esta despesa realizada pelas unidades gestoras:

- **UG: 158308 (Câmpus Castanhal)** utilizou recursos para aquisição de Softwares para o Câmpus.

6.1.3.3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 68: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**666.791,65**	**1.673.227,47**	**666.791,65**	**1.121.041,23**
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	666.791,65	1.673.227,47	666.791,65	1.121.041,23
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	**38.075,54**	**59.465,26**	**38.075,54**	**53.465,26**
h) Dispensa	38.075,54	49.065,26	38.075,54	43.065,26
i) Inexigibilidade	-	10.400,00	-	10.400,00
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	
j) Suprimento de Fundos	-	-		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**908.617,13**	**1.247.062,91**	**908.617,13**	**1.234.391,03**
k) Pagamento em Folha	-	-	-	
l) Diárias	908.617,13	1.247.062,91	908.617,13	1.234.391,03
5. Outros	**2.109.414,81**	**835.050,96**	**1.899.595,20**	**770.052,80**
6. Total (1+2+3+4+5)	**3.722.899,13**	**3.814.806,60**	**3.513.079,52**	**3.178.950,32**

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Crítica

Conforme demonstrativo apresentado, constata-se que nos exercícios 2013 e 2014, a modalidade de contratação adotada no IFPA, para os créditos recebidos por movimentação foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ, contrata serviços e adquirem bens comuns, nos exatos termos do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005. Tais aquisições foram em grande parte de material de consumo, serviços de pessoa jurídica e aquisição de materiais permanentes assim distribuídos por unidades gestoras do IFPA:

- **UG 158135 (Reitoria)** utilizou recursos com aquisição de material de consumo, serviço de pessoa jurídica e passagens para o programa PARFOR, realizou a aquisição de passagens para o programa PIBID Diversidade, realizou a aquisição de material de consumo e serviço de pessoa jurídica para o programa PRONATEC e adquiriu passagens e serviço de pessoa jurídica para o programa E-TEC Brasil;
- **UG 158306 (Câmpus Belém)** utilizou recursos para aquisição de merenda escolar, com recursos do programa Alimentação Escolar, realizou aquisição de material de consumo e contratação de serviço de pessoa jurídica para atendimento do programa PRONATEC;
- **UG 158307 (Câmpus Marabá Rural)** utilizou na contratação de reprografia, para o programa PARFOR e adquiriu merenda escolar com recursos do programa Alimentação Escolar;
- **UG 158308 (Câmpus Castanhal)** utilizou recursos para aquisição de merenda escolar, com recursos do programa Alimentação Escolar;
- **UG 158506 (Câmpus Bragança)** utilizou recursos na aquisição de passagens para o programa PIBID Diversidade.

Verificou-se também que em relação às modalidades Convite, Tomada de Preços, concorrência, Consulta e Leilão, não foram liquidadas e pagas despesas dos créditos recebidos por movimentação em ambos os exercícios.

Constatou-se ainda decréscimo nas contratações diretas por Dispensa de Licitação, no percentual de 22,39%,, as quais foram utilizadas pelos seguintes Câmpus: Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí.

Esta modalidade foi utilizada, em grande parte, para contratação de serviços de pessoa jurídica para atendimento dos programas: PARFOR e PIBID Diversidade.

Outro destaque foi a aquisição de material de consumo para o programa PIBID Diversidade e a aquisição de merenda escolar do programa de Alimentação Escolar, sendo distribuído pelas unidades gestoras da seguinte forma:

- **UG 158162 (Câmpus de Breves)** utilizou com pessoa jurídica para atendimento do programa PARFOR;
- **UG 158307 (Câmpus Marabá Rural)** utilizou na contratação de reprografia, para o programa PARFOR e adquiriu merenda escolar do programa Alimentação Escolar;
- **UG 158506 (Câmpus Bragança)** utilizou recursos na aquisição de materiais de consumo para o programa PIBID Diversidade;
- **UG 158518 (Câmpus Santarém)** utilizou recursos na aquisição de materiais de consumo para o programa PIBID Diversidade;
- **UG 158481 (Câmpus Tucuruí)** utilizou na aquisição de merenda escolar do programa Alimentação Escolar.

Constatou-se ainda o decréscimo na modalidade Inexigibilidade, no percentual de 100% pois neste exercício de 2014 não houve contratações desta modalidade.

Verificou-se ainda que na modalidade Suprimento de Fundos, não houve contratações em ambos os exercícios.

Em relação às despesas com pagamento em folha, não houve execução desta modalidade em ambos os exercícios.

Em relação às diárias relativas aos créditos recebidos por movimentação, apresentaram um decréscimo de 27,14 %, em relação ao exercício de 2013, em razão da redução nos montantes dos programas executados pelo Instituto neste exercício, sendo esta despesa executada pelas unidades gestoras:

- **UG 158135 (Reitoria)** utilizou recursos no fornecimento de diárias para os programas PARFOR, PIBID Diversidade, PRONATEC e ETEC Brasil;
- **UG 158506 (Câmpus Bragança)** utilizou recursos no fornecimento de diárias para o programa PIBID Diversidade;
- **UG** 158518 (Câmpus Santarém)utilizou recursos no fornecimento de diárias para o programa PIBID Diversidade.

A modalidade *Outros* que consolida os saldos dos empenhos emitidos na condição de não se aplica, em decorrência do não enquadramento nas demais modalidades de licitação apresentou um crescimento de 152,61%, em relação ao ano anterior e decorreu, exclusivamente, das despesas com auxílio a estudantes, auxílio a pessoas físicas e serviço de pessoa física, obrigações tributárias e contributivas, para atendimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e auxílio financeiro a estudantes do programa PARFOR e serviço de pessoa física, oriundo da descentralização de recursos para pagamento de servidores do IFPA, que prestaram serviços em outros Órgãos.

6.1.3.4 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 69: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Pessoal	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
339036	1.559.196,93	4.604.392,56	1.359.911,84	1.050.915,98	520.943,22	3.622.256,79	1.321.421,43	973.053,77
339048	1.244.429,64	4.512.925,69	773.303,03	982.135,77	471.126,61	3.462.009,71	671.281,03	681.066,53
339018	1.041.947,22	2.505.862,29	521.004,00	442.788,38	400.674,82	2.232.898,29	465.348,00	439.198,50
Demais elementos do grupo	1.696.086,79	4.279.883,82	1.068.680,26	1.317.966,47	426.016,80	2.792.092,97	1.055.029,06	1.064.631,52
Total	**5.541.660,58**	**15.903.064,36**	**3.722.899,13**	**3.793.806,60**	**1.818.761,45**	**12.109.257,76**	**3.513.079,52**	**3.157.950,32**
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
449052		212.658,00		21.000,00		191.658,00		21.000,00
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
TOTAL		**212.658,00**		**21.000,00**		**191.658,00**		**21.000,00**

Fonte: PROAD/IFPA

6.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa

Na execução das despesas correntes e das despesas de Capital por grupo e elemento dos créditos em movimentação executados, temos a observar que:

Nas Despesas Correntes, em ambos os exercícios, não ocorreram as despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Só houve movimentação nas *Outras Despesas Correntes*, a qual representou grande relevância na execução orçamentária, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Esta despesa ficou em primeiro lugar em relação aos gastos nos dois exercícios financeiros.

Estas Outras Despesas Correntes tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2013 e 2014:

Em **primeiro lugar** neste grupo ficaram as despesa com *Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física*, classificação Contábil (3339036), no montante de R$ 1.559.196,93 de despesas empenhadas. Neste gasto, destacam-se as despesas com diárias a colaboradores eventuais dos programas: PARFOR e E-TEC-BRASIL, que foram utilizadas exclusivamente pela Reitoria, assim como a contratação de serviço de pessoas físicas para o programa PRONATEC. Esta despesa também foi utilizada pela grande maioria dos Câmpus e destacamos ainda o pagamento de diárias a colaboradores eventuais do programa PIBID Diversidade e pagamento de servidores do Instituto que trabalharam na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Em **segundo lugar** neste grupo ficaram as despesas com *Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas*, classificação contábil (3339048), com um montante de R$ 1.244.429,64 de despesas empenhadas. Neste gasto, destacam-se os pagamentos de auxílio a servidores do Órgão, que trabalharam no programa PRONATEC.

Em **terceiro lugar** neste grupo ficaram as despesas com *Auxílio Financeiro a estudantes*, classificação contábil (3339018), com um montante de R$ 1.041.947,22 de despesas empenhadas. Este gasto foi para atender a despesa com fornecimento de auxílio financeiro a estudantes do programa PRONATEC nas unidades do Órgão no montante de R$ 1.021.947,22 e de R$ 20.000,00 com auxílio financeiro a estudantes do programa PARFOR, a qual foi realizada pela **UG: 158306** (Câmpus Belém).

Além destes elementos de despesas mais relevantes, houve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com *Outras Despesas Correntes*, dentro destes elementos, destacamos os elementos de despesas:

- **Material de Consumo**, classificação contábil (3339030). Nesta despesa, foi empenhado um montante de R$ 449.318,10 e que serviu para aquisição de material de consumo para atender aos programas PARFOR e PRONATEC;
- **Outros Serviços de Pessoas Jurídicas,** classificação contábil (3339039). Nesta despesa, foi empenhado o montante R$ 433.066,89 e que serviu para contratação de Pessoa Jurídica para atender demandas dos programas: PARFOR, PRONATEC e ETEC Brasil.

Neste exercício financeiro de 2014, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará não realizou empenho de créditos recebidos por movimentação de investimento.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 70: Despesas com Publicidade

UG	Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
158307	Institucional		R$ 7.950,00	R$ 7.950,00
158307	Legal		R$ 29.116,49	R$ 29.116,49
158308		2031 / 20RL	R$ 34.493,00	R$ 29.246,58
158508			R$ 12.232,48	R$ 12.232,48
158512			R$ 9.757,81	R$ 9.757,81
158518			R$ 17.736,08	R$ 17.736,08
	Mercadológica	----------	----------	----------
	Utilidade pública	----------	----------	----------

Fonte: PROAD/Câmpus/IFPA

Análise Crítica de Despesas com Publicidade

Na grande maioria dos casos, os Câmpus utilizaram as ações de publicidade como forma de legalidade e transparência dos seus atos administrativos, exemplo disso são as publicações de Editais, Portarias, Extratos de Contratos e demais publicações legais inerentes às atividades pedagógicas e administrativas no Diário Oficial da União (D.O.U.). Contudo, houve também utilização da publicidade institucional, através de fôlderes e cadernos informativos, por parte do Câmpus Marabá Rural que visou expor os resultados das diversas ações do Câmpus.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 71: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
33190.92.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF/UG)**	**Saldo Final em 31/12/2013**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2014**
158135	158135/26416 Folha de Pagamento	-	4.665,84	4.665,84	-
Código SIAFI	**Denominação**				
33190.92.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2013**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2014**
158135	158135/26416Folha de Pagamento	-	54.475,68	54.475,68	-
Código SIAFI	**Denominação**				
33390.92.14	DIÁRIAS CIVIL				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2013**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2014**
158518	264.452.552-72	-	729,28	729,28	-
158518	388.921.423-4	-	542,10	542,10	-
158518	205.112.132-04	-	1.173,48	1.173,48	-
158307	157.859.552-53	-	196,77	196,77	-
158307	516.512.112-72	-	562,26	562,26	-

158306	255.159.502-91	-	1.019,13	1.019,13	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.33	PESSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158135	639.546.132-04	-	260,00	260,00	-
158135	731.799.812-53	-	48,58	48,58	-
158306	08.088.541/0001-25	-	7.665,28	7.665,28	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158135	215.687.823-49	-	94.342,96	94.342,96	-
158135	268.060.882-87	-	708,00	1.100,00	-
158135	864.528.602-59	-	354,00	1.100,00	-
158306	148.401.112-00	-	137,00	137,00	-
158306	158.306.264-16	-	171,42	171,42	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.37	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158507	02.650.833/0001-23	-	71.337,72	71.337,72	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.39	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158306	02.650.833/0001-23	-	215.920,65	215.920,65	-
158306	08.989.588/0001-60	-	97.612,80	97.612,80	-
158306	33.530.486/0001-29	-	5.063,42	5.063,42	-
158512	61.198.164/0001-60	-	2.108,12	2.108,12	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158135	089.006.042-87	-	1.814,14	1.814,14	-

Código SIAFI	Denominação
33390.92.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158306	02.378.779//0001-09	--	1.558,00	1.558,00	--

Código SIAFI	Denominação
33390.92.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES

Linha Detalhe

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
158135	146.521.702-97	-	1.192,00	1.192,00	-
158135	397.763.362-72	-	350,88	350,88	-
158135	424.643.072-20	-	324,00	324,00	-
158135	584.879.992-04	-	583,26	583,26	-
158135	598.128.182-00	-	536,10	536,10	-
158135	635.449.462-20	-	486,00	486,00	-
158135	649.117.052-72	-	1.263,12	1.263,12	-

158135	686.0164.62-04	-	1.197,54	1.197,54	-
158135	692.070.542-72	-	1.373,90	1.373,90	-
158135	774.807.082-20	-	180,62	180,62	-
158306	423.668.602-34	-	840,00	840,00	-
158518	656.587.362-34	-	186,36	186,36	-
158518	751.745.612-15	-	107,56	107,56	-
158518	725.573.112-00	-	110,44	110,44	-
158518	205.455.922-91	-	95,76	95,76	-
158518	686.761.152-49	-	444,06	444,06	-
158518	719.969.582-91	-	441,76	441,76	-
158518	232.171.542-15	-	783,42	783,42	-
158518	357.382.002-68	-	433,69	433,69	-
158518	437.506.212-68	-	438,30	438,30	-
158518	442.325.352-68	-	285,87	285,87	-
158518	599.243.902-10	-	476,26	476,26	-
158518	662.064.562-34	-	603,50	603,50	-
158567	25249541291	-	600,00	600,00	-

Código SIAFI	Denominação
33391.92.39	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF/UG)**	**Saldo Final em 31/12/2013**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2014**
158135	115406/20415	-	16.561,50	16.561,50	-
158306	110245/00001	-	7.987,31	7.987,31	-
158508	110245/00001	1.326,62	-	1.362,62	-

Fonte: PROAD/IFPA.

6.3.1 Análise Crítica

As despesas de exercícios anteriores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, reconhecidas e pagas ao longo do exercício 2014, apresentaram um decréscimo considerável, em relação ao exercício de 2013 no percentual de 14,92%.

Neste exercício financeiro de 2014, o valor total de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos foi de R$ 600.349,84.

Parte destas despesas ocorreu pelo reconhecimento de passivos com Pessoal e Encargos Sociais que representaram o montante de R$ 59.141,52. Este montante foi pago na folha de pagamento do IFPA, como despesas de exercícios anteriores.

O restante foi o reconhecimento com passivos financeiros de Outras Despesas Correntes no montante de R$ 541.208,32. Essas despesas decorreram preponderantemente da insuficiência de dotação orçamentária para pagamento das diversas despesas da Reitoria e de seus Câmpus no exercício 2014, haja vista que o planejamento orçamentário desse exercício, ficou aquém das reais necessidades da Instituição, fato que fica evidenciado na comparação da Lei Orçamentária Anual de ambos os exercícios.

Dentro do reconhecimento destas despesas, tiveram destaque os gastos com: Passagens, Locação de Mão de Obra, Outros Serviços de Terceiro de Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Pessoa Física, Diárias, Indenizações e Restituições e Obrigações Tributarias e Contributivas.

A distribuição do reconhecimento dessas despesas ficou demonstrada por reconhecimento de passivos por unidade gestora do IFPA:

UG 158135 (Reitoria):

- **Rubrica: 33190.92.01** (Aposentadorias Reserva Remunerada), foram pagos um montante de R$ 4.665,84. Essa despesa foi oriunda do reconhecimento em folha de pagamento de parcelas devidas no exercício de 2013 a servidores aposentados e que foram incluídas na folha de pagamento, neste exercício de 2014.

- **Rubrica: 33190.92.11** (Vencimento e Vantagens Fixas), foram pagos um montante de R$ 54.475,68. Essa despesa foi oriunda do reconhecimento em folha de pagamento de parcelas devidas no exercício de 2013 a servidores ativos e que foram incluídas na folha de pagamento, neste exercício de 2014.
- **Rubrica: 33390.92.33** (Passagens e Despesas com Locomoção), foi pago um montante de R$ 308,58. Essa despesa foi referente a ressarcimento de passagens pagas por dois servidores no exercício de 2013, sendo que neste exercício foi reconhecida a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.36** (Outros Serviços de Pessoa Física), foi pago um montante de R$ 95.404,96. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com aluguel do Imóvel do Central Ciência, pois o contrato era gerido pela FUNCEFET e não foi pago na época, sendo que o IFPA reconheceu a dívida e pagou o montante de R$ 94.342,96. Outro ponto foi o reconhecimento de exercício anterior de diárias a colaboradores eventuais, sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R$ 1.062,00, em favor dos colaboradores externos: Walber Christiano Lima da Costa e Maria Bernadete Paes de Almeida.
- **Rubrica: 33390.92.46** (Auxílio Alimentação), foi pago um montante de R$ 1.814,14. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas com auxílio alimentação da servidora Maria do Perpetuo Socorro Dias Pastana. A despesa não foi lançada em folha de pagamento de exercícios anteriores, sendo a mesma reconhecida e paga no exercício de 2014.
- **Rubrica: 33390.92.93** (Indenizações e Restituições), foi pago um montante de R$ 7.487,42. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas de auxílio saúde de exercícios anteriores de servidores que solicitaram o reembolso apenas neste exercício. A despesa foi reconhecida e paga aos servidores: Walber Lopes Abreu, Ádria Maria Neves Monteiro de Araújo, Fernanda Suely Barata, Marcelo Damião Bogoevik, Ana Renata do Rosário de Lima Pantoja, Arnaldo Pantoja da Costa, Larisse Batista Costa, Marcio Wariss Monteiro, Rayette Souza da Silva e José Edivaldo Moura da Silva.
- **Rubrica: 33391.92.39** (Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R$ 16.561,50. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas não cobradas de exercícios anteriores de publicações em jornais de grande circulação da Empresa Brasil de Comunicação, sendo a despesa reconhecida e paga.

UG 158306 (Câmpus Belém):

- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos o montante de R$ 1.019,13. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores, dentro do exercício de 2013, em virtude de encerramento do exercício. Os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor do servidor: Carlos Augusto Reis Rodrigues, sendo que neste exercício foi reconhecida a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.33** (Passagens e Despesas com Locomoção), foi pago um montante de R$ 7.665,28. Essa despesa foi referente a passagens não cobradas no exercício de 2013 e solicitadas apenas em 2014, pela empresa World Turismo, Transporte e Locação LTDA, sendo que neste exercício foi reconhecido a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.36** (Outros Serviços de Pessoa Física), foi pago um montante de R$ 308,42. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com os colaboradores externos que trabalharam em processo seletivo no exercício de 2013, mas estavam com restrições fiscais, sendo a situação regularizada em 2014 pelos colaboradores: Daniel Lopes Jardim e Maria Doraci Lobato Luiz Figueiredo foram procedidos neste exercício o reconhecimento e pagamento da despesa.
- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R$ 318.596,87. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com:
  - Direção Produções - houve o reconhecimento de serviços prestados de eventos institucionais de 2013, sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R$ 97.612,80;

- Empresa Brasileira de Telecomunicações, por faturas não pagas de outros exercícios, sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R$ 5.063,42;
- Polo Segurança Especializada LTDA - houve o reconhecimento de serviços prestados de vigilância nas pagas de 2013, sendo a despesa reconhecida e paga em 2014 no montante de R$ 215.920,65.

- **Rubrica: 33390.92.47** (Obrigações Tributárias e Contributivas), foi pago um montante de R$ 1.558,00. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com taxas para desembaraço alfandegário dos pisos adquiridos no Canadá. Foi reconhecida e paga a despesa a empresa MSC Mediterranena Shipping do Brasil.
- **Rubrica: 33390.92.93** (Indenizações e Restituições), foi pago um montante de R$ 840,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com taxa de inscrição de 2013, em favor do servidor Cleber Silva e Silva, sendo a despesa reconhecida e paga.
- **Rubrica: 33391.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R$ 7.987,31. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com publicações no Diário Oficial da União, estas despesas ocorreram, porque o Fundo de Imprensa Nacional só emitiu as faturas de cobrança no exercício de 2014. Essas faturas eram referentes há anos anteriores, sendo a despesa reconhecida e paga.

UG 158307 (Câmpus Marabá Rural):

- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos um montante de R$ 759,03. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores dentro do exercício de 2013, em virtude de encerramento do exercício, os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor dos servidores: Raimundo Ângelo de Lima Britto e Andrea Rodrigues de Almeida Silva, ocorrendo que neste exercício o reconhecido e pagamento da despesa.

UG 158507 (Câmpus Altamira):

- **Rubrica: 33390.92.37** (Locação de Mão de Obra), foi pago um montante de R$ 71.337,72. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com vigilância armada, com a empresa Polo Segurança LTDA e foi oriunda de repactuação contratual do exercício de 2013. A despesa só esteve liberada para pagamento neste exercício, ocorrendo reconhecimento e pagamento da despesa.

UG 158512 (Câmpus Marabá Industrial):

- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R$ 2.108,12. Esses reconhecimentos de despesas com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros e foi oriunda do não pagamento de serviços prestados no exercício de 2013 de seguro de vida dos alunos do Câmpus, ocorrendo o reconhecimento e pagamento despesa em 2014.

UG 158518 (Câmpus Santarém):

- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos um montante de R$ 2.444,86. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores dentro do exercício de 2013, em virtude de encerramento do exercício, os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor dos servidores: Robson Denys Rodrigues da Silva, Edivalda Nascimento da Silva e Maria José Buchalle Silva, ocorrendo neste exercício o reconhecimento e pagamento da despesa.
- **Rubrica: 33390.92.93** (Indenizações e Restituições), foram pagos um montante de R$ 4.406,98. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas extras com viagens do servidor Anderson Pereira Ferreira, no montante de R$ 603,50 e de R$ 3.803,48 com auxílio saúde de exercícios anteriores de servidores que solicitaram o reembolso apenas neste exercício. A despesa foi reconhecida e paga aos servidores: Fabrizia de Oliveira Alvino Rayol, Rodrigo Sousa da Cruz, Raphael de Miranda Rocha, Carmem Lucia Leal de Andrade, Cemyra

Diniz Nascimento, Leonice Maria Bentes Nina, Paulo Henrique Lobo Neves, Maria Edibelma Maciel da Silva Ferreira, Daniel Lima Fernandes, Rilda Célia da Silva Jati e Eliana Amoedo de Souza Brasil.Essas despesas foram reconhecidas e pagas neste exercício.

- **UG 158567 (Câmpus Itaituba):**
  - **Rubrica: 33390.92.93** (Indenizações e Restituições), foi pago um montante de R$ 600,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas de indenização de moradia do servidor João Lobo Peralta, essa despesa foi reconhecida e paga, neste exercício.

Houve ainda reconhecimento de despesas ocorridas no exercício de 2013, mas que não foram pagas passando o montante reconhecido para exercício de 2014 e foi realizado pelo Câmpus:

- **UG 158508 (Câmpus Abaetetuba):**
  - **Rubrica: 33391.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), neste exercício foi pago um montante de R$ 1.326,62. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com publicações no Diário Oficial da União, do exercício de 2012. Estas despesas foram reconhecidas e não pagas em 2013. O Câmpus só realizou os pagamento em 2014.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 72: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores — Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	73.506.060,32	51.824.102,25	1.752.645,10	19.929.312,97
2012	19.900.707,88	4.717.536,13	2.125.555,14	13.057.616,61
2011	5.604.243,74	72.036,34	1.062.790,02	4.469.417,38
2010	1.683.344,18	0,00	830.260,70	853.083,48
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	4.344.441,86	3.988.750,24	350.866,36	4.825,26
2012	196.119,70	177.808,06	450,00	17.861,64
2011	11.954,10	9.583,36	1.412,74	958,00

Fonte: PROAD/IFPA

6.4.1 Análise Crítica

Os valores concernentes aos **Restos a Pagar processados**, inscritos em exercícios anteriores tiveram a seguinte execução:

- **Ano de 2011**: o montante foi de R$ 11.954,10. Este saldo é proveniente do não pagamento em exercícios anteriores, de restos a pagar processados das unidades gestoras do Instituto, neste exercício de 2014. Foram realizados pagamentos no montante de R$ 9.583,36. O IFPA realizou o cancelamento de restos a pagar liquidados no montante de R$ 1.412,74. Estes cancelamentos ocorreram em virtude destes saldos não serem devidos, no entanto, ainda resta o saldo de R$ 958,00 de despesas liquidadas de 2011 e são referentes aos Câmpus:
  - **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):** Estes restos a pagar processado é referente à empresa Multi Quadros e Vidros no montante de R$ 668,00 e oriundo de aquisição de quadros que foram liquidados e não foram pagos por pendências na entrega e com a empresa Associação Brasileira de Química, no montante de R$ 290,00 e oriundo da inscrição do

professor Marconiel Neto da Silva no 51º Congresso de Química, esta despesa foi liquidada mas até o encerramento do exercício de 2014 a despesas não tinha sido paga.

- **Ano de 2012**: o montante foi de R$ 196.119,70. Este saldo é proveniente do não pagamento em exercícios anteriores de restos a pagar processados das unidades gestoras do Instituto. Neste exercício de 2014, foram realizados pagamentos no montante de R$ 177.808,06. O IFPA realizou o cancelamento de restos a pagar liquidados no montante de R$ 450,00, em virtude de este saldo não ser devido, no entanto ainda resta o saldo de R$ 17.861,64 de despesas liquidadas de 2012 e são referentes aos Câmpus:

- **UG: 158507 (Câmpus Altamira):** Estes restos a pagar processados são referentes à empresa NE Comércio e Serviços no montante de R$ 463,74. É oriundo da aquisição de material permanente, que foram liquidados e não foram pagos e com a Coordenação Geral de Orçamento, no montante de R$ 300,00 e oriundo de despesas liquidadas de INSS Patronal sobre serviços de Pessoa Física que foi liquidado, mas até hoje não foi pago.
- **UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba):** Estes restos a pagar processados são referentes à empresa IKM Construtora LTDA no montante de R$ 13.412,90 e oriundo de reforma do prédio do polo de Ananindeua, a qual foi liquidada mas até o encerramento do exercício de 2014 a mesma não foi paga.
- **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):** Estes restos a pagar processados são referentes à empresa Associação Brasileira de Cerâmica no montante de R$ 640,00 e oriundo de pagamento de inscrição do servidor Luiz Gabriel da Silva Nascimento no 20º Congresso Brasileiro de Engenharia de Materiais a qual foi liquidada, mas até o encerramento do exercício não havia sido paga; e com bolsas dos projetos de pesquisas dos Professores Luiz Gabriel e do professor Leonardo Figueiredo Maia, nos montantes de R$ 2.673,45 e R$ 371,55. Estas despesas são oriundas de bolsas liquidadas e não pagas.

- **Ano de 2013**: O montante foi de R$ 4.344.441,86. Este saldo é proveniente do não pagamento em exercícios anteriores de restos a pagar processados das unidades gestoras do Instituto. Neste exercício de 2014, foram realizados pagamentos no montante de R$ 3.988.750,24. Neste exercício, o IFPA realizou o cancelamento de restos a pagar liquidados no montante de R$ 350.866,36, em virtude de estes saldos não serem devidos, no entanto ainda resta o saldo de R$ 4.825,26 de despesas liquidadas de 2013 e são referentes aos Câmpus:

- **UG: 158507 (Câmpus Altamira):** Estes restos a pagar processados são referentes à empresa Polo Segurança Especializada LTDA no montante de R$ 2.317,27 e oriundo de liquidação de serviço de vigilância do Câmpus, que foi liquidado, mas ainda não foi pago.
- **UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):** Estes restos a pagar processados são referentes à empresa DE Camargo & CIA LTDA no montante de R$ 6399,85 e oriundo de liquidação de serviço de manutenção em sistema de filtragem de água do Câmpus, que foi liquidada, mas não foi paga; além da empresa Carajás Serviços Especializados, no montante de R$ 0,02 e oriunda de liquidação de serviço de motorista para o Câmpus, que foi liquidado e não foi pago; e com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros, no montante de R$ 2.108,12 e oriundo de liquidação de serviço de seguro de vida dos alunos do Câmpus, que foi liquidado, mas não foi pago.

Com relação aos valores concernentes aos **Restos a Pagar não processados**[1], inscritos em exercícios anteriores, verifica-se que nos anos de 2010 a 2013. Os saldos destes exercícios foram em grande parte pagos ou cancelados no exercício 2014.

[1]Quadros e análises em anexo

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 73: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará									
CNPJ: 10.763.998/0001-30					**UG/GESTÃO:** 158135/26416				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2014	170216/00001	36.679,32		23.872,00	23.872,00	22/08/2014	31/12/2014	1
3	02/2014	153063/15230	29.940,00		29.940,00	29.940,00	05/09/2014	04/09/2016	1
3	00/2011	153103/15234	750.000,00		250.000,00	750.000,00	03/08/2011	31/12/2013	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: PROAD/IFPA

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 74: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará					
CNPJ:	10.763.998/0001-30					
UG/GESTÃO:	158135/26416					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2014	**2013**	**2012**	**2014**	**2013**	**2012**
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	2	0	303.812,00	674.704,37	325.000,00
Termo de Compromisso						
Totais	**2**	**2**	**0**	**303.812,00**	**674.704,37**	**325.000,00**

Fonte: PROAD/IFPA.

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 75: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará				
CNPJ:10.763.998/0001-30		**UG/GESTÃO:**158135/26416		
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)**	
			Convênios	**Contratos de Repasse**
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		23.872,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		3
		Montante Repassado		837.616,87
2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1
		Montante Repassado		90.000,00
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: PROAD/IFPA

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 76: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12 em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			**UG/GESTÃO:**		
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2014	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		

	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1
			Montante Repassado (R$)		23.872,00
2013	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	2
		Montante repassado (R$)		50.000,00	787.616,87
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		90.000,00	
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: PROAD/IFPA

6.5.5 Análise Crítica

Em relação à análise sobre transferências, houve apenas três transferências no exercício de 2014, as quais passaremos a evidenciar por unidade gestora recebedora de crédito:

Os repasses de 2014 estão demonstrados por Unidades Gestoras:

- **UG: 153063 (Universidade Federal do Pará)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes), referente ao termo de cooperação técnica nº 02/2014, o qual teve como objeto o desenvolvimento de atividades técnicas, voltadas para avaliação da segurança estrutural do bloco pedagógico do Câmpus Ananindeua, tendo em vista os riscos encontrados na referida obra.

  Neste exercício, foi repassado todo o montante previsto do termo de cooperação, o qual corresponde a R$ 29.000,00. Este repasse é oriundo da **Ação 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional). A classificação contábil utilizada foi a 339039 (Serviço de pessoa jurídica).

- **UG: 153103 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes), referente ao termo de cooperação técnica firmado em 2011 a qual previa o repasse de R$ 750.000,00. Este montante foi repassado em parcelas de R$ 250.000,00 no período de 2010 a 2013.

  Este termo de cooperação teve o objetivo de implementar a instalação e gerenciamentos de programas administrativos e acadêmicos para o IFPA.

  Neste exercício, foi repassada a última parcela do termo de cooperação, o qual corresponde a R$ 250.000,00, pois no exercício de 2013 não houve o repasse, sendo o mesmo efetivado neste ano. Este repasse é oriundo da **Ação 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional). A classificação contábil utilizada foi a 339039 (Serviço de pessoa jurídica).

- **UG: 170216 (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA)** recebeu crédito de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes), referente ao termo de cooperação técnica nº 01/2014 firmado neste exercício, a qual previa o repasse de R$ 36.679,32.

Este termo de cooperação teve o objetivo de capacitar diversos servidores do IFPA. Neste exercício, foi repassado, parcialmente, o termo de cooperação, este repasse corresponde a R$ 25.392,00. A referida Unidade Gestora empenhou apenas R$ 23.872,00, devolvendo o montante não utilizado de R$ 1.520,00. O saldo restante do termo de cooperação no montante de R$ 11.287,32 ficou empenhado na Reitoria para pagamento de restituição dos gastos com material utilizados nos cursos.

Este repasse é oriundo da **Ação 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação). As classificações contábeis utilizadas foram a 339036 (Serviço de pessoa Física), 339147 (Contribuições Tributarias e Contributivas) e 339193 (Indenizações e Restituições).

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferências nos três últimos exercícios:

Ao analisar os repasses efetivados ao longo dos três últimos anos, notamos que no exercício de 2012 não houve instrumentos de transferências pactuados. Houve repasses apenas de crédito de parcelas de instrumentos pactuados em 2011 no montante de R$ 325.000,00. Os referidos repasses foram para a **UG 153063** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). O valor repassado foi de R$ 250.000,00, referente à 2ª parcela do termo de cooperação pactuado em 2011 e com a **UG 153063** (Universidade Federal do Pará), referente à 2º parcela do contrato referente ao programa de Pós-Graduação de recursos naturais NUMA, no valor de R$ 75.000,00.

A explicação para não haver no exercício de 2012 novos instrumentos, foi principalmente pela situação do Órgão neste exercício especifico, a qual culminou na intervenção do Ministério da Educação no IFPA.

Já no exercício de 2013, só houve dois termos de cooperação pactuados um com a **UG 153063** (Universidade Federal do Pará) e outro com a **UG 170009** (Escola de Administração Fazendária), ambos com objetivo de oferta de capacitação aos servidores do IFPA e totalizaram R$ 532.204,37. Houve ainda 3 repasses de instrumentos pactuados em exercícios anteriores assim discriminados:

- Repasse de R$ 75.000,00 à **UG: 153063 (Universidade Federal do Pará)**, referente à 3ª parcela do contrato nº 08/2011, o qual teve objetivo de qualificar 24 docentes em nível de mestrado.
- Repasse de R$ 30.000,00 à **UG: 153063 (Universidade Federal do Pará),** referente à última parcela do contrato de 2011 o qual teve objetivo decurso de Pós-Graduação em gestão de recursos naturais.
- Repasse de R$ 37.500,00 à **UG: 153063 (Universidade Federal do Pará),** referente à 2ª e 3ª parcela do contrato de 2011 o qual teve objetivo de ofertar curso de mestrado em ciência da computação.

No exercício de 2014, houve dois termos de cooperação e o último repasse de um termo de cooperação de 2011, os quais totalizaram R$ 303.812,00. Os referidos repasses foram para a **UG 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), valor repassado R$ 250.000,00 referente à 3º parcela do termo de cooperação pactuado em 2011 e com a **UG 153063** (Universidade Federal do Pará), referente ao termo de cooperação 02/2014 o qual teve como objetivo a emissão de laudo técnico sobre a estrutura do bloco pedagógico do Câmpus Ananindeua, no valor de R$ 29.000,00 e com a **UG: 170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA), o qual foi repassado R$ 25.392,00, no entanto a UG empenhou apenas R$ 23.872,00 devolvendo o montante não utilizado

de R$ 1.520,00. O restante do termo de cooperação no montante de R$ 11.287,32 ficou empenhado na Reitoria para pagamento de restituição dos gastos com material utilizados nos cursos.

Ao comparar as oscilações nos volumes de recursos transferidos, verificamos que houve uma redução de 54,97%, explicado principalmente pela renovação do termo de cooperação pactuado em 2013 com a **UG 153063** (Universidade Federal do Pará), para a qual não houve repasse no exercício atual, houve apenas a prorrogação por mais um ano do referido termo.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios**:**

Com relação à prestação de contas de 2012, houve o vencimento de 1 termo de instrumento de transferências, sendo discriminados abaixo:

- Contrato, celebrado com **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará),o qual teve objetivo de qualificação em nível de Pós-Graduação em gestão de recursos naturais, no montante de R$ 90.000,00. Este termo venceu em 30/08/2012 e até o momento não foi prestado contas.

Já com relação à prestação de contas, de 2013 houve vencimento de 3 instrumentos celebrados, sendo discriminados abaixo:

- Termo de cooperação, celebrado com a **UG 170009** (Escola de Administração Fazendária), o qual teve objetivo de capacitar os servidores do Órgão no montante de R$ 37.616,87. Este termo venceu 31/12/2013 e até o momento não foi prestado contas.
- Termo de cooperação celebrado com a **UG153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), o qual teve objetivo de implementar a instalação e gerenciamentos de programas administrativos e acadêmicos para o IFPA, no montante de R$ 750.000,00. Este termo venceu 31/12/2013 e até o momento não foi prestado contas.
- Contrato, celebrado com a **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará), o qual teve objetivo de qualificação de 5 servidores em nível de mestrado em ciência da computação no montante de R$ 50.000,00. Este termo venceu em 2013 e até o momento não foi prestado contas.

Já com relação à prestação de contas de 2014, houve vencimento de 1 instrumento celebrados, sendo descriminados abaixo:

- Termo de cooperação, celebrado com a **UG: 170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA),o qual teve objetivo de capacitar os servidores do Órgão no montante de R$ 37.616,87. Neste exercício foi repassado, parcialmente o termo de cooperação, este repasse corresponde a R$ 25.392,00. A referida Unidade Gestora empenhou apenas R$ 23.872,00 devolvendo o montante não utilizado de R$ 1.520,00. O saldo restante do termo de cooperação no montante de R$ 11.287,32 ficou empenhado na Reitoria para pagamento de restituição dos gastos com material utilizados nos cursos. Este termo venceu 31/12/2014 e até o momento não foi prestado contas.

6.6 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro 77: Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio | Valores em R$ 1,00

Fundação de Apoio														
Nome:	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTOCIENTÍFICO E TECNOLÓGICO							CNPJ:	33.654.831/0001-36					
Projeto		**Instrumento Contratual**												
		Contrato							**Convênio**					
N°	**Tipo**	**N°**	**Objeto**	**Vigência**		**Valor**		**N°**	**Objeto**	**Vigência**		**Valor**		
				Início	**Fim**	**Bruto**	**Repassado**			**Início**	**Fim**	**Bruto**	**Repassado**	
1	2	Processo: 407355/2012-0	Pesquisa	14/12/2012	13/12/2014		R$ 248.242,48							
					Total		R$ 248.242,48				**Total**			
Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos														
Projeto				**Recursos das IFET**										
N°		**Tipo**		**Financeiros**		**Materiais**				**Humanos**				
				Valor		**Tipo**		**Valor**		**Quantidade**		**Valor**		
Tipo:														

(1) Ensino
(2) Pesquisa e Extensão
(3) Desenvolvimento Institucional
(4) Desenvolvimento Científico
(5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Gabinete/Câmpus/IFPA

Análise Crítica

Marabá Rural

Até o momento o recurso externo que o Câmpus tem recebido para a pesquisa provém do CNPq. Todos os projetos aprovados foram via núcleo de agroecologia, no qual busca a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. O recurso externo tem sido de fundamental importância para a realização de diversas atividades de integração com as demais esferas acadêmicas, além de proporcionar a construção de conhecimento agroecológico. Não diferente dos exercícios anteriores, em 2014 foram impulsionadas algumas ações importantes para estimular a pesquisa como: participação de professores e estudantes em diferentes atividades de pesquisa, aquisição de equipamentos e materiais crucias para a materialização das ações propostas e aprovação e início de cursos FIC no campo da agroecologia.

Gabinete

A Fundação de Apoio à Educação Tecnológica, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – FUNCEFET/PA foi constituída em janeiro de 2007, com o objetivo de promover e apoiar o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET, atual IFPA, na consecução de objetivos relacionados com o ensino, pesquisa científica e extensão. Porém, em decorrência da “Operação Liceu” no ano de 2012, que denunciou irregularidades na gestão da Fundação de Apoio, as atividades da FUNCEFET encontram-se paralisadas.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição

Quadro 78: Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12 /2014

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**1502**	**1502**	**283**	**75**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.1.1. Docente	não há	0	0	0
1.1.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1502	1502	283	75
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1485	1485	283	64
1.2.1.1. Docente	798	798	107	22
1.2.1.2. Técnico Administrativo	687	687	176	42
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.2.1. Docente	não há	0	0	0
1.2.2.2. Técnico Administrativo	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	10	10	0	0
1.2.3.1. Docente	5	5	0	0
1.2.3.2. Técnico Administrativo	5	5	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5	0	11
1.2.3.1. Docente	3	3	0	6
1.2.3.2. Técnico Administrativo	2	2	0	5
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	**31**	**31**	**16**	**5**
2.1. Docente	31	31	16	5
2.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
3. Servidor sem Vínculo com a Administração Pública (3.1+3.2)	**3**	**3**	**0**	**1**
3.1. Docente	3	3	0	1
3.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		**1536**	**299**	**81**

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE realizada dia 02/01/2015- DGP/IFPA

Análise Crítica:

Analisando o quadro acima, podemos verificar que temos ingressos no exercício de 2014 um quantitativo de 283 servidores de carreira e 75 egressos no mesmo exercício. Considerando, as admissões de servidores docentes e técnicos administrativos são decorrentes do plano de expansão da rede tecnológica, assim como reposição das vacâncias de cargos não extintos ocorridos no exercício de referência. Podemos observar também no item 2.1 docente coluna 2 supracitada, onde constam 31 docentes temporários no cadastro SIAPE, apenas 14 professores substitutos estão dentro do prazo máximo de 2 anos de contratos. Os 17 estão em processo de exclusão do cadastro SIAPE.

O **Quadro abaixo** busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 79: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1502	598
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1502	598
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1485	598
1.1.2.1 Docente	200	598
1.1.2.2 Técnico Administrativo	687	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.3.1 Docente	0	0
1.1.3.2 Técnico Administrativo	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	10	0
1.1.4.1 Docente	5	0
1.1.4.2 Técnico Administrativo	5	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	0
1.1.5.1 Docente	3	0
1.1.5.2 Técnico Administrativo	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	31
2.1 Docente	0	31
2.2 Técnico Administrativo	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**3**	0
3.1 Docente	3	0
3.2 Técnico Administrativo	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	**1505**	**629**

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE realizada dia 02/01/2015 – DGP/IFPA

Análise Crítica

O quadro acima mostra que 1.505 (Mil Quinhentos e cinco) servidores de carreira atuam na área meio sendo que 1.502 (Mil Quinhentos e dois) são servidores de carreira e os 3 servidores sem vinculo com a administração pública são docentes que foram nomeados para cargo em comissão. Em 31/12/2014, o IFPA tinha 200 professores que foram designados para cargos de direção ou função de confiança. Os servidores com exercício provisório totalizam 10 e são: 5 docentes sendo 2 do Câmpus Altamira, 2 do Câmpus Marabá Rural e 1 do Câmpus Santarém; Mais 5 Técnicos Administrativos sendo 3 do Câmpus Itaituba, 1 do Câmpus Marabá Rural e do Câmpus Belém.

Quadro 80: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas– 31/12/2014

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**99**	**99**	**67**	**38**
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.1.1 Docente	não há	0	0	0
1.1.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	**99**	**99**	**67**	**38**
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	90	90	63	26
1.2.1.1. Docente	44	44	31	17
1.2.1.2. Técnico Administrativo	46	46	32	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.2.1. Docente	não há	0	0	0
1.2.2.2. Técnico Administrativo	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	5	5	3	11
1.2.3.1. Docente	3	3	0	6

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.2.3.2. Técnico Administrativo	2	2	3	5
1.2.4. Sem vínculo	não há	0	0	0
1.2.4.1. Docente	não há	0	0	0
1.2.4.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	3	3	1	1
1.2.5.1. Docente	3	3	1	1
1.2.5.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
2. Funções gratificadas	**370**	**370**	**140**	**88**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	370	370	271	88
2.1.1. Docente	156	156	134	47
2.1.2. Técnico Administrativo	214	214	137	41
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
2.2.1. Docente	não há	0	0	0
2.2.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	0	0	0
2.3.1. Docente	não há	0	0	0
2.3.2. Técnico Administrativo	não há	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		**469**	**207**	**126**

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE realizada dia 02/01/2015 – DGP/IFPA

Análise Crítica

O quadro acima demonstra os servidores que ocupam funções gratificadas no grupo direção e assessoramento superior. Há um quantitativo de 67 ingressos no exercício de 2014, onde dividimos em servidores de carreira vinculada ao órgão um total de 63 entre 31 docentes e 32 técnico administrativo. Considerando os servidores de carreira em exercício descentralizados, temos 1 que ocupa função gratificada no grupo direção e assessoramento superior. Já as funções gratificadas dos servidores de carreira vinculadas ao órgão têm um quantitativo de 370, onde podemos dividir em 156 docentes e 214 técnicos administrativos.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Considerando a portaria nº1669/2014/GAB de 06 de outubro de 2014, que institui a comissão Permanente de Prestação de Contas Anual, informamos os resultados alcançados desta Coordenadoria Geral de Treinamento e Desenvolvimento - CGTD.

Os servidores que atuam na área de recursos humanos que foram capacitados, no período de agosto a dezembro de 2014, nos seguintes cursos: SIAPE cadastro, foram 20 servidores, Controle Patrimonial nas Entidades Públicas, foram 17 servidores, Depreciação e outros aspectos patrimoniais, foram 25 servidores, Processo Administrativo – PAD, foram 16 servidores, Tomada de Contas Especial, foram 18 servidores, Fiscalização de Obras de Engenharia, foram 8 servidores e Contratação de Serviços Terceirizados conforme INS do MPGO, foram 14 servidores, totalizando 118 servidores capacitados nos cursos acima descritos.

A Coordenação Geral de Desenvolvimento e Treinamento em contato com o Centro de Capacitação (CAPACIT) da Universidade Federal do Pará (UFPA) identificou a possibilidade de estabelecer uma parceria por meio de Termo de Cooperação Técnica para realização do Plano Anual de Capacitação do IFPA. Firmando também outra parceria com a ESAF e capacitando vários servidores do IFPA no ano de 2014. Os resultados alcançados desta Coordenadoria Geral de Treinamento e Desenvolvimento – CGTD estão descritos nas planilhas e nos gráficos abaixo.

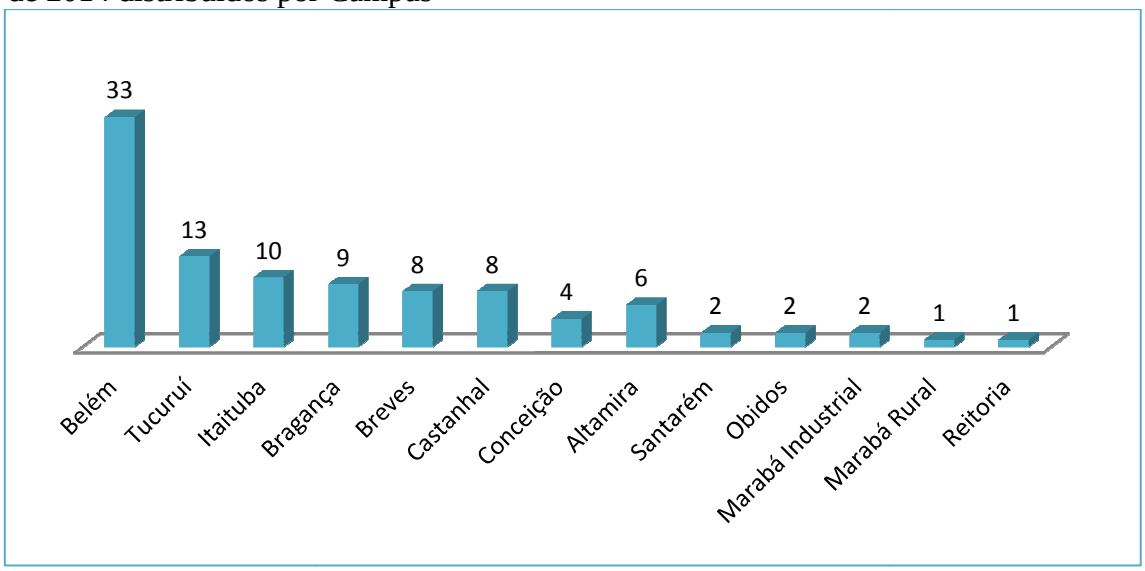
Apresentamos relação se servidores capacitados nos cursos abaixo discriminados através do CAPACIT/UFPA, no período de Fevereiro a Junho de 2014 por Câmpus:

Quadro 81: Servidores Capacitados no CAPACIT no período de Fevereiro a Junho de 2014 distribuídos por Câmpus

Câmpus	Servidores
Belém	33
Tucuruí	13
Itaituba	10
Bragança	9
Breves	8
Castanhal	8
Conceição	4
Altamira	6
Santarém	2
Óbidos	2
Marabá Industrial	2
Marabá Rural	1
Reitoria	1
Total	**99**

Fonte: DGP/IFPA

Gráfico 3: Número de Servidores capacitados no CAPACIT no período de agosto a dezembro de 2014 distribuídos por Câmpus



Fonte: DGP/IFPA

Em relação aos números totais, no período de Fevereiro a Junho de 2014, o gráfico aponta que houve bastantes servidores capacitados (99 servidores) distribuídos por diversos Câmpus, a maior parte dos servidores que participaram dos cursos oferecidos pelo CAPACIT em parceria com o IFPA, foram do Câmpus Belém, com bastante servidores capacitados e Também do Câmpus de Tucuruí, os outros Câmpus tiveram poucos participantes. A CGTD em parceria com algumas instituições vê a importância em manter o seu capital humano atualizado, integrado e comprometido com os objetivos da organização disponibilizando diversos cursos, entre eles (Planejamento Educacional e Gestão de Ensino, Planejamento e Gestão Organizacional, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Biblioteca e Acesso, Gestão por Processos, Relações Humanas no Trabalho, Qualidade no Atendimento, Processo Administrativo Disciplinar, Registros Bibliográfico no Formato Marc, Lei de Responsabilidade Fiscal e Gestão de Pessoas). Com isto, uma mudança significativa foi identificada no comportamento dos servidores que passaram a buscar efetiva participação nas ações de capacitação oferecidas pelas instituições.

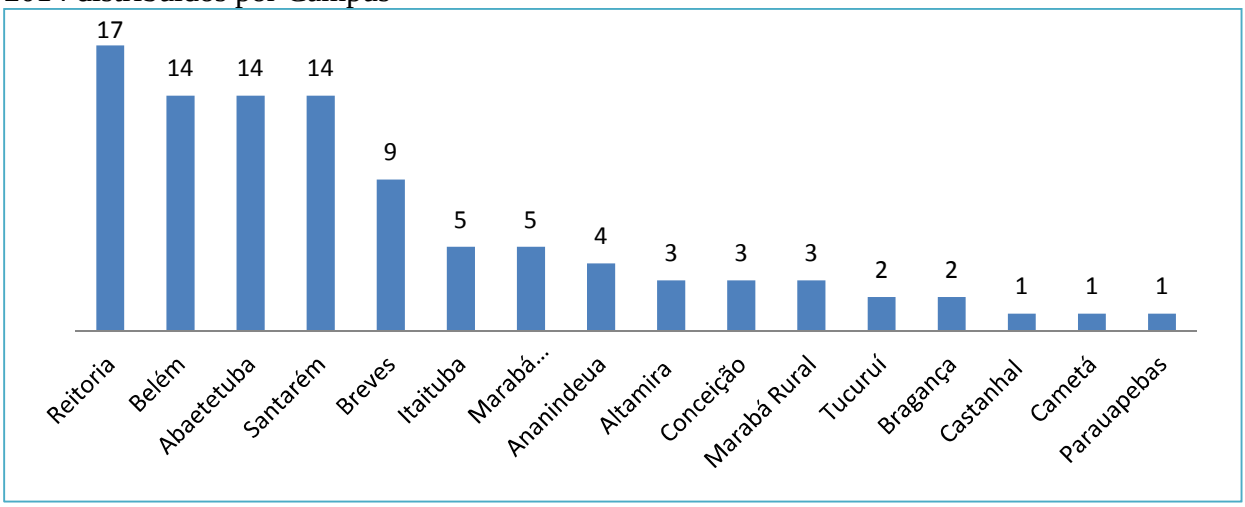
A relação de servidores capacitados nos cursos abaixo descriminados através da ESAF, no período de 2014.

Quadro 82: Número de Servidores Capacitados pela ESAF em 2014 distribuídos por Câmpus

Câmpus	Servidores
Reitoria	17
Belém	14
Abaetetuba	14
Santarém	14
Breves	9
Itaituba	5
Marabá Industrial	5
Ananindeua	4
Altamira	3
Conceição	3
Marabá Rural	3
Tucuruí	2
Bragança	2
Castanhal	1
Cametá	1
Parauapebas	1
Total	98

Fonte: DGP/IFPA

Gráfico 4: Número de Servidores capacitados pela ESAF no período de setembro a dezembro de 2014 distribuídos por Câmpus



Fonte: DGP/IFPA

Os cursos (Controle Patrimonial nas Entidades Públicas, Depreciação e Outros Aspectos Patrimoniais, Processo Administrativo Disciplinar, Tomada de Contas Especial, Fiscalização de Obras de Engenharia e Contratações de Serviços de Terceirizados) disponibilizados pela ESAF em parceria com o IFPA, no período de Setembro a Dezembro de 2014. No gráfico acima podemos perceber que foram os servidores do Câmpus Reitoria que mais participaram dos cursos de capacitação, vindo em seguida Belém, Abaetetuba e Santarém e também os outros Câmpus que vieram com uma quantidade menor de servidores. Como a grande maioria dos servidores vem demonstrando interesse em participar das ações de Capacitação, visto que a partir das vantagens que agora estão previstas no plano de carreira em que, participando dessas ações, terão vantagens tanto financeiras quanto para sua progressão funcional.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 83: Custos de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	61.524.671,27	0	32.755.156,14	799.419,91	317.606,00	20.993.912,34	339.423,48	59.141,52	1.147.120,20	117.936.450,86
	2013	94.270.345,65	0	26.935.453,81	794.006,19	82.570,10	26.400.815,81	329.576,99	213.933,86	1.210.433,50	150.732.674,67
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	377.840,28	0	0	0	0	167.586,90				545.427,18
	2013	1.174.861,92	0	0	0	0	87.095,85	0	0	0	1.261.957,77

Fonte: SIAFI-DFIN/PROAD-DGP/IFPA

Obs: Os valores informados foram obtidos através de relatórios gerenciais do SIAFI, onde são apresentados os valores totais da folha de pagamento anual, não sendo possível o detalhamento em nível do quadro solicitado conforme a instrução normativa que orienta este relatório de gestão. No SIAPE não foi possível também esse nível de detalhamento.

Análise Crítica:

A fase de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica possibilitou o aumento de Unidades Organizacionais no âmbito do IFPA, para tanto viabilizou o ingresso de novos servidores públicos no quadro de pessoal do IFPA. Neste contexto, houve uma diminuição nos encargos trabalhista em relação aos anos anteriores, consolidando a tendência outrora demonstrada.

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

As providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, contemplando informações, no mínimo, sobre:

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;
   - No que concerne a controles internos de detecção de possível acumulação continua sendo utilizada declaração de acumulação ou não de cargos a ser preenchido no ato da posse, tal controle é utilizado de dar publicidade sobre a vedação a acumulação ilegal, evitando que os futuros servidores adentrem a Instituição acumulando cargos em desacordo com a Lei.

   - Quanto à detecção de acumulações ilegais por servidores já existentes no IFPA, ainda são realizadas através de denúncias realizadas a Ouvidoria deste Instituto Federal, ou seja, não há instrumentos internos que faça o cruzamento de informações do IFPA com os outros órgãos públicos ou privados, a fim de identificar as acumulações ilegais "*exoffício*". Apenas o sistema SIAPE, em âmbito federal pode ser utilizado como ferramenta para detecção dessas ocorrências. Não podendo ser utilizado, portanto, na esfera estadual e municipal.

   - Todas as demandas de acumulações ilegais apuradas decorrem de provocação dos órgãos de controles externos ou por denúncia via Ouvidoria do IFPA.

b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão;
   - O único controle implementado até a presente data de forma preventiva, visa evitar a entrada de novos servidores já cumulando cargos de forma ilegal, que é feito através da declaração que o novo servidor preenche declarando se acumula ou não cargos.

   - Não se verifica periodicidade de revisão no controle implementado por não haver o referido controle, apenas declaração de acumulação de cargos públicos ou não pelo novo servidor no momento da posse, o que não apresenta segurança quanto a evitar a acumulação de cargos em desacordo com a Lei.

c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;
   - Não se verifica controle implementados, apenas declaração preenchida pelo novo servidor no momento de sua posse, onde declara se acumula ou não cargo de forma contraria a Lei, no que a Administração reveste tal declaração sob a presunção de legitimidade, até prova em contrário.

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

- Como não existe um controle interno eficaz para detecção de servidores que estejam acumulando cargos de forma ilegal, sendo dependente para tal identificação de manifestação dos controles externos (CGU, TCU), e as denúncias formuladas junto a Ouvidoria deste IFPA, não há como apresentar a existência e o quantitativo de servidores que estejam acumulando cargos de forma ilegal no quadro de pessoal da unidade na jurisdicionada, restando apenas apresentar os números dos casos apresentados pelos controles externos e pela Ouvidoria deste IFPA.

- **Demanda do Tribunal de Contas da União – TCU, referente ao cruzamento de informações referente aos anos de 2007/2008.**
  - 06 (seis) servidores foram identificados em acumulação ilegal com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, sendo que destes:
    - 04 (quatro) servidores compareceram e autorizaram o desconto em folha de pagamento para restituir ao erário valores recebido indevidamente a titulo de dedicação exclusiva, totalizando o valor de R$ 67.929,09 (Sessenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e nove centavos);
    - 01 (um) servidor se comprometeu a assinar a referida autorização e;
    - 01 (um) servidor se negou a restituir os valores ao erário e por este motivo foi aberto procedimento para apurar a sua acumulação ilegal.
  - 09 (nove) servidores foram analisados sobre acumulação ilegal com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, sendo que destes:
    - 05 (cinco) servidores foram confirmadas as acumulações em desacordo com a Lei, sendo providenciada notificação de acordo com o artigo 133, da Lei 8.112/90, bem como os cálculos para restituição ao erário;
    - 01 (um) servidor optou por sua exoneração, o que foi aceito pela Comissão do Processo Administrativo da época e;
    - 03 (três) servidores não se comprovou a acumulação ilegal de cargos públicos ou privados.
  - 17 (dezessete) servidores cumprindo jornada de trabalho de oitenta horas semanais entre o IFPA e a iniciativa privada e em acumulação ilícita de cargos públicos em decorrência de incompatibilidade de horários com a carga horária semanal superior a 80 horas, conforme item 9.9, do acórdão 2315/2012. Quanto aos servidores que estavam acumulando cargos perfazendo carga horária de 80 horas em desacordo com o Parecer GQ 145/1998 da AGU, publicado no DOU em 01 de abril de 1998, que estabelece o limite máximo de 60 horas semanais, além da observância da compatibilidade de horário, verificou-se que os documentos extraídos do Processo n° 23051.010297/2013-44 e os apresentados pelos servidores que comparecem na DGP, na sua grande maioria se comprovam a regularização da carga horária conforme estabelece o parecer acima, ficando apenas o servidor do Processo n° 23051.017322/2014-00 - SIAPE nº 2055858 na acumulação de cargos 64 horas semanais, ou seja, ultrapassando o limite máximo de 60 horas semanais estabelecidos no Parecer GQ 145/1998 da AGU.

- **Demanda da Controladoria Geral da União – CGU, referente ao cruzamento de informações do ano de 2011.**
  - 36 (trinta e seis) servidores foram analisados sobre acumulação ilegal com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, sendo que destes:
    - 30 (trinta) servidores foram confirmadas as acumulações em desacordo com a Lei, sendo providenciada notificação de acordo com o artigo 133, da Lei 8.112/90, destes:

- 01 (um) servidor optou em ressarcir ao erário o valor de R$ 13.663,67 (treze mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) regularizando sua situação, e;
- 05 (cinco) servidores não se comprovou a acumulação ilegal de cargos públicos ou privados.

- **Demanda da Ouvidoria do IFPA, referente a denúncias no ano de 2014.**
  - 02 (dois) servidores foram analisados sobre acumulação ilegal, sendo que:
    - 01 (um) servidor com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, e;
    - 01 (um) servidor por acumulação incompatível com os cargos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Foram confirmadas as acumulações em desacordo com a Lei, sendo providenciada notificação de acordo com o artigo 133, da Lei 8.112/90, os dois servidores optaram em ressarcir ao erário e optaram em permanecer no IFPA.

- **Demanda do Grêmio Estudantil do Câmpus Santarém/IFPA, referente a denúncias no ano de 2014.**
  - 12 (doze) servidores foram analisados sobre acumulação ilegal de acordo com denúncia do Grêmio Estudantil, em analise preliminar verificou-se que:
    - 06 (seis) servidores foram confirmados em acumulação, mas não há confirmação de se tratar de acumulação ilegal, devido os servidores serem do Câmpus Santarém, e por este motivo os documentos levantados foram encaminhados a Chefia imediata dos servidores que faça a apuração de acordo com a Lei 8.112/90.

As providências adotadas para regularizar a situação dos servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente, de acordo como art. 133, da Lei 8.112/1990. Conforme:

a) O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;
   - 69 (sessenta e nove) notificações foram emitidas para que os servidores comparecessem a Diretoria de Gestão de Pessoas para prestarem informações e fazer opção de acordo com o artigo 133, da Lei 8.112/90.

b) O resultado das notificações realizadas;

- **Das 69 (sessenta e nove) notificações realizadas, o resultado foram os seguintes:**
  - 05 (cinco) servidores optaram pela restituição ao erário, devido à acumulação ilegal no regime de trabalho de dedicação exclusiva, atingindo o monte a restituir o valor de R$ 81.592,76 (Oitenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos), em resposta ao Relatório de Auditoria Anual de Contas 2012, para o cumprimento do item 9.9 do Acórdão nº 2315/2012-TCU, bem como em atendimento a solicitação de Auditoria nº 201313419/03 da CGU.
  - 03 (três) servidores se comprometeram a ressarcir ao erário, bem como optaram pelo cargo no IFPA para fim de regularização da acumulação.
  - 34 (trinta e quatro) servidores foram confirmadas as acumulações em desacordo com a Lei, sendo providenciada notificação de acordo com o artigo 133, da Lei 8.112/90, bem como foram providenciados os cálculos dos valores a restituir ao erário.
  - 08 (oito) servidores não se comprovou a acumulação ilegal de cargos públicos ou privados.
  - 16 (dezesseis) servidores cumprindo jornada de trabalho de oitenta horas semanais entre o IFPA e a iniciativa privada e em acumulação ilícita de cargos públicos em decorrência de incompatibilidade de horários com a carga horária semanal superior a

80 horas, conforme item 9.9, do acórdão 2315/2012, regularizaram da carga horária conforme estabelece o Parecer GQ 145/1998 da AGU.

- 01 (um) servidor permaneceu na acumulação de cargos 64 horas semanais, ou seja, ultrapassando o limite máximo de 60 horas semanais estabelecidos no Parecer GQ 145/1998 da AGU.
- 01 (um) servidor optou pela exoneração do IFPA, o que foi aceito pela Comissão da época.
- 01 (um) servidor não concordou com que foi apurado na sua acumulação e por este motivo foi solicitado abertura de procedimento junto a Procuradoria Federal do IFPA.

c) A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

- Houve abertura de 69 (sessenta e nove) processos administrativos apenas para apuração das denúncias de acumulação de cargos; não resultando até o momento na abertura de nenhum PAD, e os resultados foram os já explicitados no item "b" acima.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

As leis reguladoras do plano de carreira dos servidores docentes e técnicos administrativos do IFPA são respectivamente as Leis Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 e Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005. Nesses dois dispositivos encontram-se regulamentados todas essas questões de ordem salarial e desenvolvimento na carreira. Contudo, não existe até a presente data nenhum procedimento interno relacionado à área de Recursos Humanos, capaz de levantar informações pertinentes aos reais motivos do desligamento do servidor. Afinal são vários os fatores que podem motivar o servidor a buscar oportunidades fora da instituição, como por exemplo: Problema com as lideranças, ambiente e condições de trabalho, relacionamento interpessoal, clima organizacional, oportunidade de crescimento, baixa remuneração da categoria e etc.

A exemplo do que ocorre na iniciativa privada estamos analisando a possibilidade de implementação de uma entrevista de desligamento para o servidor a ser desligado, sob responsabilidade da área de RH no lugar de lotação do servidor, objetivando identificar possíveis problemas os quais podem estar prejudicando de alguma forma a qualidade de vida do servidor na Instituição e motivando sua saída.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

7.1.6.1 Absenteísmo

Absenteísmo pode ser definido como voluntário, tais como ausências previstas, programadas, como férias e folgas; e, involuntário, que são as ausências não previstas, não programadas, e, muitas das vezes, caracterizadas por problemas pessoais ou de saúde (MALLADA, 2007).

Os índices de absenteísmo do IFPA demonstram que, em 2014 registrou-se 23.153 (vinte e três mil cento e cinquenta e três) dias de ausência ao trabalho, sendo 191 faltas injustificadas apresentadas por um total de 14 servidores e 22962 faltas justificadas apresentadas por um total de 351 servidores.

Observou-se ainda que os Câmpus com mais ausências foram Belém, Reitoria e Marabá Industrial. Ver quadro a seguir:

Quadro 84: Indicadores de Absenteísmo de servidores em 2014.

CÂMPUS	FALTAS INJUSTIFICADAS		FALTAS JUSTIFICADAS	
	Quantidade de servidores	Nº em dias	Quantidade de servidores	Nº em dias
Abaetetuba	0	0	5	375
Altamira	3	64	7	367
Ananindeua	0	0	0	0
Belém	0	0	99	8294
Bragança	0	0	34	1570
Breves	2	2	7	29
Cametá	0	0	1	120
Castanhal	2	15	23	1012
Conceição do Araguaia	0	0	19	901
Itaituba	0	0	10	1965
Marabá industrial	0	0	19	2337
Marabá rural	0	0	3	584
Óbidos	0	0	0	0
Parauapebas	0	0	3	32
Reitoria	5	86	62	2481
Santarém	0	0	24	1037
Tucuruí	1	24	35	1858
Vigia	0	0	0	0
Total	**14**	**191**	**351**	**22962**

Fonte: DGP/IFPA

Os índices de absenteísmo do IFPA demonstram que, em 2014 registrou-se 23.153 (vinte e três mil cento e cinquenta e três) dias de ausência ao trabalho, sendo 191 faltas injustificadas apresentadas por um total de 14 servidores e 22962 faltas justificadas apresentadas por um total de 351 servidores.

Outro dado relevante sobre o exercício 2014 no IFPA é o percentual de absenteísmo. A fórmula utilizada no cálculo do Absenteísmo é composta pelo Total de Dias Faltosos, Total de Servidores e o Total de Dias Efetivamente Remunerados no IFPA[2]: Total de Ausências/(Total de Servidores x 20 dias). Vale ressaltar que o final de semana é remunerado. No ano de 2014 o índice de absenteísmo atingiu 3,38% no IFPA, conforme se observa na figura 2.

Segundo especialistas e consultores o percentual de 2% é considerado tolerável, assim, observa-se um valor superior ao esperado, o que chama a atenção para a necessidade de estratégias que reduzam estes índices e, consequentemente, aumentem a satisfação e produtividade dos servidores.

Modelo de Cálculo de Absenteísmo

$$\text{Absenteísmo} = \frac{\text{Total de Dias de Ausência}}{(\text{Total de Servidores x 20 dias x 12 meses})} \text{ x } 100$$

Cálculo de Absenteísmo no IFPA em 2014

$$\text{Absenteísmo} = \frac{23153}{(2859 \text{ x } 20 \text{ dias x } 12 \text{ meses})} \text{ x } 100 = 3{,}38\%$$

Em relação aos tipos de afastamentos no ano de 2014, observa-se um afastamento de 166 docentes e 230 técnicos administrativos, sendo que, foram identificados 26 tipos de afastamentos, dentre os quais: cessões, cursos, viagens a serviço, por motivos pessoais, para tratamento de saúde, por motivo de punição, entre outros.

[2] Total de Servidor: Efetivos + Temporários + Celetistas + Ocupantes de Cargo Comissionado.

Em geral, observa-se um número maior de afastamentos de técnicos administrativos em relação ao número de docentes afastados. Além disso, os motivos que geram maior número de afastamentos para ambas as categorias é para tratamento da própria saúde e licença à gestante. Para docentes também se observa, frequentemente, o afastamento para estudo de Mestrado ou Doutorado, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 85: Tipos de afastamento por categoria em 2014

TIPO DE AFASTAMENTO	DOCENTES	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
Cessão Justiça Eleitoral	0	2
Curso Formação Cargo Efetivo -C/Remun.	1	0
Missão Exterior Com Ônus	3	0
Part. Prog. Treinam. no e fora País C/Ônus	0	2
Part.Pro.Pos.Grad S/Sensu País C/Ônus	6	1
Part.Prog.Treina. Fora País C/Ônus	0	1
Viagem Serv País Com Ônus Limit.	1	1
No País Com Ônus/Est/Dout/Mestrado	20	8
Casamento	1	6
Doação de Sangue -	0	3
Eleitoral Convocação Servidores	0	2
Exercício Provisório	1	0
Falecimento em Pessoa da Família	3	3
Falta Justificada Decisão Administrativa	2	1
Lic. Acidente em Serviço	1	0
Lic. Capacitação	0	1
Lic. Gestante	16	14
Lic. Paternidade	12	4
Lic. por Doença em Pessoa da Família	9	8
Lic. por Doença em Pes. da Família (Inf. a 15 dias)	2	10
Lic. Prêmio Por Assiduidade	5	3
Lic. Tratamento de Saúde	35	50
Licença Tratamento Saúde (Inferior 15 dias)	47	108
Lic. Tratar de Interesses Particulares	0	1
Penalidade Suspensão	1	0
Suspensão Temporária Administrativa	0	1
Total de Servidores Afastados	**166**	**230**

Fonte: DGP/IFPA

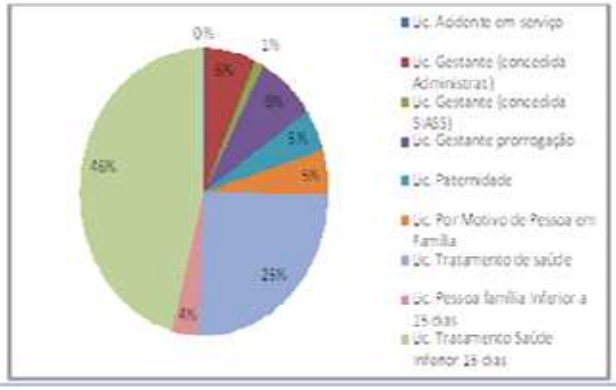
No que diz respeito às licenças para tratamento de saúde, a Coordenação Geral de Saúde e Qualidade de Vida fez um levantamento do exercício 2014, no qual foram registrados 341 afastamentos, sendo que, o tipo de afastamento mais frequente foi Licença para tratamento de saúde inferior a 15 dias, seguido de Licença para Tratamento de saúde superior a 15 dias e Licença Gestante. Observa-se ainda que o tipo de licença menos frequente é a Licença Acidente em Serviço.

Em relação ao absenteísmo por doença, segundo Araújo (2012, p. 93):

> [...] sabe-se que representa uma realidade que gera custos altos, para as instituições tanto públicas quanto privadas. Apesar das constantes críticas aos trabalhadores frente ao aumento do absenteísmo, principalmente no setor público, os altos índices de licenças médicas apontam para uma organização que necessita de cuidados. Portanto, o estado de saúde dos trabalhadores é motivo de preocupação não só para o indivíduo, mas também para a organização.

Gráfico 5: Lançamentos de licença em 2014

Lançamento de Licenças 2014								
Lic. Acidente em serviço	Lic. Gestante (concedida Administrat.)	Lic. Gestante (concedida SIASS)	Lic. Gestante prorrogação	Lic. Paternidade	Lic. Por Motivo de Pessoa em Família	Lic. Tratamento de saúde	Lic. Pessoa família inferior a 15 dias	Lic. Tratamento Saúde inferior 15 dias
1	22	4	26	16	17	86	12	156



Fonte: CGQV/DGP/IFPA

7.1.6.2 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (2014, p. 1) acidente em serviço é "[...] aquele ocorrido com o servidor no exercício do cargo ou função, que se relaciona direta ou indiretamente com as atribuições a ele inerentes, que possa causar a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho".

No ano de 2014 foi registrado 1 (um) acidente em serviço de um docente o qual passou por perícia médica, conforme legislação, o que gerou um afastamento de 55 dias.

7.1.6.3 Rotatividade (*Turnover*)

Para Chiavenato (2009) a rotatividade é expressa por meio de uma relação percentual entre as admissões e os desligamentos com relação ao número médio de participantes da organização, no decorrer de certo período de tempo.

O exercício 2014 indica que houve uma rotatividade de 198 de servidores efetivos, já que, houve287 ingressos e 89 egressos. O número elevado de servidores do quadro efetivo ocorreu devido às nomeações referentes ao último concurso público do IFPA (Edital nº. 02, de 08 de agosto de 2013).

Em relação ao quadro de temporários houve uma diferença de 11 funcionários, pois há registro de 16 ingressos e 5 egressos. Conforme quadro abaixo.

Quadro 86: Rotatividade de pessoal em 2014.

Servidores	Ingressos	Egressos
Quadro Efetivo	287	89
Quadro de Temporários	16	5
Total	**303**	**94**

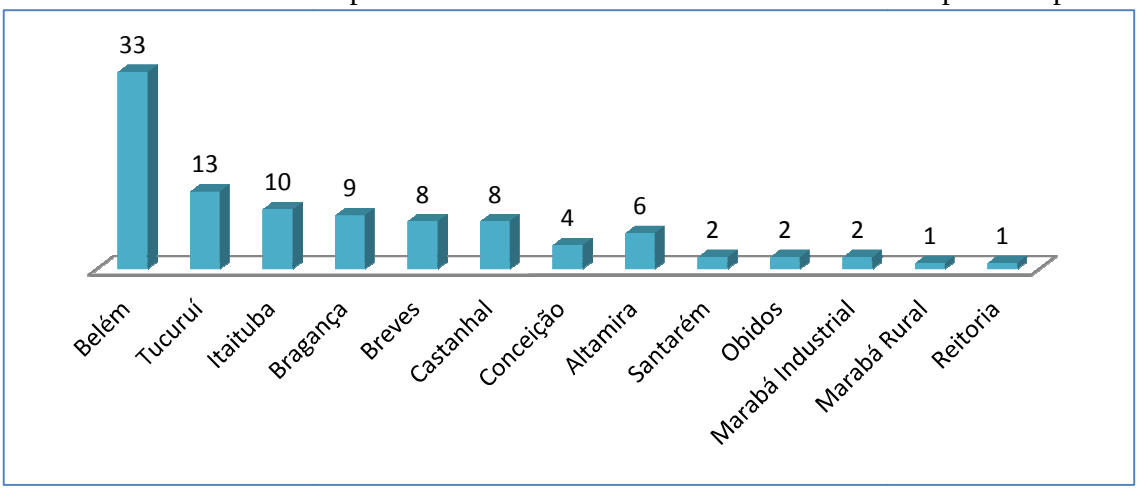
Fonte: DGP/IFPA

7.1.6.4 Educação Continuada

Em relação à educação continuada, no exercício 2014 a Coordenação Geral de Desenvolvimento e Treinamento em contato com o Centro de Capacitação (CAPACIT) da Universidade Federal do Pará (UFPA) identificou a possibilidade de estabelecer uma parceria por meio de Termo de Cooperação Técnica para realização do Plano Anual de Capacitação do IFPA e com a ESAF e capacitando vários servidores do IFPA.

O gráfico abaixo mostra a relação se servidores capacitados nos cursos oferecidos pelos CAPACIT/UFPA, no período de Fevereiro a Junho de 2014. Os dados indicam que houve um total de 99 servidores capacitados, sendo que, os Câmpus com maior número de servidores capacitados são Belém, Tucuruí e Itaituba.

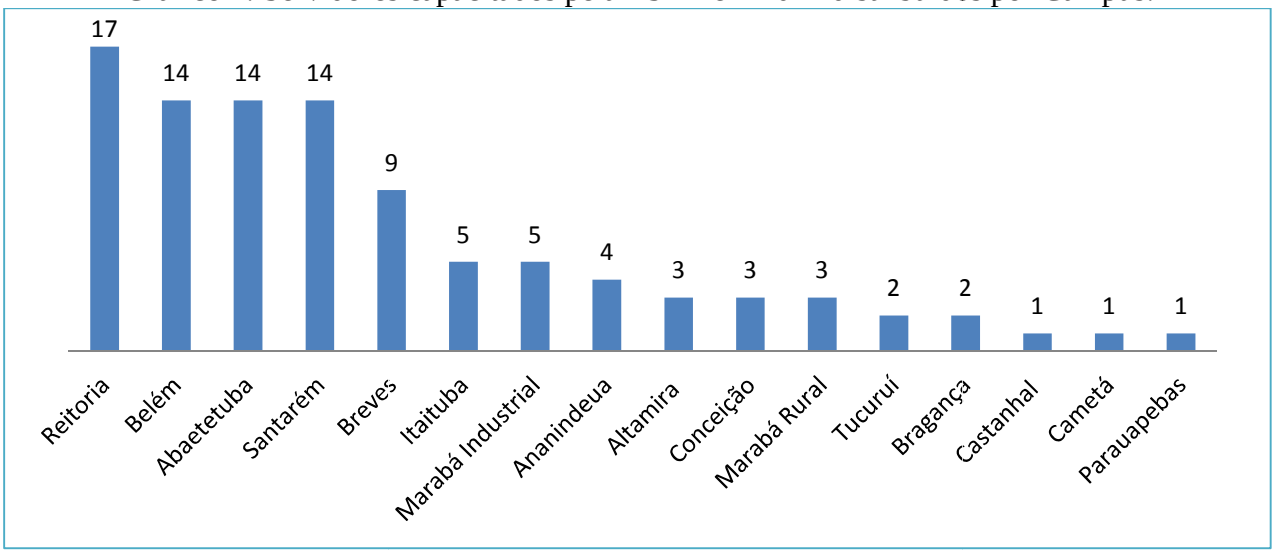
Gráfico 6: Servidores capacitados no CAPACIT em 2014 distribuídos por Câmpus.



Fonte: CGTD/DGP/IFPA.

A seguir apresentamos a relação de servidores capacitados pela ESAF no período de setembro a dezembro de 2014, na qual se pode observar que houve um total de 98 profissionais capacitados, sendo que, os Câmpus com maior participação de servidores foram Reitoria, Belém, Abaetetuba e Santarém.

Gráfico 7: Servidores capacitados pela ESAF em 2014 distribuídos por Câmpus.



Fonte: CGTD/Reitoria/IFPA.

7.1.6.5 Disciplina

No momento, não existem mecanismos para mensurar a disciplina neste instituto. Considera-se como instrumento exclusivo de mensuração da disciplina a Avaliação de Desempenho dos Servidores.

No que diz respeito a esses mecanismos, a Direção de Gestão de Pessoas planeja em 2015 novos instrumentos e técnicas que possam mensurar tal indicador e, consequentemente, possam subsidiar uma avaliação da disciplina de forma mais eficiente e planejada.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 87: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ														
UG/Gestão:						**CNPJ: 10.763.998/0001-30**								
Informações sobre os Contratos														
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
158135	2014	V	E	01/2014	03.257.467/0001-00	06/02/2014	16/07/2014							E
	2014	L	E	02/2014	06.028.733/0001-10	10/02/2014	10/02/2014							E
	2014	V	E	08/2014	03.257.467/0001-00	17/07/2014	30/08/2014							E
	2014	L	O	09/2014	23.434.608/0001-20	02/09/2014	01/09/2015				06			A
	2014	V	O	10/2014	03.257.467/0001-00	18/08/2014	17/08/2015				04			A
	2014	L	O	11/2014	23.434.608/0001-20	01/09/2014	01/09/2015							A
	2014	V	O	13/2014	03.257.467/0001-00	01/09/2014	01/09/2015							A
	2014	L	O	14/2014	23.434.608/0001-20	03/11/2014	02/11/2015							A
	2010	V	O		02.650.833/0001-23	06/05/2014	05/05/2015							P
	Observações: Informamos que os referidos contratos listados abaixo são geridos por esta Unidade Gestora, mas são vinculados a outros pólos. Contrato 01/2014, 02/2014, 08/2014, 13/2014 e 14/2014 pertencem ao pólo de Ananindeua, pois estes não possui UG; Contrato 11/2014pertence ao pólo de Cametá, pois estes não possui UG; Contrato 09/2014 e 10/2014 pertencem ao Câmpus de Parauapebas visto que na época o Câmpus não possuía UG.													
158306	2014	V	O	16/2014	02.650.833/0001-23	04/08/2014	03/08/2015							
	2013	L	O	009/2013	06.028.733/0001-10	12/10/2013	11/10/2014							A
	Observações:													
158307	2014	L	O	09/2014	23.434.608/0001-20	06/05/14	-		12		01		00	A
	2013	V	O	04/2013	07.069.574/0001-65	25/06/13	-		00		20		00	P

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ: 10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	Observações: Contrato 09/2014: Em processo de adição de postos de serviço. Contrato 04/2013 – Em processo de supressão de postos de serviço devido orçamento anual													
158308	2012	V	O	01/2012	02.650.833/000-23	01/01/2012	31/12/2015							P
	2013	L	O	05/2013	23.434.608/0001-20	31/07/2013	27/10/2014							E
	2014	L	O	27/2014	23.434.608/0001-20	16/06/2014	27/10/2014							E
	2014	L	O	29/2014	09.619.820/0001-30	28/10/2014	27/10/2015							A
	Observações: Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização nas dependências do IFPA Castanhal (1º termo Aditivo ao Contrato nº 05/2013 por mais 90 dias - foi rescindo mediante TERMO DE RECISÃO UNILATERAL em 27/10/2014); Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização –IFPA –Polo Avançado de Vigia de Nazaré (Contrato nº 27/2014- foi rescindido mediante TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL em 27/10/2014); Limpeza, Conservação e Higienização (Contrato nº 29/2014- atual);													
158481	2009	V	Ordinária	015/2009		04/08/2013	03/08/2014				08			E
	2012	L	Ordinária	010/ 2012		03/07/2014	02/07/2015		04					P
	2012	V	Ordinária	014/2012		08/04/2014	13/12/2014				04			E
	2013	L	Ordinária	011/ 2013		16/10/2014	15/10/2015		10		06			P
	2014	V	Ordinária	004/2014		30/06/2014	29/06/2015				16			A
	Observações: Encerramento do Contrato n° 015/2009 – Serviço de Vigilância Patrimonial Privada 3° Termo Aditivo Contrato n°010/2012 – Renovação Contratual para Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação por empresa especializada com fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos para conservação; 4° Rescisão do Contrato n° 014/2012 – referente a prestação de serviço de vigilância patrimonial;													

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ: 10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	2° Termo aditivo contrato n° 011/2013 – renovação de prazo contratual por serviço de limpeza e conservação; Celebração de contrato n° 004/2014 – para prestação de serviço de vigilância patrimonial.													
158506	2014	V	O	05/2014	09.211.205/0001-90	12/11/2014	11/11/2015							A
	2013	L	O	07/2013	16.887.298/0001-33	06/12/2014	05/12/2015							P
	Observações:													
158507	2011	V	O	09/2011	02.650.833/0001-23	01/12/2011								P
	2013	L	O	05/2013	04.558.234/000100	08/08/2013	08/08/2014							E
	2014	L	O	03/2014	23.434.608/0001/20	01/09/2014								A
	Observações: O contrato nº 05/2013 não foi prorrogado devido ao quantitativo de funcionário ser insuficiente não permitindo que o acréscimo de 25% suprisse a necessidade e por isso optou-se em realizar outra contratação com quantitativo satisfatório para atender a necessidade atual do Câmpus.													
158508	2014	L	O	04/2014	03.765.290/0001-52	10/03/14	09/03/15	00	04	00	07	----	----	A
	2014	V	O	01/2014	14.151.000/0001-05	06/02/14	06/02/15	-	--	20	20	----	----	A
	2014	V	O	02/2014	15.176.927/0001-54	24/03/14	23/03/15	-	--	06	06	----	----	A
	Observações: Informamos a existência de dois contratos de vigilância ostensiva vinculados a Unidade Gestora deste Câmpus, pois o contrato de CNPJ: 15.176.927/0001-54 pertencente ao polo de Cametá que não possui Unidade Gestora; Informamos também que não foi exigido no contrato 04/2014, CNPJ: 03.765.290/0001-52, nível de escolaridade para seus prestadores.													
158512	2010	V	O	01/2010	02.650.833/0001-23	01/10/2010	30/09/2013							P
	2013	L	O	01/2013		02/03/2013	01/03/2014							P
	Observações:													
158518	2009	V	O	22	05.200.142/0001-16	01/09/2009	31/08/2014	08	08	-	-	-	-	E
	2014	V	O	08	05.915.153/0001-81	01/09/2014	31/08/2015	10	10	-	-	-	-	A

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ: 10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	2013	L	O	16	03.765.290/0001-52	06/12/2013	05/12/2015	-	-	-	-	-	-	P
	Observações: No Contrato nº 16/2013 não há previsão quanto ao nível de escolaridade exigido dos terceirizados. Todavia, dentre os 16 funcionários, alguns possuem nível médio completo e outros o nível fundamental incompleto.													
158567	2013	L	O	09	04.630.532/0001-63	06/12/13	05/12/15							
	2013	V	O	10	05.915.153/0001-82	30/12/13	29/12/15							
	Observações:													
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios/PROAD/Câmpus/IFPA

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 88: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ:10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
158135	2014	12	O	004/2014	61.600.839/0001-55	20/05/2014	19/05/2015				66		102	A
	2014	05	O	012/2014	06.028.733/0001-10	01/09/2014	01/09/2015				02			A
	2014	12	O	012/2014	06.028.733/0001-10	01/09/2014	01/09/2015				03			A
	2014	09	O	015/2014	03.817.702/0001-50	01/12/2014	30/11/2015							A
	2011	09	O	020/2011	47.866.934/0001-74	02/10/2013	01/10/2014							E
	2011	07	O	015/2011	33.350.486/0001-29	02/09/2014								P
	2013	04	O	006/2013	06.028733/0001-10	03/05/2014								P
	2013	07	O	015/2013	02.558.157/0001-62	22/11/2014								P
	2013	08	O	018/2013	07.822.808/0001-01	31/08/2014	28/11/2014							E
	2014	02	O	007/2014	11.292.432/0001-30	11/07/2014	10/07/2015							A
	2014	12	O	004/2014	61.600.839/0001-55	20/05/2014	19/05/2015				66		102	A
	2014	09	O	05/2014	08666379000185	23/06/14	22/08/14							E
	2014	09	O	05/2014	08666379000185	23/08/14	22/09/14							E
	Observações: Informamos que os referidos contratos listados abaixo são geridos por esta Unidade Gestora, mas são vinculados a outros polos. Contrato 05/2014 pertence ao polo de Ananindeua, pois estes não possui UG; Contrato 12/2014 pertence ao polo de Cametá, pois estes não possui UG.													
158306	2011	5/9/12	O	11/2011	09.409.620/0001-53	05/06/2011	05/06/2015							A
	2013	12	O	04/2013	11.980.040/0001-63	02/05/2013	01/05/2015							A
	2014	2/12	O	15/2013	06.028.733/0001-10	20/01/2014	19/01/2016							A
	Observações: 11/2011 refere-se a serviços de recepcionista(5), inspetor escolar(12), eletricista(9) e encanador(9). 15/2013 refere-se a serviços de motoristas(2), porteiros(12) e almoxarife(12).													
158307	2012	12	O	13/2012	13.714.479/0001-70	01/11/12	-				03			P
	2013	3	O	01/2013	09.181.254/0001-28	30/01/13	29/01/14							E

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ:10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	2013	9	O	05/2013	12.639.462/0001-32	09/09/13	-							P
	2014	9	O	02/2014	15.622.879/0001-80	03/02/14	-							P
	2014	12	O	03/2014	16.887.298/0001-33	05/03/14	-		14		01			A
	2014	5	O	04/2014	03.765.290/0001-52	05/03/14	-				04			A
	2014	7	O	06/2014	40.432.544/0001-47	27/03/14	-							A
	2014	8	O	07/2014	47.866.934/0001-74	06/02/14	-							P
	2014	8	O	08/2014	47.866.934/0001-74	06/02/14	-							P
	2014	6	O	10/2014	05.352.726/0001-07	04/08/14	-							A
	2014	12	O	11/2014	03.765.290/0001-52	15/09/14	-							A
	2012	12	O	13/2012	13.714.479/0001-70	01/11/12	-				03			P
	Observações:													
158308	2012	12	O	11/2012	04.979.092/0001-54	31/05/2012	30/05/2015							P
	2013	4	O	06/2013	16.887.298/0001-33	01/08/2013	31/07/2015							P
	2014	5 e 12	O	12/2014	16.887.298/0001-33	10/04/2014	09/04/2015							A
	Observações:													
158481	2012	2	O	006/2012		11/06/2014	10/06/2015				02			A
	2013	4	O	015/2013		25/10/2014	25/10/2015				06		01	A
	2013	11	O	006/2013		16/09/2013	15/09/2014				06		01	A
	Observações: **3º Termo aditivo – repactuação contrato nº** 06/2012 2º Termo aditivo – renovação de prazo do contrato 015/2013 referente a contratação de serviço de preparo de refeições e cozinha 2º Termo aditivo – contrato 06/2013 – prestação de serviços de auxiliar de almoxarifado e recepcionista													
158506	2014	12	O	02/2014	16.887.298/0001-33	26/05/2014	25/05/2015							P
	2013	5 e 12	O	03/2013	06.028.733/0001-10	31/05/2014	30/05/2015							P
	2011	12	O	03/2011	34.028.316/0018-51	01/06/2014	31/05/2015							P
	2014	12	O	06/2014		13/12/2014	12/12/2015							A

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ															
UG/Gestão:						**CNPJ:10.763.998/0001-30**									
Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	2013	9	O	05/2015		16/10/2014	15/10/2015							P
	2014	12	O	01/2014	09.239.889/0001-39	29/07/2014	20/01/2016							A
	2014	12	O	02/2014	09.239.889/0001-39	26/05/2014	25/05/2015							P
	2014	12	O	01/2014	06.955770/0001-74	31/05/2014	30/05/2015							P
	Observações:													
158507	2013	M	O	06/2013	03.765.290/0001-52	01/08/2013	01/08/2014		02					E
	2014	M	O	05/2014	09.134.888/0001-20	01/12/2014			02					A
	Observações: O contrato nº 06/2013 não foi prorrogado devido ao atraso no cumprimento de algumas cláusulas do contrato ocasionando insatisfação dos funcionários da mesma, bem como do fiscal do contrato. (Problemas de atraso em pagamento de funcionários)													
158508	2013	2	O	02/2013	13.714.479/0001-70	15/03/13	14/03/15	-	--	01	01	--------	--------	P
	2013	2	O	07/2013	06.028.733/0001-10	11/11/13	10/11/15	02	01	----	01	--------	--------	P
	2013	5	O	07/2013	06.028.733/0001-10	11/11/13	10/11/15	-	--	06	06	--------	--------	P
	2013	12	O	07/2013	06.028.733/0001-10	11/11/13	10/11/15	04	02	----	02	--------	--------	P
	Observações: Informamos que não foi exigido no contrato 02/2014, CNPJ: 13.714.479/0001-70, nível de escolaridade para seus prestadores.													
158506	2013	2	O	04	03.765.290/0001-52	01/10/13	30/09/15							
	2014	5	O	06	16.887.298/0001-33	01/11/14	30/10/15							
	Observações:													
158512	2012	12	O	09/2012	03.940.283/0001-40	24/09/2012	23/09/13			1	1			P
	Observações:													
158518	2013	4	O	13	06.028.733/0001-10	09/12/2013	08/12/15	01	01	-		-	-	P
	2013	5	O	13	06.028.733/0001-10	09/12/2013	08/12/15			04	04	-	-	P
	2013	12	O	13	06.028.733/0001-10	09/12/2013	08/12/15	03	03	-	-	-	-	P
	2012	2	O	07	07.270.170/0001-35	13/11/2012	12/11/14	03	03	-	-	-	-	E
	2014	2	O	11	16.887.298/0001-33	19/11/2014	18/11/15	03	03	-	-	-	-	A

Unidade Contratante	
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	
UG/Gestão:	**CNPJ:10.763.998/0001-30**

Informações sobre os Contratos															
UG	**Ano do Contrato**	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
								F		**M**		**S**		
						Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
	Observações:													

LEGENDA	
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras	**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos e Convênios/PROAD/Câmpus/IFPA

7.2.3 Análise Crítica

A predominância nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra nesta instituição gira em torno dos serviços de Limpeza e Conservação, Vigilância Patrimonial Armada e de Apoio Administrativo à Administração, sendo que estes, estão sendo conduzidos de forma satisfatória. Quando do surgimento de alguns problemas podemos listar os seguintes: atraso de pagamento de salários, vale transporte, auxílio alimentação dos empregados e entrega de materiais de limpeza incompletos. As providências que foram tomadas para solução das pendências foram o envio à empresa prestadora de serviços de ofícios solicitando a solução das pendências apontadas em prazo determinado, não prorrogação do contrato, multa, rescisão unilateral, entre outros previstos nas cláusulas contratuais, Leis e Instruções Normativas vinculadas a este assunto, o que se mostrou satisfatório na resolução dos problemas.

7.2.4 Contratação de Estagiários

A contratação de mão de obra de estagiários, possibilita a complementação de ensino e aprendizagem dos estudantes matriculados em cursos regulares de nível médio e superior das instituições de ensino do Pará, constituindo-se em instrumento de iniciação ao mundo do trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, conforme lei federal nº 11.788. Também possibilita melhor desempenho nas atividades desenvolvidas pelos nossos servidores através da troca de conhecimento e experiências vivenciadas.

Quadro 89: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	69	69	69	68	R$ 44.988,00
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	44	44	44	39	R$ 18.568,00
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	**113**	**113**	**113**	**107**	**R$ 63.556,00**

Fonte: PROEXT/IFPA

No total, foram contratados 113 estagiários para estagiar nos ambientes administrativos do IFPA sendo divididos na seguinte forma:

Quadro 90: Composição do Quadro de Estagiários por Unidade Administrativa

Unidade Administrativa	Quantitativo (1º ao 3º Trimestre)	Quantitativo (4º Trimestre)
Reitoria	35 estagiários	29 estagiários
Abaetetuba	19 estagiários	19 estagiários
Belém	09 estagiários	09 estagiários
Conceição de Araguaia	14 estagiários	14 estagiários
Itaituba	04 estagiários	04 estagiários
Rural Marabá	08 estagiários	08 estagiários
Parauapebas	02 estagiários	02 estagiários
Santarém	15 estagiários	15 estagiários
Tucuruí	07 estagiários	07 estagiários

Fonte: PROEXT/IFPA

Análise Crítica

O IFPA realizou a contratação do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para atuar como Agente de Integração, conforme previsto na Lei de Estágio. A empresa CIEE realiza o intercâmbio entre o IFPA e as instituições de ensino, com o objetivo de executar os serviços de recrutamento, pré-seleção, encaminhamento e acompanhamento de estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, de ensino médio, pra preenchimento de oportunidades de estágio não obrigatório neste órgão, conforme previsto na lei nº 11.788.

Obs: Inicialmente iniciou-se com 35 estagiários lotados na reitoria entretanto no 4º trimestre foi solicitado a dispensa de 06 estagiários, por isso a diminuição do total para 107 estagiários.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios

Quadro 91: Frota de veículos automotores de propriedade das UNIDADES do IFPA.

CÂMPUS – ABAETETUBA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Ford Fiesta	Transp. Carga leve	2010/2011	1.612	03
02	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2011/2012	26.168	02
03	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2010/2011	16.456	03
04	Micro-Ônibus	Agrale Comil	Transporte coletivo	2012/2012	8.217	02
05	Micro-Ônibus	Marcopolo Volare	Transporte Coletivo	2009/2010	30.219	04
06	Ônibus	Mercedes Benz	Transporte Coletivo	2010/2010	6.547	04
Média Geral					**14.870**	**3 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 99.055,53**	

CÂMPUS – ALTAMIRA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Ford Fiesta	Transp. Carga leve	2012/2013	8.345	2
01	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2011/2012	22.000	2
01	Caminhonete	Toyota Hilux 4x4 CD	Transp. Carga leve	1995/1995	0,0	19
01	Caminhonete	Toyota Hilux 4x4 ED	Transp. Carga leve	2009/2009	0,0	5
01	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte Coletivo	2009/2009	3.000	5
02	Ônibus	Comil	Transporte Coletivo	2011/2012	0,0	2
01	Motocicleta	Titan CG 150 c	Transp. Carga leve	2005/2005	1543	9
Média Geral					**4.361**	**5,5**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 28.426,57**	

CÂMPUS - ANANINDEUA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
1	Utilitário	Ford Fiesta	Transporte de carga leve	2012/2013	4929	1
2	Caminhonete	Mitsubishi L200	Transporte de carga leve	2014	2228	0
Média Geral					**3.578,5**	**0,5**
OBS. Este Câmpus não possuí UG e todos os seus gastos e c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Foram pagos pela reitoria da IFPA						

CÂMPUS –BELÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Ônibus	Comil R	Transporte coletivo	2005	210	10
02	Ônibus	Mercedes Benz	Transporte coletivo	2009	1.431	06
03	Micro-Ônibus	Volare	Transporte coletivo	2008	916	07
04	Micro-Ônibus	Volare	Transporte coletivo	2009	22.907	06
05	Micro-Ônibus	ComilBello	Transporte coletivo	2004	145	11
06	Micro-Ônibus	Ducatto	Transporte coletivo	2011	8.980	04
07	Caminhonete	Ranger	Transp Carga leve	2007	8.986	08
08	Caminhonete	Ranger	Transp. Carga leve	2010	14.484	05
09	Caminhonete	Ranger	Transp. Carga leve	2010	24.966	05
10	Utilitário	Santana	Transp. Carga leve	2002	2.490	13
11	Utilitário	Ecosport	Transp. Carga leve	2010	5.159	05
12	Utilitário	Ecosport	Transp. Carga leve	2010	9.162	05
13	Caminhonete	Ranger	Transp. Carga leve	2007	0	08

CÂMPUS –BELÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
14	Caminhonete	Toyota	Transp. Carga leve	2008	0	07
15	Caminhão	Mercedes Benz	Sem Uso	1979	0	36
16	Utilitário	Besta Kia	Sem Uso	2001	0	14
17	Utilitário	Parati CL	Sem Uso	1994	0	21
18	Utilitário	Parati CLI	Sem Uso	1996	0	19
Média Geral					**5.546,44**	**10,55 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 314.206,68**	

CÂMPUS –BRAGANÇA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Fiat pálio 1.0	Transp. Carga leve	2009	25.977	06
02	Utilitário	Fiat pálio 1.6	Transp. Carga leve	2014	4000	01
03	Utilitário	Hylux Toyota	Transp. Carga leve	2009	37.100	06
04	Micro-ônibus	Volare 27 lugares	Transporte coletivo	2009	15.272	06
05	Lancha	Yamaha 47 hp 6 lugares	Transp. Carga leve	2009	0	06
06	Utilitário	Fiesta 1.6 ford	Transp. Carga leve	2012	33.333	03
07	Ônibus	Mercedez diesel	Transporte coletivo	2010	28360	05
08	Ônibus	Marcopolo/mercedes	Transporte coletivo	2012	10.866	03
09	Ônibus	Volvo	Transporte coletivo	1986	1000	29
Média Geral					**19.488**	**7,2 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 160.000,00**	

CÂMPUS –BREVES						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Caminhonete	Volksvagen/Amarock	Transp. Carga leve	2013	4.150	01
Média Geral					**4.150**	**01 ano**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 0,00**	

CÂMPUS –CAMETÁ						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
1	Caminhonete	L200 Triton - Mitshubish	Transp. Carga leve	2014/2015	26.168	0,42
Média Geral					**26.168**	**0,42 anos**
OBS. Este Câmpus não possuí UG e todos os seus gastos e c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Foram pagos pela reitoria da IFPA						

CÂMPUS - CASTANHAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Fiat Uno 1.0	Transp. Carga leve	2006	33.007	09
02	Utilitário	Santana 2.0	Transp. Carga leve	1996	0,00	19
03	Utilitário	Palio weekend gasolina	Transp. Carga leve	2010	37.814	05
04	Utilitário	Jeep bandeirante Toyota diesel	Transp. Carga leve	1997	1.098	18
05	Moto	Hunter 125 cc gasolina	Transp. Carga leve	2005	2.463	10
06	Caminhonete	Hilux, 2.8 cab. dupla diesel	Transp. Carga leve	2009	96.573	06
07	Caminhonete	Hilux 2.8 cab. dupla	Transp. Carga leve	2009	53.407	06

CÂMPUS - CASTANHAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
		diesel				
08	Caminhonete	L-200 cab. dupla diesel	Transp. Carga leve	2006	13.768	09
09	Caminhonete	Toyota cab. dupla diesel	Transp. Carga leve	1992	1.686	23
10	Ônibus	Mercedez Bens 45 assentos diesel	Transporte coletivo	1995	4.164	20
11	Micro-ônibus	Volare W9 30 assentos diesel	Transporte coletivo	2007	26.414	09
12	Ônibus Escolar	VW 55 assentos diesel	Transporte coletivo	2012	17.098	03
Média Geral					**21.280**	**11,42 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 221.304,29**	

CÂMPUS – ITAITUBA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Caminhonete	Nissan Frontier LE 25 X	Transp. Carga leve	2009/2010	9.044	06
02	Caminhonete	Nissan Frontier LE 25 X	Transp. Carga leve	2009/2010	8.056	06
03	Caminhonete	MMC/ L200 4X4 GL	Transp. Carga leve	2004/2005	346	11
04	Micro-ônibus	Marcopolo/ Volare W9 ON	Transporte coletivo	2009/2010	9.446	06
Média Geral					**6.723**	**7,25 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 31.274,93**	

CÂMPUS - MARABÁ INDUSTRIAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Caminhonete	Toyota Hilux Cd 4x4	Transp. Carga leve	2009/2009	6209	06
02	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte coletivo	2009/2010	7360	06
03	Caminhonete	Nissan Frontier XE 4x4	Transp. Carga leve	2012/2013	11.453	03
04	Caminhonete	Nissan Frontier XE 4x4	Transp. Carga leve	2012/2013	19665	03
Média Geral					**11.171**	**4,5 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 60.249,39**	

CÂMPUS – MARABÁ RURAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Toyota Bandeirantes	Transp. Carga leve	1993	436	22
02	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2008	768	07
03	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2010	12.616	05
04	Caminhonete	Ford Ranger	Transp. Carga leve	2011	44.651	04
05	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte coletivo	2009	9.601	06
06	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte coletivo	2011	1.316	04
07	Ônibus	M.Benz	Transporte coletivo	2010	3.534	05
08	Utilitário	Fiat/Palio	Transp. Carga leve	2010	13.643	05
09	Van	Renault	Transporte coletivo	2011	17.404	04

CÂMPUS – MARABÁ RURAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
10	Utilitário	Renault/Logan	Transp. Carga leve	2012	19.095	03
11	Caminhonete	Toyota/Hilux	Transp. Carga leve	2009	44.164	06
12	Trator	New Holland	Transp. Carga Pesada	2010	538 horas/800	05
13	Moto	Honda	Transporte coletivo	2008	524	07
14	Moto	Honda	Transporte coletivo	2011	777	04
15	Moto	Honda	Transporte coletivo	2011	322	04
Média Geral					**11310.06**	**6anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 199.010,00**	

CÂMPUS –PARAUAPEBAS						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Caminhonete	Mitsubishi/L200 Triton	Transp. Carga leve	2014/2015	1.907	01
Média Geral					**1.907**	**1 ano**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 468,16**	

CÂMPUS – SANTARÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Ford Fiesta Sedam 1.6 Flex	Transp. Carga leve	2012/2013	5.591	02
02	Caminhonete	Toyota Hilux CD 4X4	Transp. Carga leve	2009/2009	9.753	06
03	Micro-ônibus	Marcopolo/Volare W9 ON	Transporte coletivo	2009/2010	6.973	05
04	Van	FiatDucato M BusRontah	Transporte coletivo	2010/2011	3.477	04
Média Geral					**6.448**	**4 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**56.220,43**	

CÂMPUS – TUCURUÍ						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Micro-ônibus	Marcolpolo / Volare W9 ON	Transporte Coletivo	2009	14.704	06
02	Caminhonete	Imp/land Rover Defender 130	Transp. Carga leve	1997	7.374	18
03	Utilitário	VW/Voyage 1.6	Transp. Carga leve	2011	17.998	04
04	Ônibus	Volvo	Transporte Coletivo	2013	12.585	02
05	Caminhonete	Triton - L200	Transp. Carga leve	2014	19.029	01
Média Geral					**31.614**	**6,2 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**58.777,88**	

REITORIA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Caminhonete	I/FordRanger XL 13P	Transp. Carga leve	2010/2011	9244	04
02	Caminhonete	I/Ford Ranger XL 13P	Transp. Carga leve	2010/2011	1187	04
03	Caminhonete	I/Ford Ranger XL 13P	Transp. Carga leve	2010/2011	7210	07
04	Caminhonete	I/ToyotaHilux CD4X4	Transp. Carga leve	2009/2009	22891	06
05	Utilitário	VW/Kombi	Transp. Carga leve	1994/1995	789	20
06	Caminhonete	L200 Triton GL D	Transp. Carga leve	2014/2015	897	01
07	Caminhonete	L200 Triton GL D	Transp. Carga leve	2014/2015	1994	01
08	Caminhonete	L200 Triton GL D	Transp. Carga leve	2014/2015	11293	01

REITORIA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
09	Caminhonete	L200 Triton GL D	Transp. Carga leve	2014/2015	4277	01
Média Geral					**6.084**	**4,2 anos**
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					**R$ 73.441,05**	

Fonte: Câmpus/IFPA

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará detém apenas frota de Veículos Próprios para uso em transporte institucional. A gestão da frota de veículos do IFPA é gerenciada por servidores dos Câmpus e Reitoria, designados por ato administrativo do Gabinete e/ou Diretoria, visando coordenar o Setor de Transportes subordinado à Coordenação de Infraestrutura e à Diretoria de Administração e Planejamento. Compete a esta Coordenação organizar, planejar e executar as atividades de controle, tais como realizar manutenções periódicas e eventuais dos veículos oficiais, assim como normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o uso dos veículos oficiais de propriedade do IFPA, observando a legislação e regulamentos internos da Instituição.

- **A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota baseia-se:**

I. Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988, que racionaliza como minimização de custos o uso de material (veículos, combustível, e outros itens empregados ou passíveis de emprego ao presente objeto, nas organizações públicas federais);
II. Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
III. Decreto Federal 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais próprios ou contratados;
IV. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código Brasileiro de Transito;
V. Instrução Normativa dos Câmpus e da Reitoria;
VI. IN/SLTU/MPOG nº 3/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

É de conhecimento nacional que o sistema de transportes no Brasil tem sua malha viária baseado no transporte rodoviário e tem um sistema limitado de transporte fluvial, ferroviário e aéreo. No estado do Pará, não poderia ser diferente pela sua extensão geográfica e a localização dos Câmpus serem de um extremo a outro do estado. Na atual conjuntura de expansão, em que o Instituto Federal do Pará se encontra, é imprescindível que o mesmo possua uma frota de veículos para realizar transportes de pessoas e mercadorias para que ações-fim possam ser prestadas com eficiência, assim não comprometendo a efetividade das políticas públicas de implantação e conservação dos Câmpus.

- **A frota de veículos desta Instituição tem sua importância destacada:**

- No transporte de alunos para o ensino técnico no que se refere às visitas técnicas inter e intra-municipais e até interestaduais;
- No deslocamento do corpo administrativo no exercício de sua função;
- Na condução de docentes e discentes em suas atividades de pesquisa e extensão;
- No translado interno do patrimônio institucional;

- Na entrega de documentos institucionais a outros estabelecimentos.
- No apoio à logística de programas governamentais como PARFOR, PROCAMPO, PRONATEC, entre outros.

Assim, o impacto da frota institucional é de grande relevância para alcance do objetivo principal desta instituição, sem o qual impossibilitaria o processo de gestão administrativa, ensino, pesquisa e extensão deste estabelecimento de ensino.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Quadro 92: Transporte de carga Leve, Pesada e Coletivo

TRANSPORTE CARGALEVE	
CÂMPUS ABAETETUBA	3 UNIDADES
CÂMPUS ALTAMIRA	5 UNIDADES
CÂMPUS ANANINDEUA	2 UNIDADES
CÂMPUS BELÉM	11 UNIDADES
CÂMPUS BRAGANÇA	5 UNIDADES
CÂMPUS BREVES	1 UNIDADE
CÂMPUS CAMETÁ	1UNIDADE
CÂMPUS CASTANHAL	9 UNIDADES
CÂMPUS MARABÁ INDUSTRIAL	3 UNIDADES
CÂMPUS MARABÁ RURAL	6 UNIDADES
CÂMPUS ITAITUBA	3 UNIDADES
CÂMPUS PARAUAPEBAS	1UNIDADE
CÂMPUS SANTARÉM	2 UNIDADES
CÂMPUS TUCURÍ	3 UNIDADES
REITORIA	9 UNIDADES
TOTAL	**64**
TRANSPORTE CARGAPESADA	
CÂMPUS BELÉM	1UNIDADE
CÂMPUS MARABÁ RURAL	1UNIDADE
TOTAL	**2**
TRANSPORTE COLETIVO	
CÂMPUS ABAETETUBA	3 UNIDADES
CÂMPUS ALTAMIRA	2 UNIDADES
CÂMPUS BELÉM	6 UNIDADES
CÂMPUS BRAGANÇA	3 UNIDADES
CÂMPUS CASTANHAL	3 UNIDADES
CÂMPUS MARABÁ INDUSTRIAL	1 UNIDADES
CÂMPUS MARABÁ RURAL	7 UNIDADES
CÂMPUS ITAITUBA	1UNIDADE
CÂMPUS SANTARÉM	2 UNIDADES
CÂMPUS TUCURÍ	2 UNIDADES
Total	**30**
Total Geral	**96**

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra

IFPA	TRANSPORTE CARGA LEVE	12.239
	TRANSPORTE CARGA PESADA	538 horas
	TRANSPORTE COLETIVO	9.720

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

IFPA	TRANSPORTE CARGALEVE	6,81
	TRANSPORTE CARGAPESADA	20,5
	TRANSPORTE COLETIVO	6,67

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

Os custos associados à manutenção da rota informada foram de **R$ 1.302.434,91**(Um Milhão, Trezentos e Dois Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Noventa e Um Centavos), que abrange gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, entre outros.

g) Plano de substituição da frota;

Não existe norma institucional relacionada ao plano de substituição da frota, logo fica a cargo dos Câmpus e Reitoria esta decisão, a qual é tomada, observando-se a existência de recursos financeiros e condição técnica operacional dos veículos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Existem critérios técnicos para essa tomada de decisão, considerando a viabilidade econômica, condição técnica operacional dos veículos, oferta dos serviços na região, além do alinhamento à política financeira da organização.

Levantamentos preliminares de Atas de Registro de Preços foram feitos para avaliar a viabilidade da contratação de empresa para prestar serviços de locação de veículos com e sem motorista. Percebe-se infelizmente que na Região Norte do Brasil poucas licitantes se interessam em prestar este tipo de serviço, ou, se prestam, apresentam duas dificuldades: o atendimento somente em Belém ou não ofertam alguns tipos de veículos necessários ao andamento das atividades pedagógicas e administrativas. Por isso, no curto prazo, os Câmpus e Reitoria priorizam as aquisições de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Cada Unidade Gestora tem a sua autonomia de gestão de veículo norteado pela Legislação vigente mencionada do item "a", através de coordenações ou departamento, controlando a saída e entrada de veículos, a quilometragem rodada, manutenção e guarda dos veículos, entre outras atividades para um bom funcionamento das atividades meio e fim da Instituição.

As saídas dos veículos oficiais das dependências do IFPA se dão mediante apresentação da ficha de Autorização de Saída de Veículos na portaria dos Câmpus e Reitoria, devidamente

preenchida pelo Coordenador do Setor de Transporte ou por uma autoridade competente do Órgão, Controle de Veículo por Placa, onde são registradas as saídas dos veículos.

Utilizamos o Mapa de Desempenho de Veículos – Anexo II de acordo com a IN nº 3, de15 de maio de 2008. O controle de abastecimento dos veículos oficiais do IFPA vem sendo realizado por meio de contratos, cada Câmpus tem o seu contrato de prestação de serviço de fornecimento de combustível e manutenção de veículos onde fica registrada a matrícula do motorista que abasteceu, a data, a cidade (local), a quilometragem, o valor, litros abastecidos e a média de km/litros.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 93: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	**UF PARÁ**	**20**	**18**
	Abaetetuba	1	1
	Ananindeua	1	1
	Altamira	2	1
	Belém	2	2
	Bragança	1	1
	Breves	1	1
	Cametá	1	1
	Castanhal	1	1
	Conceição do Araguaia	1	1
	Itaituba	1	1
	Marabá	2	2
	Óbidos	1	1
	Paragominas	1	1
	Parauapebas	1	1
	Santarém	1	1
	Tucuruí	1	1
	Vigia	1	0
Subtotal Brasil		**20**	**18**
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**20**	**18**

Fonte: DA/PROAD/Câmpus/IFPA

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 94: Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158135	-	-	-	-	-	-	-	-
158162	043500021500-5	-	Novo	770.000,00	27/06/2013	2.472.134,24	-	-
158306	042700649500-9	-	-	2.624.160,00	05/03/2010	13.837.430,98	-	-
158307	-	Cessão – Adm. Federal Indireta	-	-	-	-	-	-
158308	044700187500-2	Em regularização -Outros	Bom	407.384.100,00	13/10/2011	418.787.493,65	668.387,88	-
158481	056100030500-6 056100030500-5 056100030500-4	Comodato	Bom	902.432,40	02/12/2014	6.595.547,98	-	-
158506	043300010500-9	Em regularização -Outros	Bom	3.400.677,60	28/06/2012	8.230.396,73	-	-
158507	-	Regularizado	-	-	-	-		-
158508	04010100001-39	Em regularização -Outros	Bom	-	-	-	449.683,28	-
158509	-	-	-	-	-	-	-	15.900,00
158512	-	-	Bom	-	-	-	-	-
158518	-	-	-	-	-	-	-	-
158567	-	-	-	-	-	-	-	-
S/ UG Ananindeua	-	Regularizado	Reparos Importantes	301.420,74	-	-	-	--
S/ UG Cametá	-	Regularizado	-	-	-	-	-	-
S/ UG Parauapebas	-	Comodato	-	-	-	-	-	-
S/UG Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-
S/ UG Vigia	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							**1.825.791,37**	**15.900,00**

Fonte: DA/PROAD/Câmpus/IFPA

8.2.2.1 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 95: Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Câmpus		Abaetetuba	Castanhal		Itaituba	Santarém
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	04010100001-39	0447.00187.500-2*	0447.00187.500-2		
	Endereço	Rua: Rio de Janeiro, 3322, Bairro:Francilândia, Abaetetuba, Pará	Rod. BR 316 – Km. 61 s/n – Titanlândia – Castanhal-PA*	Rod. BR 316 – Km. 61 s/n – Titanlândia – Castanhal-PA	Estrada do Jacarezinho, s/n° - Bairro Maria Magdalena	Av. Castelo Branco, Nº 621 – Interventoria – Santarém-PA
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.432.837/0001-63	01.673.683.0001-00*	16.925.085/0001-59	05.138.730.0001-77	10.940.979/0001-31
	Nome ou Razão Social	LOPES XAVIER LTDA-ME	BRASFER – Comercial Ltda.*	Maria de Fátima da Costa Ferreira	Secretaria Municipal de Saúde – Município de Itaituba	Bombom Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Panificadora e Confeitaria	Padaria e Confeitaria com predominância em revenda*	Fotocópias	Assistência à saúde	Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – Minimercado, mercearias e armazéns / Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas. Serviços de alimentação para eventos e recepções – Bufê, restaurantes e similares.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CARTA CONVITE	Convite*	Convite		Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma lanchonete/ cantina para a comercialização de produtos comuns à lanchonete aos servidores e comunidade acadêmica.	Exploração de serviços de cantina*	Exploração de serviço de reprografia, impressão, papelaria e correlatos pertinentes ao Câmpus Castanhal.	Atendimento à população do Bairro de Maria Magdalena.	Exploração dos serviços de Lanchonete/Cantina do Câmpus Santarém
	Prazo da Cessão	25/04/2014 a 25/04/2015	01/01/2015 à 30/04/2015*	24 meses		12 (Doze) meses
	Caracterização do espaço cedido	Área medindo 44,30m², situada nas dependências do prédio do IFPA Câmpus Abaetetuba.	-	-	03 (três) repartições, sendo uma para recepção, outra para consulta médica e por fim, uma para armazenamento de medicamentos.	Espaço com 03 (três) subdivisões, sendo uma medindo 7m de comprimento por 4m de largura destinada a cozinha, outra medindo 4m de comprimento por 4m de largura com uma abertura frontal para atendimento aos clientes, além de outra medindo 2m de comprimento por 2m de largura destinada a despensa.

Câmpus		Abaetetuba	Castanhal		Itaituba	Santarém
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R$ 0,00	R$ 5.288,40**	-		R$ 6.312,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não Houve	Recursos Próprios (fonte - 0250)**			Os valores são recolhidos em cota única do Câmpus, através de GRU.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não Houve	Empenho, liquidação e pagamento no SIAFI (fonte – 0250026416)**			Os valores arrecadados estão sendo depositados em conta bancária do Câmpus Santarém, sendo que ainda não foram destinados a nenhuma finalidade.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não Houve				A cobrança com as despesas com água e energia está inclusa no valor arrendado. A limpeza das áreas interna e externa da cantina também é de responsabilidade da cessionária.

Fonte: DA/PROAD/Câmpus/IFPA

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 96: Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

UG	Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados								
158308	Ocupado	044700193500-5	Bom	-	20/09/2002	49.084,13	-	-
	Ocupado	044700194500-0	Bom	-	20/09/2002	49.084,13	-	-
158507	-	-	-	-	-	-	-	707.720,21
Vazios								
	Total						-	**707.720,21**

Fonte: DA/PROAD/Câmpus/IFPA

8.2.4 Análise Crítica:

O Órgão possui atualmente 20 (vinte) bens imóveis, localizados nos municípios onde existem as suas Unidades de Ensino e Administração. Sendo que no município de Marabá existem duas unidades: Câmpus Rural Marabá e Câmpus Industrial Marabá; no município de Altamira: 1(um) imóvel em uso pela prefeitura do município e outro doado pela prefeitura onde está localizado o Câmpus de Altamira; e no município de Belém está localizada a Reitoria e o Câmpus Belém; no Câmpus Tucuruí, há três prédios sendo usados; nos demais é uma unidade por localidade, que são Abaetetuba, Ananindeua, Bragança Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, e Vigia. Salientamos que os Imóveis referentes aos Câmpus de Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas e Parauapebas ainda não possuírem código de Unidade Gestora. E das demais, as quais constantes do quadro Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional, apenas quatro possuem o registro de bens imóveis, realizado pela Secretaria de Patrimônio Imóvel da União (SPU).

O IFPA enfrenta grande dificuldade na efetivação destas ações, por uma série de questões externas e culturais ao Estado, envolvendo a regularidade de imóveis de modo geral, e que contribuem para a situação vista no quadro 2, como é o caso da Reitoria, cujo processo para emissão de alvará de obra e habite-se tramitam na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Belém, desde abril de 2013. Ratificamos a informação constante no Relatório de Gestão 2012, momento em que informamos que a Coordenação de Gestão de Materiais (CGM), setor responsável na época, formalizou, em 13 de julho de 2011, um processo administrativo para cada Unidade, informando a lista dos documentos necessários para registro dos imóveis na SPU/PA. Naquele momento, foi detectado que a maioria da documentação necessária estava pendente, inclusive Alvará e Habite-se das construções em andamento, assim como das concluídas, mas pendentes destes documentos. Deste então, a área patrimonial tem empenhado esforços a fim de avançar com relação ao registro dos bens pendentes desta ação, todavia, devido à dependência de órgãos externos, e também por dificuldades internas, não conseguimos avançar. Desta forma, no exercício 2013, registramos apenas uma unidade na SPU/PA, a saber, o Câmpus Tucuruí.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 97: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	**UF PARÁ**	**01**	**01**
	BREVES	01	01
Subtotal Brasil		**01**	**01**
EXTERIOR	PAÍS	0	0
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**01**	**01**

Fonte: DA/PROAD/Câmpus/IFPA

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O crescimento das redes de computadores em ambientes educacionais, reflexo do fenômeno mundial que se convencionou denominar *globalização*, permite o acesso de forma síncrona e assíncrona à a imensa variedade de informações e conhecimentos que circulam diariamente na Rede Mundial de Computadores – *Internet*.

As TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) são propulsora e ao mesmo tempo resultado dessa revolução tecnológica dantes inimaginável. Tais recursos computacionais aceleram o trafego de informações, impactando e transformando quase que de forma instantânea o dia-a-dia das organizações, sejam ela públicas ou privadas. As instituições públicas voltadas para a educação, ciência e tecnologia produzem e divulgam pesquisas e informações acadêmicas ou de cunho tecnológico, as quais tornam-se acessíveis através de Sites das organizações produtoras do conteúdo ou através de sites de busca, à disposição das demais instituições ou universidades, empresas, e o público em geral, em Fóruns, Blogs e outros.

Essa revolução se faz presente no ambiente interno dessas organizações, o qual necessita de sistemas que facilitem o acesso a sites administrativos governamentais, sistemas de biblioteca, sistemas acadêmicos e videoconferência, tornando as atividades rápidas, frequentes e seguras do ponto de vista da acessibilidade.

Neste sentido, a equipe de Tecnologia da Informação do IFPA busca compatibilizar suas ações no aperfeiçoamento sistemas disponíveis e criação de novos sistemas que atendam as demandas requisitadas.

Quanto aos sistemas que já estão sendo utilizados pela instituição, podemos citar os sistemas SIG (SIGAA, SIGP,SIPAC e seus Respectivos Módulos) que estão em fase de implantação, o SCA e os sistemas SIAFI (HOD, WEB), SIAPENET que são de utilização obrigatória pelo governo federal.

- **EM UTILIZAÇÃO**

a. SIPAC com módulos - Protocolo, Orçamento, Contratos, Transporte e Boletim de Serviço: Observam-se suas múltiplas funcionalidades. No que tange à relação direta com os Macroprocessos Finalísticos, pode-se citar como exemplo a tramitação de processos relacionados à execução de Programas Governamentais relacionados à Política da Educação e seus aspectos administrativos financeiros e logísticos;
b. SIGAA com módulos: Pesquisa, Extensão, Lato Sensu e Stricto Sensu Ouvidoria;
c. SIGP com módulos: Gestão de Recursos Humanos, podendo ser destacada a funcionalidade oferecida por este Sistema para gerenciamento de ausências de servidores docentes (férias);
d. *Pergamum* – Sistema Integrado de Biblioteca;
e. SCA – Sistema de Controle Acadêmico;
f. SIAFI (HOD, WEB): É o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal e a aplicação de recursos financeiros como bolsas, diárias e demais recursos alocados para as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão;
g. SIAPE/SIAPENET: Permite ao servidor acompanhar de forma mais detalhada a sua vida funcional, seus dados pessoais e financeiros sem nenhuma burocracia e com muito mais segurança, podendo-se destacar as Tabelas do Banco de Dados onde são armazenadas informações como por exemplo Titulação do Corpo Docente, Posse, Exercício, ou seja, trata-se de importante Base de Dados para o delineamento de estratégias voltadas para capacitação e qualificação visando ao incremento na qualidade da educação ofertada.

EM DESENVOLVIMENTO

a. SIPAC com módulos: Patrimônio, Almoxarifado, Catálogo de materiais, Compras, Auditoria e Controle Interno, Licitação e Faturas.
b. SIGAA com módulos: Monitoria, Convênio de Estágios, Avaliação Institucional, Graduação e Técnico.
c. SIGED com módulos: A desenvolver.

Entre as demandas relacionadas ao desenvolvimento de novos sistemas podemos citar:

- Sistema de Segurança da Informação de dados institucionais, o que trará reflexos positivos à estratégia de Governança da Instituição;
- Aquisição de um serviço de atendimento ao usuário (Service Desk), o que proporcionará aproximação maior com a classe, facilitando tanto o acesso à informação quanto à ampliação de canais participatório e reivindicatórios da sociedade na gestão da Instituição, assim como a divulgação dos produtos e serviços ofertados, o que contribui para o fortalecendo da percepção dos usuários quanto ao valor social relacionados a ser referência em educação profissional e tecnológica.

Quadro 98: Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
008/2013	Serviço de acesso a internet	09/07/15	08872215/0001-04	B.S.Com. Serviços em informática	R$ 101.709,00	R$ 129.186,72
007/2011	Prestação de Serviço telefônico fixo comutado	07/03/2011 a 06/03/2015	33.000.118/0001-79	Telemar Norte e Leste S/A	R$ 47.999,70	R$ 17.505,36
006/2014	Prestação de serviços especializados em instalação de backbone ótico	03/09/2014 até 20/02/2015	03.679.844/0001-07	Oliva Ltda. - ME	R$ 271.665,72	-

Fonte: Câmpus/IFPA

Análise Crítica

Percebe-se, desta forma, que a melhoria da rede de dados dos *Câmpus* e a implantação da rede da reitoria de forma integrada e uniforme é assunto de fundamental relevância. As redes de dados trabalham com padrões (ditos protocolos) e eles devem estar presentes nos equipamentos de todos os *Câmpus*, para que haja integração e compatibilidade nos protocolos de comunicação. O planejamento da infraestrutura de rede dos *Câmpus* fica a cargo de cada Câmpus, mas deverá estar de acordo com os padrões de conectividade necessários para atender às exigências de novas tecnologias que serão utilizadas na futura rede do instituto.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 99: Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	**Não**
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		**X**
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	**X**	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	**X**	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		**X**
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		**X**
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		**X**
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		**X**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais

Apesar de várias tentativas de dar continuidade às iniciativas que surgiram nesse sentido, como a implementação de ações de sustentabilidade no IFPA, não obtivemos o êxito previsto. Entretanto, podemos afirmar que existem várias ações nesse contexto em determinadas Unidades Gestoras do Instituto, porém de forma isolada.

- Abaetetuba, Bragança, Castanhal, Marabá Rural, Parauapebas: ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação;
- Castanhal: As contratações realizadas já observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012

Em atenção a essa problemática, um grupo de servidores do IFPA, organizaram o I Fórum Ambiental do IFPA, que será realizado no dia 27/03/2015, com a finalidade de buscar a integração das 4 (quatro) ações estratégicas que são: A Agenda Ambiental na Administração Pública; A Formação Continuada em Meio Ambiente; A Pós Graduação em Ciências Ambientais e O Debate Sobre Temas da Agenda da Sustentabilidade no Estado do Pará.

Fonte: PROAD/Câmpus/IFPA

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 100: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01		943/2014 – 1ª C	1.7.1 1.7.2 1.7.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
Dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)/Câmpus Castanhal de que, em relação ao Pregão Eletrônico 6/2013 para "contratação, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada global por preço unitário, de empresa especializada em administração de mão de obra para prestação dos serviços continuados de Motorista (Condutor de Veículos), Recepcionista, Mensageiro (Office Boy), Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Laboratório, Instrutor de Banda e Fanfarra, Operador de Equipamento Reprográfico, Porteiro, Auxiliar de Agropecuária, Jardineiro, Operador de Implemento Agrícola, a serem executados no Câmpus Castanhal do IFPA" : 1.7.1. exigir, sob pena de recusa, que as propostas das licitantes contenham elementos que não influenciam no valor final da contratação, contraria o art. 21 da IN/2008-MPOG e afronta os princípios da eficiência e da razoabilidade previstos no art. 5º, caput, do Decreto 5.450/2005; 1.7.2. a recusa, por razões formais, de propostas benéficas à administração, contraria a garantia da seleção da proposta mais vantajosa prevista no art. 3º da Lei 8.666/1993 e os princípios da eficiência e do interesse público previstos no art. 5º do Decreto 5.450/2005; 1.7.3. em respeito ao art. 24 da IN/MPOG 2/2008, e em reverência tanto à garantia da seleção da proposta mais vantajosa prevista no art. 3º da Lei 8.666/1993, quanto aos princípios da razoabilidade e da eficiência, deve o pregoeiro, ao analisar as propostas no momento da aceitação do lance vencedor, permitir o reenvio de anexos ajustados para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)/Câmpus Castanhal					
Síntese da Providência Adotada					
- Em 23/01/2014, o Pregão Eletrônico 06/2013 fora suspenso, conforme o Memorando nº 056/2013-Gabinete (fl. 418) e designado outro Pregoeiro para dar prosseguimento ao certame; todos os atos do ex-Pregoeiro foram revogados; - Através de e-mail encaminhado a todos os licitantes em 24/01/2014 (fl. 419), o Pregão informou que retornaria à fase de aceitação das propostas, onde novamente as mesmas seriam encaminhadas conforme a ordem de classificação da fase de lances e convocação do Pregoeiro, via chat COMPRASNET; - Então foi encaminhada em 27/01/14 à Direção Geral uma análise de todo o processo até aquele momento (fls. 421 a 423), onde, dentre outras inconsistências foi detectado que houve divergências entre os licitantes para formulação de seus lances, devido contradição entre formulação de lance descrita no edital e disposta no COMPRASNET, bem como conflito entre o edital e termo de referência no tocante a adoção de Convenção Coletiva de Trabalho. Visando sanar as inconsistências, a Direção Geral se manifesta em 04/02/14 por meio do Memorando nº 083/2013 - Gabinete (fls. 427 e 428) da seguinte forma: "Referente à ocorrência de falhas no edital e no termo de referência, há de se convir, que não houve prejuízo concreto ao interesse público ou que implicasse a violação ao direito (...) além do que, ao se observar as planilhas de preços propostos pelas empresas, as mesmas não divergem em relação a inexequibilidade dos preços unitários." "Em relação à apresentação das propostas pelas empresas e observando a fórmula constante no edital, a qual não fora observada pela maioria das licitantes, também não configura prejuízo concreto ao interesse público ou violação a direito, cabendo ressaltar que a única empresa que apresentou os preços unitários balizados na fórmula proposta pelo edital,					

somando-se o preço global, não configura a proposta mais vantajosa. Neste sentido, recomenda-se ao Pregoeiro Oficial uniformizar as propostas das empresas, dividindo o valor pelo número de postos de trabalho, homogeneizando os valores de todas as propostas, assim, enquadrando-se a proposta da empresa a sua devida ordem de classificação."
- Neste mesmo Memorando, a Direção Geral informa que as recomendações acima encontravam amparo nos Acórdãos nº 4056/2010 e 3381/2013 do TCU.
-Destarte, o Pregoeiro deu prosseguimento ao certame, adotando as recomendações.
- Em 17/02/14, a Direção Geral adjudicou e homologou o Pregão, com respectivo Extrato SRP publicado no dia seguinte, na Seção 3, Fl. 108 do DOU.
Neste caso, observa-se que, com as medidas descritas acima tomadas pela Diretoria Geral teve respaldo da SECEX/PA-TCU, configurando-se em Acórdão nº 943/2014-TCU-1ª Câmara, visando assegurar a regularidade dos procedimentos executados na condução do Pregão Eletrônico 06/2013, Processo 23051.011593/2013-62, servindo de vanguarda para as Direções Geral e Administrativa e o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, significando uma inovação administrativa resultando neste Acórdão exatamente exarado a um mês após a Homologação do certame em comento. O que o Acórdão recomenda foi exatamente o que ocorreu no certame para saná-lo.

Síntese dos Resultados Obtidos

Deve ser elaborado pela Direção-Geral do Câmpus Castanhal

Os procedimentos executados na condução do Pregão Eletrônico 06/2013, Processo 23051.011593/2013-62, serviu de vanguarda para as Direções Geral e Administrativa e o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, significando uma inovação administrativa resultando neste Acórdão exatamente exarado a um mês após a Homologação do certame em comento. O que o Acórdão recomenda foi exatamente o que ocorreu no certame para saná-lo. Com essas ações ou atos realizados pelos atores acima referenciados, de forma proativa, obteve-se êxito com eficiência no resultado do evento licitatório, disponibilizando-o à homologação e demais atos administrativos, sem prejuízos a Administração do Câmpus Castanhal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deve ser elaborada pela Direção-Geral do Câmpus Castanhal

Não há registro de nenhum fator de dificuldade. Como fator positivo, enfoca-se inicialmente que todas as medidas adotadas pela Diretoria Geral, Administrativa, Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, com caráter proativo para sanar irregularidades nos procedimentos administrativos do certame licitatório Pregão Eletrônico 06/2013, Processo 23051.011593/2013-62, serviram de base para o sacramento do Acórdão nº 4056/2010 e 3381/2013 do TCU, a *posteriori*, para referendar devidos atos em outros certames licitatórios internos e de outras Instituições em todo o Brasil.

Fonte: DAP/Câmpus Castanhal

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	Processo TC-008.223/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)	2935/2014 - 1ª C	1.7 1.8	DE	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

Processo TC-008.223/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: James Leão de Araújo (323.880.982-20); Janildo da Silva Aviz (657.091.602-53); Joao Elias Vidueira Ferreira (562.902.682-87); Jonas Fernandes Costa (749.291.272-20); Jose Augusto Vieira dos Santos (437.650.922-15); Josileide Silva de Sousa (402.574.012-53); Laurenir Santos Peniche (576.017.632-34); Lauro Pereira de Sousa (243.542.952-53); Leyde Lelma Vieira da Conceição (647.157.362-68); Lucivania Pereira de Carvalho (439.553.392-20); Marcelo Rodrigues (302.347.942-91); Marcio Zacarias Queiroz Freire (671.142.102-72); Marco Antonio Barbosa de Oliveira (508.490.502- 00); Maria Elisa Ferreira de Queiroz (658.925.262-91); Maria Elza de Souza Braga (811.504.232-34); Maria Joselma Rodrigues Silva (835.636.603-87); Maria do Perpetuo Socorro Sarmento Pereira (461.137.032-15); Mayara Mendes Leal (713.324.802-68); Nazare de Aquino Braga Menezes (331.285.612-49); Patrick da Silva Ribeiro (734.095.372-87); Laurenir Santos Peniche.
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas [...] A regularização em relação ao servidor ao servidor James Leão de Araújo está sendo abordada no processo 23051.016869/2014-80, o qual encontra-se com status de recebido no gabinete da Reitoria conforme informação do sistema de protocolo do IFPA (SIPAC).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	

Fonte: DGP/IFPA

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 101: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	14676/2005-4	7698/2010-1ª Câmara	9.5.5	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
9.5.5 Regularize a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da IN SEDAP 205/88.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Pró-Reitoria de Administração					
Síntese da Providência Adotada					
Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	19547/2008-4	9901/2011-2ª Câmara	9.5	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					

9.5. Determinar ao CEFET/PA que adote as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário, constituindo a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da lei 8.443/1992, caso reste comprovado dano ao erário na conclusão dos seguintes processos de sindicância: nºs 23051.001910/2005-00, 23051.000021/2006-35, 23051.001331/2005-59, 23051.002651/2005-44, 23051.002652/2005-25, 23051.002650/2005-63, 23051.000022/2006-16, 23051.000019/2006-10, 23051.000023/2006-05, 23051.000020/2006-54, 23051.000025/2006-69, 23051.0000563/2005-08 e 23051.000024/2006-88, cujos resultados deverão ser apresentados nas próximas contas da entidade.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Gabinete da Reitoria	
Síntese da Providência Adotada	
Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	Processo TC-008.223/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)	2935/2014 - 1ª C	1.7 1.8	DE	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

Processo TC-008.223/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: James Leão de Araújo (323.880.982-20);
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.7. determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;
1.8. orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese da Providência Adotada	
A regularização em relação ao servidor ao servidor James Leão de Araújo está sendo abordada no processo 23051.016869/2014-80 que encontra-se com status de recebido no gabinete da Reitoria conforme informação do sistema de protocolo do IFPA (SIPAC).	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04	8110/2004-1	10067/2011-1ª Câmara	9.3.3	DE	OF. Nº 1822/2011-TCU-SECEX

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

O TCU alerta esta Entidade quanto ao cometimento da seguinte impropriedade:
9.3.3. acumulação irregular de cargos públicos por servidores da instituição, sendo que permanece sem comprovação nos autos a regularização da situação de Antoinette Frances Brito, Clovis Machado de Souza Filho, Evaldo Julio Ferreira Soares, Hercílio Prado de Castro, Isilda Lucia de Camargo Panhussatt, Osvaldo Magalhães da Silva, Raimundo Expedito Vasconcelos e Walber Wolgrand Menezes Marques (subitem 9.2.2.1).

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	

Síntese da Providência Adotada

Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
05	9085/2012-2	4778/2013-2ª Câmara	9.6.1 9.6.2 9.6.3 9.6.4	DE	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

O TCU considerou ilegais os atos de concessão de pensão dos instituidores Deolindalvo Correa Guimarães e Fernando Luiz Avellar, em razão de seus respectivos benefícios de pensão não estarem sendo calculados levando em consideração a parcela redutora de 30% e estarem sendo pagos com paridade, em desconformidade com o explicitado no art. 40, § 7º, da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003;
e determinar ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará que:
9.6.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.6.2 comunique aos interessados mencionados no subitem 9.4 supra acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;
9.6.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento da presente decisão;
9.6.4. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, e submeta-os à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese da Providência Adotada	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
06	7751/2013-3	5860/2013-1ª Câmara	9.1 9.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
O TCU considerou legal a pensão civil instituída por Jose Maria Tavares de Souza (CPF 008.347.422-68), em favor de Delma Cristolina Gonçalves de Souza (CPF 691.984.112-68), viúva, e autorizar o registro do ato correspondente, número de controle 10457208-05-2008-000017-3, sem prejuízo de **determinar** ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização do pagamento indevido constatado na ficha financeira da interessada; 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU).					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese da Providência Adotada	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
07	11062/2011-8	6918/2013 - 2ª Câmara	1.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que, conforme o estabelecido no art. 2º, §1º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, cadastre no - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) os atos de alteração de aposentadoria de Antonio dos Santos Seabra, José Arabutan de Sousa Oliveira, Pedro de Oliveira Guedes e Walter Barros Peres, tendo em vista a aplicação da regra inserta na Emenda Constitucional nº 70/2012 às respectivas concessões e altere a fundamentação legal da aposentadoria dos referidos servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese da Providência Adotada	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas	

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 102: Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	241489	3.1.1.2 3.1.1.3 3.1.1.4 3.1.1.8 3.1.1.9	OFÍCIO Nº 28.177/2014/ CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA			100917
Descrição da Deliberação			
3.1.1.2 Publicar editais que atendam às exigências constantes da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93, especialmente, quanto à apresentação de projeto básico completo; à assinatura do edital; à redação clara, à identificação das funções das autoridades responsáveis; e aos recebimentos e devoluções de garantias. 3.1.1.3 Instaurar procedimento administrativo visando a apuração de responsabilidades face às irregularidades constatadas. 3.1.1.4 Atentar, nos próximos certames, para a composição do BDI, de modo a evitar a aceitação de itens em desacordo com as recomendações do Tribunal de Contas da União. 3.1.1.5 Adotar medidas administrativas necessárias ao ressarcimento da diferença de ISSQN, pago pelo Instituto e não recolhido pela empresa, de R$ 60.474,25 (sessenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) e, caso não obtiver êxito, apurar responsabilidade pelo prejuízo causado à Administração. 3.1.1.6 Abster-se de repassar a Fundação de Apoio serviços relacionados à execução de obras. 3.1.1.8 Atentar, doravante, para a correta publicação dos prazos de execução dos contratos. 3.1.1.9 Atentar, doravante, para que as garantias contratuais sigam vigentes até o término dos contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
3.1.1.2 Pró-Reitoria de Administração 3.1.1.3 Gabinete da Reitoria 3.1.1.4 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional 3.1.1.5 Gabinete da Reitoria 3.1.1.6 Gabinete da Reitoria 3.1.1.8 Pró-Reitoria de Administração 3.1.1.9 Pró-Reitoria de Administração			

Síntese da Providência Adotada
3.1.1.2 A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) informa que cumpre as exigências constantes da CF e da Lei nº 8.666/93. Para corrigir possíveis falhas nos processos licitatórios do IFPA, a Coordenadora de Suprimentos junto com a Diretora de Administração desta PROAD estão formulando a "Cartilha de Compras" onde estarão contempladas as minutas de todas as modalidades licitatórias, pré-aprovadas pela Procuradoria Federal. Que a conclusão da ação está dependendo da implantação do Módulo Compras do "Sistema Integrado de Gestão", pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, prevista para o 1º semestre de 2015, juntamente com os Módulos do Almoxarifado e Patrimônio. 3.1.1.3 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa do Gabinete da Reitoria, bem como da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional 3.1.1.4 O modelo de composição de BDI elaborado pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura/PRODIN, a partir das orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, disciplina e orienta as análises de propostas orçamentárias durante as licitações. 3.1.1.5 Tramita junto à PRODIN, processo nº 23051.022232/2014-22, com resposta apresentada pela empresa ao Ofício nº 419/2014-GAB/REITORIA que notificou a empresa, onde requisita agenda para esclarecer o assunto. Houve reunião durante o mês de janeiro/2015 entre o representante legal da citada empresa e a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura /PRODIN, quando o empresário se utilizou de argumentos para se esquivar da responsabilidade. Não houve recolhimento do valor até então. Foi solicitado à Assessoria do Gabinete adoção de outras medidas. 3.1.1.8 e 3.1.1.9 A PROAD informa que está elaborando o "Manual de Gestão de Contratos e Convênios" no âmbito do IFPA, onde estarão todas as orientações necessárias para evitar essas inconsistências. O Módulo de Contratos foi implantado no final do 1º semestre de 2014, com acesso para cadastros de Contratos. A partir do início do ano de 2015, a Coordenadora de Contratos da Reitoria, está encontrando dificuldade no registro de empenhos, pois o sistema não está reconhecendo. Diante disso, está agendando junto ao servidor da DTI responsável pelo Módulo Contrato no SISG, para os devidos procedimentos. Que, apesar das recomendações da Coordenadora de Contratos junto aos servidores responsáveis pelos Contratos dos *Câmpus*, através de telefonema e e-mails, ainda ocorrem faltas de registro de contratos no sistema, ocasionando essas inconsistências.
Síntese dos Resultados Obtidos
3.1.1.2 Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração 3.1.1.3 Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria 3.1.1.4 O modelo de composição de BDI elaborado pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura/PRODIN, a partir das orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, disciplina e orienta as análises de propostas orçamentárias durante as licitações. 3.1.1.5 Tramita junto à PRODIN, processo nº 23051.022232/2014-22, com resposta apresentada pela empresa ao Ofício nº 419/2014-GAB/REITORIA que notificou a empresa, onde requisita agenda para esclarecer o assunto. Houve reunião durante o mês de janeiro/2015 entre o representante legal da citada empresa e a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura /PRODIN, quando o empresário se utilizou de argumentos para se esquivar da responsabilidade. Não houve recolhimento do valor até então. Foi solicitado à Assessoria do Gabinete adoção de outras medidas. 3.1.1.8 Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração 3.1.1.9 Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Administração
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
3.1.1.2 A proposta da "Cartilha de Compras" está em fase de conclusão e compartilhamento junto às Unidades do IFPA para contribuições, visando aperfeiçoar os procedimentos licitatórios no âmbito do IFPA. Em seguida, será encaminhada ao Colégio de Dirigentes/CODIR, para apreciação e, finalmente, para o Conselho Superior para apreciação, aprovação e emissão de Resolução, o que deverá ocorrer ainda no 1º semestre/2015. No mesmo período em que ocorrerá a implantação do Módulo Compras, do Sistema Integrado de Gestão/SIG. 3.1.1.3 Deve ser elaborado pelo Gabinete da Reitoria 3.1.1.4 Deve ser elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional 3.1.1.5 A Dificuldade em obter a restituição do valor reside nos registros "pendentes" apontados pela empresa relacionados aos contratos outrora mantidos com ela, onde alega ter créditos a receber do IFPA. Em relação a estes, informamos que não temos condições técnico-administrativas e nem acesso aos processos que possibilitem qualquer levantamento para subsidiar decisões da Gestão, uma vez que sequer os processos estão de posse deste Instituto. Os Contratos eram gerenciados pela FUNCEFET. Observação da AUDIN em 25/02/2015 – O texto acima foi elaborado pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura/PRODIN e deve ser avaliado pelo Gabinete da Reitoria sobre a concordância ou proposição de outro texto. 3.1.1.6 Deve ser elaborado pelo Gabinete da Reitoria 3.1.1.8 e 3.1.1.9 Em relação a esses dois, também está sendo providenciado o Manual de Gestão de Contratos, com as mesmas perspectivas do Manual de Compras, em relação aos procedimentos junto às Unidade do IFPA e a sua publicidade, visando eliminar essas fragilidades.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
02	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305875/CGU - 2012	2.1.1.1 2.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA			100917

Descrição da Deliberação

2.1.1.1
(1) Que atenda tempestivamente às determinações do TCU.
(2) Que sejam implementados controles administrativos que monitorem as ações para atender às determinações do TCU.
2.2.1.1
1. Que a Auditoria Interna faça comunicações à alta gerência sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações encaminhadas pela auditoria interna.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
2.1.1.1 Auditoria Interna 2.2.1.1 Auditoria Interna	

Síntese da Providência Adotada

2.1.1.1
(1) Atendida. A AUDIN realiza consulta diária ao portal do TCU e reúne periodicamente com dirigentes para acompanhar atendimento das deliberações do TCU.
(1) Atendida, devido à consulta diária no portal do TCU, registro em controle próprio e acompanhamento junto aos responsáveis pelos setores vinculados às deliberações.
2.2.1.1
Atendida. O cumprimento dessa recomendação ocorre, formalmente, por ocasião da entrega dos relatórios da Auditoria Interna.

Síntese dos Resultados Obtidos

2.1.1.1
(1)A AUDIN/IFPA consulta diariamente o portal do TCU. Ao verificar a existência de deliberação, formaliza processo e encaminha ao setor competente do IFPA para atendimento; registra em controle próprio e requer do setor informar sobre o atendimento, para os devidos registros no mencionado controle. Periodicamente a AUDIN realiza reunião com os dirigentes dos setores vinculados às recomendações/determinações para avaliação do atendimento/implementação.
(2) A AUDIN/IFPA consulta diariamente o portal do TCU. Ao verificar a existência de deliberação, formaliza processo e encaminha ao setor competente do IFPA para atendimento; registra em controle próprio e requer do setor informar sobre o atendimento, para os devidos registros no mencionado controle. Periodicamente a AUDIN realiza reunião com os dirigentes dos setores vinculados às recomendações/determinações para avaliação do atendimento/implementação.
2.2.1.1
A AUDIN/IFPA ao formalizar entrega dos seus próprios relatórios, atualmente faz referência aos riscos pela não implementação das s/recomendações, conforme pode ser comprovado nos Relatórios de Auditoria.
Como resultados observa-se maior atenção dos dirigentes às recomendações e melhoria do nível de tempestividade no atendimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há registro de nenhum fator de dificuldade para a AUDIN implementar as recomendações.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
03	Relatório de Auditoria nº 201315831	2.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917

Descrição da Deliberação

2.1.1.1 Que o planejamento seja feito de acordo com as normas de auditoria, contendo as seguintes informações: a definição dos servidores responsáveis pela execução de cada um dos procedimentos definidos no programa de auditoria, com definição da quantidade de homens-hora e recursos materiais necessários para execução dos trabalhos.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Auditoria Interna	
Síntese da Providência Adotada	
1.Atendida. A Auditoria Interna passou a expedir Ordens de Serviço as quais contemplam os itens da recomendação da	
1.A AUDIN passou a incluir esses dados na Ordem de Serviço, expedida pelo Coordenador da Auditoria Interna.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A rotatividade dos auditores, devido exonerações espontâneas, tem prejudicado no sentido de consolidar a implementação da recomendação.	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
04	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201315831/CGU -	2.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Deliberação			
1.1.1.2 1.Apresentar ao Conselho Superior do Instituto proposta de alteração do Regimento Interno da Auditoria Interna visando a revogação do inc. X do art. 13 do citado Regimento. 1.1.1.3 1. Apresentar ao Conselho Superior do Instituto proposta de alteração ou revogação do Regimento Interno da Auditoria Interna, a fim de adequá-lo às normas de transparência bem como às recomendações do TCU. 1.1.1.4 1. Ajustar a versão preliminar do PAINT adequando o quantitativo total de Homens-Hora - HH do exercício, disponível para as ações de auditoria interna, a um prazo razoável e exequível para a efetivação da contratação dos dois novos auditores. 2. Destacar, na versão definitiva do PAINT, quais as atividades de auditoria interna foram incluídas tendo por base o acréscimo de HH com a contratação dos dois futuros auditores, a fim de possibilitar a compatibilização das ações planejadas com as realizadas em caso de não efetivação das contratações ao longo do exercício de 2014. 1.1.1.5 1. Ajustar a versão preliminar do PAINT a fim de que a descrição das ações de auditoria interna previstas estejam compatíveis com o conteúdo definido na IN SFC/CGU nº 01/2007, bem como aguardem compatibilidade com a forma de execução dos trabalhos da AUDIN e de apresentação dos resultados da auditorias realizadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
1.1.1.2 1.Atendida, conforme Resolução nº 369/2014, de 16/12/2014, do Conselho Superior do IFPA. 1.1.1.3 1.Atendida. Foi revogado artigo do Regimento da AUDIN, conforme Resolução nº 369/2014-CONSUP. 1.1.1.4 1.Atendida. A AUDIN retirou a previsão de homens/hora por considerar medida cautelosa, devido não ter absoluta certeza da nomeação e da permanência de nomEaDo durante o exercício. Situação que ocorreu, de fato, devido a pedidos espontâneos de exoneração. 2.Atendida, conforme informado acima. 1.1.1.5 1.Atendida. Procedidos os devidos ajustes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
1.1.1.2 1.Por meio do Memorando nº 162/2014, de 07/11/2014 (processo 23051.019794/2014-99, a AUDIN propôs ao Presidente			

do Conselho Superior submeter ao esse colegiado a revogação do referido inciso. A proposta foi apresentada/defendida pela AUDIN e aprovada na reunião do CONSUP no dia 16/12/2014.
1.1.1.3
1.Por meio do Memorando nº 162/2014, de 07/11/2014 (processo 23051.019794/2014-99, a AUDIN propôs ao Presidente do Conselho Superior submeter ao esse colegiado a revogação do referido inciso. A proposta foi apresentada/defendida pela AUDIN e aprovada na reunião do CONSUP no dia 16/12/2014.
1.1.1.4
1.Atendida a recomendação, conforme consta da proposta do PAINT 2014 submetida ao Conselho Superior para deliberação, de acordo com Memorando nº 021/2014-AUDIN (02/02/2014); Memo 053/2014 (14/04/2014) e Memo 151/2014 (20/10/2014). Também informado à CGU por meio do Ofício nº 013/2014-AUDIN, de 28/03/2014. Proposta do PAINT - 2014 foi aprovada pelo CONSUP na reunião do dia 16/12/2014.
2.Atendida a recomendação, conforme consta da proposta do PAINT 2014 submetida ao Conselho Superior para deliberação, de acordo com Memorando nº 021/2014-AUDIN (02/02/2014); Memo 053/2014 (14/04/2014) e Memo 151/2014 (20/10/2014). Também informado à CGU por meio do Ofício nº 013/2014-AUDIN, de 28/03/2014. Proposta do PAINT - 2014 foi aprovada pelo CONSUP na reunião do dia 16/12/2014.
1.1.1.5
1.Atendida a recomendação, conforme consta da proposta do PAINT 2014 submetida ao Conselho Superior para deliberação, de acordo com Memorando nº 021/2014-AUDIN (02/02/2014); Memo 053/2014 (14/04/2014) e Memo 151/2014 (20/10/2014). Também informado à CGU por meio do Ofício nº 013/2014-AUDIN, de 28/03/2014. Proposta do PAINT - 2014 foi aprovada pelo CONSUP na reunião do dia 16/12/2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Registre-se, apenas, a demora na nomeação de auditores concursados, e os pedidos espontâneos de exonerações, fatos esses que influenciaram no processo de formação da equipe e nas metas estabelecidas.

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203356	5.1.1.1 6.2.2.2	Ofício nº 28505/2012/ CGU-Regional/PA/CGU –PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Deliberação

5.1.1.1 Atender tempestivamente as solicitações do Controle Interno do Poder Executivo Federal.
6.2.2.2 Abster-se de autorizar a aquisição de materiais/serviços/obras sem a motivação que lhe deu causa.
Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a instruir adequadamente os processos licitatórios, em especial, quanto à necessidade/motivação da aquisição do objeto, conforme determina o Princípio da Motivação estabelecido no art. 2º, da Lei 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal e os termos do art. 2º do Decreto 2.271/1997.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
5.1.1.1 Direção-Geral do Câmpus Castanhal 6.2.2.2 Direção-Geral do Câmpus Castanhal	

Síntese da Providência Adotada

5.1.1.1 - A recomendação em pauta foi encaminhada para atendimento ao Setor competente, o que vem sendo efetivamente acompanhada e atendida.
6.2.2.2 – A recomendação em pauta vem sendo atendida pelo Setor competente, conforme acompanhamento efetivo realizado por meio do Plano de Providências Interno do Câmpus Catanhal-2014.

Síntese dos Resultados Obtidos

5.1.1.1 e 6.2.2.2 (Câmpus Castanhal) As ações de acompanhamento mais efetivo dos processos de licitações e de outros, por parte dos órgãos competentes e inclusiva o de Auditoria Interna do Câmpus Castanhal, promoveu maior eficiência nos resultados dos mesmos. Contudo, enfatiza-se ainda que todas as recomendações exaradas pelos Órgãos de Auditoria em relação ao Câmpus Castanhal foram iniciadas para cumprimento no exercício de 2014 e se aperfeiçoará em 2015.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 103: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	201108750	4.1.1.1 4.2.1.1 4.2.1.2 5.1.1.1 5.1.1.2 5.1.1.3 5.1.1.4 5.1.1.5 5.1.1.6 6.1.1.1 7.1.2.3 7.1.2.4	Ofício nº 25198/2011/ CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
4.1.1.1 Regularizar a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da Instrução Normativa SEDAP 205/1988. 4.2.1.1 Implantar rotinas para a efetuação de registros e controle quanto ao uso e conservação dos Bens Imóveis do IFPA. 4.2.1.2 Providenciar a atualização e/ou registro dos imóveis do IFPA no SPIUnet. 5.1.1.1 Notificar os servidores cedidos sem portaria de prorrogação da cessão, para retorno imediato ao IFPA; Levantar o débito relativo ao ressarcimento de cada servidor e providenciar a cobrança dos valores devidos, estipulando prazo limite para pagamento. Caso o pagamento não seja efetivado, providenciar a inclusão do Órgão Cessionário no CADIN. 5.1.1.2 Publicar Portaria de localização dos servidores que recebem adicional de insalubridade, de modo a regularizar a situação. 5.1.1.3 Atender ao que dispõe a IN TCU n 65, de 20/04/2011, providenciando junto a todos os ocupantes de cargos ou funções de confiança a disponibilização das autorizações de acesso às declarações via sistema da Receita Federal, encaminhando anualmente ao TCU no prazo estipulado pelo referido normativo a relação atualizada das referidas autorizações. 5.1.1.4 Formalizar adequadamente os processos de concessão de abono permanência, especialmente quanto a fazer constar os despachos de concessão e as certidões de tempo de serviço. Aprimorar os controles internos na área de Recursos Humanos. 5.1.1.5 Registrar, tempestivamente, os atos de admissão e concessão de aposentadoria no sistema SISACNET/TCU. Regularizar a situação dos atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão ainda não registrados no SISAC. 5.1.1.6 Que a entidade proceda a atualização cadastral dos pensionistas (matrículas SIAPE nºs. 3690920 e 147885). 6.1.1.1 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados. Aprimorar os controles da área de contratos. 7.1.2.3 Cumprir as exigências legais e os julgados do TCU, na contratação de Fundação de Apoio, especialmente as determinações do Decreto nº 7.423/2010, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. 7.1.2.4 Abster-se de dispensar licitação com base no Inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, quando não estiver caracterizada a ocorrência de situação emergencial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
4.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração 4.2.1.1 Pró-Reitoria de Administração			

4.2.1.2 Pró-Reitoria de Administração 5.1.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.2 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.3 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.4 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.5 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.6 Diretoria de Gestão de Pessoas 6.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração 7.1.2.3 Gabinete da Reitoria	

Justificativa para o seu não Cumprimento

Deve ser elaborada pelas respectivas áreas vinculadas às recomendações

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deve ser elaborada pelas respectivas áreas vinculadas às recomendações

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203356	1.1.3.1 1.1.3.2 3.1.1.1 3.1.1.2 4.2.1.1 5.1.1.1 5.2.1.1 5.2.1.2 6.1.2.1 6.1.2.2 6.1.3.1 6.1.3.2 6.1.3.3 6.2.2.1 6.2.2.2 6.2.2.3 7.1.2.1	Ofício nº 28505/2012/ CGU-Regional/PA/CGU –PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

1.1.3.1 Elaborar o Plano Estratégico de TI com vistas a permitir que a aplicação de recursos da Entidade em Tecnologia esteja em consonância com os objetivos da organização.
1.1.3.2 Elaborar uma Política de Segurança da Informação que contenha as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação.
3.1.1.1 Recomenda-se ao IFPA desenvolver uma estrutura de Controle Interno administrativo capaz de: a)Permitir a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet; b) Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet; c) Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet; e d) Manter rigoroso controle documental dos imóveis não registrados no SPIUnet ou não pertencentes à União, no que respeita a contratos de cessão de uso, comodatos, usucapião, arrendamento, etc.
Recomenda-se ao IFPA que: a) Elabore o inventário de bens imóveis no final do exercício; b) Formalize o processo de trabalho relativo à gestão dos imóveis, divulgando entre o pessoal responsável; c) Adote rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis; d) Desenvolva rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob sua responsabilidade, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções; e) Desenvolva rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas; f) Mantenha estrutura de pessoal suficiente para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade e g) Disponibilize estrutura tecnológica adequada e eficiente para gerir os imóveis sob sua responsabilidade.

3.1.1.2 Providenciar a avaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ.
Registrar no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União - SPIU os imóveis da União sob responsabilidade do IFPA informados no Relatório de Gestão que ainda estão sem registro no referido sistema.
Implantar rotinas de programação e de procedimentos relativos à manutenção e conservação das instalações.
Implantar rotinas de vistoria dos imóveis, com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que os mesmos se encontram.
4.2.1.1 Recomendações dispostas de acordo com o código das ocorrências discriminadas na tabela constante na página 49 do referido Relatório de Auditoria da CGU: 30. Informar o valor da remuneração no cadastro do servidor cedido; 31. Desvincular a ação de inclusão de informações na folha de pagamento pelo próprio servidor beneficiário do pagamento, com vistas à devida segregação de funções; 35. Corrigir os códigos e pagamentos das pensões, providenciar os necessários ajustes financeiros e o ressarcimento.
5.2.1.1 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.
5.2.1.2 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e atualizar seus valores no SIASG.
6.1.2.1 e 6.1.2.2 Recomendamos ao Diretor do Câmpus Belém que aprimore seus controles internos, de modo a rejeitar prestações de contas de suprimentos de fundos cujos comprovantes de aplicação dos recursos via CPGF não demonstrem adequadamente os gastos realizados.
6.1.3.2 Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a garantir o fiel cumprimento da legislação, somente utilizando dispensa com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
Instruir adequadamente os processos de Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, com documentos caracterizadores dos **fatos ocasionadores da urgência**, bem como **as consequências prejudiciais** para o caso de não se realizar a contratação – art. 26, I da LLCA.
Atentar ao disposto nos arts. 2º, 24, inciso IV, e 26, parágrafo único, inciso I, todos da Lei nº 8.666/1993, bem como ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.
Atentar para somente realizar contratação tida como emergencial, por dispensa de licitação, em situações onde esteja presente o elemento da **imprevisibilidade** dos acontecimentos futuros, conforme Acórdãos TCU nºs 260/2002, 348/2003, 690/2005 e 771/2005, todos da Segunda Câmara e o nº 343/2008-Plenário.
Abster-se de autorizar dispensa de licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93, sem estarem presentes os elementos caracterizadores da situação de emergência.
6.1.3.3 Fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada em cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Entidade, a nível nacional, face descumprimento do que preceitua o art. 37, inciso II da Constituição Federal, assim como o Acórdão 37/1995 - Segunda Câmara, item 2.1, e parágrafo 2° do art. 1° do Decreto n° 2.271/1997.
Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela inclusão de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do IFPA, em afronta aos dispositivos legais citados anteriormente na recomendação 1.
6.2.2.1 Abster-se de autorizar inexigibilidade de licitação com enquadramento no art. 25 da Lei 8.666/93, com instrução inadequada do processo, de modo a possibilitar verificar se a quantidade/qualidade do objeto contratado são coerentes com a real necessidade do Instituto, assim como a pertinência da inexigibilidade de licitação.
6.2.2.3 Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela falta de compatibilidade da compra realizada com o objetivo/finalidade do Programa/Ação de Governo utilizado para a realização da despesa.
7.1.2.1 Abster-se de autorizar dispensa de licitação com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, sem observar o limite máximo fixado de R$ 8.000,00, para a contratação.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
1.1.3.1 Diretoria de Tecnologia da Informação 1.1.3.2 Diretoria de Tecnologia da Informação 3.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração 3.1.1.2 Pró-Reitoria de Administração 4.2.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas 5.1.1.1 Gabinete da Reitoria 5.1.1.1 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 5.1.1.1 Diretoria-Geral do Câmpus Castanhal 5.2.1.1 Diretoria-Geral do Câmpus Santarém 5.2.1.1 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 5.2.1.1 Diretoria-Geral do Câmpus Tucuruí 5.2.1.2 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.1.2.1 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.1.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Belém	

6.1.3.2 Pró-Reitoria de Administração 6.1.3.2 Diretoria-Geral do Câmpus Abaetetuba 6.1.3.2 Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.1.3.3 Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.1.3.3 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.1 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Belém 6.2.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Castanhal 6.2.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Tucuruí 6.2.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Rural Marabá 6.2.2.2 Diretoria-Geral do Câmpus Breves 6.2.2.3 Diretoria Geral do Câmpus Belém 7.1.2.1 Gabinete da Reitoria	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	241567	3.1.1.2 3.1.1.3 3.1.1.4	Ofício nº 28.177/2014/ CGU-Regional/PA/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

3.1.1.2 (1) Apresentar laudo técnico para avaliar se a telha utilizada atende às necessidades do Instituto Federal. (2) Caso o laudo comprove a inadequação do material empregado, acionar a Empresa Laje Construções Ltda. para refazer o serviço com o emprego dos materiais previstos em contrato. (3) Se verificada a impossibilidade de troca da telha pela empresa contratada, instaurar procedimento administrativo visando apuração de responsabilidades face às irregularidades constatadas.
3.1.1.3 Instaurar procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidades pela omissão do dever de adotar as penalidades previstas em contrato diante do atraso injustificado da empresa.
3.1.1.4 (1) Apresentar laudo técnico para avaliar se o concreto utilizado atende às especificações técnicas previstas no contrato, sem prejuízo de adoção das medidas cabíveis após a emissão do referido documento. (2) Instaurar procedimento administrativo visando a apuração de responsabilidades face às irregularidades constatadas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
3.1.1.2 PRODIN/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (DINF) 3.1.1.3 Reitoria/Gabinete 3.1.1.4 PRODIN/Diretoria de Engenharia e Infraestrura (DINF)	

Justificativa para o seu não Cumprimento

3.1.1.2 (1) Por ser um trabalho que exige estudos técnicos, com necessidade de solicitação de amostras e especificação de fornecedores de telhas, observação e testes de escoamento e resistência, a Comissão só concluirá e apresentará o laudo técnico no dia 27/02/2015. (2) É imprescindível a obtenção do laudo técnico para assegurar que o Reitor possa notificar a empresa Laje Construções Ltda quanto à necessidade de substituir as telhas. (3) A recomendação condiciona à emissão do laudo e à resposta da empresa antes da adoção de procedimentos para apurar responsabilidades em função da não conformidade técnica, mas isso ainda não é possível afirmar.
3.1.1.3 (1) Após recebimento de resposta de consulta feita à AUDIN, verificamos que a constatação enseja imediata ação, e que a dúvida esclarecida se confundia com a obtenção e atraso do objeto. O procedimento de apuração de responsabilidades diante da omissão de agente em punir a empresa pelo atraso injustificado da obra será instaurado através de solicitação ao Magnífico Reitor.
3.1.1.4 (1) A Comissão constituída ainda não finalizou os trabalhos, que exigem estudos técnicos especializados com

necessidade de observação, ensaios e testes específicos de resistência do concreto. A Comissão aguarda resultados dos laboratórios para emitir laudo técnico. (2) É imprescindível a obtenção do laudo para assegurar que o Reitor possa notificar a empresa Laje Construções Ltda e instaure procedimento administrativo para apurar responsabilidades, caso se comprove ineficiência do concreto, entretanto isso ainda não é possível acontecer.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

3.1.1.2 Deve ser elaborado pela DINF
3.1.1.3 Deve ser elaborado pela DINF em conjunto com o Gabinete
3.1.1.4 Deve ser elaborado pela DINF

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305875/CGU - 2012	2.2.1.2 2.2.2.2 2.2.2.4 3.1.1.1 3.1.2.1 3.1.2.1 3.2.1.1	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA	100917

Descrição da Recomendação

2.2.1.2
(1)Criação de normativos definindo procedimentos de produção, organização e guarda de papéis de trabalho.
2: Que seja adequada a força de trabalho da Auditoria Interna.
2.2.2.2
(2) Considerando que não foi feita junto aos servidores a exigência de entrega das declarações de bens e rendas, conforme estabelecido no artigo 13 da Lei nº 8.429/92,nem mesmo a de autorização para acesso à declaração entregue à Receita Federal, nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 6 de setembro de 2007, de forma tempestiva, cabe a orientação de exigir a autorização de acesso à declaração entregue à Receita Federal ou a entrega
da declaração de bens e rendas.
2.2.2.4
(1) Que sejam adotadas providências para o registro tempestivo dos processos no sistema CGU-PAD.
(2) Que sejam estabelecidos normativos internos que regulem a sistemática de registros dos processos no Sistema CGU-PAD.
3.1.1.1
Que seja determinado o retorno imediato dos servidores que se encontrem em situação de afastamento irregular.
3.1.2.1
Que sejam obedecidos os prazos estabelecidos pelo TCU para digitação dos atos de pessoal no sistema SISAC.
3.2.1.1
(1) Corrigir as inconsistências identificadas, adotando as providências pertinentes quanto a ajustes nos cadastros, levantamento de valores a recolher e reposição ao erário, quando pertinentes.
(2) Estabelecer procedimentos para verificação da consistência dos registros nos sistemas corporativos.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
2.2.1.2 Auditoria Interna 2.2.2.2 Diretoria de Gestão de Pessoas 2.2.2.4 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional 3.1.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas 3.1.2.1 Diretoria de Gestão de Pessoas 3.2.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas	

Justificativa para o seu não Cumprimento

2.2.1.2
(1) Constará do Manual de Auditoria Interna do IFPA que está em fase de elaboração com previsão para conclusão em 31/12/2015.
(2) Proposta de atendimento adstrita ao Gabinete da Reitoria em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas
2.2.2.2
1:Inicialmente, conforme informado ao TCU através do envio do Relatório de Gestão 2013 em 31/03/2014. Foi constatado

que do quantitativo de servidores existentes na instituição aquela época, 33,96% do total apurado não haviam entregue os documentos solicitados dentro do prazo estipulado por esta DGP. Contudo, em razão de reiteradas cobranças junto aos Câmpus faltosos no sentido de regularização dessas pendências. Este índice elevado não mais perdura, tendo havido uma redução bastante significativa quanto as pendências existentes. Atualmente os esforços no sentido da regularização não cessaram e se mantém de forma permanente, inclusive com a criação de um calendário anual para atualização das declarações de bens e valores apresentados anualmente pelos servidores do IFPA, promovendo gradativamente a substituição dessas declarações de bens e valores - (IRPF) pelas autorizações de acesso nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 6 de setembro de 2007. Substituindo dessa forma o exaustivo controle anual pela manutenção em pasta funcional da autorização de acesso. A qual já vem sendo solicitada inclusive quando do momento da posse dos novos servidores. Em caso de não atendimento na entrega dos documentos solicitados, tais ocorrências são levadas ao conhecimento da autoridade máxima do Órgão com indicação de instauração de PAD conforme estabelece o §º3 do art.3º da Lei 8.429 de 1992 e art. 5º do decreto 5.483/05.

2.2.2.4

(1) Em 04/12/2014 foi elaborada minuta de norma sobre a política de uso do sistema CGU-PA, no âmbito do IFPA, cuja proposta será analisada e, se necessário, proceder aos ajustes; em seguida, aprovada pela Administração Superior desta Entidade mediante expedição de portaria, que possibilitará a o gerenciamento das informações e a inserção dos dados, de forma adequada, no sistema.

(2) Será atendido na forma proposta acima.

3.1.1.1

Quanto aos servidores evidenciados no citado relatório cabem os seguintes relatos: matrícula nº0990129 - servidor já retornou ao IFPA; matrícula nº2458382- servidor já retornou; matrícula nº1017173-servidora redistribuída para o IFAP; matrícula nº0273450 - servidora já retornou ao IFPA. Como podemos observar, esta deficiência já vem sendo sanada não apenas com o retorno dos servidores que estavam em situação de afastamento, mas através do correto dimensionamento da necessidade de mão-de-obra frente as demandas internas e com o consequente ingresso de novos servidores através de concurso público. Ainda nesse sentido de melhor equilibramos a relação trabalho x quantitativo de pessoal, são realizados sempre que necessários, processos de remoção interna conforme necessidade das unidades administrativas e interesse dos servidores da instituição na movimentação.

3.1.2.1

Atualmente todas as pendências observadas e evidenciadas neste relatório de auditoria e referentes aos processos de admissão, aposentadoria e pensão civil já foram registrados no SISAC, não mais existindo pendências quanto ao registro dessas ocorrências. Atualmente, com a centralização dessas ações no âmbito da DGP/REITORIA, foi criado um novo fluxo de registro e controle desses tipos de processos, incluindo como etapa final o repasse de informações de forma tempestiva a AUDIN. Informamos ainda a emissão do memorando circular nº34/2014. Onde a DGP informa a todas as unidades descentralizadas de ensino a centralização do procedimento de posse dos novos servidores no âmbito da DGP/REITORIA, com o consequente e tempestivo registro no SISAC.

3.2.1.1

Ocorrência: Servidores/instituidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e estão recebendo proventos integrais. Em consulta ao sistema SIAPE, foi confirmado que a servidora MARIA JOAQUINA DA SILVA BEZERRA, SIAPE 0272903, está aposentada compulsoriamente com proventos proporcionais de acordo com o art. 186, II da Lei 8112/90, desde 31/05/1999. A proporção dos proventos ainda está 30/30 avos, razão pela qual a DGP/IFPA expediu o Memorando 621/2014-DGP, de 01/12/2014, autuado no Processo Administrativo 23051.021517/2014-46, atualmente em tramitação no Câmpus Belém, com o objetivo de que aquele Câmpus revise os proventos da aposentada, sanando a inconsistência apresentada, e devolva cópia dos autos a DGP. Ocorrência: Servidores com parcela de devolução ao erário interrompida ou prazo e/ou valor alterados - servidor. Em consulta ao sistema SIAPE, foi verificado que o servidor ROSINALDO FERREIRA AMORAS, SIAPE 1074337, descontava na folha de julho/2009, a rubrica 145-REP.ERARIO L.8112/90-10486/02, pela qual o servidor devolvia mensalmente o valor de R$ 533,52. Com o falecimento do servidor, a rubrica foi interrompida em julho/2009 e não encontramos, na ficha financeira do período de mar/2010 a dez/2014, nenhuma rubrica de reposição ao erário na matrícula da pensionista ROSEMARY LOPES BORGES, SIAPE 05248248, única beneficiária vitalícia da pensão civil. Razão pela qual esta DGP expediu o Memorando 619/2014-DGP, de 01/12/2014, para que o Câmpus Castanhal providencie a reposição ao erário e sane a inconsistência, devolvendo a DGP, cópia dos autos; Ocorrência: Pensões concedidas após 19-02-2004 cadastradas no SIAPE em tipos menores que 52. Em consulta ao sistema SIAPE, foi confirmado que a pensionista MARIZA LIMA FERREIRA, SIAPE 4615441, ainda está com sua pensão no tipo “13-LEI 8112/90”, onde deveria estar no tipo “54-LEI 8.112/1990 - EC 41/2003 - LEI 10.887/2004”, ou no tipo “57-EC 47/2005 E EC 70/2012 – PARIDADE” (caso o servidor tivesse se aposentado pelas EC 47 ou 70/2012), visto que o falecimento do servidor MANOEL NERY FERREIRA FILHO foi em 13/12/2004. Pelo exposto, esta DGP expediu o Memorando 617/2014-DGP, de 27/11/2014, autuado no Processo Administrativo 23051.021510/2014-24, atualmente em tramitação no Câmpus Belém, com o objetivo de que aquele Câmpus revise a pensão civil, corrigindo o código do tipo com o devido ressarcimento se for caso, e devolva cópia dos autos a DGP com a inconsistência sanada. Ocorrência: Instituidores de pensão sem pensionista ou com pensionista excluído. Todas essas inconsistências já foram sanadas na folha de Nov/2014, na qual foram excluídas as fichas financeiras dos SIAPE supracitados.

2:A atual Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPA, à medida que vai tomando conhecimento das ocorrências sinalizadas pela AUDIN/IFPA e demais órgãos externos, a exemplo das citadas acima, vem buscando através de periódicas extrações e tratamento de dados no sistema SIAPE identificar casos semelhantes as ocorrências já suscitadas pelos órgãos de controle.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

2.2.1.2 Devido à insuficiência de auditores a recomendação será atendida em 2015 devendo constar do Manual de Auditoria Interna
2.2.2.2 Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas
2.2.2.4 Deve ser elaborada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
3.1.1.1 Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas
3.1.2.1 Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas
3.2.1.1 Deve ser elaborada pela Diretoria de Gestão de Pessoas

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório de Auditoria nº 201315791	1.1.1.2 1.1.1.3 1.1.1.4	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA	100917

Descrição da Recomendação

1.1.1.2 Que sejam demonstrados os critérios para definição do escopo dos trabalhos, incluindo informações no que tange à materialidade, criticidade e relevância na seleção dos processos escolhidos para análise.
1.1.1.3 Que o escopo das auditorias do exercício 2014 seja definido de forma mais objetiva, para facilitar a avaliação do cumprimento das metas definidas, a exemplo, como boa prática, podem ser definidos os percentuais por Câmpus.
1.1.1.4 Que a auditoria interna preveja em suas ações o acompanhamento tempestivo do atendimento das recomendações por ela expedidas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
1.1.1.2 Auditoria Interna. 1.1.1.3 Auditoria Interna 1.1.1.4 Auditoria Interna	

Justificativa para o seu não Cumprimento

1.1.1.2 Devido a insuficiência de pessoal, agravada pela rotatividade de técnicos que solicitam exoneração, a AUDIN se compromete a atender essa recomendação nos trabalhos que serão realizados em 2015.
1.1.1.3 Mesmo com as sucessivas mudanças no quadro técnico da AUDIN, devido aos pedidos espontâneos de exoneração do cargo, a AUDIN iniciou o procedimento em 2014 e aperfeiçoará em 2015.
1.1.1.4 O acompanhamento será nas modalidades à distância e presencial. Tal acompanhamento será previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2015.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O fator que mais dificultou a implementação tempestiva adiando-a para 2015, deve-se a insuficiência de auditores, associado a pedidos espontâneos de nomeação ainda na fase de formação e treinamento, e redistribuição sem reposição do cargo.

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório de Auditoria nº 201315831	1.1.1.5 1.1.1.6	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

1.1.1.5 Implementar controles internos referentes às atividades da AUDIN, em especial no que diz respeito ao acompanhamento da realização das ações de auditoria interna previstas no PAINT e a demonstração do efetivo quantitativo de HH despedido em cada atividade.

1.1.1.6
(1)Buscar junto ao MEC a disponibilização de novas vagas para o fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna do instituto, tanto para o quadro técnico (auditores) quanto para o quadro de apoio administrativo, definindo um cronograma de ingresso de servidores minimamente compatível com as dimensões do IFP, em atendimento ao contido no art.14 do Decreto nº 3.591/2000.
(1) Realizar, após a homologação do resultado do resultado final do concurso público, a contratação dos 2 (dois) novos auditores para reforçar o quadro técnico da Unidade de Auditoria Interna do IFPA.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
1.1.1.5 Auditoria Interna 1.1.1.6 Auditoria Interna	

Justificativa para o seu não Cumprimento

1.1.1.5Dada a insuficiência de pessoal, agravada pela rotatividade de técnicos pelos pedidos espontâneos de desligamento, a AUDIN se compromete a atender essa recomendação nos trabalhos que serão realizados em 2015.
1.1.1.6
(1)Mesmo com a realização de concursos públicos durante o intervalo de 2013 e 2014, o Gabinete da Reitoria em conjunto com a DGP está trabalhando no redimensionamento do quantitativo de vagas para os cargos técnico administrativos, proposta esta que foi encaminhada ao MEC, como solicitação de novos códigos de vagas. Para tanto, estamos aguardando a liberação dos referidos códigos, para execução de novo concurso público para a carreira técnico-administrativa.
(2) Mesmo com a realização de concursos públicos durante o intervalo de 2013 e 2014, o Gabinete da Reitoria em conjunto com a DGP está trabalhando no redimensionamento do quantitativo de vagas para os cargos técnico administrativos, proposta esta que foi encaminhada ao MEC, como solicitação de novos códigos de vagas. Para tanto, estamos aguardando a liberação dos referidos códigos, para execução de novo concurso público para a carreira técnico-administrativa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quanto à recomendação constante do item 1.1.1.5 a AUDIN iniciou no final de 2014 e aperfeiçoará em 2015. O fator principal para a falta de consolidação em 2014 está vinculado é devido a insuficiência quantitativa de auditores.

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório de Demandas Externas nº 00190.032347/2009-78	2.1.1.2 3.1.1.1 3.1.1.2	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

2.1.1.2
(1) Instaurar o devido processo de Tomada de Contas Especial, diante da violação do dever de a ONG prestar contas ao IFPA dos recursos recebidos, em não observância ao parágrafo único do art. 70 da Constitucional Federal, art. 67 da Lei nº 8.666/93 e art. 93 do Decreto-lei nº 200/67.
(2) No prazo de 60 dias, apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas, especialmente quanto à: (i) celebração de convênio com ONG desabilitada para o exercício de atividades educacionais; (ii) celebração de convênio sem o prévio exame da procuradoria jurídica da Entidade; (iii) pela infringência aos princípios da universalidade e da unidade de tesouraria; (iv) inexistência de controles adequados sobre a movimentação dos recursos sob custódio da ONG; (v) omissão do convenente no dever de prestar contas;(vi) omissão do IFPA no dever de acompanhar e fiscalização a execução do convênio.
(3) Encaminhar cópia do Relatório nº 00190.03234/2009-78 ao MPF para as devidas providências, diante das seguintes evidências: (i) o IFPA outorgou competências institucionais finalísticas à ONG sem amparo legal; (ii) há comprovação de expressa violação aos princípios orçamentários da universalidade e unidade de caixa; (iii) a ONG não prestou contas ao IFPA dos recursos recebidos, na forma do parágrafo único do art. 70 da Constitucional Federal e art. 93 do Decreto-lei nº 200/67.
3.1.1.1 Encaminhar cópia do Relatório nº 00190.032347/2009-78 ao MPF para as devidas providências, uma vez que há indícios de que a ONG atua de forma irregular.
3.1.1.2 Encaminhar cópia do Relatório nº 00190.032347/2009-78 ao MPF para as devidas providências, uma vez que os bens adquiridos pela ONG não foram totalmente integralizados ao patrimônio da concedente.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
2.1.1.2 Gabinete da Reitoria 3.1.1.1 Gabinete da Reitoria 3.1.1.2 Gabinete da Reitoria	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
2.1.1.2 (1) Os presentes processos que estão em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhados por meio de relatório da Auditoria Interna, estão em curso de análise administrativa e respectiva abertura dos processos de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. (3) Os presentes processos que estão em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhados por meio de relatório da Auditoria Interna, estão em curso de análise administrativa e respectiva abertura dos processos de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. (3) Os presentes processos que estão em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhados por meio de relatório da Auditoria Interna, estão em curso de análise administrativa e respectiva abertura dos processos de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. Adicionalmente, em virtude dos trabalhos realizados em processo de intervenção do Ministério da Educação no IFPA, a gestão está em fase transitório e compromete-se em apresentar durante o ano de 2015 um relatório descritivo dos procedimentos investigativos, bem como das Tomadas de Contas Especiais. 3.1.1.1 Os processos que envolvem o presente relato serão analisados administrativamente com a respectiva abertura dos processos investigativos e maior celeridade no ano de 2015. Adicionalmente, em virtude dos trabalhos realizados em processo de intervenção do Ministério da Educação no IFPA, a gestão está em fase transitório e compromete-se em apresentar durante o ano de 2015 um relatório descritivo dos procedimentos investigativos, bem como das Tomadas de Contas Especiais. 3.1.1.2 Os processos que envolvem o presente relato serão analisados administrativamente com a respectiva abertura dos processos investigativos e maior celeridade no ano de 2015. Adicionalmente, em virtude dos trabalhos realizados em processo de intervenção do Ministério da Educação no IFPA, a gestão está em fase transitória e compromete-se em apresentar durante o ano de 2015 um relatório descritivo dos procedimentos investigativos, bem como das Tomadas de Contas Especiais.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
2.1.1.2 Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria 3.1.1.1 Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria 3.1.1.2 Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
08	Relatório de Demandas Externas nº 00213.000006/2011-42	2.1.1.1 2.1.1.2 2.1.1.3 2.1.1.4 2.1.1.5 2.1.1.6 2.1.1.7 2.1.1.8 2.1.1.9 2.1.1.10 2.1.1.11 2.1.1.12 3.1.1.1 3.1.1.2 3.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917

Descrição da Recomendação	
2.1.1.1 Elaborar dentro de 60 dias, plano de ação para aprimoramento dos controles internos administrativos sobre a celebração de parcerias do IFPA com entidades não governamentais, definindo quem são os responsáveis, metas, prazos, descrições e orçamentos. 2.1.1.2 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.3 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.4 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.5 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.6 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.7 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.8 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.9 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.10 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 2.1.1.11 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.12 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 3.1.1.1 Encaminhar o relatório 00213.000006/2011-42 ao Ministério Público Estadual para que este adote as medidas cabíveis no seu campo de fiscalização. 3.1.1.2 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso. 3.1.1.3 Adotar as medidas administrativas com o objetivo de que seja promovido o ressarcimento dos recursos ao erário. Esgotadas as medidas administrativas, promover a instauração de tomadas de constas especial, se for o caso.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
2.1.1.1 Gabinete da Reitoria 2.1.1.2 Gabinete da Reitoria 2.1.1.3 Gabinete da Reitoria 2.1.1.4 Gabinete da Reitoria 2.1.1.5 Gabinete da Reitoria 2.1.1.6 Gabinete da Reitoria 2.1.1.7 Gabinete da Reitoria 2.1.1.8 Gabinete da Reitoria 2.1.1.9 Gabinete da Reitoria 2.1.1.10 Gabinete da Reitoria 2.1.1.11 Gabinete da Reitoria 2.1.1.12 Gabinete da Reitoria 3.1.1.1 Gabinete da Reitoria 3.1.1.2 Gabinete da Reitoria 3.1.1.3 Gabinete da Reitoria	

Justificativa para o seu não Cumprimento
2.1.1.1 Em 16/06/2014 a AUDIN orientou o Reitor, por meio de despacho constante do proc. 23051.007726/2014-87 a adotar, de imediato, as providências recomendadas em relação aos itens 2.1.1.1; 2.1.1.11 e 3.1.1.1. Quanto aos demais itens a AUDIN elaborou minuta de consulta para o Reitor assinar Ofício ao Diretor de Auditoria da Área Social da SFCI, solicitando orientações visando ao atendimento pelo IFPA dos demais itens. O Reitor aceitou a sugestão da AUDIN e encaminhou consulta por Ofício nº 211/2014-GAB/REITORIA, de 25/07/2014, ao Sr. José Gustavo L. Roriz, Diretor de Auditoria da Área Social da SFCI. 2.1.1.2 O presente processo que está em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhado por meio de relatório da Auditoria Interna, está em curso de análise administrativa e respectiva abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. 2.1.1.3 O presente processo que está em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhado por meio de relatório da Auditoria Interna, está em curso de análise administrativa e respectiva abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. 2.1.1.4 O presente processo que está em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhado por meio de relatório da Auditoria Interna, está em curso de análise administrativa e respectiva abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. 2.1.1.5 O presente processo que está em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhado por meio de relatório da Auditoria Interna, está em curso de análise administrativa e respectiva abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. 2.1.1.6 O presente processo que está em administração pelo Gabinete da Reitoria e Assessoria Executiva do Gabinete, encaminhado por meio de relatório da Auditoria Interna, está em curso de análise administrativa e respectiva abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Neste contexto, os setores envolvidos do IFPA iniciaram os procedimentos em 2014, com previsão de maior celeridade em 2015, tendo em vista o quantitativo elevado de processos referentes à natureza em questão. 2.1.1.7 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a DGP e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.8 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.9 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.10 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.11 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e o Gabinete da Reitoria. 2.1.1.12 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a DGP e o Gabinete da Reitoria. 3.1.1.1 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa do Gabinete da Reitoria. 3.1.1.2 Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a DGP e o Gabinete da Reitoria. 3.1.1.3

Processos referentes à natureza em questão estão sob investigação administrativa em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão e o Gabinete da Reitoria.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório de Ação de Controle – Fiscalização nº 241567	3.1.1.2 3.1.1.3 3.1.1.4	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

3.1.1.2
(1) Apresentar laudo técnico para avaliar se a telha utilizada atende às necessidades do Instituto Federal.
(2) Caso o laudo comprove a inadequação do material empregado, acionar a Empresa Laje Construções Ltda. para refazer o serviço com o emprego dos materiais previstos em contrato.
(3) Se verificada a impossibilidade de troca da telha pela empresa contratada, instaurar procedimento administrativo visando a apuração de responsabilidades face às irregularidades constatadas.
3.1.1.3
Instaurar procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidades pela omissão do dever de adotar as penalidades previstas em contrato diante do atraso injustificado da empresa.
3.1.1.4
(1) Apresentar laudo técnico para avaliar se o concreto utilizado atende às especificações técnicas previstas no contrato, sem prejuízo de adoção das medidas cabíveis após a emissão do referido documento.
(2) Instaurar procedimento administrativo visando a apuração de responsabilidades face às irregularidades constatadas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
3.1.1.2 Gabinete da Reitoria 3.1.1.3 Gabinete da Reitoria 3.1.1.4 Gabinete da Reitoria	

Justificativa para o seu não Cumprimento

3.1.1.2 (1) Por ser um trabalho que exige estudos técnicos, com necessidade de solicitação de amostras e especificação de fornecedores de telhas, observação e testes de escoamento e resistência, a Comissão só concluirá e apresentará o laudo técnico no dia 27/02/2015. (2) É imprescindível a obtenção do laudo técnico para assegurar que o Reitor possa notificar a empresa Laje Construções Ltda quanto a necessidade de substituir as telhas. (3) A recomendação condiciona à emissão do laudo e à resposta da empresa antes da adoção de procedimentos para apurar responsabilidades em função da não conformidade técnica, mas isso ainda não é possível afirmar.
3.1.1.3 (1) Após recebimento de resposta de consulta feita à AUDIN, verificamos que a constatação enseja imediata ação, e que a dúvida esclarecida se confundia com a obtenção e atraso do objeto. O procedimento de apuração de responsabilidades diante da omissão de agente em punir a empresa pelo atraso injustificado da obra será instaurado através de solicitação ao Magnífico Reitor.
3.1.1.4 (1) A Comissão constituída ainda não finalizou os trabalhos, que exigem estudos técnicos especializados com necessidade de observação, ensaios e testes específicos de resistência do concreto. A Comissão aguarda resultados dos laboratórios para emitir laudo técnico. (2) É imprescindível a obtenção do laudo para assegurar que o Reitor possa notificar a empresa Laje Construções Ltda e instaure procedimento administrativo para apurar responsabilidades, caso se comprove ineficiência do concreto, entretanto isso ainda não é possível acontecer.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Deve ser elaborada pelo Gabinete da Reitoria; sendo que o item 31.1.2 deve ser em conjunto com a PRODIN/Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (DINF)

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 104: Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	780		
	Não cumpriram a obrigação	12		

Fonte: DGP/IFPA

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Como ação da Diretoria de Gestão de Pessoas em atendimento ao cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93, no sentido de regularização da situação de entrega das Declarações Bens e Rendimentos ou Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual, esta Diretoria de Gestão de Pessoas informa que enviou em 23/12/2014 novo comunicado a todos os Coordenadores de Recursos Humanos lotados nos Câmpus de Origem para regularização de suas pendências até 15/02/2015. Essas ações foram comunicadas a todos os Câmpus, cujos resultados foram: 780 servidores entregaram os documentos solicitados, que corresponde a um percentual de 98,48% do total apurado, já o número de servidores que não entregaram suas Declarações ou Autorizações é de 12 servidores, que corresponde ao percentual de 1,52% do total apurado. Ressaltamos que o total apurado é de 792 servidores que corresponde ao total de100%, como podemos verificar essa diminuição no percentual de entrega das Declarações ou Autorizações, é devido ao trabalho realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, junto aos Câmpus para conscientizar os servidores de suas obrigações em entregar essas Declarações ou Autorizações.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

As medidas adotadas em caso de dano ao erário envolvem notificações aos responsáveis pelo ato, com a respectiva emissão da GRU para o ressarcimento do dano. Não havendo resposta à notificação e respectivo cumprimento do ressarcimento inicia-se o Processo de Tomadas de Contas Especiais, quando se trata de valores acima de R$ 75.000,00.

No ano de 2014, a gestão máxima do IFPA procedeu à instauração de apenas 01 tomada de contas especial, decorrente da omissão do dever de prestar contas, convênio nº 084/2009 firmado entre o IFPA e o Ministério da Ciência e Tecnologia, originando o processo 23051.015037/2014-46, tendo sido o processo de TCE encaminhado à CGU em fevereiro de 2015.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 105: Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio**, CPF nº **059.842.892-53**, **Assistente em Administração**, exercido na **Reitoria do IFPA** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 20 de Março de 2015.

Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio

059.842.892-53

Coordenadora de Contratos e Convênios/IFPA

Fonte: PROAD/IFPA

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBCT 16.10;

O IFPA não realiza o registro da depreciação, amortização e exaustão.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima;

A justificativa para não realização do respectivo registro é a falta de um sistema de informática (SIG - Sistema Integrado de Gestão) que possa realizar com segurança e precisão os cálculos necessários para os eventuais registros, observando que tal sistema encontra-se em desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação IFPA.

Ressaltamos que segundo informações prestadas pela Pró-Reitoria de Administração, paralelamente às providências relativas à implantação do sistema de informática pela DTI, a PROAD vem realizando a implantação do Programa Integrado de Patrimônio e Administração de Contratos e levantamento do Inventário Geral do IFPA, ações que são complementares e necessárias ao cumprimento das NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Ainda não aplicada. Necessitará ser compatibilizado com o SIG (Sistema Integrado de Gestão) quando implantado.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Ainda não aplicada. Necessitará ser compatibilizado com o SIG (Sistema Integrado de Gestão) quando implantado.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

Ainda não aplicada. Serão aplicadas pelo SIG (Sistema Integrado de Gestão) quando implantado.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Ainda não aplicada. Necessitará ser compatibilizado com o SIG (Sistema Integrado de Gestão) quando implantado.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

Ainda não é possível mensurar, será possível apurar apenas após a implantação do SIG (Sistema Integrado de Gestão).

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Relatamos que no exercício contábil de 2014 não ocorreu a apuração de custos dos programas, justificado pela falta de disponibilidade sistema de informática que pudesse dar esse suporte, visto que o SIAFI ainda se encontra em fase de ajustes, no que diz respeito a esse módulo.

12.3 Conformidade Contábil

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) **descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pelo realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade**

A conformidade contábil no âmbito do IFPA é realizada pelas unidades gestoras, em regra, pelas Coordenações de Contabilidade dos Câmpus. Na UG 158135, é realizada mediante análise das restrições pela Diretoria Financeira e registro pela Coordenação Central de Contabilidade.

O meio para consulta disponível às Unidades Gestoras para análise, regularizações e registros quanto às possíveis restrições ocorridas é o SIAFI, de onde é possível identificar a incidência de ocorrências restritivas , como, por exemplo, falta/restrição de conformidade de gestão, devolução de ordem bancária, falta/ evolução incompatível depreciação do ativo imobilizado, etc.

As unidades gestoras executoras no exercício de 2014 foram as seguintes: 158135, 158306, 158307, 158308, 158481,158506, 158507, 158508, 158509, 158512, 158518 e 158567. Ressaltando que a observação à segregação de função no processo de registro da conformidade é parcialmente

atendida, motivado principalmente pela falta de servidores suficientes para realização das atividades de rotina do Órgão, que fazem com que algumas vezes o responsável pela conformidade contábil seja o mesmo servidor que executa os lançamentos no SIAFI.

b) **Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício**

As ocorrências em nível de Câmpus durante o exercício de 2014 foram as seguintes: 302, 315, 318, 319, 603, 624, 634, 640, 642, 643, 674 e 677; em nível de Órgão: 634 e 642.

c) **Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.**

Em nível de Órgão, a ocorrência não sanada até o final do exercício de 2014 foi a seguinte: -642-Falta/Evolução incompatível depreciação do ativo imobilizado.

O fator que levou ao não saneamento dessa ocorrência foi a não implantação do SIG (Sistema Integrado de Gestão). Ressaltando que a falta de implantação do SIG é a principal justificativa para as ocorrências dos Câmpus, que dentre outras funções será responsável pelo cálculo de depreciação, conforme deliberado pela Gestão do IFPA.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração com Ressalva

Quadro 106: Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	158135

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) **Conta199130000–**Diversos Responsáveis em Apuração: Apresenta o total de R$17.932,04, sendo referente ao CâmpusCastanhal:R$1.241,00eCâmpusBelém:R$16.691,04. Tais valores datam do exercício de 2009, referente às antigas Unidades Gestoras, Escola Agrotécnica de Castanhal e CEFET e dizem respeito à multa e juros sobre pagamento efetuado sem atraso e pendência na prestação de contas de suprimento de fundos, respectivamente;

b) **Conformidade de Registro de Gestão –**Diversas Unidades Gestoras deixaram de realizar análise e registro da Conformidade de Gestão, mesmo o SIAFI emitindo semanalmente mensagem automática de alerta aos responsáveis pela execução da tarefa quanto da necessidade do registro, sendo que a frequente falta de realização da Conformidade Gestão é fator que atua de forma negativa do que diz respeito a fidedignidade das Demonstrações Contábeis;

c) **Conformidade Contábil –** O Órgão durante todo o exercício de 2014 teve sua Conformidade Contábil registrada "COM RESTRIÇÃO", sendo os principais tipos de ocorrências de ordem patrimonial, por exemplo, falta de depreciação, descontrole dos bens móveis e imóveis, motivado principalmente pela falta de disponibilidade de sistemas de informáticas que deem suporte a realização de tal controle, o prejudica a regular emissão não só RMB, mas também do RMA;

d) Depreciação/Amortização/Exaustão –O Órgão não realizou no exercício de 2014 o cálculo e respectivo registro de depreciação, amortização e exaustão, justificado pelo fato de encontrar-se realizando ajustes em seu patrimônio, motivado por um descontrole ocorrido quando da sua criação e devido ainda não possuir sistema de informática implantado que realize os cálculos necessários para o caso. Ressaltando que tal pendência compromete o cumprimento de outras obrigações legais, como por exemplo: eventuais lançamentos da reavaliação, redução a valor recuperável, baixa de bens inservíveis. Portanto, tal pendência do Órgão compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis, mais especificamente do Ativo Permanente do Balanço Patrimonial;

e) SPIUNET x SIAFI –Seus saldos não são fidedignos, justificado principalmente pela diferença na conta contábil:142119100-OBRAS EM ANDAMENTO, cujo saldo não representa a realidade, considerando que desde a criação da Instituição não ocorreu a baixa contábil de diversas obras, já concluídas, pela falta de disponibilidade de documentos que suportem tais lançamentos. Ressaltando que o setor competente do Órgão vem trabalhando para solução do fato, porém, no momento compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis;

f) Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, pela ausência de emissão em alguns Câmpus do RMA – Relatório Mensal do Almoxarifado, que impossibilita a baixa dos materiais consumidos. Ressaltando que ocorrências foram devidamente registradas na Conformidade Contábil do Órgão.

NOTAS EXPLICATIVAS:

I) Tendo em vista a metodologia de trabalho praticada pelo Órgão, principalmente no que diz respeito ao cronograma de elaboração do Relatório de Gestão, as informações orçamentário-financeiro constantes no Relatório de Gestão 2014, informações estas apresentadas pelas PROAD/Diretoria de Planejamento e Orçamento e PROAD/Diretoria Financeira, respectivamente, não puderam ser ratificadas pela Coordenação Central de Contabilidade;

II) A falta de observância da segregação de função em relação aos responsáveis pela realização da conformidade contábil fragiliza o controle interno do Órgão e compromete a fidedignidade das Demonstrações Contábeis;

III) O Instituto Federal do Pará atua de forma descentralizada, possuindo um contador responsável por Unidade Gestora e uma Coordenação Central de Contabilidade;

IV) O Instituto Federal do Pará possui Auditoria Interna, o que é um ponto forte da Instituição e contribui diretamente para garantir a fidedignidade das Demonstrações Contábeis do Órgão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Belém/PA**	**Data**	**24/03/2015**
Contador Responsável	**Reginaldo Tavares Flexa**	**CRC nº**	**014185/O-4-CRC/PA**

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES EXTERNAS - PROEXT

Quadro 107: Variação de custo – RECURSOS DO PRONATEC

Produtos/Serviços PRONATEC	Custo Total de 2014	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2014 com base em 2013	Economia Total em 2014 com base em 2012
		2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012		
DIARIAS SERVIDORES	R$ 542,02							
ASSISTÊNCIA ESTUDANTE	R$ 1.021.947,22							
PASSAGENS	R$ 76.344,40							
AUXILIO SERVIDOR	R$ 1.268.305,64							
MATERIAL DE CONSUMO	R$ 387.055,80							
SERVIÇO . FISICA	R$ 966.224,66							
SERVIÇO P. JURIDICA	R$ 268.430,00							
INSS PATRONAL	R$ 126.220,35							

Fonte: PROEXT/IFPA

Análise

Os custos operacionais do PRONATEC são descentralizados aos Câmpus, de acordo com as vagas pactuadas por cada um. Os Câmpus que são tutelados administrativamente pela Reitoria – Cametá, Parauapebas e Paragominas, têm seus recursos mantidos na Reitoria.

Os Custos do PROEXT-MEC – são descentralizados aos Câmpus de origem dos projetos e estão vinculados à Matriz Orçamentária dos Câmpus.

Os Recursos do PROEXTENSÃO 2014 foram destinados aos Laboratório dos Câmpus, via PROPPG.

PROREITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

A Reitoria do IFPA, através da Pró-Reitoria de Administração - PROAD, desenvolve ações, investindo como trabalho e recursos visando melhorias nas instalações físicas dos cinco novos Câmpus, do Câmpus avançado e do prédio da Reitoria.

As atividades de gestão subsidiaram o desenvolvimento dos diversos objetivos do IFPA, como a ampliação/melhoria não só da estrutura física, mas também dando suporte técnico para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda que os entraves para gerenciar os programas e projetos persistam, a busca de alternativas e parcerias possibilitaram um bom desempenho no ano de 2014. Ficou determinado também o fortalecimento de treinamento e capacitação dos servidores, buscando a eficiência dos processos administrativos e uma melhor otimização dos gastos do IFPA, bem como a implantação de vários módulos do Sistema de Gestão do Planejamento e acompanhamento do módulo Orçamentário, ajudando na tomada de decisão por parte dos gestores.

Na Reitoria, foram adotadas ações como a contratação de empresa de manutenção predial, por meio de adesão ao PE/SRP nº 10/2013 da UFPA, a fim de solucionar problemas de infiltrações

na maioria das salas; rachaduras nos forros de gesso; vazamentos nos banheiros; resgatar o funcionamento do elevador; análise química da água utilizada, haja vista o alto teor de ferro, etc.

Esses serviços resultaram de demandas de servidores que atuam nos diversos setores da Reitoria, com o surgimento de alergias e outros casos de saúde, cujos problemas estavam atingindo a qualidade de vida dos servidores. Foi formalizado processo relatando os problemas estruturais, inclusive com fotografias e diagnósticos realizados pela Diretoria de Infraestrutura.

A partir da disponibilidade orçamentária e a autorização do ordenador de despesa, foram iniciados os trabalhos essenciais para a qualidade e segurança das atividades administrativas desempenhadas pelos servidores lotados nas Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Auditoria Interna, Procuradoria Federal, Gabinete da Reitoria e colaboradores que prestam serviços na Reitoria. Antes do início dos trabalhos de manutenção predial, houve divulgação através de memorando circular da PROAD, comunicando e solicitando a colaboração de todos quanto aos serviços que seriam realizados, os quais iriam atingir todos os setores. Entre outros serviços que ainda estão sendo realizados, foram efetuados a pintura interna e externa do prédio; reformas nos ambientes internos buscando adequar os espaços para as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, com colocações de divisórias; reestruturação na rede elétrica e hidráulica; expansão da rede lógica.

Ressaltamos também, que foram realizadas concorrência para a construção do Pórtico de Entrada e Urbanização da Reitoria e do prédio da EaD, cujas obras iniciaram neste ano de 2015.

Câmpus Castanhal

A Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão - DPPIEX desenvolveu as seguintes atividades no exercício de 2014:

Quadro 108: Consolidação dos Grupos e Núcleos de Pesquisas – Câmpus Castanhal

Núcleo de Estudos e Pesquisas	Grupo de Pesquisas Certificado pelo CNPq
Núcleo de estudos e pesquisas em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária	Grupo de pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária
Núcleo de estudos e pesquisas em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Camponesa	Grupo de pesquisa em Educação do Campo, Agricultura Familiar Camponesa e Sustentabilidade na Amazônia
Núcleo de pesquisa e desenvolvimento em Agropecuária	Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuária
Núcleo de estudos e pesquisas em Tecnologia de Alimentos e Agroindustrialização	Grupo de Pesquisa em Tecnologia de Alimentos e Agroindustrialização
Núcleo de estudos e pesquisas Aplicadas em Pesca e Aquicultura	Pesca e Aquicultura
Núcleo de Educação Profissional, Tecnológica e do Campo	Grupo de pesquisa em Educação do Campo, Agricultura Familiar Camponesa e Sustentabilidade na Amazônia

Fonte: Câmpus Castanhal/IFPA

- Projetos e bolsas de pesquisa e extensão: Bolsas de Integração Ensino-Produção (BIEP):

Em março de 2014, a Diretoria de Pesquisa, por meio da Coordenação de Produção e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, ofertou **60 bolsas no valor de R$ 150,00**, na modalidade BIEP (Bolsa de Integração Ensino-Produção), **objetivando dá suporte aos setores produtivos (Unidades Educativas de Produção)** do Câmpus, bem como oportunizar os discentes de por em ação o conhecimento adquirido em sala de aula.

- Bolsas de iniciação científica do Câmpus Castanhal:

Em Março de 2014, foi publicado o Edital nº 01/2014 da Diretoria de Pesquisa, visando ofertar bolsas de iniciação científica, no valor de R$ 150,00 para os discentes regularmente matriculados do IFPA Câmpus Castanhal de nível médio no valor de R$ 350,00. Todos os projetos inscritos foram contemplados com pelo menos 01 bolsa. Inicialmente foram ofertadas 50 bolsas

para um total de 42 projetos inscritos, e posteriormente, foram ofertadas mais 07 bolsas, de acordo com a disponibilidade orçamentária do Câmpus. Os projetos de iniciação científica contemplados com bolsas no ano de 2014 estão relacionados na planilha abaixo.

Quadro 109: Relação de Projetos de Iniciação Científica do IFPA-Ano 2014 –Câmpus Castanhal

PROJETO DE PESQUISA	ORIENTADOR	NÚCLEO DE PESQUISA	BOLSISTAS
Formas de organização social e da produção articulados com os arranjos produtivos locais de economia solidária na Amazônia.	Adebaro Alves dos Reis	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	José Ricardo Ximendes dos Reis; (Mayane de Souza Barbosa)
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC	Adebaro Alves dos Reis	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Maria Suzane Lavareda de Oliveira; (Amanda Rayana da Silva Santos); Brenda Rayane Gonçalves Ferreira
Diversidade de moscas- das- frutas (*diptera: tephritidae*), seus hospedeiros e parasitoides naturais no município de Castanhal, Pará.	Álvaro Remígio Ayres	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Francimara Rocha dos Santos, Joyce Medeiros Silva
Co-produto do feijão preto na alimentação de ovinos em crescimento. / Degradabilidade in situ da matéria seca de co- produto de feijão preto na alimentação de ovinos.	Alysson de Sousa	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Rodolfo da Silva Pereira
Utilização de Extrato de Nim (*Azadirachtaindica*) e Tucupi (*Manipuera*) como Carrapaticida em vacas leiteiras.	Anderson Magno	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Caroline Martins Rebouças
A territorialidade das mulheres rurais nos empreendimentos solidários do nordeste paraense.	Ângelo Rodrigues de Carvalho	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Beatriz Regina da Silva Santos
O ensino de Informática em Castanhal	Antônio Jorge Paraense da Paixão		Adriane Pimentel Santos, Francisca Janice dos Santos Fortaleza
Adubo vegetal para sistemas de produção da agricultura familiar no nordeste paraense.	Antônio Elson Cunha Cavalcante	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Arnaldo Pantoja dos Santos Filho
Avaliação do uso de extrato etanólico de própolis no crescimento e produtividade e controle da mela (*thanatephorus cucumeris*) da cultura do feijão (*vigna unguiculata (l.) walp.*) na região Amazônica, município de Castanhal, Pará.	Arnaldo Pantoja da Costa	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Dejarian de Sousa Farias; Tatiane Calandrinoda Mata
Unidade Experimental de Meliponicultura (UEM) no IFPA Câmpus Castanhal – Pará.	Bosco Silveira Brito	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Tânia de Sousa Leite; Wellington Ronaldo Corrêa e Corrêa
Caracterização e controle dos principais problemas sanitários da ovinocultura e caprinocultura para produtores em agricultura familiar do município de Castanhal, estado do Pará.	Carlos Alberto de Oliveira Júnior	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Dayane Martins de Almeida
Análise dos custos de produção de mandioca e derivados na cooperativa de agricultores familiares de Terra Alta (COAFTA), comunidade São Lourenço.	Carlos Henrique A. Mancebo	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da	Mauricio Ricardo de Paula Dias

PROJETO DE PESQUISA	ORIENTADOR	NÚCLEO DE PESQUISA	BOLSISTAS
		Amazônia.	
Comportamento ingestivo de Ovino Confinados.	Célia Guimarães	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Lehi Rodrigues de Oliveiro; Marcos Haroldo Reis Lima
Produção de húmus de minhocas vermelhas (*eisenia fhoetidas*) com o uso de resíduos vegetais, no IFPA – Câmpus Castanhal.	Cícero Paulo Ferreira	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Yeda Marley da Cruz Magalhães; Paulo Moraes dos Santos
Adubação orgânica na produção do quiabo (*Abelmoschus esculentus L.)*	Domingos Sávio	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Valmira Bastos Nunes
Co-produto do feijão preto na alimentação de ovinos em crescimento. / Digestibilidade aparente na alimentação de ovinos com concentrado contendo diferentes níveis feijão preto.	Edilson Carvalho	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Jonas Gleidson da Silva Santos
Entre as Histórias e Narrativas Amazônicas: dramatizando os saberes contados e as culturais locais do campo.	Elissuam Souza	Núcleo de Educação Básica e Profissional	Èvila Corrêa Moreira; Alcione Antonia Nascimento de Lima; (Samires Fernandes Piedade)
Controle de qualidade no processamento de polpas de frutas e mapeamento da produtividade na associação dos produtores e produtoras rurais da agricultura familiar do município de Tomé -Açú (APPRAFAMTA).	Ellen Nabiça Rodrigues	Núcleo de Engenharia e Tecnologia de Alimentos	Maria Caroline Pontes da Silva; Jessica de Melo Costa
Voleibol escolar: cooperar para progredir.	Ethiene Cavalléro Barroso	Núcleo de Educação Básica e Profissional	Patrick Sávio Damasceno dos Santos
Carcinocultura em área de várzea: um estudo da viabilidade econômica e de produção voltada a fase de engorda.	Félix Lélis da Silva		Jessica Rodrigues da Silva; Dierlon de Oliveira Lima
Seleção e plantio de espécies para sistemas agrossilvipastoris no IFPA Câmpus Castanhal.	Fernando Sarmento Favacho	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Alex Paulo Martins do Carmo; Lucas Moraes Tokumitsu
Caracterização estrutural e socioeconômica de florestas no estuário amazônico: uma contribuição ao manejo florestal.	Gideão Costa dos Santos	Núcleo de Estudos em Recursos Florestais	Lorena Monteiro da Silva
Avaliação do desempenho agronômico e acúmulo de nutrientes e da amida spilanthol em Jambu (*Acmella oleracea*) sob adubação orgânica.	Gilberta Carneiro Souto	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Dheylon do Nascimento; DamascenoDaniel; Sávio Fernandes Tavares
Avaliação de indicadores da qualidade do solo em áreas sob vegetação natural e cultivos do Câmpus Castanhal do IFPA.	João Tavares Nascimento	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Zaqueu Rodrigues da Poça
Diagnóstico dos sistemas produtivos dos agroextrativistas do município de Igarapé-Miri, Pará.	Klewton Adriano Pinheiro	Núcleo de Estudos em Recursos Florestais	
Açaizeiro irrigado sob diferentes sistemas de manejo, um laboratório de campo.	Luis Nery Rodrigues	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Everton Hudson Castro dos Santos
Conservação da Biodiversidade de Peixes Ornamentais Amazônicos de Importância Econômica: desenvolvendo tecnologias de reprodução e cultivo.	Marcelo Ferreira Torres	Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura	Jessica Maria Lopes dos Santos; Franciele da Silva Costa
Cultivo da mandioca em sistemas consorciados como estratégias de manejo de plantas daninhas.	Maria Grings Batista	Núcleo de Estudos em Agroecologia e	Marcos Antonio Santos das Neves;

PROJETO DE PESQUISA	ORIENTADOR	NÚCLEO DE PESQUISA	BOLSISTAS
		Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Jean Michel da Silva Gualdez
Néctar misto elaborado com resíduos de abacaxi e frutas regionais: elaboração e caracterização.	Maria Regina Joele	Núcleo de Engenharia e Tecnologia de Alimentos	Raniely Foro Ribeiro; Carlos Anderson Sousa de Carvalho
Produção e valor nutritivo do capim elefante (*Pennisetum purpureum, Schum*), sob adubação organomineral no nordeste paraense, Amazônia Oriental.	Marcos Roberto	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	Renan da SilvaBezerra
Implementação de estratégias para o aperfeiçoamento dos arranjos produtivos das unidades familiares de produção de açaí - municipio de Abaetetuba, Pará.	Marzane Souza	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Caio Felipe Santos dos Santos; Leandra Rose Palheta da Silva
Quantificação de estoque de carbono em plantios de açaizeiros no nordeste paraense.	Ricardo Augusto Martins Cordeiro	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	
Implantação de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos em área de produção familiar na Várzea do município de Igarapé-Miri, Pará.	Roberta de Fátima R. Coelho	Núcleo de Estudos em Recursos Florestais	Hevelyn Soares das Chagas
Controle alternativo de fitonematóides em hortaliças no município de Castanhal-PA.	Rosana Cardoso Rodrigues	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Claudio Jamilo Fecury Neto; Kléssya Regeane Cunha Mota Silva
Agricultura Familiar e Políticas Públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em Empreendimentos da Economia Solidária.	Regiara Croelhas Modesto	Núcleo em Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária da Amazônia.	Layse Carolina Pereira Mendes; Lucas Sousa dos Santos
Brincadeiras de roda: a história contada e cantada a partir dos filhos de agricultores do IFPA – Castanhal.	Shirley Silva Nascimento	Núcleo de Educação Básica e Profissional	Williane Jaques Moura; Vinicius Gabriel B. de Jesus
Aproveitamento do soro lácteo na elaboração de doce de leite com doce de cupuaçu (*thebroma grandiflorum, schum*): análise sensorial, cor instrumental, perfil de textura e comportamento reológico.	Suely Cristina Gomes de Lima	Núcleo de Engenharia e Tecnologia de Alimentos	Rafaeli Morais Diniz; Joana Darc Oliveira Teles; Tayse Fernanda do Amaral Siva
Avaliação da qualidade da água de cultivo e de ostras "in natura" na comunidade de Santo Antônio de Urindeua- Salinópolis.	Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	Núcleo de Engenharia e Tecnologia de Alimentos	Ana Keila Silva de Andrade; Jéssica Mariana Bentes Souza
O conhecimento ecológico local de pescadores e a conservação de botos e tartarugas marinhas no litoral paraense – Brasil.	Tiago Pereira Brito	Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura	
Bioponia de hortaliças folhosas a partir de húmus de minhoca e composto orgânico.	Welliton de Lima Sena	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	
Avaliação de diferentes dosagens de adubação NPK na produtividade e qualidade dos frutos de bananeira, BRS conquista, no município de Castanhal, PA.	Willamos Nazareno	Núcleo de Agropecuária (NUPAGRO)	
Potencial agronômico, qualidade nutricional e tolerância ao excesso de água no solo de cultivares crioulas de feijão-caupi cultivadas no estado do Pará.	Willen Santiago	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa – NEA.	Lorena Enedina Corrêa Xavier; Mário Henrique Assunção de Oliveira

Fonte: Câmpus Castanhal

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBICTI, PIBIC E PIBIC Ação Afirmativa:

No início de 2014, o IFPA por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), com o apoio do CNPq, visando apoiar e incentivar a produção acadêmica no Instituto,

bem como a iniciação científica e tecnológica dos discentes, ofertou, através de editais específicos, bolsas de incentivo à iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, através do programa PIBICTI. Ao todo, **10 projetos foram submetidos pelo IFPA Câmpus Castanhal, e 10 foram contemplados com bolsas** desse Programa, e 01 ainda está em processo de avaliação.

- Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - INCUBTEC/IFPA Câmpus Castanhal:

O Programa INCUBITEC/IFPA Castanhal foi iniciado no ano de 2010 e visa promover a transferência de tecnologia social através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, visando o desenvolvimento e inovação de tecnologias e processos voltados para a organização do sócio-produtivo de trabalhadores (as), com foco na autogestão e no desenvolvimento sustentável no meio rural e urbano na Amazônia. O Programa INCUBTEC atende atualmente 25 empreendimentos de economia solidária, garantindo fomento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são realizadas mensalmente pela equipe composta por docentes e discentes do Câmpus Castanhal. A INCUBITEC em 2014trabalhou com **35 bolsistas**, os quais são discentes regularmente matriculados em diversos cursos, tanto do ensino médio técnico quanto de graduação.

- Programa de Educação Tutorial PET Agronomia:

O projeto "Programa de Educação Tutorial (PET) Agronomia" foi aprovado em 2010, através do Edital PET 2010 nº 09 – MEC/SESU, e tem como público alvo os discentes do curso de Engenharia Agronômica do IFPA Castanhal. O PET Agronomia tem a finalidade de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando os estudantes de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã, através de vivências, reflexões e discussões por meio do desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os bolsistas e os demais discentes do curso. O objetivo geral do projeto é promover a formação ampla, integral e de qualidade acadêmica dos estudantes de graduação do Curso de Agronomia. O programa prevê bolsas de estudos pra os alunos de agronomia do Câmpus Castanhal. Em 2014, o projeto conta com **a participação de 12 bolsistas**, que estão desenvolvendo várias atividades previstas no projeto, todas com orientação e supervisão de professores da Instituição.

- Participação em eventos técnico-científicos e publicações:

O Câmpus Castanhal incentiva a participação da comunidade acadêmica em eventos técnico-científicos, seja local ou nacional, bem como a divulgação e publicação da produção científica. Foi incentivada a participação de vários estudantes com valor financeiro disponível de até R$ 1.000,00 reais por estudante, para apresentação de trabalhos científicos.

- Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação e Tecnologia (CONNEPI 2014).

No ano de 2014, foi realizado pela Rede Norte Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, o IX Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte-Nordeste de Educação e Tecnologia (CONNEPI 2014), na cidade de São Luís (MA). O Câmpus Castanhal submeteu e aprovou vários trabalhos de natureza técnico-científica, envolvendo vários discentes do Câmpus, tanto dos cursos de nível médio técnico quanto de nível superior de graduação e pós-graduação.

- Seminário de Iniciação, Científica Tecnológica e Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (SICTI 2014):

No período de 24 a 26/09/2014, foi realizado pelo IFPA o VI Seminário de Iniciação, Científica Tecnológica e Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (SICTI 2014**)**, na cidade de Bragança (PA), e teve como tema "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Combate a Pobreza na Amazônia". O evento congrega a comunidade profissional e acadêmica atuante em nível regional nas suas diversas áreas, promovendo a socialização do conhecimento e a interação entre todos os

que têm interesse na área da Educação Profissional e Tecnológica. O IFPA Castanhal submeteu e aprovou 25 trabalhos de natureza técnico-científica, envolvendo os discentes do Câmpus, tanto dos cursos de nível médio técnico quanto de nível superior.

- Semana de Integração Ciência e Tecnologia SICAT 2014:

O Câmpus Castanhal, desde o final do ano de 2008, quando foi promulgada a Lei 11.892, que redefiniu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passa por processos de mudança nas ações administrativas e pedagógicas.

No ano de 2014 a IV SICAT e a III Feira de Saberes e Sabores, aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de Novembro e foram inscritos mais de 100 trabalhos científicos, que foram apresentados no formato de pôster e oral e foram realizadas inscrições para 20 minicursos e 5 oficinas, além da feira que aconteceu com apresentação de trabalhos dos estudantes, principalmente do ensino médio e dos agricultores familiares de diferentes empreendimentos. Pretende-se com isso, valorizar os aspectos artísticos, socioculturais e ambientais, assim como o intercâmbio entre diversos setores e Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações de Produtores Rurais, Movimentos Sociais, Empresas afins e a comunidade em geral. O IFPA Câmpus Castanhal almeja que a SICAT e a Feira de Saberes e Sabores se consolidem como um espaço de diálogo entre o conhecimento técnico científico e os saberes tradicionais das populações da Amazônia, que se encontram representadas na instituição. Atualmente o IFPA Câmpus Castanhal conta com 22 doutores que compõem o comitê de pesquisa, que se encontra cadastrado juntamente ao CNPq. Com a criação deste grupo o Instituto vem concorrendo às chamadas de editais lançados pelas Instituições regionais, nacional e internacional, fomentadoras de pesquisas. Como resultado do esforço do comitê, destaca-se o avanço da pesquisa no Câmpus, resultando em bolsas de iniciação científica para os estudantes dos cursos técnicos em: agropecuária, agroindústria, floresta, meio ambiente e redes de computadores e de graduação dos cursos de Agronomia, Aquicultura e Licenciatura em Educação do Campo, Geografia, Pedagogia e Informática. No IFPA Castanhal, as expectativas são de que o volume de pesquisas, bem como o número de publicações em revistas científicas, anais, participação em congressos e simpósios, tanto do corpo docente quanto discente, sejam significativamente elevados. A instituição vem consolidando seu espaço na comunidade científica regional e nacional, como é reconhecido o seu trabalho em educação profissionalizante, pela sociedade como um todo, onde no ano de 2011 o IFPA. Castanhal aprovou junto a CAPES o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, sendo possível integrar neste evento científico trabalhos com equipes de estudantes do ensino médio, de graduação e de pós-graduação.

A Semana de Integração em Ciência, Arte e Tecnologia e a Feira de Saberes e Sabores Amazônicos, serão eventos de caráter técnico-científico e Feira de Saberes e Sabores promovidos e organizados pelo IFPA Câmpus Castanhal. Entre as atividades que são desenvolvidas durante os eventos citam-se palestras, minicursos, oficinas, mostras e apresentação de trabalhos científicos com apresentação oral e em pôster. As atividades são relacionadas com as Ciências da Natureza; durante o evento registram-se pelo menos 1300 participantes, entre congressistas, palestrantes, expositores e visitantes, com os trabalhos registrados no site do evento: www.castanhal.ifpa.edu.br/sicat2014, que permite envio de trabalhos, inscrições em minicursos, oficinas, avaliação dos trabalhos via internet, pelo comitê científico e posteriormente os trabalhos aprovados, ficarão disponível no formato de resumos expandidos para cópia no site da SICAT citado acima.

A IV Feira de Saberes e Sabores do IFPA é um evento destinado à exposição e comercialização de produtos oriundos de trabalhos do meio acadêmico e de trabalhadores e trabalhadoras vinculados às redes de cooperação da economia solidária e da agricultura familiar. Fazem parte da programação a apresentação de trabalhos técnico-científicos, oferta de minicursos, oficinas, elaboração e exposição de produtos.

Pretende-se com isso, valorizar os aspectos artísticos, socioculturais e ambientais, assim como o intercâmbio entre diversos setores e Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações de Produtores Rurais, Movimentos Sociais, Empresas afins e a comunidade em geral. Especificamente são realizadas as seguintes Metas/Atividades:

• Mobilização e divulgação da SICAT e Feira de Sabores e Sabores em 20 escolas do ensino fundamental, médio e técnico da Região Nordeste Paraense.
• Realização das Inscrições de trabalhos científicos em formato de resumo expandido, das mostras científicas e dos minicursos.
• Seleção de 120 trabalhos científicos, 20 mostras e 20 minicursos.
• Realização da Semana de Integração em Ciência, Arte e Tecnologia (SICAT) e a Feira de Saberes e Sabores Amazônicos, com carga horária de 24 horas, durante 3 dias.
• Seleção dos Trabalhos Premiados na SICAT.
• Implementadas das bolsas e dos projetos científicos dos estudantes, Premiados na SICAT – 2014.
• Execução e acompanhamento dos projetos científicos dos estudantes premiados na SICAT.
• Elaboração do Relatório Final.

- Pós-Graduação

a) Especialização em Educação do Campo

O Curso com uma turma de 50 estudantes foi concluída em 2014 com a defesa de artigos, produzidos pelos estudante como trabalho de conclusão do curso.

b) Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares

Formar profissionais em Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, visando o desenvolvimento rural sustentável com base em sistemas integrados de produção agropecuária, extrativista e agroindustrial voltado para as demandas sociais e organizacionais da Amazônia.

c) Doutorado Interinstitucional em Fitotecnia com a UFERSA

Os objetivos do curso são:

- Viabilizar a formação de doutores do quadro permanente de docentes e técnicos administrativos estáveis das Instituições Receptoras e Associadas fora dos grandes centros de ensino e pesquisa, assegurando o padrão de qualidade requerido desse nível de curso;
- Fomentar a produção acadêmica e contribuir para a criação e fortalecimento, nas instituições atendidas, linhas de pesquisa que respondam às demandas regionais e ampliem o comprometimento institucional com o desenvolvimento da região;
- Subsidiar a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa;
- Fortalecer e estabelecer as condições para a criação de novos cursos de pós-graduação num futuro previsível;
- Estimular o surgimento no âmbito das Instituições Receptora e Associadas, de novas vocações para pesquisa mediante parceria duradora com a pós-graduação da UFERSA;
- Ampliar o conhecimento de profissionais de ciências agrárias, no que se refere as disciplinas, para multiplicar a solução dos problemas agrícolas; (g) Interagir com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, visando maior eficiência na utilização dos recursos;
- Promover maior integração da graduação com a pós-graduação, visando melhoria do processo ensino-aprendizagem de graduando e pós-graduandos;
- Promover a interação de profissionais de diferentes áreas. Meta geral do curso: Qualificar e aperfeiçoar professores para o magistério superior e pesquisadores para as atividades de investigação e desenvolvimento, bem como, ampliar o conhecimento profissional de técnicos do setor e adaptar profissionais a nova realidade de mercado de trabalho.

- Intercâmbio Internacional: Câmpus Castanhal e ESPANHA

Foi estabelecida no ano de 2010, a cooperação internacional com a Universidade Alicante, por meio do convênio marco de colaboração universitária internacional entre o IFPA Câmpus Castanhal (Brasil) e a Universidade de Alicante (Espanha), que tem os seguintes objetivos: o intercâmbio de pesquisadores, pessoal docente e estudantes, dentro do marco das disposições legais vigentes entre ambos os países e dos procedimentos internos da cada instituição, mas com a decidida intenção de suprimir os obstáculos acadêmicos, tanto materiais como formais, que possam impedir o intercâmbio ágil de universitários de ambas instituições; A realização de edições conjuntas de monografias históricas, lingüísticas ou de qualquer outro tipo de respondam ao interesse com de ambas instituições; A realização de projetos de pesquisa, de acordo com as disponibilidades orçamentárias, em qualquer dos ramos de interesse comum em ambas as instituições; A criação e organização de atividades de docentes coordenadas; A organização de colóquios internacionais.

- IFPA - Câmpus Castanhal e GUIANA FRANCESA:

Através do Convênio para formação profissional para Amazônia – FORPRAM

- Seminário Internacional de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Em agosto de 2014, no IFPA Câmpus Castanhal, aconteceu o "**VII Seminário internacional de cooperativismo e desenvolvimento rural sustentável:**". O evento foi promovido pelo IFPA Castanhal. O evento faz parte das ações promovidas pelo convênio de cooperação científica internacional, celebrada entre o IFPA e a Universidade de Alicante com 450 participantes de diversas instituições.

- IX Curso internacional de cooperativismo, desarrollo rural y médio ambiente: especial Amazonas:

Em Novembro de 2014, uma comitiva do IFPA Câmpus Castanhal, constituída pelos professores Adebaro Alves do Reis e Romier da Paixão Sousa, estiveram representando o IFPA no "**X Curso internacional de cooperativismo, desarrollo rural y médio ambiente:**", na cidade de Alicante, na Espanha. O evento foi promovido pela Universidade de Alicante. O evento faz parte das ações promovidas pelo convênio de cooperação científica internacional, celebrada entre o IFPA e a referida universidade.

Câmpus Santarém

Além dos cursos regulares ofertados pelo Câmpus Santarém, o Instituto desenvolve programas do Governo Federal voltados para formação profissional como o PRONATEC e Mulheres Mil, seguem abaixo as informações acerca dos dados de ambos Programas.

Quadro 110: Programas de Governo/Curso – Câmpus Santarém

MULHERES MIL (PACTUAÇÃO 2013)	TURNO	PRONATEC (PACTUAÇÃO 2014-2)	TURNO
OPERADOR DE COMPUTADOR	TARDE	PREPARADOR DE PESCADO	NOITE
OPERADOR DE COMPUTADOR	TARDE	PREPARADOR DE PESCADO	NOITE
OPERADOR DE COMPUTADOR	NOITE	HORTICULTOR ORGÂNICO	NOITE
OPERADOR DE COMPUTADOR	NOITE	HORTICULTOR ORGÂNICO	NOITE

Fonte: Câmpus Santarém/IFPA

Quadro 111: Cursos e Vagas – Câmpus Santarém (2013/2014)

CURSO	VAGAS	VAGAS PREENCHIDAS	PACTUAÇÃO	INICIO	TERMINO
HORTICULTOR ORGÂNICO – 2ª EDIÇÃO	40 VAGAS	40 VAGAS PREENCHIDAS/ COM 02 TURMAS – NOITE	2014.2	24/11/2014	FEVEREIRO/2015
PREPARADOR DE PESCADO – 2ª EDIÇÃO	60 VAGAS	60 VAGAS PREENCHIDAS/COM 02 TURMAS- NOITE	2014.2	27/10/2014	30/01/2015
OPERADOR DE COMPUTADOR – MULHERES MIL/LOA - PRONATEC	LOA -100 VAGAS PRONATEC – 20 VAGAS	120 VAGAS PREENCHIDAS/ COM 02 TURMAS/TARDE E 02 TURMAS/NOITE	2013	27/10/2014	MARÇO/2015

Fonte: Câmpus Santarém/IFPA

Câmpus Tucuruí

a) Morosidade da Análise de Processos na Procuradoria Federal

Pode-se dizer que em 2014, o Câmpus teve uma gestão marcada por prejuízos causados pela morosidade da Procuradoria Federal junto ao IFPA para realizar a análise e emitir parecer sobre os processos encaminhados pelo Câmpus. Não foi um problema somente do Câmpus Tucuruí, mas de quase todas as grandes unidades gestoras do IFPA. E também não foi por culpa dos procuradores que atendem a demanda de 18 UG e da Reitoria. Pelo contrário, os procuradores fazem o que podem para atender as demandas tempestivamente, mas estas muitas para apenas dois procuradores. A quantidade de procuradores é extremamente insuficiente para atender o IFPA. E tem sido o grande gargalo da Instituição, principalmente porque resulta em uma grande demora na análise de processos relativos à aquisição de bens de consumo e de capital, bem como de processo de licitação de obras e contratação de empresas terceirizadas. Há processos na Procuradoria há de mais de um ano, outros demoram lá em média de três a quatro meses.

Uma das consequências mais danosas ao Câmpus é o Planejamento das Ações da Instituição resta prejudicado. Há alguns anos, os servidores reclamam na demora na aquisição de bens de consumo e de capital para realizar suas ações de pesquisa, ensino e extensão. O Câmpus tem procurado cada vez mais cedo realizar o planejamento de suas ações, mas os resultados são parcos. Em 2014, a situação foi ainda mais grave. Vários processos de licitação só retornaram da Procuradoria Federal nos meses de novembro e dezembro, quando já não havia tempo hábil para realizar a licitação e efetuar os empenhos com os recursos de 2014. Desde junho desse ano, a PROAD e o Reitor pressionavam os Diretores Gerais para agilizar a execução orçamentária, pois o nível de execução estava extremamente baixo, com a ameaça de os Câmpus perderem seu orçamento caso não executassem até determinado prazo. Por sua vez, os Diretores ficavam sem saber o que fazer, pois os processos de licitação estão aguardando parecer da Procuradoria.

O resultado ruim desse quadro é que processos de aquisição de bens e consumo não puderam ser licitados e recursos expressivos do orçamento do Câmpus não puderam ser executados. O resultado só não foi pior porque se conseguiu realizar a licitação da obra de conclusão do prédio III, cujo valor era bastante alto em relação ao orçamento. Porém, a não execução de tudo o que havia sido planejado causou muito transtorno principalmente entre os professores e coordenadores, pois inviabiliza a realização de ações importantes de ensino, pesquisa e extensão.

Diante desse cenário, torna-se necessário e urgente ampliar o número de procuradores que atendem ao IFPA. Uma das alternativas seria o Câmpus Tucuruí encaminhar seus processos para procuradores de outros órgãos federais no município, todavia a gestão buscou informações junto a

esses órgãos e verificou que eles não possuem procuradores no município. Ademais, a CGU informou que os Câmpus precisam encaminhar suas demandas unicamente para os procuradores do IFPA, mas também não garantiu que novos procuradores aportassem na Instituição para sanar o grande problema.

Com a expansão do IFPA, não há como se contentar com tão poucos procuradores. Se uma solução urgente não acontecer, em 2015 o IFPA pode chegar à beira de um colapso.

Uma solução paliativa poderá vir da PROAD que deverá capitanear os Câmpus na busca por unificação dos processos de aquisição e de outros processos que demandam análise da Procuradoria Federal.

b) Processo Eleitoral para Diretor Geral e Reitor

Desde 2012, o IFPA vem sendo gerido por um Reitor Pró-Tempore, fruto da intervenção do MEC na Instituição. Apesar de importantes avanços, a comunidade exigia a eleição para gestores eleitos democraticamente. Esse processo eleitoral finalmente aconteceu no mês de novembro de 2014. E era de lei que acontecesse a eleição simultaneamente para Reitor e para Diretores Gerais de Câmpus com mais de cinco anos de funcionamento.

Nesse sentido, o Câmpus Tucuruí passou por esse processo eleitoral pela segunda vez elegendo um Diretor Geral e pela primeira vez um Reitor. Apesar de algumas atividades do Câmpus restarem prejudicadas durante o período eleitoral por conta do envolvimento de muitos servidores no processo de eleição, observou-se a consolidação da democracia no Câmpus e no IFPA como um todo. Os servidores mostraram-se muito amadurecidos na compreensão do processo eleitoral, que teve como resultado uma eleição tranquila e sem grandes impactos na relação entre os servidores.

Desta forma, espera-se que toda a comunidade esteja mais envolvida com o projeto institucional de desenvolvimento da Instituição, com sustentabilidade social, política e econômica, tendo como princípio o respeito às diferenças e à ética.

Câmpus Parauapebas

Foi ofertado no Câmpus Parauapebas 06 (seis) turmas de curso de Formação Inicial Continuada – FIC, 02 turmas de Administrador de Banco de dados, 02 turmas de Auxiliar Administrativo e 02 turmas de Almoxarife, através do Programa PRONATEC, com o total de 180 vagas ofertadas e 136 alunos concluintes; os cursos iniciaram em 28 de julho de 2014 e finalizaram com a realização da formatura no dia 28 de novembro. Todas as informações quantitativas estão inseridas no SISTEC e no Sistema de Controle Acadêmico do Câmpus Parauapebas. Também foram ofertadas 02 (duas) turmas de Cursos Técnico na modalidade a distância através da REDE ETEC,para funcionários das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, com o total de 100 vagas ofertadas, distribuídas com 50 vagas para o cursos SECRETARIA ESCOLAR e 50 vagas para o curso MULTIMEIOS DIDÁTICOS, com o total de 82 alunos matriculados, sendo de 50 matriculas para o cursos de SECRETARIA ESCOLAR e 32 matriculas para o curso de MULTIMEIOS DIDÁTICOS; os cursos têm previsão de término para 2016.

14. PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO (INDICADORES DE GESTÃO).

14.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005

a) Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU, formado pelos Indicadores: Acadêmico, Administrativo, Socioeconômico e Gestão de Pessoa.

INDICADORES INSTITUCIONAIS – Acadêmicos

Quadro 112 - Indicador: Relação Número de Candidatos Inscritos / Vagas Ofertadas - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Identificar a relação candidato/vaga.

✓ **DEFINIÇÕES:**

a) Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos;

b) Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

c) Em caso de resultado fracionado, deve-se considerar duas ordens decimais.

Fórmula de Cálculo:

Número de candidatos inscritos por vagas = Número de Inscrições / Vagas ofertadas

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I
Abaetetuba	1544	250	6,18	221	227	0,97	2350	290	8,10	1648	480	3,43	546	140	3,90
Altamira	0	0	0,00	197	30	6,57	1681	280	6,00	1240	710	1,75	1339	550	2,43
Ananindeua	998	140	7,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	0	0	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	32638	1350	24,18	115	100	1,15	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Bragança	5810	120	48,42	0	0	0,00	1313	40	32,83	564	200	2,82	1100	440	2,50
Breves	0	0	0,00	543	210	2,59	0	0	0,00	1361	572	2,38	0	0	0,00
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	9081	625	14,53	7637	680	11,23	6952	470	14,79	2898	795	3,65	2845	887	3,21
Conceição do Araguaia	1753	100	17,53	2781	211	13,18	1230	560	2,20	100	100	1,00	146	40	3,65
Itaituba	313	200	1,57	125	125	1,00	133	120	1,11	770	940	0,82	0	0	0,00
Marabá Industrial	318	540	0,59	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Marabá Rural	0	355	0,00	28	30	0,93	0	40	0,00	121	121	1,00	0	0	
Óbidos	100	100	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	364	35	10,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	231	240	0,96	100	100	1,00	323	400	0,81	67	80	0,84	47	90	0,52
Tucuruí	4033	435	9,27	5046	280	18,02	6079	354	17,17	5600	520	10,77	2049	806	2,54
Geral IFPA	**57183**	**4490**	**12,74**	**16793**	**1993**	**8,43**	**20061**	**2554**	**7,85**	**14369**	**4518**	**3,18**	**8072**	**2953**	**2,73**

Fonte: SISTEC/PROEN Legenda: INSC- Número de Inscritos; I- Índice.

Análise Crítica

O indicador relação de inscritos/vaga vem crescendo consideravelmente nos últimos cinco anos, evoluindo de 2,73 para 12,74 inscritos/vaga. Em 2014, foram registrados 57.183 inscritos, acréscimo de aproximadamente 241% em comparação a 2013, que registrou 16.793 inscritos no ano. Já o número de vagas apresentou um acréscimo em 2014 de aproximadamente 125% em comparação com 2013. Portanto, a evolução do referido indicador se deve ao crescimento proporcionalmente expressivo nos registro de inscritos em processos seletivos em relação aos anos anteriores, enquanto o número de vagas ofertadas evoluiu bastante em relação aos últimos anos, mas em menor intensidade que a demanda.

Entretanto, informamos que o crescimento expressivo no número de inscritos deve ser justificado pelas ações de atualização e correções no SISTEC fomentadas pelo Instituto junto as secretarias acadêmicas dos Câmpus, bem como pelas ações de fiscalização, conscientização e orientação juntos aos mesmo que se deu de forma mais intensa no ano de 2014. Pois havia em alguns Câmpus uma interpretação errônea sobre o preenchimento do número de inscritos no SISTEC, pois não entendiam que deveria ser preenchido o número total de inscritos no processo seletivo e não somente os inscritos que tiveram matrícula efetivada.

Vale ressaltar que o Câmpus de Cametá e o Câmpus de Paragominas não tiveram registros por serem Câmpus recém-criados e ainda não realizaram processos seletivos para os cursos regulares. Já o Câmpus de Breves não apresentou registro por não realizar processos seletivos para cursos regulares em 2014 por decisões administrativas.

Quadro 113 - Indicador: Relação de Número de Ingressos/ Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).

b) Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Fórmula de Cálculo:

Relação de Ingressos por Alunos = Número de ingressantes / Alunos matriculados x 100

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I
Abaetetuba	236	1462	16,14	221	1712	12,91	297	2205	13,50	503	2028	24,80	1523	1525	99,90
Altamira	4	291	1,37	30	779	3,85	273	1313	20,80	681	1361	50,00	532	689	77,20
Ananindeua	140	140	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	0	60	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	1236	8049	15,36	99	9938	1,00	42	11458	0,40	1740	11847	14,70	3213	10107	31,80
Bragança	126	585	21,54	26	461	5,64	0	631	0,00	144	631	22,80	487	487	100,00
Breves	1	416	0,24	201	511	39,33	3	648	0,50	645	645	100,00	0	0	0,00
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	613	1903	32,21	666	2095	31,79	463	1899	24,40	729	1947	37,40	964	1315	73,30
Conceição do Araguaia	171	1041	16,43	267	1261	21,17	639	1785	35,80	366	1146	31,90	731	780	93,70
Itaituba	163	789	20,66	106	939	11,29	133	1241	10,70	845	1108	76,30	263	263	100,00
Marabá Industrial	511	924	55,30	0	629	0,00	0	768	0,00	0	768	0,00	491	768	63,90
Marabá Rural	329	607	54,20	11	431	2,55	54	622	8,70	351	568	61,80	132	217	60,80
Óbidos	45	160	28,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	35	35	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	129	946	13,64	100	1181	8,47	399	1373	29,10	67	974	6,90	906	907	99,90
Tucuruí	442	1517	29,14	316	1583	19,96	405	1923	21,10	536	1760	30,50	724	1252	57,80
Geral IFPA	**4181**	**18925**	**22,09**	**2043**	**21520**	**9,49**	**2708**	**25866**	**10,50**	**6607**	**24783**	**26,70**	**9966**	**18310**	**54,40**

Fonte: SISTEC/PROEN Legenda: ING: número de ingressantes; M: número de alunos matriculados; I: índice

Análise

O indicador proporção de alunos ingressantes em relação aos matriculados oscilou bastante nos últimos cinco anos, decrescendo de 54,40% para 9,49% dos alunos, de 2010 a 2013, e ascendendo novamente em 2014 para 22,09% dos alunos. O número de ingressos em 2014 foi de 4.181 alunos, enquanto que 2013 foram registrados 2.043 ingressos (crescimento de aproximadamente 105%). Já o número de matriculados em 2014 foram 18.925 alunos, enquanto em 2013 foram 21.520 matriculados (redução de aproximadamente 12%). Portanto, justificando a evolução no indicador de 2014 em relação a 2013 pelo aumento de ingressantes e a redução de matriculados, provavelmente, resultante dos esforços para ajustar as informações do SISTEC, conforme citado anteriormente.

Ressaltamos que, como não houve oferta de vagas em cursos regulares no Câmpus de Altamira e Breves, os poucos registros de ingressos que houveram em tais Câmpus podem ser resultantes de processos de transferência interna ou externa ao Instituto. E nos Câmpus de Ananindeua e Parauapebas o número de ingressantes é igual ao número de matriculado em virtude de serem Câmpus novos, onde o primeiro ingresso de alunos ocorreu em 2014.

Quadro 114 - Indicador: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

b) Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Fórmula de Cálculo:

Relação de Concluintes/Aluno= Número de concluintes / Alunos Matriculados x 100

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I
Abaetetuba	392	1462	26,81	436	1712	30,20	854	2205	38,70	112	2028	5,50	0	1525	0,00
Altamira	78	291	26,8	81	779	15,92	344	1313	26,20	268	1361	19,70	0	689	0,00
Ananindeua	0	140	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	0	60	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	937	8049	11,64	0	9938	0,00	2061	11458	18,00	414	11847	3,50	0	10107	0,00
Bragança	0	585	0	0	461	0,00	120	631	19,00	0	631	0,00	0	487	0,00
Breves	98	416	23,56	81	511	15,85	104	648	16,00	0	645	0,00	0	0	0,00
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	325	1903	17,08	422	2095	20,81	208	1899	11,00	362	1947	18,60	30	1315	2,30
Conceição do Araguaia	285	1041	27,38	0	1261	2,22	403	1785	22,60	0	1146	0,00	0	780	0,00
Itaituba	269	789	34,09	0	939	0,00	58	1241	4,70	0	1108	0,00	0	263	0,00
Marabá Industrial	36	924	3,9	0	629	0,00	154	768	20,10	0	768	0,00	0	768	0,00
Marabá Rural	0	607	0	44	431	30,16	41	622	6,60	0	568	0,00	0	217	0,00
Óbidos	0	160	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	0	35	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	186	946	19,66	72	1181	8,30	136	1373	9,90	0	974	0,00	0	907	0,00
Tucuruí	240	1517	15,82	119	1583	11,94	276	1923	14,40	154	1760	8,80	0	1252	0,00
Geral IFPA	**2846**	**18925**	**15,04**	**1255**	**21520**	**7,45**	**4759**	**25866**	**18,40**	**1310**	**24783**	**5,30**	**30**	**18310**	**0,20**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: C- Concluintes; MAT- Matriculados; I- Índice.

Análise Crítica

O indicador proporção de alunos concluintes em relação aos matriculados oscilou bastante nos últimos cinco anos, evoluindo de 0,20% dos alunos em 2010 para 18,40% em 2012, depois regrediu para 7,45% em 2013 e voltou a crescer para 15,04% em 2014.

A redução do referido indicador em 2013 se deve à falta de registro de concluintes nos Câmpus Belém, Bragança, Conceição do Araguaia, Itaituba e Marabá Industrial, em decorrência do atraso no calendário-acadêmico por motivo de greve e/ou atraso no preenchimento no SISTEC. Consequentemente, a evolução do indicador ao patamar de 15,04% dos alunos em 2014 (que reflete melhor a realidade do Instituto) também se deve aos ajustes no respectivo sistema. Embora, a verossimilhança do indicador em 2014 esteja comprometida pelo não fechamento de turmas em decorrência do atraso no calendário-acadêmico também por motivo de greve dos servidores e docentes.

Quadro 115 - Indicador: Índice de Eficiência Acadêmica - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a eficiência da Instituição.
- ✓ **DEFINIÇÕES: (SISTEC)**

a) **Concluídos e Integralizados Fase Escolar:** todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR.

b) **Matriculados Finalizados:** todos os alunos com status CONCLUÍDO, INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR, EVADIDO,DESLIGADO, TRANSFERIDO (INTERNO), ou TRANSFERIDO (EXTERNO).

Fórmula:

Índice de Eficiência Acadêmica =

$$\frac{\sum \text{Números de concluídos e integralizados fase escolar}}{\sum \text{Números de Matriculados finalizados}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	CI	**MF**	**I**	**CI**	**MF**	**I**	**CI**	**MF**	**I**	**CI**	**MF**	**I**	**CI**	**MF**	**I**
Abaetetuba	392	552	71,01	517	664	77,86	854	1166	73,20	112	120	93,30	0	0	0,00
Altamira	78	115	67,83	124	324	38,27	344	557	61,80	268	321	83,50	0	9	0,00
Ananindeua	0	4	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	0	22	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	937	1469	63,78	0	0	0,00	2061	3851	53,50	414	431	96,10	0	0	0,00
Bragança	0	1	0,00	0	2	0,00	120	163	73,60	0	0	0,00	0	0	0,00
Breves	98	181	54,14	81	121	66,94	104	208	50,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	325	526	61,79	436	657	66,36	208	416	50,00	362	511	70,80	30	97	30,90
Conceição do Araguaia	285	297	95,96	28	186	15,05	403	679	59,40	0	0	0,00	0	0	0,00
Itaituba	269	288	93,40	0	125	0,00	58	436	13,30	0	0	0,00	0	0	0,00
Marabá Industrial	36	198	18,18	0	1	0,00	154	344	44,80	0	0	0,00	0	0	0,00
Marabá Rural	0	12	0,00	130	131	99,24	41	54	75,90	0	0	0,00	0	0	0,00
Óbidos	0	25	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	0	1	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	186	310	60,00	98	234	41,88	136	299	45,50	0	0	0,00	0	0	0,00
Tucuruí	240	471	50,96	189	435	43,45	276	754	36,60	154	246	62,60	0	28	0,00
Geral IFPA	**2846**	**4472**	**63,64**	**1603**	**2880**	**55,66**	**4759**	**8927**	**53,30**	**1310**	**1629**	**80,40**	**30**	**134**	**22,40**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: CI: número de concluídos e Integralizados fase escolar; MF: número de matriculados finalizados; I: índice

Análise Crítica

O índice de eficiência acadêmica avalia a proporção de alunos que concluíram (ou integralizaram todas as componentes curriculares do curso que realizam) em 2014 em relação ao total de alunos que tiverem suas matriculas finalizadas, ou seja, encerraram seu vínculo com o Instituto (tanto por motivo de conclusão como por desligamento ou transferência).

Em 2014 este índice atingiu a proporção de 63,64% dos alunos, crescimento de aproximadamente 14% em relação ao índice de 2013. O que motivou o crescimento do índice de 2014 em relação a 2013 foi a evolução mais expressiva do número de alunos concluídos ou com currículos finalizados (crescimento de aproximadamente 78% de um ano para outro), enquanto que as demais categoria (evadidos, desligados e transferidos) tiveram crescimento conjuntamente mais modesto de 2013 para 2014 (aproximadamente 27%).

Essa elevação de produtividade se deve aos esforços para regulamentações de cursos junto ao MEC e à oferta de disciplinas para alunos com pendências. Outro fator que deve ser considerado são os ajustes nas informações do SISTEC, conforme citado anteriormente.

Quadro 116 - Indicador: Índice de Retenção de Fluxo Escolar - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
b) Retenção Escolar refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento.

Fórmula:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Nº de alunos retidos (reprovação+trancamento)}}{\text{Número total de alunos matriculados}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I
Abaetetuba	875	1462	59,85	554	1712	32,36	929	2205	42,10	195	2028	9,60	0	1525	0,00
Altamira	241	291	82,82	575	779	73,81	741	1313	56,40	343	1361	25,20	0	689	0,00
Ananindeua	0	140	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	0	60	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	5344	8049	66,39	6912	9938	69,55	8654	11458	75,50	3007	11847	25,40	1509	10107	14,90
Bragança	394	585	67,35	309	461	67,03	336	631	53,20	104	631	16,50	0	487	0,00
Breves	298	416	71,63	145	511	28,38	601	648	92,70	0	645	0,00	0	0	0,00
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	994	1903	52,23	870	2095	41,53	723	1899	38,10	433	1947	22,20	2	1315	0,20
Conceição do Araguaia	440	1041	42,27	110	1261	8,72	593	1785	33,20	13	1146	1,10	13	780	1,70
Itaituba	417	789	52,85	345	939	36,74	250	1241	20,10	55	1108	5,00	0	263	0,00
Marabá Industrial	411	924	44,48	423	629	67,25	737	768	96,00	44	768	5,70	44	768	5,70
Marabá Rural	155	607	25,54	293	431	67,98	266	622	42,80	48	568	8,50	13	217	6,00
Óbidos	0	160	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	0	35	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	588	946	62,16	487	1181	41,24	387	1373	28,20	18	974	1,80	0	907	0,00
Tucuruí	737	1517	48,58	746	1583	47,13	744	1923	38,70	262	1760	14,90	34	1252	2,70
Geral IFPA	**10894**	**18925**	**57,56**	**11769**	**21520**	**54,69**	**14961**	**25866**	**57,80**	**4522**	**24783**	**18,20**	**1615**	**18310**	**8,80**

Fonte: SISTEC/PROEN/IFPA Legenda: R - Número de alunos Retidos; M – Número de alunos Matriculados; I- Índice.

Análise Crítica

O índice de retenção de fluxo escolar, que é a proporção de alunos com matrícula retida em relação ao total de matriculados no Instituto, voltou a crescer em 2014. Este índice evoluiu consideravelmente de 2010 até 2012, quando passou de 8,80% para 57,80% dos alunos matriculados. Em 2013, houve uma discreta redução na proporção de retidos para 54,69%. Já em 2014, esta proporção voltou a crescer, atingindo 57,56% dos alunos matriculados. Embora quantitativamente o número de alunos retidos em 2014 seja inferior ao retidos em 2013, o número de matriculados também foi reduzido por motivos já citados em análises de quadros anteriores.

Em oito dos dezoito Câmpus do IFPA, a proporção de retidos ultrapassa os 50%, ou seja, mais da metade dos alunos matriculados no Instituto estão com matrículas retidas. Dentre estes Câmpus, o Câmpus de Altamira se destaca com 82,82% dos alunos com matrícula retida. Vale ressaltar que tais indicadores não refletem a realidade do Instituto, pois a greve de servidores provocou atraso na finalização dos períodos letivos, e consequentemente, dos ciclos de matriculas abertos no sistema SISTEC, nesses anos, o que impossibilitou a inserção/atualização dos dados no sistema dentro do prazo devido, já que fechamento do sistema não coincidiu com a finalização as turmas no semestre, segundo o calendário acadêmico ajustado (pós-greve).

Quadro 117 - Indicador: Relação Alunos matriculados / Docente em Tempo Integral - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

b) O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).

Fórmula:

Relação Alunos / Docentes em Tempo Integral =

$$\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de Docentes em tempo integral}}$$

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD
Abaetetuba	1462	59	24,78	1712	52	32,92	2205	-	-	2028	-	-	1525	-	-
Altamira	291	15	19,40	779	20	38,95	1313	-	-	1361	-	-	689	-	-
Ananindeua	140	4	35,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia	60	3	20,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	8049	304,5	26,43	9938	294,5	33,75	11458	-	-	11847	-	-	10107	-	-
Bragança	585	58	10,09	461	53	8,70	631	-	-	631	-	-	487	-	-
Breves	416	16	26,00	511	15	34,07	648	-	-	645	-	-	0	-	-
Cametá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal	1903	83,5	22,79	2095	75,5	27,75	1899	-	-	1947	-	-	1315	-	-
Conceição do Araguaia	1041	37	28,14	1261	32	39,41	1785	-	-	1146	-	-	780	-	-
Itaituba	789	24	32,88	939	26	36,12	1241	-	-	1108	-	-	263	-	-
Marabá Industrial	924	27	34,22	629	23	27,35	768	-	-	768	-	-	768	-	-
Marabá Rural	607	32	18,97	431	27	15,96	622	-	-	568	-	-	217	-	-
Óbidos	160	1	160,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas	0	1	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas	35	3	11,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	946	37	25,57	1181	36	32,81	1373	-	-	974	-	-	907	-	-
Tucuruí	1517	64,5	23,52	1583	54,5	29,05	1923	-	-	1760	-	-	1252	-	-
Geral IFPA	18925	**769,5**	**24,59**	**21520**	**708,5**	**30,37**	**25866**	**718**	**36,02**	**24783**	**-**	**-**	**18310**	**-**	**-**

Fonte: SISTEC/SIAPE/DGP/PROEN/IFPA Legenda: M – Número de Alunos Matriculados; DTI – Número de Docente em tempo integral; RAD – Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral.

Análise Crítica

Este indicador representa a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente, apresentando a projeção de alunos para cada docente em tempo integral. Em 2013, o índice foi de 30,37 alunos por docente. Em 2012, esta relação diminuiu para 24,59 alunos para cada docente, reflexos da redução de alunos e ingresso de novos servidores docentes.

O IFPA vem buscando ampliar seu quadro docente com editais de contratação de professores substitutos e editais de concursos públicos para professores efetivos, com tempo integral. O crescimento percentual em 2014 de docentes em tempo integral em relação a 2013 foi de aproximadamente 9%. Quase todos os Câmpus apresentaram crescimento no quadro de docentes em tempo integral, as exceções foram os Câmpus de Altamira e Itaituba, que tiveram reduções de 5 e 2 docentes, respectivamente.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Administrativos

Quadro 118 - Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Exercícios				
		2014	2013	2012	2011	2010
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	R$ 10.722,59	R$ 9.188,84	R$ 6.337,91	R$ 1.459,61	R$ 1.082,86
	Percentual de Gastos com Pessoal	57,71%	65,86%	60,03%	59,16%	75,90 %
	Percentual de Gastos com outros Custeios	22,23%	21,64%	21,03%	22,61%	15,41%
	Percentual de Gastos com Investimentos	16,72%	8,40%	15,39%	6,96%	8,70%

OBS: Os indicadores de Gastos Correntes por Aluno, de Percentual de Gastos com Pessoal, de Percentual de Gastos com Outros Custeios e Percentual de Gastos com Investimentos, foram fornecidos pela SETEC.

Glossário de Termos utilizados nos cálculos:

- ***Total de gastos:*** Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos, pensionistas e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. Os dados financeiros são obtidos através do sistema SIAFI e utilizados para cálculo dos indicadores de gastos.
- ***Investimentos:*** Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- ***Inversões financeiras:*** Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- ***Gastos totais:*** Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
- ***Total de gastos com Pessoal:*** Gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios).
- ***Gastos com outros custos:*** Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e Pasep, investimentos e inversões financeiras.

Quadro 119 - Indicador: Gastos Correntes por Aluno - Acórdão 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**

a) Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas.
b) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
c) Total de Gastos = total de gastos – Investimentos – Precatórios – Inativos / Pensionistas.

Fórmula:

$$\text{Gastos correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$$

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M
Reitoria		-	-	128280567,26	-	-	107741838,47	-	-	13138929,66	-	-	12492550,38	-	-
Abaetetuba		1462		1985195,89	1712	1159,58	1391153,04	2205	630,91	1137437,88	2028	560,87	107022,52	1525	70,18
Altamira		291		731597,55	779	939,15	1254851,10	1313	955,71	910896,69	1361	669,28	179382,67	689	260,35
Ananindeua		140		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado de Vigia		60		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém		8049		12367630,39	9938	1244,48	9730254,14	11458	849,21	7558076,87	11847	637,97	4063883,68	10107	402,09
Bragança		585		1719696,33	461	3730,36	1624962,77	631	2575,22	1422173,64	631	2253,84	8474,80	487	17,40
Breves		416		426880,34	511	835,38	0,00	648	0,00	-	645	0,00	0,00	-	0,00
Cametá		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castanhal		1903		5356711,23	2095	2556,90	5191566,42	1899	2733,84	3768175,29	1947	1935,38	1963492,45	1315	1493,15
Conceição do Araguaia		1041		2144985,30	1261	1701,02	1665861,79	1785	933,26	1512359,14	1146	1319,69	114149,02	780	146,34
Itaituba		789		1390981,30	939	1481,34	1712054,95	1241	1379,58	1048291,89	1108	946,11	0,00	263	0,00
Marabá Industrial		924		1130570,73	629	1797,41	993498,01	768	1293,62	683293,69	768	889,71	269914,06	768	351,45
Marabá Rural		607		1791676,87	431	4157,02	2574054,03	622	4138,35	1677176,66	568	2952,78	138987,87	217	640,50
Óbidos		160		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paragominas		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parauapebas		35		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém		946		1742129,89	1181	1475,13	2039199,55	1373	1485,21	2212183,42	974	2271,24	156759,62	907	172,83
Tucuruí		1517		1588624,02	1583	1003,55	1794938,76	1923	933,41	1104563,09	1760	627,59	332638,29	1252	265,69
Geral IFPA		**18925**		**160657247,10**	**21520**	**7465,49**	**137714233,03**	**25866**	**1684,41**	**36173557,92**	**24783**	**1459,61**	**19827255,36**	**18310**	**1082,86**

Fonte: SIAF/SISTEC-PROAD/PROEN/IFPA Legenda: M: Número de alunos Matriculados; CG/M: Gastos Correntes por Aluno Matriculado.

Análise Crítica

- **<u>Análise crítica do Gasto Corrente por Aluno (GCA)</u>:**
- **Gasto Corrente por Aluno (GCA)**

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição.

$$CGA = \frac{GASTOT}{MATRÍCULAS\ ATENDIDAS} \times 100$$

GASTOT
Fonte: SIAFI
MATRÍCULAS ATENDIDAS
Fonte: SISTEC
Descrição: Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionista, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.
Registros Considerados: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no período analisado
GASTOT= TOTGAS –INV- PRE-INA-PEN - 20RW
Onde:
TOTGAS: Total de Gastos da Instituição
INV: Gastos com Investimentos
PRE: Gastos com Precatórios
INA: Gastos com Inativos
PEN: Gastos com Pensionistas
20RW: Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.

EVOLUÇÃO DO GASTO CORRENTE POR ALUNO					
DESCRIÇÃO	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
Gasto Corrente	R$202.925.066,77	R$199.351.912,00	R$163.936.486,75	R$36.173.557,92	R$19.827.255,36
Matriculas Atendidas	18.925	21.695	25.866	24783	18.310
Custo Anual do Aluno	R$ 10.722,59	R$ 9.188,84	R$ 6.337,91	R$ 1.459,61	R$ 1.082,86

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos correntes por alunos, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

São considerados os gastos correntes, descontadas as despesas com investimentos, inversões financeiras, servidores inativos, pensionistas e bolsa-formação. O valor referente a 2014 ficou em R$ 10.722,59 por aluno.

O crescimento deste gasto justifica-se, pelo pleno funcionamento dos 12 Câmpus e a Reitoria, além dos cinco Câmpus novos (Ananindeua, Cametá, Parauapebas, Paragominas e Óbidos) e ainda de um Câmpus Avançado (Vigia de Nazaré).

O crescimento constante ao longo do tempo deste gasto corrente por aluno ocorreu em virtude do crescimento da captação de recursos orçamentários do Instituto, desde que o órgão passou a executar as despesas como Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Este crescimento possibilitou a oferta de melhores condições de ensino aos estudantes, ocasionando assim a elevação deste tipo de despesa no âmbito do IFPA.

Merece destaque principalmente os gastos com: Assistência estudantil (Bolsas de estudo), Locação de Mão de Obra (Vigilância, Limpeza e Conservação, Apoio Administrativos, Cozinheiras, Nutricionistas, Motoristas), Serviço de Pessoa Jurídica (Energia Elétrica, Água e Esgoto), Diárias e Passagens.

Os dados referentes a alunos matriculados de 2010 a 2014 foram extraídos do sistema SISTEC e os dados orçamentário do sistema SIAFI, ressaltamos que a partir de 2012 os dados passaram a ser informados pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Quadro 120 - Indicador: Percentual de Gastos com Pessoal - Acórdão 2.267/2005-TCU

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

✓ **DEFINIÇÕES:**

a) **GASTO COM PESSOAL:** Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

b) **GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.**

Fórmula:

Percentual de gastos com pessoal =

$$\frac{\textbf{Total de Gastos com Pessoal}}{\textbf{Gastos Totais do IFPA}} \times 100$$

Ano/Gastos	Gastos c/ Pessoal	Gastos Totais do IFPA	%
2014	R$163.436.874,10	R$283.213.866,40	57,71%
2013	R$143.319.519,00	R$217.622.534,00	65,86%
2012	R$127.533.101,94	R$212.450.341,48	60,03%
2011	R$112.708.745,20	R$190.512.823,30	59,16%
2010	R$97.662.430,83	R$128.678.318,71	75,90 %

Fonte: PROAD/IFPA

Análise crítica do Gasto Com Pessoal (GCP):

Gastos com Pessoal (GCP)

Este indicador mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.

$$CGP = \frac{GASPES}{TOTGAS} \times 100$$

- **GASPES**
  - ***Fonte***: SIAFI
  - ***Descrição***: Gasto com pessoal.
- **TOTGAS**
  - ***Fonte:*** SIAFI
  - ***Descrição:*** Total de gasto da Instituição.

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos com pessoal, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos com pessoal, que a instituição realizou no período de 2010 a 2014 e tem como referência de cálculo, o total de gasto com pessoal, dividido pelos gastos totais do órgão e multiplicado por 100, o resultado gerado possibilita a gestão fazer uma análise gerencial de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário de pessoal, em relação ao orçamento geral do órgão.

Ao analisar os dados extraídos através do sistema SIAFI, verifica-se que os gastos com pessoal, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, demonstram um decréscimo deste indicador ao longo do tempo.

Este decréscimo significa que o IFPA passou a ter maior representatividade e crescimento na execução (liquidação da despesa) de outras despesas correntes (que consiste no crescimento na entrega dos produtos ou serviços adquiridos no período analisado) e com investimentos (Recebimento de materiais permanentes e na realização de obras dentro do período analisado), mostrando assim a evolução da eficiência e efetividade das unidades que compõem o IFPA.

A partir de 2012, os dados orçamentários e indicadores passaram a ser informados pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Quadro 121 - Indicador: Percentual de Gastos com Outros Custeios (exceto benefícios) - Acórdão 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ OBJETIVO: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.
- ✓ DEFINIÇÕES:

a) GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS: gastos totais de OCC menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Onde: O Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação);

b) GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de gastos com outros custeios =
Total de Gastos com Outros Custeios x 100
Gastos Totais do IFPA

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria				4.892.929,30	157.400.771,74	8,74	6.022.526,94	144.615.661,91	4,16	14.138.887,66	130.021.473,02	10,87	12.492.550,38	113.119.535,51	11,04
Abaetetuba				1.985.195,89	1.985.195,89	100	1.391.153,04	1.437.400,39	96,78	1.137.437,88	1.192.883,06	95,35	107.022,52	2.086.081,94	5,13
Altamira				731.597,55	731.597,55	100	1.254.851,10	2.019.253,76	62,14	910.896,69	1.090.866,95	83,5	179.382,67	316.048,67	56,76
Ananindeua															
Avançado de Vigia															
Belém				12.367.630,39	12.422.124,82	99,56	9.730.254,14	14.450.011,53	67,34	7.558.076,87	10.595.532,82	71,33	4.063.883,68	5.963.934,53	68,14
Bragança				1.719.696,33	1.761.278,77	97,64	1.624.962,77	1.981.894,35	81,99	1.422.173,64	2.454.395,00	57,94	8.474,80	14.248,40	59,48
Breves				426.880,34	530.399,34	80,48	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cametá															
Castanhal				5.356.711,23	5.656.017,27	94,71	5.187.633,30	5.921.751,02	87,67	3.768.175,29	4.362.051,56	86,39	1.963.492,45	2.273.274,73	86,37
C. Araguaia				2.144.985,30	2.183.131,86	98,25	1.665.861,79	1.905.750,51	87,41	1.512.401,14	1.847.348,23	81,87	114.149,02	114.149,02	100
Itaituba				1.390.981,30	1.442.648,51	96,42	1.712.054,95	1.854.012,03	92,34	1.048.291,89	1.503.928,23	69,7	0	0	0
Marabá Industrial				1.130.570,73	1.567.613,34	72,12	993.498,01	1.893.662,56	52,46	683.293,69	868.060,95	78,71	269.914,06	669.157,57	40,34
Marabá Rural				1.791.676,87	2.081.949,78	86,06	2.574.054,03	2.728.000,98	94,36	1.677.176,66	3.340.150,40	50,21	138.987,87	3.365.152,43	4,13
Óbidos															
Paragominas															
Parauapebas															
Santarém				1.742.129,89	1.933.158,87	90,12	2.039.199,55	2.267.552,07	89,93	1.212.183,42	1.283.033,58	94,48	156.759,62	216.998,12	72,24
Tucuruí				1.588.624,02	1.601.864,52	99,17	1.794.938,76	1.848.046,24	97,13	1.104.563,09	1.444.677,95	76,46	332.638,29	539.737,79	61,63
Geral				**46.141.082,90**	**191.297.752,26**	**24,12**	**35.990.988,38**	**182.922.997,35**	**19,67**	**36.173.557,92**	**160.004.401,75**	**22,61**	**19.827.255,36**	**128.678.318,71**	**15,41**

Fonte: PROAD/IFPA

Análise crítica do Gasto com Outros Custeios (GOC):

Gastos com Outros Custeios (GOC)

Este indicador mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição

$$COG = \frac{GASOUC}{TOTGAS} \times 100$$

GASOUC

Fonte: SIAFI

Descrição: Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e Pasep.

GASOUC = TOTCUS GASOUC – BEN – PASEP

Onde:

TOTCUS: Total de Gastos com Custeio

BEN: Gastos com Benefícios

PASEP: Gastos com Pasep

TOTGAS

Fonte: SIAFI

Descrição: Total de Gastos da Instituição

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS					
DESCRIÇÃO	**2014**	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
Gasto com Outros Custeios	R$62.965.469,06	R$47.095.116,00	R$44.687.690,50	R$36.173.557,92	R$19.827.255,36
Total de Gastos	R$283.213.866,40	R$217.622.534,00	R$212.450.341,48	R$160.004.401,75	R$128.678.318,71
Percentual de Gasto com Outros Custeios	22,23%	21,64%	21,03%	22,61%	15,41%

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos com outros custeios, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos com outros custeios, que a instituição realizou no período de 2010 a 2014 e tem como referência de cálculo, o gasto com outros custeios, dividido pelos gastos totais do órgão e multiplicado por 100, o resultado possibilita a gestão fazer uma análise gerencial de como está sendo aplicado o recurso orçamentário de outras despesas correntes, em relação ao orçamento geral do órgão.

Ao analisar os dados extraídos através do sistema SIAFI, verifica-se que os gastos com outros custeios, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, demonstram o esforço institucional para ampliar a eficiência dos gastos públicos em suas despesas, com a manutenção básica do IFPA.

O crescimento deste gasto justifica-se pela eficiência na aquisição de produtos ou na contratação de serviços, ou seja, o órgão como um todo passou a executar com maior brevidade este tipo de despesa, seja pela entrega mais rápida de produtos ou serviços no âmbito do IFPA.

Os processos licitatórios na grande maioria foram realizados, no primeiro semestre de 2014. O que ocasionou a entrega de grande parte dos produtos e a conclusão de serviços dentro do exercício.

O indicador cresceu em referência ao exercício anterior, refletindo assim que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, está se desenvolvendo e se aprimorando cada vez mais, trazendo com isso a necessidade de novas aquisições ou contratação de serviços, para manter o funcionamento das unidades que compõe o IFPA.

Merece destaque principalmente os gastos com: Assistência estudantil (Bolsas de estudo), Locação de Mão de Obra (Vigilância, Limpeza e Conservação, Apoio Administrativos, Cozinheiras, Nutricionistas), Serviço de Pessoa Jurídica (Energia Elétrica, Água e Esgoto), Material de Consumo, Diárias e passagens etc.

A partir de 2012 os dados orçamentários e indicadores passaram a ser informados pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Quadro 122 - Indicador: Percentual de Gastos com Investimentos - Acórdão 2.267/2005-TCU

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

a) **INVESTIMENTOS:** Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de Caráter comercial ou financeiro.

b) **INVERSÕES FINANCEIRAS:** Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

c) **GASTOS TOTAIS:** Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de Gastos com Investimentos=

$$\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimento e Inversões Financeira}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

CÂMPUS/IFPA	2014			2013			2012			2011			2010		
	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria				316.849,66	157.400.771,74	0,20	3.453.684,78	144.615.661,91	2,39	3.184.841,16	130.021.473,02	2,45	3.010.645,01	113.119.535,51	2,66
Abaetetuba				0	1.985.195,89	0	46.247,35	1.437.400,39	3,22	55.445,18	1.192.883,06	4,65	1.979.059,42	2.086.081,94	94,87
Altamira				0	731.597,55	0	764.402,66	2.019.253,76	37,86	179.970,26	1.090.866,95	16,50	136.666,00	316.048,67	43,24
Ananindeua															
Avançado de Vigia															
Belém				54.494,43	12.422.124,82	0,44	4.719.757,39	14.450.011,53	32,66	3.037.455,95	10.595.532,82	28,67	1.900.050,85	5.963.934,53	31,86
Bragança				41.582,44	1.761.278,77	2,36	356.931,58	1.981.894,35	18,01	1.032.221,36	2.454.395,00	42,06	5.773,60	14.248,40	40,52
Breves				103.519,00	530.399,34	19,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cametá															
Castanhal				299.306,04	5.656.017,27	5,29	730.184,60	5.921.751,02	12,33	593.876,27	4.362.051,56	13,61	309.782,28	2.273.274,73	13,63
C.Araguaia				38.146,56	2.183.131,86	1,75	239.888,72	1.905.750,51	12,59	334.989,09	1.847.348,23	18,13	0,00	114.149,02	0,00
Itaituba				51.667,21	1.442.648,51	3,58	141.957,08	1.854.012,03	7,66	455.636,34	1.503.928,23	30,30	0,00	0,00	0,00
Marabá Industrial				437.042,61	1.567.613,34	27,88	900.164,55	1.893.662,56	47,54	184.767,26	868.060,95	21,29	353.152,80	669.157,57	52,78
Marabá Rural				290.272,91	2.081.949,78	13,94	153.946,95	2.728.000,98	5,64	1.662.973,74	3.340.150,40	49,79	3.226.164,56	3.365.152,43	95,87
Óbidos															
Paragominas															
Parauapebas															
Santarém				191.028,98	1.933.158,87	9,88	228.352,52	2.267.552,07	10,07	70.850,16	1.283.033,58	5,52	60.238,50	216.998,12	27,76
Tucuruí				13.240,50	1.601.864,52	0,82	53.107,48	1.848.046,24	2,87	340.114,86	1.444.677,95	23,54	207.099,50	539.737,79	38,37
Geral/ IFPA				**1.837.150,34**	**191.297.752,26**	**0,96**	**11.788.625,66**	**182.922.997,35**	**6.44**	**11.133.141,63**	**160.004.401,75**	**6,96**	11.188.632,52	**128678318,71**	**8,70**

Fonte: PROAD/IFPA

Análise crítica do Gasto com Investimentos (CGI):

Gastos com Investimentos (CGI)
Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.

$$CGI = \frac{GASINV}{TOTGAS} \times 100$$

- **GASINV**
  - ***Fonte***: SIAFI
  - ***Descrição***: Gasto com Investimento.
- **TOTGAS**
  - ***Fonte:*** SIAFI
  - ***Descrição:*** Total de Gastos da Instituição.

DESCRIÇÃO	2014	2013	2012	2011	2010
Gasto com Investimentos	R$47.355.189,94	R$18.270.622,00	R$32.701.242,04	R$11.133.141,63	R$11.188.632,52
Total de Gastos	R$283.213.866,40	R$217.622.534,00	R$212.450.341,48	R$160.004.401,75	R$128.678.318,71
Percentual de Gasto com Investimentos	16,72%	8,40%	15,39%	6,96%	8,70%

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos com Investimentos, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos com Investimentos, que a instituição realizou no período de 2010 a 2014 e tem como referência de cálculo, o gasto com investimento, dividido pelos gastos totais do órgão e multiplicado por 100, o resultado possibilita a gestão fazer uma análise gerencial de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário de investimento, em relação ao orçamento geral do órgão.

Ao analisar os dados extraídos através do sistema SIAFI, verifica-se que os gastos com investimentos, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, demonstram o esforço institucional para ampliar a eficiência dos gastos públicos em suas despesas com aquisição de equipamentos e na realização de obras, possibilitando assim a melhoria na infraestrutura do órgão.

O crescimento deste gasto justifica-se, pela eficiência na aquisição de materiais permanentes ou na execução de serviços de engenharia e na realização de obras, ou seja, o órgão como um todo passou a executar com maior brevidade este tipo de despesa, seja pela entrega mais rápida de equipamentos ou serviços, seja pelo cumprimento de cronograma de construção de obras no âmbito do IFPA.

Os processos licitatórios na grande maioria foram realizados, no primeiro semestre de 2014. O que ocasionou a entrega de grande parte dos equipamentos dentro do exercício, assim como a execução de serviços de engenharia e de obras, que iniciaram no inicio no primeiro semestre deste exercício.

O indicador cresceu em referência ao exercício anterior, refletindo assim que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, esta se desenvolvendo e aprimorando-se cada vez mais, trazendo com isso a necessidade de novas obras e aquisição de equipamentos, possibilitando assim a oferta de melhores condições de ensino das unidades que compõe o IFPA.

A partir de 2012 os dados orçamentários e indicadores passaram a ser informados pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Socioeconômico

Quadro 123 – Indicador: Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com Renda Per capita Familiar - Acórdão 2.267/2005.

Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
* Não há formula

CÂMPUS	Faixa de Renda Per Capita Familiar	2014	2013	2012	2011	2010
Abaetetuba	RPF < 0,5 SM	508	356	617	646	415
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	142	1138	518	549	494
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	87	126	250	285	222
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	8	23	28	58	57
	2,5 <= RPF > 3 SM	10	15	25	44	47
	RPF >= 3	5	20	24	29	28
Altamira	RPF < 0,5 SM	91	116	218	268	205
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	88	121	183	283	187
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	19	72	118	145	116
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	16	48	72	52	50
	2,5 <= RPF > 3 SM	12	39	57	38	36
	RPF >= 3	8	31	36	23	25
Ananindeua	RPF < 0,5 SM	67	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	60	-	-	-	-
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	84	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	16	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	13	-	-	-	-
	RPF >= 3	9	-	-	-	-
Avançado de Vigia	RPF < 0,5 SM	63	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	23	-	-	-	-
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	13	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	4	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	0	-	-	-	-
	RPF >= 3	0	-	-	-	-
Belém	RPF < 0,5 SM	1784	705	3450	3083	3087
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	634	2265	1308	1910	2274
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	744	662	922	1305	1515
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	218	287	464	637	797
	2,5 <= RPF > 3 SM	200	188	271	404	547
	RPF >= 3	95	99	174	212	264
Bragança	RPF < 0,5 SM	489	287	715	759	230
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	187	693	250	272	283
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	61	125	136	169	106
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	13	27	26	44	34
	2,5 <= RPF > 3 SM	10	18	21	24	17
	RPF >= 3	2	6	13	16	16

CÂMPUS	Faixa de Renda Per Capita Familiar	2014	2013	2012	2011	2010
Breves	RPF < 0,5 SM	69	166	259	341	17
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	51	202	181	238	22
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	39	98	102	149	3
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	4	23	19	26	2
	2,5 <= RPF > 3 SM	7	21	17	27	3
	RPF >= 3	0	5	12	21	0
Cametá	RPF < 0,5 SM	7	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	8	-	-	-	-
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	8	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	1	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	5	-	-	-	-
	RPF >= 3	1	-	-	-	-
Castanhal	RPF < 0,5 SM	1004	121	451	451	328
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	154	639	99	96	91
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	89	67	49	55	73
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	24	15	18	18	47
	2,5 <= RPF > 3 SM	11	10	14	12	30
	RPF >= 3	7	4	6	7	7
Conceição do Araguaia	RPF < 0,5 SM	289	271	424	446	275
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	223	384	278	302	276
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	195	200	200	229	168
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	45	65	70	101	83
	2,5 <= RPF > 3 SM	58	52	51	78	59
	RPF >= 3	18	7	8	15	14
Itaituba	RPF < 0,5 SM	392	135	692	762	123
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	118	330	61	130	92
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	61	62	35	79	54
	1,5 <= RPF < 2,0 SM	26	31	16	37	25
	2,5 <= RPF > 3 SM	12	11	6	27	25
	RPF >= 3	4	3	9	19	11
Marabá Industrial	RPF < 0,5 SM	119	30	120	298	117
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	10	61	62	164	139
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	4	37	51	152	144
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	0	20	31	61	68
	2,5 <= RPF > 3 SM	1	10	11	49	41
	RPF >= 3	1	3	7	28	29
Marabá Rural	RPF < 0,5 SM	237	39	276	263	52
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	178	140	75	79	31
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	146	18	48	53	24
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	49	41	50	51	52
	2,5 <= RPF > 3 SM	16	16	24	24	9
	RPF >= 3	12	6	10	11	0
Óbidos	RPF < 0,5 SM	252	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	71	-	-	-	-

CÂMPUS	Faixa de Renda Per Capita Familiar	2014	2013	2012	2011	2010
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	41	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	4	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	7	-	-	-	-
	RPF >= 3	0	-	-	-	-
Paragominas	RPF < 0,5 SM	56	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	25	-	-	-	-
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	11	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	1	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	0	-	-	-	-
	RPF >= 3	0	-	-	-	-
Parauapebas	RPF < 0,5 SM	21	-	-	-	-
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	33	-	-	-	-
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	41	-	-	-	-
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	16	-	-	-	-
	2,5 <= RPF > 3 SM	2	-	-	-	-
	RPF >= 3	4	-	-	-	-
Santarém	RPF < 0,5 SM	409	173	631	630	523
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	87	384	274	241	320
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	24	57	106	125	123
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	7	19	33	58	56
	2,5 <= RPF > 3 SM	5	13	17	18	16
	RPF >= 3	1	5	9	19	14
Tucuruí	RPF < 0,5 SM	498	354	508	644	609
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	361	776	340	323	282
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	318	275	257	233	193
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	96	78	66	74	77
	2,5 <= RPF > 3 SM	49	41	36	45	42
	RPF >= 3	27	15	11	21	18
Geral IFPA	**RPF < 0,5 SM**	**6355**	**2753**	**8361**	**8591**	**5981**
	0,5 <= RPF < 1,0 SM	**2453**	**7133**	**3629**	**4587**	**4491**
	1,0 <= RPF < 1,5 SM	**1985**	**1799**	**2274**	**2979**	**2741**
	1,5 <= RPF < 2,5 SM	**522**	**646**	**877**	**1180**	**1323**
	2,5 <= RPF > 3 SM	**418**	**434**	**550**	**790**	**872**
	RPF >= 3	**194**	**204**	**319**	**421**	**426**

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico – SCA/PROEN/IFPA, em 23/02/2015.

Legenda: RPF: Renda per capita familiar.

Análise Crítica

O quadro representa o quantitativo de estudantes matriculados de acordo com a renda per capita familiar. Destaca-se que nos últimos cinco anos a maior concentração de alunos encontra-se nas duas primeiras faixas, de renda familiar per capita de menos de 0,5 salário mínimo e de 0,5 a 1 salário mínimo. De 2011 a 2014, a proporção de alunos nestas duas faixas ultrapassa 70% do total de respondentes. Em 2014, a concentração de alunos nas duas primeiras faixas corresponde a 73,85% dos respondentes.

Diante deste contexto do perfil socioeconômico dos estudantes, o IFPA vem ampliando a identificação de situação de vulnerabilidade econômica, auxiliando na formulação e direcionamento de ações afirmativas através dos programas de Assistência Estudantil e Bolsa Permanência, a fim de garantir sua permanência no ensino e redução de evasão no ensino.

Ressalta-se que tais informações correspondem à situação financeira dos alunos no ato da matricula, quando é solicitado que os mesmos respondam um questionário socioeconômico. Portanto, a situação atual dos alunos pode não corresponder exatamente ao cenário exposto no quadro acima. Além do mais, o total de respondentes não corresponde exatamente ao número total de matriculados extraídos do SISTEC, pois em alguns casos foi facultado o preenchimento do questionário ou o cadastramento de tais informações não foram repassadas integralmente para o Sistema de Controle Acadêmico (SCA) pelas secretarias acadêmicas dos Câmpus.

Quadro 124 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2014/2013/2012

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos).
- ✓ **DEFINIÇÕES:** A titulação do Corpo Docente é dividida em 5sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

Onde:

G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas; M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.

Fórmula:

Índice de titulação do corpo docente=

$$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G+A+E+M+D}$$

CÂMPUS	2014						2013						2012					
	Peso					Índice	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba	2	0	19	33	5	3,66	5	0	22	23	3	3,35	5	0	21	24	4	3,40
Altamira	3	0	9	1	0	2,61	6	0	10	4	0	2,6	8	0	12	7	0	2,66
Ananindeua	0	0	2	2	0	3,50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avançado de vigia	0	0	4	0	1	3,40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belém	32	5	79	159	65	3,64	33	5	80	153	41	3,52	33	4	84	168	41	3,54
Bragança	9	0	26	21	6	3,24	10	0	23	19	1	3,01	9	0	23	21	1	3,09
Breves	6	0	7	2	0	2,33	8	0	7	1	0	2,06	8	0	8	1	0	2,11
Cametá	0	0	1	0	0	3,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castanhal	3	2	18	45	22	3,90	6	1	21	33	15	3,65	14	1	23	32	15	3,38
Conceição do Araguaia	13	0	17	11	0	2,63	4	0	17	9	2	3,15	5	0	17	12	2	3,16
Itaituba	7	0	9	7	4	3,03	8	0	9	6	3	2,84	8	0	9	6	3	2,84
Marabá Industrial	9	0	10	9	0	2,67	9	0	9	5	0	2,43	9	0	11	5	0	2,48
Marabá Rural	3	0	16	12	2	3,30	7	0	9	10	1	2,92	8	0	8	10	1	2,85
Óbidos	0	0	2	0	0	3,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paragominas	0	0	1	0	0	3,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parauapebas	0	0	3	0	1	3,50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santarém	6	0	17	13	1	3,08	8	0	19	9	1	2,86	8	0	19	10	1	2,89
Tucuruí	15	2	21	23	6	3,04	17	1	17	17	2	2,74	18	1	16	18	2	2,72
Geral IFPA	108	**9**	**261**	**338**	**113**	**3,40**	**121**	**7**	**243**	**289**	**69**	**3,24**	**133**	**6**	**251**	**314**	**70**	**3,23**

Fonte: DGP/IFPA Legenda: **Titulação do corpo docente** = G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

Quadro 125 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2010

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos).
- ✓ **DEFINIÇÕES:** A titulação do Corpo Docente é dividida em 5sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

Onde:

G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas; M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.

Fórmula:

Índice de titulação do corpo docente= $\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4+Dx5}{G+A+E+M+D}$

CÂMPUS	2011						2010					
	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba	5	1	16	24	1	3,32	7	0	13	23	1	3,25
Altamira	16	0	13	9	0	2,39	18	10	10	7	2	2,25
Ananindeua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avançado de Vigia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Belém	43	6	99	161	31	3,38	75	7	139	139	33	3,12
Bragança	8	0	15	21	1	3,15	5	0	11	23	1	3,27
Breves	8	0	6	1	0	2	7	0	1	1	0	1,55
Cametá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castanhal	22	0	26	27	14	3,12	6	0	11	9	1	2,96
Conceição do Araguaia	8	0	16	9	2	2,91	14	0	13	5	2	2,44
Itaituba	7	0	10	5	3	2,88	9	0	7	3	2	2,47
Marabá Industrial	15	0	9	3	0	2	12	0	10	3	0	2,16
Marabá Rural	14	0	8	7	1	2,36	19	0	1	0	0	1,10
Óbidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paragominas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parauapebas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santarém	9	0	17	11	1	2,87	13	0	11	9	0	2,48
Tucuruí	25	1	13	15	1	2,38	24	1	15	14	0	2,35
Geral IFPA	**180**	**8**	**248**	**293**	**55**	**3,04**	**209**	**18**	**242**	**236**	**42**	**2,84**

Fonte: DGP/IFPA Legenda: **Titulação do corpo docente -** G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

Análise

O IFPA vem incentivando a participação de servidores em cursar programa de pós-graduação strictu sensu por meio de concessão de afastamento e incentivo financeiro à qualificação, como forma de Política de Desenvolvimento de Pessoal da Instituição. Neste sentido, percebe-se o acréscimo na quantidade de servidores com titulação de mestrado e doutorado. Ademais, o acréscimo também é decorrente das novas admissões de servidores onde, estes em sua maioria ingressam com titulação de especialista e mestres.

Considerando que a docente Antonia Elizabete Romanowski está com lotação na Reitoria, nesse caso inserimos no Câmpus Belém na coluna de Especialização, já o docente Edson Ary de Oliveira Fontes está com lotação na Reitoria, nesse caso inserimos no Câmpus Belém na coluna Mestrado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foi iniciado, em 2014, a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), que foi o balizador das ações do IFPA, compreendendo ações estratégicas com vistas a atingir os objetivos e metas previstos no quinquênio supracitado, principalmente no que concerne à melhoria na qualidade de ensino ofertado, fortalecimento do ensino, extensão, pesquisa e inovação, fortalecimento das políticas de acesso, permanência e inclusão no IFPA, gestão do IFPA e responsabilidade orçamentária e financeira.

Nesse sentido, é importante destacar algumas realizações da gestão, a coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, bem como da sensibilização da comunidade do IFPA, por meio da apresentação nos Câmpus aos seus diversos atores, da importância do conhecimento dos elementos norteadores do Plano, além da importância do acompanhamento de seu cumprimento.

Destaca-se, em adição, o levantamento de estudos para o estabelecimento das áreas de abrangências dos Câmpus, da proposição do organograma para os Câmpus, com vistas a promover a relação sistêmica entre os mesmos e a Reitoria.

Houve um aumento significativo do número de servidores, a partir da nomeação 116 docentes e 182 técnicos administrativos.

Consolidação da Ouvidoria, a partir do aperfeiçoamento dos canais de comunicação e da pronta resposta às demandas da comunidades do IFPA e da sociedade.

Quanto à Gestão de Infraestrutura, foram enveredados esforços no sentido de realizar a regularização de dominialidade de terrenos utilizados pelos Câmpus e Reitoria, de atualizar os registros das obras e reformas do IFPA no SIMEC, além da contínua elaboração de projetos de engenharia para atendimento às demandas de infraestrutura da Reitoria e dos Câmpus em construção ou em reforma.

Quanto ao macroprocesso finalístico do Ensino, foram realizadas ações no sentido de acompanhar a implantação dos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores junto aos Câmpus, participar e assessorar o processo de reconhecimento dos cursos superiores do IFPA, acompanhar as atividades do ensino ligadas à formação de professores nos projetos e programas e-TEC e PARFOR, o assessoramento e acompanhamento aos Câmpus nos processos de avaliação de cursos e dos controles de registros de estudantes, tais como CENSO e SISTEC, a regulação dos cursos regulares técnicos integrados, subsequentes e de formação inicial e continuada ofertados nos Câmpus do IFPA, bem como a elaboração de minutas de regulamentos e normas de procedimentos voltados para as ações da área do ensino, com vistas à apreciação e aprovação pelo CONSUP, com destaque para a regulamentação da elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC);

A Pró-Reitoria de Ensino realizou, ainda, um processo de fortalecimento da política de assistência estudantil, com vistas à melhoria dos indicadores de permanência dos alunos na Instituição.

Os processos de Extensão foram pautados na organização e normatização das políticas que devem reger a gestão institucional no tocante à esta atividade fim. Nesse período, deu-se continuidade à instrumentalização da instituição, visto que muitos instrumentos de gestão não existiam, criando insegurança e sobreposição na execução das ações.

O fomento à pesquisa, pós-graduação e à inovação foi uma grande preocupação durante o ano. Foram lançados editais de bolsas de iniciação científica, aprovação do Programa Institucional de Pesquisa, lançamento do respectivo Edital, execução do Edital de auxílio à participação em eventos e a realização do VI SICTI.

Houve um crescimento de todos os indicadores relacionados com os grupos de Pesquisa. Sendo uma elevação de 13% do número de grupos de pesquisa (51 grupos) e um aumento de 23% do número de pesquisadores (520 participações de pesquisadores nestes grupos).

Entre os anos de 2013 e 2014, ocorreu um aumento de cerca de 40% nos investimentos em Editais de participação em eventos. Foram beneficiados pelo Edital 36 servidores que participaram de eventos no Brasil e no exterior (EUA, Cuba, Portugal, Dinamarca, Costa Rica e Itália).

Com relação à pós-graduação pode-se destacar a aprovação do Programa Institucional de Qualificação, o lançamento do respectivo edital, aprovação da resolução de afastamento do servidor para realizar curso de pós-graduação stricto sensu, o início das atividades do curso de mestrado do Câmpus Castanhal e a submissão das propostas do Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais e a proposta do mestrado profissional em Tecnologias Educacionais Para as Relações Étnico-raciais para a CAPES.

Além disso, tendo em vista a necessidade de qualificação dos servidores do IFPA, foram realizadas as ações de manutenção dos Convênios com a UFPA e a negociação do MINTER com a UFRRJ e com o MINTER do IFPA/Castanhal. Os MINTER's estão com as negociações adiantadas e terão início em 2015.

Em relação à capacitação dos servidores, foi dada sequência ao Plano Anual de Capacitação do IFPA, com a oferta de curso, fundamentalmente relacionados aos trabalhos administrativos e de gestão.

A gestão administrativa do IFPA pautou-se na promoção do desenvolvimento das atividades de gestão/administração do Instituto por meio da viabilização das condições materiais de funcionamento (estrutura física, equipamentos, materiais de consumo e serviços), no acompanhamento e execução dos recursos oriundos da LOA/Matriz CONIF.

Dentre as principais ações a serem desenvolvidas no exercício 2015, como forma de mitigar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos neste exercício, ressalta-se a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de planejamento integrado com os Câmpus e de avaliação de riscos, em especial relacionado ao estabelecimento de prática de levantamento de diagnóstico dos riscos, quer seja de origem interna ou externa, envolvidos nos seus processos estratégicos, e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.

Anexos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 036/2015-CONSUP DE 27 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, *nomeado através da Portaria nº 874-MEC-DOU DE 05/07/2012 e de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta no Processo nº 23051.008979/2015-59,*

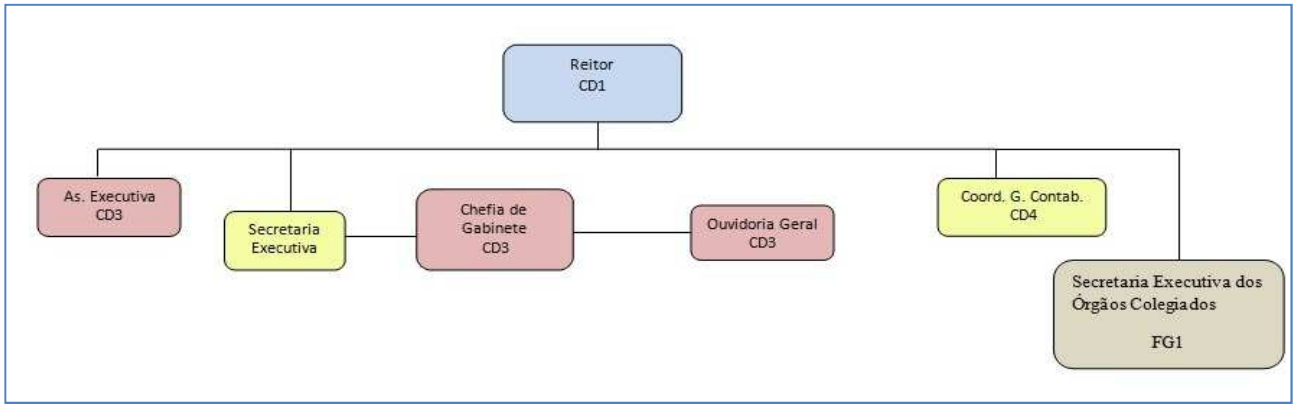
Resolve:

Art.1º- Aprovar, *o Relatório de Gestão 2014 deste Instituto, conforme deliberação tomada na 12° Reunião Extraordinária do Conselho Superior, realizada no dia 27 de abril de 2015.*

Art. 2º *- Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.*

Élio de Almeida Cordeiro
Presidente do CONSUP

GABINETE



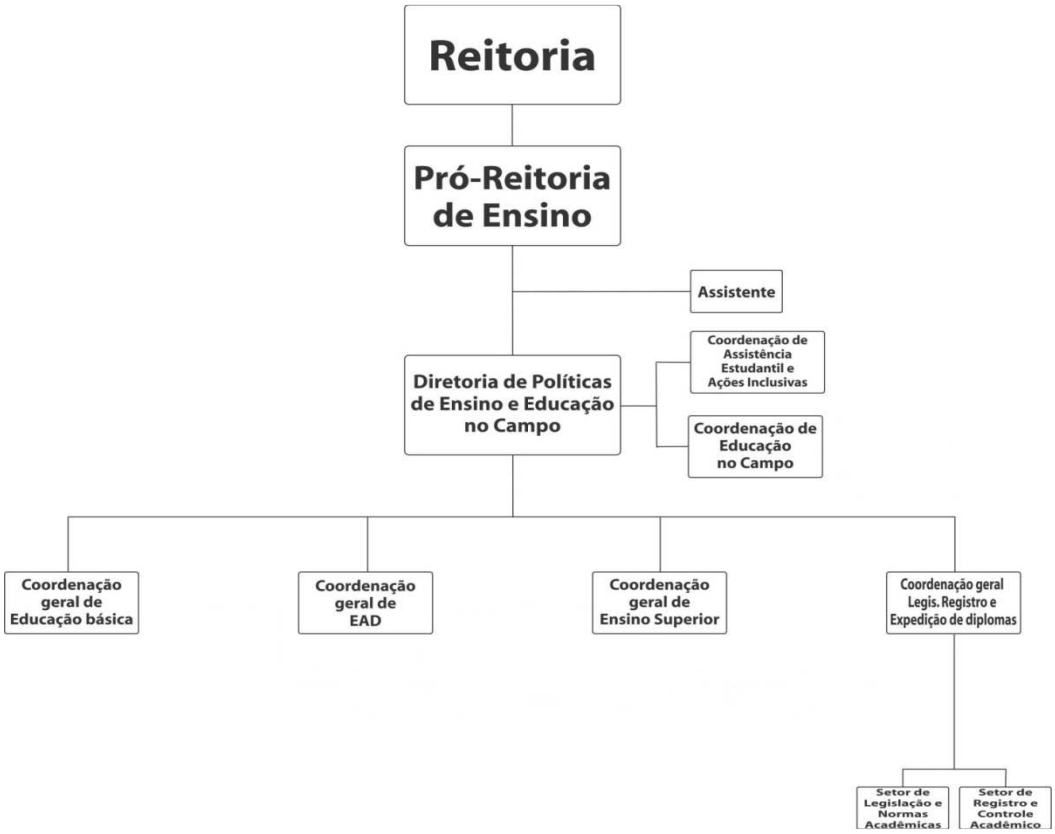
Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - GABINETE

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	x				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

Fonte: Gabinete/IFPA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN



A governança da PROEN está estruturada em consonância com a Lei nº 11.892, que institui e cria os Institutos Federais, tendo como seus órgãos superiores: Conselho Superior (CONSUP), Colégio de Dirigentes (CODIR), e Auditoria Interna (AUDIN).

A PROEN desenvolve suas ações pautadas no PDI, no Estatuto do IFPA, no Regimento Interno, e na Organização Didática do IFPA para atender aos objetivos estratégicos institucionais, de forma precisa e clara, possibilitam o entendimento do seu propósito, que relacionado com a visão de futuro da Instituição.

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			**X**		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			**X**		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise crítica e comentários relevantes:

A avaliação ao nível da PROEN demonstrou que o controle interno evidencia fragilidades quanto ao auxilio de custos apropriados ao nível de benefício.

Neste sentido ações de informações mais apropriadas poderiam melhor auxiliar no monitoramento dos processos e na redução de risco, e com resultados nos custos mais compatíveis às atividades de controle interno pertencente à UJ.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

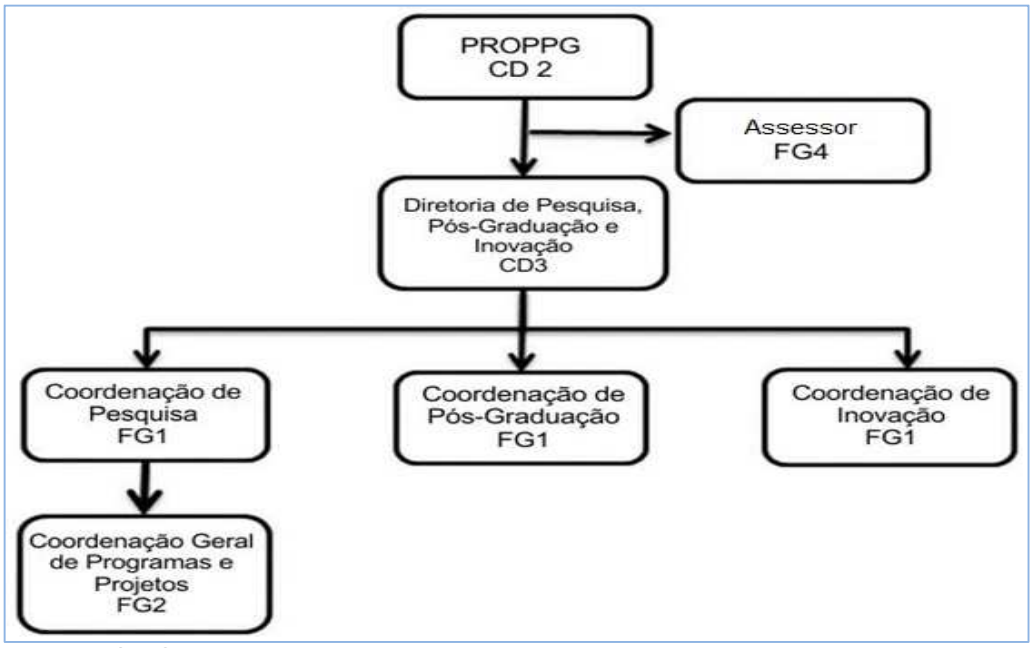
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃOE INOVAÇÃO - PROPPG:



Fonte: PROPPG

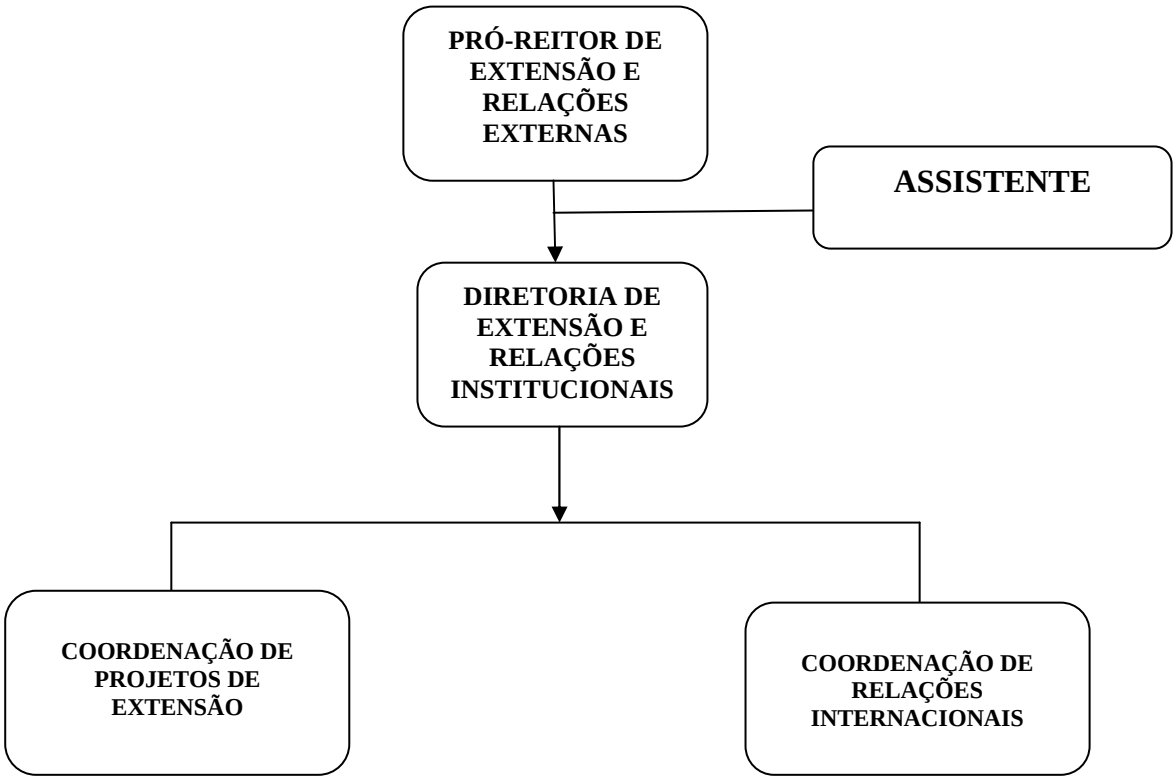
Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			**X**		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**X**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			**X**		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de			**X**		

ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**X**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				**X**	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			**X**		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	
Análise crítica e comentários relevantes: O sistema de controle interno da PROPPG ainda apresenta fragilidades devido principalmente à falta de avaliação de riscos e monitoramento dos controles internos. A equipe da PROPPG trabalha para que os controles internos sejam aperfeiçoados e com isso os objetivos da unidade sejam alcançados.					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

Fonte: PROPPG/IFPA

PRÓREITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT



Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nívelde benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise crítica e comentários relevantes:

A Normatização das ações vinculadas à PROEXT ainda não foram concluídas, haja vista a redução de servidores que a Pró-Reitoria vivencia, inviabilizando a conclusão de forma célere das normas e políticas institucionais de sua competência.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

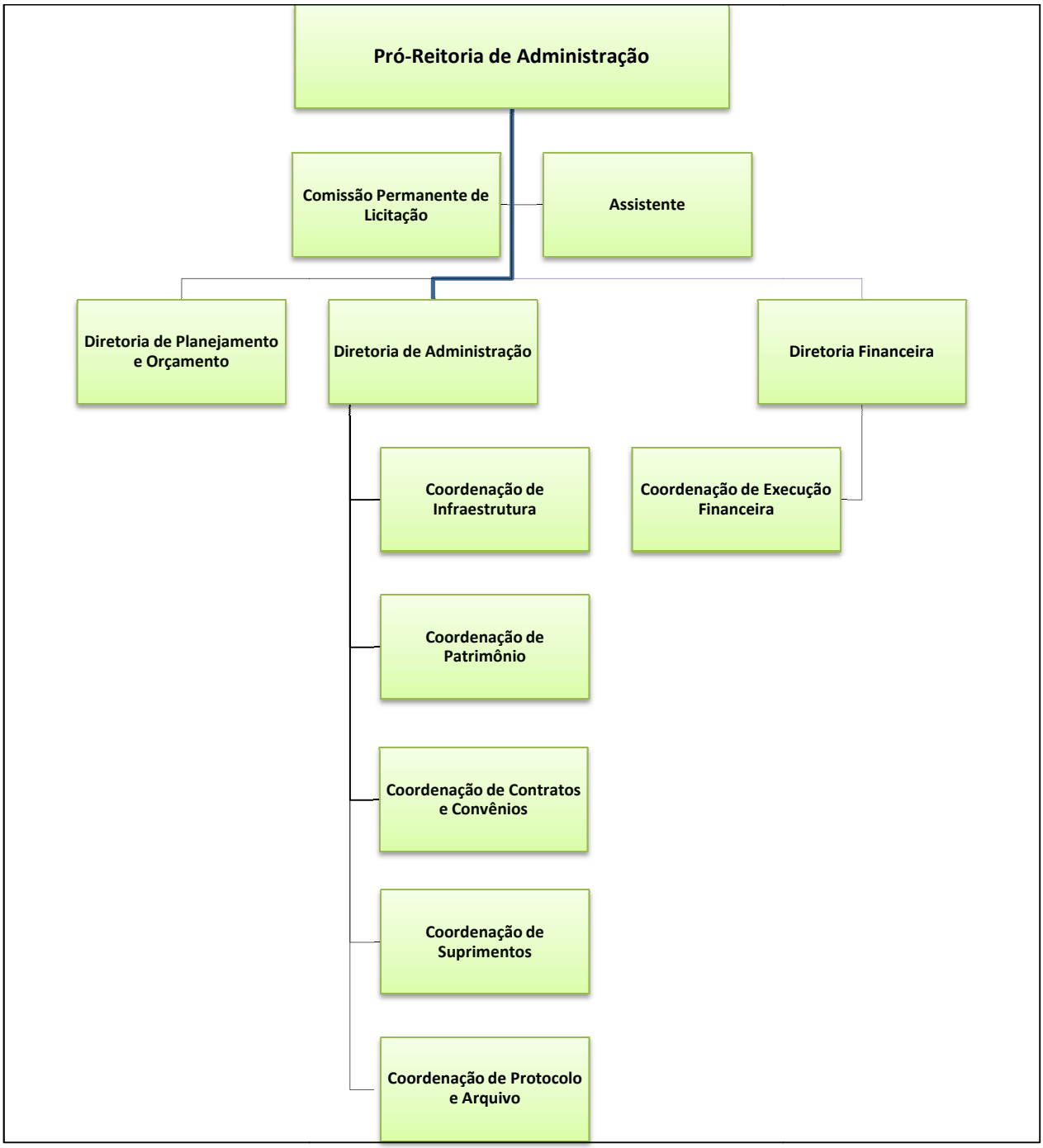
(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: PROEXT/IFPA

PRÓ – REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD



Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - PROAD

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			**X**		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	**X**				

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Análise crítica e comentários relevantes: O código de ética da Instituição está em construção; Quanto à avaliação dos riscos que podem comprometer as metas institucionais, o IFPA não formalizou os riscos de forma sistemática, no entanto, conta com o apoio da Unidade de Auditoria Interna para monitoramento dos controles internos, todos os processos aquisição de bens/serviços e de construção de obras de engenharia são analisados pela Procuradoria Federal junto ao IFPA, assim como os aditivos, ao longo dos exercícios tem regulamentado atividades que contribuem para a prevenção de riscos e prejuízos ao patrimônio público, as minutas das normativas interna da instituição são disponibilizadas nos e-mail institucional dos gestores para sugestões, e em algumas minutas são promovidas reuniões com os gestores e servidores para discutir itens controversos, discutidas no Colégio de Dirigentes, e posteriormente encaminhadas ao Conselho Superior para aprovação. Nas reuniões do Colégio de Dirigentes, além de assuntos pontuais de sua competência o espaço é aproveitado para discutir ações de planejamento, que são devidamente registradas nas Atas das reuniões. Mas, não são discutidas ações de avaliação de risco.
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: PROAD/IFPA

Passaremos a analisar os restos a pagar não processados por ano, conforme abaixo:

Ano de 2010:

Relativamente aos restos a pagar não processados, inscritos em 2010.São decorrentes de créditos orçamentários empenhados praticamente no último mês do fechamento do exercício por não existe tempo hábil para processamento das despesas, que tendem a ocorrer no início do ano seguinte. São despesas relativas à contratação de serviços, obras e aquisição de equipamentos.

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados do exercício de 2010 não houve pagamentos, só houveram cancelamentos no montante de R$ 830.260,70 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.445.72/30001-20	BORGES INFORMATICA LTDA	1.360,00
056.118.902-10	APRIGIO FERREIRA DIAS	8.000,00
10.326.327/0001-01	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	740.131,13
10.852.944/0001-40	ESPORTE VALE - COMERCIAL DE ARTIGOS	748,75
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	1.238,68
458.968.101-30	EDIVAN DE SOUSA SANTOS	600,00

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.301.082/0001-04	LIVRARIA E PAPELARIA MATTOS LTDA - EPP	207,00
02.654.191/0001-30	TECAUT AUTOMACAO INDUSTRIAL EIRELI	255,98
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	295,90
05.106.152/0001-97	MULT - HOSPITALAR COMERCIAL LTDA - EPP	400,00
05.840.319/0003-00	PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA	499,50

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.884.237/0001-04	HIDRO ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	4.436,00
07.712.095/0001-15	BELEM COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA	108,00
08.884.688/0001-21	MACRO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	88,00
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	5.995,92
09.494.474/0001-01	J C CORREA REIS INDUSTRIA E COMERCIO	7.490,00
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	267,61
19.759.554/0001-03	INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO	2.350,00
22.973.408/0001-82	HIDRO ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	900,00
23.678.410/0001-91	LOTUS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	555,00

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.293.314/0001-92	REI-LABOR COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO	809,55
02.221.221/0001-15	CVM LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - ME	10.383,52
03.534.450/0001-52	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS	140,00
05.312.757/0001-34	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS	1.932,86
07.176.435/0001-30	P G D COMERCIAL, EXPORTACAO E IMPORTACAO	7.595,00
08.875.919/0001-30	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS	14.020,00
11.116.850/0001-76	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	6.261,60
11.122.093/0001-43	LLM MONTEIRO LTDA - ME	2.998,00
11.386.332/0001-72	EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMEN	1.989,80
80.314.479/0001-70	ROSE MERIE JAQUES - ME	8.202,90

Neste exercício de 2014, os restos a pagar não processados do exercício de 2010 após a realização dos cancelamentos, restaram saldos ainda no montante de R$ 853.083,48 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.578.690/0001-35	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	399.671,75

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
15.263.411/0001-47	WAB ENGENHARIA LTDA - EPP	346.057,47

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.930.607/0001-04	FM & F TECNOLOGIA LTDA - EPP	4.451,00
03.339.994/0001-63	EFICIENTE ATACADISTA LTDA - EPP	1.241,52
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	364,39
04.303.895/0001-94	LINK ETIQUETAS INDUSTRIA	272,46
04.418.934/0001-07	CENTER SPONCHIADO LTDA - EPP	279,98
04.709.243/0001-54	BS EQUIPAMENTOS, INDUSTRIA	2.850,00
05.312.757/0001-34	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA	1.020,00
07.918.483/0001-57	DISTRIBUIDORA PLAMAX EIRELI - EPP	2.955,99
08.308.731/0001-00	VINCENT COMERCIO DE ELETRO	1.599,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08.875.919/0001-30	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS	3.082,99
08.942.276/0001-09	UZZO COM E DISTRIBUICAO LTDA - ME	5.459,75
09.018.106/0001-97	COMERCIAL SPHERA LTDA - ME	200,00
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA	1.328,01
10.295.964/0001-68	SEITON SERVICOS PROFISSIONAIS	7.120,96
10.328.015/0001-37	MARILENE SOARES COTA - ME	2.619,99
10.753.869/0001-60	MENA CONSTRUCOES COMERCIO	5.409,26
10.810.728/0001-32	BOOKS ONLINE DISTRIBUIDORA LTDA	813,49
10.934.762/0001-19	M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES	223,50
11.295.099/0001-12	MADRIA INFORMATICA LTDA - ME	3.750,00
11.908.573/0001-34	CLEDISON DE SOUSA COSTA	933,00
11.920.848/0001-55	INFOBENTO COMPUTADORES LTDA - ME	1.050,00
12.185.204/0001-23	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP	2.559,99
22.919.047/0001-96	BERTILLON SERVICOS ESPECIALIZADOS	39.512,20
43.080.241/0001-09	M T R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	205,00
510.001.572-02	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇA	2.415,84
92.823.764/0001-03	DIRCEU LONGO & CIA LTDA - EPP	7.130,99

UG: 158507 (Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.359.558/0001-11	J S BRITO COMERCIO DE LIVROS E BR	1.555,15
10.940.632/0001-99	EXITUS ADMINISTRADORA LOGISTICA L	3.449,00

UG: 158508(Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.338.912/0001-91	SOCIEDADE BRASILEIRA DE AQUICULTURA	470,00
15.282.205/0001-84	CONSER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.030,80
57.007.114/0001-80	PENTAX COMERCIO DE PRODUTOS PARA	2.000,00

Ano de 2011:

Já com relação aos restos a pagar não processados do exercício de 2011, grande parte foram pagos no exercício de 2014 e são oriundos de obras da expansão da rede e aquisição de equipamentos para atendimentos dos 17 Câmpus e a Reitoria. São despesas relativas à contratação de serviços, obras e aquisição de equipamentos.

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados do exercício de 2011, foram pagos no montante de R$ 72.036,34. Houveram ainda cancelamentos na ordem de R$ 1.062.790,02 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
005.524.051-83	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
04.945.341/0001-90	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	8.379,90
05.481.868/0001-74	R.V. BRAZAO LTDA	38.708,73
07.320.965/0001-00	LABORATORIO R F VASCONCELOS LTDA - EPP	40.379,82
08.672.139/0001-93	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMATIC	16.471,28

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.578.690/0001-35	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	178.811,95
10.326.327/0001-01	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	125.173,19
232.171.542-15	PAULO HENRIQUE LOBO NEVES	1.200,00
370.938.279-34	APARECIDA DE LOURDES PEDROSO ARANHA	3.000,00
470.101.182-72	EDINA MARIA PANTOJA SERRA	1.000,00
510001/572-02	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS	37.384,74
510458/262-00	MAURICIO CAMARGO ZORRO	3.000,00
521.193.192-00	CYNARA RIBEIRO DE SOUZA	2.600,00
603.044.488-34	AMAURI GARCIA	4.800,00
641.115.202-00	DAYSE ALVES DA SILVA	5.000,00
751.333.692-04	LUCIANA GUIMARAES BARBOSA	3.144,44
755.239.142-15	ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA	2.569,78
812.923.762-87	EDSON DOS REIS DE ANDRADE	4.500,00
888.449.432-04	NELSON DUARTE FARO JUNIOR	3.144,44
893.82.002-68	ANA GABRIELA DELGADO QUARESMA	5.000,00
921.317.272-91	RAYSA JEANNY DOS SANTOS GUEDES DE SOUZA	4.000,00

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.992.657/0001-82	EMBRAMEDICA PRODUTOS DE LABORATORIOS LTDA	35,00
02.580.059/0001-21	ECM TECNOLOGIA EM IMPRESSAO DIGITAL LTDA	4.000,00
03.458.174/0001-90	ENGEFIX CONSTRUCOES LTDA	405.832,55
03.941.870/0001-53	WAGNER A. APOLINARIO - EPP	1.293,14
05.030.601/0001-60	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA	60,00
06.074.162/0001-50	MARCOS ROBERTO MEINTS - ME	1.021,18
06.532.296/0001-78	J.LAB DISTRIBUIDORA PRODUTOS P/LABORATORIO	391,34
07.017.885/0001-80	R2 ARQUITETURA & URBANISMO LTDA - EPP	54.693,75
07.707.757/0001-69	LABIMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	472,95
07.753.110/0001-73	STATUS COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS	638,40
07.845.261/0001-51	M. M. COMERCIO DE MATERIAIS PARA PESCA,	44.986,25
10.612.555/0001-48	DIMINAS - DISTRIBUIDORA MINEIRA	1.898,39
10.761.374/0001-83	EPOCA EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAS LTDA	2.893,50
10.828.391/0001-90	G8 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	3.711,00
11.301.724/0001-91	QUALY COMERCIAL EIRELI	30,00
11.332.856/0001-80	MOURA & VASCONCELOS LTDA - ME	1.000,00
12.051.059/0001-98	BIOSIGMA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR	269,96
12.388.704/0001-62	SCIENCE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO LTDA	7.941,00
12.477.916/0001-16	STARGLASS COMERCIO DE ARTIGOS	623,88
12.747.361/0001-85	B.P. COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	110,87
14.644.934/0001-70	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFISICA	330,00
61.615.977/0001-08	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CERAMICA	640,00
71.443.667/0001-07	ORBITAL PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	689,95
83.933.739/0001-83	NORTESEG COMERCIO LTDA - ME	746,00
89.878.284/0001-27	SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS	1.200,00

UG: 158308 (Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.261.854/0001-57	CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO	155,00
03.796.347/0001-80	LUIS ROBERTO BOSCARIOL - ME	4.144,00
04.164.616/0001-59	TNL PCS S/A	5.481,92
05.075.962/0001-23	MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA - ME	596,60
06.035.543/0001-20	FRIBEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.080,00
11.759.140/0001-64	MARLISE PINTO 18422689880	10.352,00

UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.476.948/0001-31	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA	7.019,45
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	179,89
13.050.630/0001-12	LUCIANA ROSSETO VANDERLEI - ME	3.700,00
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA	2.208,34
79.065.181/0001-94	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS	495,44

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados de 2011 depois de realizados os cancelamentos, restaram ainda o montante de R$ 4.469.417,38 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	4.040.296,50

UG: 158306 (Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08.672.139/0001-93	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA	886,10

UG: 158307(Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.916.265/0141-10	JBS S/A	3.539,64
09.721.16/30001-38	A S NAGASE & CIA LTDA	6.230,00

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.673.445/000-132	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE	550,00
04.418.934/0001-07	CENTER SPONCHIADO LTDA - EPP	517,00
05.569.970/0001-26	UNIEDUCAR INTELIGENCIA EDUCACIONAL	160,00
10.519.805/0001-08	BOOG COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	2.640,00
11.386.332/0001-72	EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS	1.585,00
19.764.075/0001-77	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA	2.000,00
28.254.225/0001-93	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOLOGIA	1.210,00
42.137.836/0001-82	SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIA	1.400,00
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇA	570,00
59.710.996/0001-71	VENTBRAS INDUSTRIA ELETROMETALURG	1.124,00
68.886.605/0001-65	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO	759,00

UG: 158481(Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.961.747/0001-06	SIMONE CARDOSO BARBOZA	200,00
01.544.986/0001-23	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	2.642,01
01.795.809/0001-10	A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS	3.292,70
01.927.184/0001-00	USE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	3.114,80
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	130,00
04.377.707/0001-72	NORFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO	8.675,70
05.198.240/0002-47	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA	1.349,99
05.600.863/0001-13	MM COMERCIO DE TONER LTDA	1.000,00
07.151.477/0001-17	BOOKPARTNERS E. V. - DISTRIBUIDOR	3.715,05
08.064.978/0001-29	TOPP SERVICOS DE MAO DE OBRA	1.173,92
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE	33.394,82
08.395.467/0001-90	L & A CARVALHO COMERCIO	3.103,19
08.644.629/0001-86	SANTOS & MALTA LTDA - ME	3.350,00
08.772.301/0001-45	WZ UNIAO M0NTAGEM E INSTALACOES	1,98
09.133.170/0001-19	VILA NOVA CONSTRUCOES E COMERCIO	1.428,19
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA	6.363,78
09.496.349/0001-30	CRISTINA LEAO REGO INFORMATICA	14.805,00
10.295.964/0001-68	SEITON SERVICOS PROFISSIONAIS	27,00
10.433.143/0001-40	AUGUSTU'S INFORMATICA LTDA	3.916,05
10.461.204/0001-83	MACON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	360,00
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA	1.000,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	8,27
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	1.209,46
1.2324.417/0001-99	BMB IMPORTACAO E COMERCIO	303,00
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA	199,98
12.941.636/0001-17	SOLUCTION LOGISTICA E EVENTOS	1.738,00
13.678.338/0001-49	WAAP SISTEMAS LTDA - ME	964,00
13.981.565/0001-49	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO	790,00
29.387.016/0001-80	MULTITEC COMERCIAL E DISTRIBUIDOR	360,00
33.000.118/0009-26	TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.365,18
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	1.859,90
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES	1.229,98
83.344.267/0001-23	S R S PIMENTEL - ME	210,00
83.834.762/0001-10	M. R. S. PEREIRA MAGALHAES - ME	4.854,00

UG: 158506(Câmpus Bragança):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.704.513/0001-46	SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E	1.029,60
0.265.0833/0001-23	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	1.180,18
03.472.471/0001-90	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA	2.182,55
03.564.152/0001-05	DAVID MOREIRA & CIA LTDA	1.978,98
04.630.524/0001-17	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.265,31
04.802.521/0001-13	ZITECH - TECNOLOGIA INTELIGENTE	13.333,33
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA	3.566,32
05.198.240/0002-47	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA	2.399,96
05.352.726/0001-07	COPYSYSTEMS COPIADORAS LTDA	732,96

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.537.577/0001-50	SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS	1.680,00
05.557.261/0001-20	TOME MANUEL TRIGO - ME	420,00
07.199.928/0001-96	R. C. SIQUEIRA COMERCIAL	5.016,00
07.830.786/0001-13	J. E. PINTO & CIA. LTDA	1.300,00
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE	1.118,86
09.269.420/0001-42	SILVA PINHEIRO & PINHEIRO	1.859,64
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA	5.679,67
10.596.399/0001-79	ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS	0,03
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	889,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	5.000,00
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS	0,26
13.100.382/0001-77	MORAES COMERCIO E SERVICOS	445,00
13.352.012/0001-27	R. PEREIRA DE SOUZA COMERCIAL	0,33
13.981.565/0001-49	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO	19.010,00
263.835.353-15	GENIVAR GOMES FERREIRA	3.000,00
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	32.259,40
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	4.916,78
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	345,76

UG: 158507(Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.814.436/0001-14	ATSL - COMERCIO DE INSTRUMENTOS	291,60
01.808.192/0001-20	UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE	1.240,00
02.449.992/0364-36	VIVO S.A.	2.306,00
05.018.002/0001-21	ESCANDINAVIA COMERCIO E SERVICOS	1.737,97
05.488.204/0001-37	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS	599,00
05.634.834/0003-34	WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS	600,00
06.049.630/0001-37	SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS	160,00
06.272.413/0007-05	NORSERGEL VIGILANCIA E TRANSPORTE	27.360,10
07.151.477/0001-17	BOOKPARTNERS E. V. - DISTRIBUIDOR	239,67
0.717.3992/0001-06	MARIA CAMPOS LUIZE	17,94
07.586.061/0001-21	CRISTIANE DE SOUZA LENDENGUE	1.337,88
07.972.280/0001-49	MERIDIAN COMERCIO DE PRODUTOS	1.305,70
08.06.570/00001-76	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO	28,05
08.084.695/0001-49	ELLEN MOALLEM - ME	926,08
08.772.301/0001-45	WZ UNIAO M0NTAGEM E INSTALACOES	269,85
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA	65,98
10.190.265/0001-53	JVS COMERCIO E SERVICOS	60,00
10.242.569/0001-17	MCX MERCANTIL & DISTRIBUICAO LTDA	23.270,00
10.780.347/0001-58	TOIGO & RIBEIRO LTDA - ME	3.067,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	110,43
11.104.598/0001-85	JAMBO COMERCIAL LTDA	5.283,50
11.122.093/0001-43	LLM MONTEIRO LTDA - ME	539,00
11.759.140/0001-64	MARLISE PINTO 18422689880	316,00
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	2.983,23
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA	256,89
13.626.227/0001-99	LICITAR PRODUTOS E SERVICOS LTDA	899,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
1.468.6034/0001-96	FGALS EMPREENDIMENTOS LTDA	2.640,00
38.064.085/0001-44	BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	26,70
55.741.110/0001-04	EXOM ARTIGOS PARA LABORATORIOS	433,85

UG: 158508(Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01..435.768000150	COMERCIAL FACIS LTDA	633,50
01.544.986000123	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	146,02
02.176.635000170	PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO	196,25
03.262.568000179	NETSTAT COMERCIO E SERVICOS LTDA	604,08
04.027.440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	107,25
04.295.280000163	PARA SUPRIMENTOS E INFORMATICA	262,76
04.303.895000194	LINK ETIQUETAS INDUSTRIA	106,65
04.510.069000116	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL	368,53
07.151.477000117	BOOKPARTNERS E. V. - DISTRIBUIDOR	463,32
07.341.940000193	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS	1.935,27
0.7489.338000106	M. M. M. SANTOS & CIA LTDA	5.979,25
08.065.700000176	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO	441,02
09.372.101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA	2.044,10
11.012.260000101	V.M.A.V. COMERCIO IMPORTACAO	623,67
11.834.702000197	J L GOMES COMERCIO DE LIVROS	3.374,92
11.968.648000172	46 LIVROS EIRELI	2.378,78
13.277.601000198	MEGA REDE CONECTIVIDADES LTDA	400,00
13.585.992000108	A.C.M. DE SOUZA JUNIOR	0,05
13.970.625000128	PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA	332,78
14.605.207000102	R. DOS SANTOS PEREIRA	749,00
79.065.181000194	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS	1.474,81
83.931.485000164	PALMAS COMERCIAL LTDA	1.083,00

UG: 158509(Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.230.915/0001-81	GGS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO	1.868,00
03.472.471/0001-90	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA	0,47
03.698.743/0001-75	TAMBURELLO COMERCIO SERVICOS	5,99
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS	505,03
04.630.524/0001-17	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA	39.727,71
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A.	2.620,31
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	214,36
07.151.477/0001-17	BOOKPARTNERS E. V. - DISTRIBUIDOR	1.609,97
08.065.700/0001-76	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO	1.465,43
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE	1.798,57
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA	2.729,58
10.753.851/0001-69	LEB- LIVRARIA & CAFE LTDA	1.460,57
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	120,97
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	8.297,84

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
22.955.306/0001-34	MARTENGE CONSTRUTORA E ENGENHARIA	554,25
33.000.118/0009-26	TELEMAR NORTE LESTE S/A	162,89
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	3.677,79
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	1.159,94
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇA	490,00

UG: 158512(Câmpus marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA	600,00

UG: 158518(Câmpus Santarém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.755.013/0001-04	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	980,08
03.353.629/0001-03	CAZIDA COMERCIAL LTDA	1.052,49
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	373,34
07.259.925/0001-09	INSTITUTO NACIONAL VALER	3.322,73
08.193.119/0001-30	MOURA BRASIL MARKETING	2.120,00
10.384.544/0001-58	L. C. DE ALMEIDA - INFORMATICA	1.014,74
11.468.116/0001-76	RL COMPACTA COMERCIO E SERVICOS	107,12
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	1.209,15

UG: 158567(Câmpus Itaituba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	4.878,52

Ano de 2012:

Já com relação aos restos a pagar não processados do exercício de 2012, na maioria foram pagos neste exercício e são oriundos de obras da expansão da rede e aquisição de equipamentos para atendimentos dos 17 Câmpus e a Reitoria. São despesas relativas à contratação de serviços, obras e aquisição de equipamentos.

Neste exercício de 2014, os restos a pagar não processados de 2012, foram pagos no montante de R$ 4.717.536,13. Houve ainda cancelamentos na ordem de R$ 2.125.555,14 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.892.520/0001-81	RAIMUNDO MARTINS FERREIRA - ME	229,80
04.040.524/0001-67	FERRAGISTA MARRA - EIRELI	1.720,00
04.822.060/0001-40	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARÁ	2.033,63
07.354.656/0001-51	ALIANCA PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO	1.099,90
07.499.215/0001-48	DIGITAL SOLUCOES LTDA - ME	42.878,48
09.232.949/0001-91	MULTI SERVICE REFRIGERACAO E PRESTACAO	4.765,07

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA	302,85
10.613.756/0001-60	M M P COSTA TREINAMENTO & DESENVOLVIMENTO HUMANO	3.898,00
10.934.762/0001-19	M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES	34.362,00
15.575.998/0001-20	FERRAMENTARIA BR LTDA - ME	3.000,00
364.342.802-20	SYME REGINA SOUZA QUEIROZ	1.200,00
556.409.402-63	FANNY BESSON	1.200,00

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	40,00
05.145.171/0001-22	MAZ CONSTRUCOES EIRELI	16,75
15.466.930/0001-02	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA	0,09
29.739.737/0011-84	ELEVADORES OTIS LTDA	4.156,44
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	314,53
51.793.982/0001-57	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMATICA	980,00

UG: 158307(Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	19.309,00
02.916.265/0141-10	JBS S/A	742,11
05.509.289/0001-92	FEDERAL VIDA E PREVIDENCIA S/A	4.612,02
05.802.113/0001-24	CONSTRUTORA RODRIGUES LIMA LTDA - EPP	569.842,96
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	3.372,25
07.711.900/0001-96	XEMLAB COMERCIAL EIRELI - EPP	2.134,40
08.978.381/0001-90	CKS COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA	6,47
09.721.163/0001-38	A S NAGASE & CIA LTDA	1.120,00
10.753.681/0001-12	LUIZ FABIANO APONTE - ME	493,95
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA	15.736,77
12.665.218/0001-44	IVRS COMERCIO LTDA	7,64
17.090.312/0001-36	VANIA CALDAS RODRIGUES DE SANTANA	2.095,50
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	2.353,10

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/000191	BANCO DO BRASIL SA	37.210,00
000.537.702-18	JULIANA RIBEIRO SOBRINHO	720,00
00.161.7712-62	ANTONIA RAFAELA GONCALVES MACEDO	720,00
006.816.742-37	EDNARA RONISE LIMA DE ARAUJO	720,00
010.902.712-47	NAYARA OLIVEIRA DA CRUZ	720,00
014.481.062-06	DEBORA TATYANE OLIVEIRA XAVIER	720,00
014.481.072-70	ANA PAULA PINHEIRO PACHECO	720,00
01.579.2462-90	THAMYRES VANESSA NASCIMENTO DA SILVA	720,00
02.261.854/0001-57	CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO	155,00

03.202.674/0001-67	POLO COMERCIO REFRIGERACAO E REPRESENTACAO	600,00
03.679.844/0001-07	OLIVA LTDA - EPP	2.172,93
05.821.396/0001-51	MOTA & RIBEIRO DE MELO LTDA	1.696,90
06.035.543/0001-20	FRIBEL COMERCIO DE ALIMENTOS	2.800,00
08.672.139/0001-93	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMATICA	2.371,66
09.498.013/0001-07	IMPAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	568,50
11.105.256/0001-80	URANO CONSTRUCOES LTDA - EPP	1.114.188,14
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA	4.795,84
16.602.451/0001-39	PRIME COMERCIAL LTDA	1.942,18
13.407.975/0001-80	ALVES E SILVA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	1.728,00
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES	7.259,50
40.924.383/0001-09	GODOY E TENORIO LTDA - EPP	500,00
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇA S	504,00
61.080.628/0001-39	LIVRARIA CANUTO LTDA	450,00
845.646.012-53	BEATRIZ DA SILVA MIRANDA	720,00
91.987.024/0001-31	FUNDACAO PROAMB	360,00
937.075.682-53	RAIMUNDA JUCI CHAVES DO NASCIMENTO	720,00
951.790.382-00	SILVANA LUCIA CORDEIRO VILACA	720,00
952.470.172-34	HELIANI GABRIELE BATISTA BELO	720,00
968.150.002-49	TATIANE MENDES DE SOUSA	720,00
979.485.782-34	TAMIRIS DA ROCHA CAVALCANTE	720,00

UG: 158481(Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/000191	BANCO DO BRASIL SA	2.636,00
04.377.707/0001-72	NORFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	32.143,39
05.997.092/0001-40	MAGE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	28.956,29
09.721.163/0001-38	A S NAGASE & CIA LTDA	4.707,48
11.223.241/0001-16	JK EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	2.196,08
90.338.708/0001-40	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CARCINOLOGIA	340,00

UG: 158506(Câmpus Bragança):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/000191	BANCO DO BRASIL SA	230,00

UG: 158507(Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	6.550,00
01.200.121/0001-40	FRANCISCO E SILVA CAPIISTRANIO - ME	3.666,66
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	2.100,00
08.677.413/0001-17	PARA BRASIL COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA	100,00
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	298,00
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	5.500,00
41.533.829/0001-37	F. A. SOARES DOS SANTOS REFRIGERACAO - ME	4.500,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	14.658,07
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	1.862,31

UG: 158508(Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	800,00
02.449.992/0181-01	VIVO S.A.	2.052,76
02.727.757/0001-07	ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA	1.760,00
03.128.654/0001-93	NERY & NEVES LTDA - ME	207,40

UG: 158509(Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	32.494,00

UG: 158512(Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	5.898,25
03.940.283/0001-40	CARAJAS SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP	2.999,56
04.945.341/0001-90	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	44,80
05.509.289/0001-92	FEDERAL VIDA E PREVIDENCIA S/A	478,08
07.046.282/0001-07	ROCHA MODULADOS, ARTIGOS DO VESTUARIO E INFORMATICA LTDA	35.625,00
07.512.253/0001-93	SERPE FERRAMENTAS E MAQUINAS EIRELI - EPP	125,00
08.064.978/0001-29	TOPP SERVICOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA – ME	1.185,57
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	195,63
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	3.124,63
12.095.375/000-161	INOVATEC - SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - ME	3.122,00
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	23,92
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	1.160,86

UG: 158518(Câmpus Santarém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
12.886.670/0001-36	JOAO BATISTA FERREIRA DA CUNHA 66656524249	1.090,00

UG: 158567(Câmpus Itaituba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	10.037,04

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados de 2012, depois de realizados os cancelamentos devidos, restaram o montante de R$ 13.057.616,61 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.458.174/0001-90	ENGEFIX CONSTRUCOES LTDA	3.854.256,96
09.578.690/0001-35	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	6.825.596,14

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.935.689/0002-27	SOVEREIGN COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA.	6.318,00
03.262.568/0001-79	NETSTAT COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	2.458,00
03.961.467/0001-96	MULTI QUADROS E VIDROS LTDA - ME	13.049,00
04.039.114/0001-04	ALEXANDER YOSHIYA OMOTO - ME	7.995,00
04.522.053/0001-23	POLY COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	166,99
04.755.218/0001-07	L C INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA - ME	2.100,00
07.290.027/0001-05	TECSULVALE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	538,00
07.711.900/0001-96	XEMLAB COMERCIAL EIRELI - EPP	790,00
08.395.467/0001-90	L & A CARVALHO COMERCIO DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	636,20
08.770.377/0001-31	ANDRE LUIZ PEREIRA INFORMATICA - EPP	3.620,00
09.534.741/0001-27	ARRAIS LOGISTICA E SERVICOS ADUANEIROS LTDA - ME	5.000,00
09.721.163/0001-38	A S NAGASE & CIA LTDA	1.572,16
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	16.011,00
13.498.553/0001-68	S & E COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - EPP	21.838,33
13.564.577/0001-78	C. C. COMERCIAL LTDA - ME	5.500,00
13.981.081/0001-08	MONIQUE MOREIRA NASCIMENTO - ME	688,50
14.878.981/0001-89	NPNEWS MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA	2,55
15.263.411/0001-47	WAB ENGENHARIA LTDA - EPP	552.738,35
22.456.487/0002-35	ACAIACA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	601,99
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	2.900,96
61.615.977/0001-08	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CERAMICA	3.360,00
683.663.452-20	FABIO RODRIGO BARROS DA CRUZ	700,00
74.704.008/0001-75	FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS	1.000,00

UG: 158307(Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.003.694/0001-83	NORTELPA ENGENHARIA S/A	51.892,00
01.149.110/0002-63	MASTER - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	12.724,00
03.996.661/0001-07	INSTRUTEMP INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA	100,00
04.868.964/0001-07	MARABA COMUNICACAO LTDA - EPP	60,00
07.711.900/0001-96	XEMLAB COMERCIAL EIRELI - EPP	3.281,83
08.923.710/0001-03	ZIP TEC INFORMATICA LTDA - ME	3.079,97
08.978.381/0001-90	CKS COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA	27,07
08.990.688/0001-06	K. PELLIZZARO DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP	26.518,85
09.204.013/0001-57	BFR.RJ DISTRIBUIDORA LTDA - ME	41,84
10.429.563/0001-53	SALENS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	2.099,00
10.752.963/0001-03	FLASH COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS	699,90
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	232,66
11.898.874/0001-24	MARABA TELECOM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	7.920,00
12.643.855/0001-10	ALJA COMERCIO E INSTALACAO LTDA - EPP	2.710,00
24.005.316/000-134	PAPELARIA PAPEL CARTAZ LTDA - EPP	18,26

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.506.307/0001-57	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO	4.461,03
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	1.939,00
04.143.345/0001-55	ZAMBONI COMERCIO DE LIVROS LTDA	1.486,00
04.709.243/0001-54	BS EQUIPAMENTOS, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	2.100,00
05.018.981/0001-18	CLINICA RADIOLOGICA DR OCTAVIO LOBO S C LIMITADA	730,00
05.990.063/0001-56	APICE CIENTIFICA EIRELI	300,00
06.284.023/0001-51	GLOBAL COMERCIAL LTDA - EPP	1.813,46
07.452.142/0001-39	J.P.ATAIDE - ME	2.106,50
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	3.499,96
10.933.779/0001-51	SPORTBUY COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	350,91
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	1.271,12
11.383.956/0001-36	ALPHA COMERCIAL EIRELI - EPP	866,60
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	4.324,20
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	7.053,17
12.349.852/0001-78	CONCEITUAL - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS	6.780,00
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA - ME	2.502,06
12.865.208/0001-52	P.H.D. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA	14.440,00
13.440.815/0001-33	AZLAB EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA LABORATORIOS	78.648,96
14.898.733/0001-08	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ALIMENTOS	1.175,00
40.924.383/0001-09	GODOY E TENORIO LTDA - EPP	900,00
42.563.692/0001-26	M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A	4.235,00
60.160.975/0001-09	MS TECNOPON EQUIPAMENTOS ESPECIAIS LTDA - EPP	6.060,00
83.720.235/0001-85	CONFEDERACAO BRASILEIRA DE APICULTURA	395,00
90.221.151/0001-62	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE OCEANOGRAFIA	451,00

UG: 158481(Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	71.726,02
00.968.806/0001-78	INTERTON COMERCIO LTDA - EPP	2.500,00
01.390.674/0001-02	WF LICITACOES LTDA - ME	2,00
01.544.986/0001-23	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	1.157,79
02.755.013/0001-04	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	3.171,30
02.976.881/0001-06	ANATOMIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS	4.690,00
03.458.174/0001-90	ENGEFIX CONSTRUCOES LTDA	399.408,25
03.606.047/0001-91	ATACADAO DO LABORATORIO - EIRELI - ME	8.890,00
04.063.503/0001-67	SANTA TEREZINHA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA – E	3.054,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04.237.176/0001-12	PRODOTTI DISTRIBUIDORA LTDA - ME	3.368,78
04.295.280/0001-63	PARA SUPRIMENTOS E INFORMATICA EIRELI - ME	60,00
04.900.490/0001-33	BAYDE- CONSULTORIA E LOGISTICA LTDA	889,98
05.634.834/0001-72	WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA	23.954,00
0.022.999/0001-56	AAKER SOLUTIONS COMERCIO E MANUTENCAO DE INSTRUMENTOS	4.925,37
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	5.685,97
07.123.164/0001-55	BR1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	54.300,00
07.151.477/0001-17	BOOKPARTNERS E. V. - DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.	1.506,84
07.282.615/0001-05	FABIANO B DE CARVALHO - ME	805,20
07.671.526/0001-42	KONER TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA - ME	2.473,98
07.711.900/0001-96	XEMLAB COMERCIAL EIRELI - EPP	17.681,00
07.884.775/0001-16	PENHA COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	2.492,55
08.064.978/0001-29	TOPP SERVICOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA – ME	47.339,23
08.402.260/0001-03	VIVIANE CRESTAN DE OLIVEIRA - EPP	6.862,00
08.459.929/0001-95	CENTRO SERVICO DE DEDETIZACAO DE TUCURUI LTDA.	2.080,00
08.923.710/0001-03	ZIP TEC INFORMATICA LTDA - ME	510,37
09.096.717/0003-15	BORTOLAI LIVROS LTDA - ME	4.920,86
09.116.592/0001-86	BELTIS COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFORMATICA	3.663,00
09.133.170/0001-19	VILA NOVA CONSTRUCOES E COMERCIO ATACADISTA DE ESTRUTURA	2.506,72
09.242.037/0001-09	L.B. BEZERRA - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS	0,06
09.339.887/0001-11	NORTECH LTDA - EPP	6.165,68
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	5.159,62
09.555.121/0001-74	L. M. ARAUJO - ME	3.116,60
09.560.059/0001-09	BIZUINFORMATICA LTDA - ME	17.696,82
10.158.338/0001-20	KATUCHA COMERCIO E INSTALACOES COMERCIAIS LTDA	700,00
10.278.886/0001-93	DAMASO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	541,00
10.305.226/0001-54	EDIVALDO SOUZA & CIA LTDA - EPP	6.450,00
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	12.290,00
10.810.728/0001-32	BOOKS ONLINE DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	1.053,86
10.845.643/0001-90	OASIS CONSTRUCAO & SERVICOS LTDA - EPP	52.387,90
10.862.037/0001-82	LIVRARIA PAPELARIA E INFORMATICA SOLEMAR LTDA	838,68
11.349.876/0001-64	AVILA E BASTOS COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS	0,09
11.451.932/0001-77	MARKA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	24.999,99
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	4.846,43
12.082.454/0001-38	DONZA & CIA LTDA - ME	0,10
12.134.879/0001-43	AIQ FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS LTDA - EPP	0,07
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA - ME	656,80
12.558.937/0001-66	E W EQUIPAMENTOS EDUCACIONAL LTDA - EPP	0,35
12.715.336/0001-10	ERIKA LUCIANI SCHMIDT - ME	0,02
12.941.636/0001-17	SOLUCTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA - ME	5.605,00
13.069.888/0001-60	CBA - COMERCIO DE CONFECCOES BANDEIRA LTDA - ME	976,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
13.585.992/0001-08	A.C.M. DE SOUZA JUNIOR - EPP	297,21
14.628.690/0001-32	MARIA ISABEL DE SANTANA MUNIZ 21722218487	0,76
15.748.437/0001-85	PRINCIPE REFRIGERACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA	58.786,00
16.403.724/0001-16	BLUE PARTS LICITACOES LTDA - EPP	2.865,01
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	850,00
21.841.804/0001-93	CASA MARCELO DE FERRAGENS LTDA - EPP	2.098,33
304.284.162-68	SIDNEY CARLOS SOARES ARAUJO	240,00
39.119.656/0001-63	MULTISUPRIMENTOS SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	450,00
41.654.740/0001-29	QUIMIFORT COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	2.183,20
431.107.462-04	CLAUDIO JOAQUIM BORBA PINHEIRO	5.400,00
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	545,10
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA	1.978,32
60.431.715/0001-20	MARTE CIENTIFICA & INSTRUMENTACAO INDUSTRIAL	805,00
61.080.628/0001-39	LIVRARIA CANUTO LTDA	0,02
62.277.041/0001-87	DISAL SA DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS DE LIVROS	1.579,04
67.718.783/0001-14	SKILL TEC COM E MANUTENCAO DE INST DE MEDICAO	0,20
79.065.181/0001-94	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	909,07
83.840.371/0001-09	W L L DE MEDEIROS - EPP	1.496,00
839.378.702-53	DIONE BARBOSA OLIVEIRA	4.189,50
90.338.708/0001-40	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CARCINOLOGIA	300,00

UG: 158507(Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.117.769/0001-10	MULT BOOKS LTDA - ME	2.830,08
02.449.992/0364-36	VIVO S.A.	1.094,63
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	2.926,29
05.036.624/0001-82	NT CONFECCOES LTDA - ME	10.000,00
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	361,45
06.268.094/0001-60	LICITSUL COMERCIO E SERVCOS DE INFORMATICA LTDA	314,98
065.006.638-37	CLAUDIA MARIA GONSALVES	4.000,00
08.116.338/0001-15	P. GONCALVES DE LIMA COMERCIO	611,90
08.482.425/0001-96	TRAMA2 COMERCIO DE INFORMATICA LIMITADA - EPP	12.948,00
08.677.413/0001-17	PARA BRASIL COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA	12.357,40
08.738.738/0001-62	INSTITUTO DE MEDIACAO E ARBITRAGEM DA AMAZONIA – IMEARA	113.007,84
09.535.336/0001-23	CLIMATUC - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	0,04
10.495.488/0001-29	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	4.750,00
10.539.986/0001-26	COMGAS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	96,00
10.824.101/0001-30	MAKLAB COMERCIAL LTDA - ME	8.920,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	343,73
11.146.627/0001-71	A DA CONCEICAO & CIA LTDA - ME	13.830,00
11.311.279/0001-40	EUNICE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA - ME	6.482,58
11.451.932/0001-77	MARKA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	0,02
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	224,33

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11.909.143/0001-37	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	10.329,78
13.513.370/0001-74	NIHONCAR OFICINA MECANICA E LAVA JATO LTDA - ME	5.010,00
15.575.998/0001-20	FERRAMENTARIA BR LTDA - ME	806,80
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	29,79
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.655,41
41.533.829/0001-37	F. A. SOARES DOS SANTOS REFRIGERACAO - ME	3.993,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	6.201,68
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	1.200,00
63.851.992/0001-80	A A PIRES - EPP	930,24
953.344.592-00	ALLAN MARREIROS DA CUNHA	400,00

UG: 158508(Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.214.751/0001-24	M. V. COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	1.140,00
09.095.664/0001-56	DIMEP COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - EPP	6.466,00
13.067.652/0001-95	PEDRO PAULO DE A. E SILVA JUNIOR - COMBUSTIVEIS	109,50
13.639.878/0001-13	NET LICIT COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	938,83
14.595.395/0001-27	DANILO ALENCAR DOS SANTOS SILVA - ME	220,00
14.619.850/0001-87	ANDERSON COELHO DA SILVA SERVICOS - ME	1.350,00
17.090.312/0001-36	VANIA CALDAS RODRIGUES DE SANTANA - ME	2.401,49
422.998.452-91	MANOEL MESSIAS DOS SANTOS FEITOSA	700,00
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	271,44
61.615.977/0001-08	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CERAMICA	580,00
805.453.192-34	JOSEANE DE JESUS SILVA DE OLIVEIRA	750,00

UG: 158509(Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.154.529/0001-95	PROLSERVICE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	93,31
04.630.524/0001-17	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	23.602,86
06.222.005/0001-45	HSF COMERCIAL LTDA - ME	7.718,88
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	911,66
10.657.289/0001-70	OFICINA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP	3.830,01
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	7.000,00
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	773,07
13.753.287/0001-72	KLX COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E MATERIAL	0,03
14.744.763/0001-51	MACIEL DISTRIBUIDORA LTDA - ME	3.884,62
22.955.306/0001-34	MARTENGE CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	22.662,37
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	2.270,51
83.317.248/0001-08	R C F MACHADO - ME	10.542,70

UG: 158512(Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.449.992/0111-07	VIVO S.A.	3.357,26
04.510.069/0001-16	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	1.315,00
07.161.663/0001-37	CLAVIS BBR CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA	990,00
09.138.696/0001-91	D.W.S COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS E AGRICOLAS	1.409,76
10.613.756/0001-60	M M P COSTA TREINAMENTO & DESENVOLVIMENTO HUMANO - ME	2.199,00
10.706.427/0001-63	RAMOS & LAGO FRANCA LTDA - ME	998,90
11.223.241/0001-16	JK EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	340,00
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	200,00
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.049,65
66.991.647/0001-30	FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICO	300,00
83.431.593/0001-78	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENGENHARIA E CIENCIAS	500,00

UG: 158518(Câmpus Santarém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
000.640.212-70	WEPAMINONDO VIEIRA REBELO	400,00
02.999.657/0001-30	EBG COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	2.154,68
03.230.915/0001-81	GGS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	751,00
03.339.851/0001-51	GLOBAL GRAFICA DA AMAZONIA LTDA - EPP	135,00
03.861.383/0001-80	MILLENNIUM COMERCIO E SERVICOS E INFORMATICA LTDA – ME	666,00
04.002.498/0001-82	BELLSUB COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA – ME	8.030,20
04.008.278/0001-66	METALPOX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	0,15
04.505.156/0001-85	HIDRONORTE PERFURACAO DE POCOS LTDA - ME	8.200,00
04.795.101/0001-57	FENIX ASSESSORIA & GESTAO EMPRESARIAL LTDA	3.528,00
05.075.962/000123	MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA - ME	484,00
05.746.690/0001-46	R. M. S. DE ALMEIDA - EPP	302,60
06.063.153/0001-64	TRANSAMAZONICA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	914,00
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	1.464,66
08.748.536/0001-00	ARUMI - COMERCIO, SERVICOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	0,03
08.999.132/0001-80	L & G INDUSTRIA E COMERCIO DE FARDAMENTOS LTDA – EPP	180,00
09.409.620/0001-53	STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA LTDA – ME	12,86
10.436.980/0001-23	AMPLA COMUNICACOES E SOLUCOES PARA EVENTOS LTDA – ME	1.458,00
10.753.681/000112	LUIZ FABIANO APONTE - ME	1.249,98
10.858.351/0001-91	LD SEGURO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA – ME	734,99
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	745,99
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	15.218,10

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11.743.679/0001-25	J M A FERREIRA COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO	300,00
13.304.482/0001-15	T L D ALBERTO - EPP	437,90
13.507.559/0001-54	LUANA ALMEIDA CAMPOS FROTA - ME	1.868,00
13.762.879/0001-50	ALMIR DOS SANTOS VALENTIM - ME	6.020,00
14.208.313/0001-44	VANDER E TITRA PROMOCOES E PRODUCOES LTDA	865,00
17.090.312/0001-36	VANIA CALDAS RODRIGUES DE SANTANA - ME	489,00
33.065.699/0001-27	ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A	2.189,25
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	17,32
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	1.370,28
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	116,00
54.394.630/0001-17	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA	433,51
560.446.072-91	JADER RIBEIRO GAMA	400,00
757.572.732-91	ADRIANO ARAUJO DA SILVA	1.200,00
83.319.442/000122	TROPICAO INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	1.024,50
890.986.252-15	LARISSA CARREIRA DA CUNHA	400,00

UG: 158567(Câmpus Itaituba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04.724.729/0001-61	MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA	292,22
06.064.175/0001-49	AIRES TURISMO LTDA - ME	2.000,00
07.711.900/0001-96	XEMLAB COMERCIAL EIRELI - EPP	2.451,00
08.748.536/0001-00	ARUMI - COMERCIO, SERVICOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	2.463,34
10.796.341/0001-79	L. H. DE S. NAKANO - ME	31,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	1,00
11.901.991/0001-08	PATRICIA DEZORDI - INFORMATICA - ME	300,00
42.194.191/0001-10	NUTRICASH SERVICOS LTDA	5.251,44
79.948.634/0001-20	COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS ICLEIA DELLAGIUSTINA	841,00

Ano de 2013:

Já com relação aos restos a pagar não processados do exercício de 2013, na maioria foram pagos neste exercício e são oriundos na grande maioria do andamento de obras e reformas contratadas, como podemos citar as construções dos Câmpus de Cametá, Paragominas e Breves, que são montantes vultosos, destaca-se ainda a aquisição de equipamento e contratações de serviços que foram adquiridos e não foram entregues ou prestados em todas as unidades que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados do exercício de 2013, foram pagos no montante de R$ 51.824.102,25. Houveram neste exercício cancelamentos no montante de R$ 1.752.645,10 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme abaixo:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.750.160/0001-58	JCM INFORMATICA LTDA	112.656,75
02.449.992/0181-01	VIVO S.A.	1.978,63
03.655.629/0001-68	S & K INFORMATICA LTDA - ME	800,00
05.572.870/0001-59	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	8.053,00
073.074.537-62	ARCHIMEDES ALVES DETONI	1.800,00
07.499.215/0001-48	DIGITAL SOLUCOES LTDA - ME	394,78
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	564.630,20
08.573.956/0001-94	VR CONSULTORIA & SERVICOS GERAIS LTDA - EPP	2.643,86
09.518.029/0001-34	M C DE L MACHADO - ME	2,10
09.605.413/0001-74	P. A ENGENHARIA COMERCIAL LTDA - ME	0,15
11.464.383/0001-75	GOLD COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	0,37
11.869.370/0001-86	MAZEPEL ARTIGOS DE ESCRITORIO LTDA - ME	0,25
12.294.602/0001-88	J LEMOS DE CARVALHO - ME	0,03
170500/00001	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA/TESOURO	22.708,75
18.387.009/0001-62	INFORGERAIS EIRELI - ME	92.346,00
18.436.917/0001-07	LEMARINK CARTUCHOS EIRELI - EPP	0,09
245.092.059-53	WALTER SOARES FERNANDES	9,65
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	743,12
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	0,30
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	176.857,01
543.431.437-91	ELIO DE ALMEIDA CORDEIRO	47,60
76.659.820/0001-51	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	5.520,00
84.145.630/0001-44	W N DE MATOS - ME	0,41

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02.055.12/20001-00	REGINA C DE N SOUZA E CIA LTDA - ME	782,41
06.028.733/0001-10	LG SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA - ME	15.722,98
08.602.745/0001-32	CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A	1.160,28
09.037.279/0001-52	ENGEPOLO AR CONDICIONADO COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP	28.953,48
09.409.620/0001-53	STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA LTDA – ME	358.082,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	3.112,64
11.980.040/0001-63	PEOPLE RH & SERVICOS TERCERIZADOS LTDA	6.975,86
14.483.194/0001-38	STATUS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	16,52
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	141.230,38
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	298,03
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	2.417,76
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	22.761,42

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	4.287,42
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	2.863,54
86.982.311/0001-19	ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM GEOG	60,00

UG: 158307(Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	60.000,00
05.476.948/0001-31	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA - EPP	0,17
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	17.344,68
10.936.330/0001-47	ANDALUZ INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE DECORACOES	0,40
12.139.421/0001-87	AILEC - COM DE MAT. ELETRICO E SERVICOS EIRELI	0,81
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	8.934,75
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	37,64

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	32.078,76
01.673.683/0001-00	BRASFER COMERCIAL LTDA - ME	355,02
03.053.705/0001-65	POLO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - EPP	225,00
04.143.345/0001-55	ZAMBONI COMERCIO DE LIVROS LTDA	80,00
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	7.645,64
04.906.617/0001-21	N N SHIOZAKI E CIA LTDA	380,00
05.509.289/0001-92	FEDERAL VIDA E PREVIDENCIA S/A	2.579,20
05.929.042/0001-25	SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO	2.342,32
05.963.857/0001-20	INFOMARQUES COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	0,02
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	20.608,01
09.498.013/0001-07	IMPAR COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - ME	900,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	77,28
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	223,62
13.407.975/0001-80	ALVES E SILVA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	675,20
16.602.451/0001-39	PRIME COMERCIAL LTDA - ME	1.942,18
23.434.608/0001-20	COIMBRA COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LT	0,05
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	426,64
34.0283.160018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	152,83
40.432.5440001-47	CLARO S.A.	107,92
463.315.302-15	ROMIER DA PAIXAO SOUSA	1.100,00
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	359,44

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08.870.001/0001-07	PINTO & CAMPOS E CIA LTDA - EPP	10.319,55

UG: 158512(Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.940.283/0001-40	CARAJAS SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP	84,80
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	1.553,08
04.945.341/0001-90	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	469,07
09.619.820/0001-30	A M PEREIRA SERVICOS ESPECIALIZADOS - ME	1.474,50
10.921.045/0001-52	DE CAMARGO & CIA LTDA - ME	236,70
33.530.48/60001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	12,05

Neste exercício de 2014 os restos a pagar não processados de 2013, após a realização de cancelamentos restaram ainda o montante de R$ 19.929.312,97 e estão demonstrados por Unidades Gestoras, conforme a seguir:

UG: 158135(Reitoria):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	181.706,89
01.741.868/0001-05	A R S COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	561,49
04.615.616/0001-28	ELEVADORES OK COMERCIO DE PECAS, COMPONENTES E SERVICOS	14.850,00
04.684.097/0001-50	MAURO S RAMOS - ME	2.307,00
04.830.014/0001-93	ALPHA SERVICE LTDA-EPP - EPP	3.681.138,67
04.891.115/0001-74	PERES & SANTOS LTDA - EPP	97,28
04.935.183/0001-98	MIRANDA & MOIA LTDA - EPP	6.519,31
05.055.025/0001-06	BELEM SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	169,27
05.963.666/0001-69	TELEMIDIA BRASIL TECNOLOGIA LTDA ME	5.200,00
06.086.951/0001-01	CIBX TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - EPP	11.100,00
06.996.090/0001-07	R M COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIOS LTDA	4.112,29
07.822.808/0001-01	F.C.K. ENGENHARIA LTDA - ME	39.135,99
09.037.279/0001-52	ENGEPOLO AR CONDICIONADO COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP	15.404,03
09.569.733/0001-16	UBERPAP COMERCIO LTDA - ME	10.686,85
11.235.712/0001-06	LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	339,08
11.564.885/0001-78	J D M COMERCIO DE ALIMENTOS NHANDU LTDA - EPP	790,72
13.138.147/0001-94	N L P LOPES - ME	4,97
13.821.476/0001-35	WANDERLEI HACKE MASSANEIRO & CIA LTDA - ME	267,00
14.483.194/0001-38	STATUS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	26.708,22
15.257.453/0001-75	CARLOS AUGUSTO ASSIS PINHEIRO 27890465220	6.359,50
153115/15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/UFRJ	300,00
15.499.472/0001-08	RP7 MODA FEMININA EIRELI	2.100,10

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
17.775.858/0001-20	K L COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	5.000,00
18.276.815/0001-63	D. G. DA SILVA INFORMATICA - ME	8.069,25
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	40.302,18
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	515,74
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	54.522,61
83.760.785/0001-28	LEST ENGENHARIA LTDA - EPP	197.778,21

UG: 158162(Câmpus Breves):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	200.742,01
00.865.761/0001-06	ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	2.330,86
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	382,44
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	28.420,76
17.503.545/0001-13	V. O. NAPOLI - ME	0,20
40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	48.838,15
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	22.674,11
737.168.392-72	ANDREIA BARREIROS TAVARES	2.500,00

UG: 158306(Câmpus Belém):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	1.224.434,61
03.307.982/0001-57	TRANSCIDADE SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI	15.000,00
04.115.756/000-137	CONSUTEC-CONSULTORIA & TECNOLOGIA LTDA - EPP	771.147,14
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME	2.869,90
04.699.854/0001-69	VA & R INFORMATICA LTDA	149.000,00
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	1.740,00
055.714.908-88	ENZO BASILIO ROBERTO	4.119,00
07.712.095/0001-15	BELEM COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	450,00
08.989.588/0001-60	DIRECAO PRODUCOES LTDA - EPP	450.683,80
09.518.029/0001-34	M C DE L MACHADO - ME	725,00
10.500.194/0001-48	A. CARVALHO RODRIGUES & CIA. LTDA - ME	1.332,20
10.636.507/0001-90	PONTO COM - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	112.260,00
10.873.748/000-52	DIGINOVE SISTEMAS DIGITAIS LTDA - EPP	1.157,25
12.953.821/0001-21	E. M. DOS S. BASTOS - ME	2.980,00
14.262.495/0001-31	ASK SOLUCOES CORPORATIVA LTDA - ME	27.540,64
22.973.408/0001-82	HIDRO ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL LTDA	104.360,30
43.367.754/0001-97	INSTITUTO BRASILEIRO DO CONCRETO	1.500,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	25.355,24
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	10.354,01
84.145.6300001-44	W N DE MATOS - ME	54.695,72

UG: 158307(Câmpus Marabá Rural):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	99.065,81
03.687.304/0001-67	GAMELEIRA COM. E SERVICOS LTDA - EPP	29.821,99
03.785.960/0001-00	GRAFICA E EDITORA PRIMUS LTDA - ME	1.080,00
04.454.759/0001-03	T L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	1.587,60
04.906.617/0001-21	N N SHIOZAKI E CIA LTDA	13.870,00
05.476.948/0001-31	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA - EPP	1.257,67
05.753.028/000113	D ABDON & CIA LTDA - ME	650,19
05.769.495/0001-31	M. V. A. DOS S. NASCIMENTO & CIA. LTDA - EPP	48,00
06.003.128/0001-95	FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	110.528,13
07.516.045/0001-62	UNISERVICE CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - ME	6.547,20
07.544.391/0001-54	PANDORA IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS	62.592,77
09.181.254/0001-28	ALCA TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA	3.341,97
09.211.205/0001-90	SECURITY AMAZON SERVICO DE SEGURANA PRIVADA	870,59
09.568.956/0001-69	PINHEIRO E PORTAL LTDA - ME	1.650.401,60
09.721.163/0001-38	A S NAGASE & CIA LTDA	22.555,48
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	3.803,14
12.139.421/0001-87	AILEC - COM DE MAT. ELETRICO E SERVICOS EIRELI	476.167,58
14.688.521/0001-98	MOTORMAQ PECAS E SERVICOS LTDA - ME	795,00
22.929.707/0001-10	CONSTRUFOX - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	268.094,59
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	452,32
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	14.864,73
83.902.296/0001-63	PONTO PRESS LTDA - EPP	14.400,00

UG: 158308(Câmpus Castanhal):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	196.366,37
01.237.548/0001-12	BETBI INDÚSTRIA DE CONFECCOES E BRINDES - EIRELI	13.700,00
01.604.949/0001-63	MANAUS SISTEM - COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ME	6.653,50
02.196.924/0001-30	SUR DISTRIBUIDORA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS LTDA -	235,84
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.502,22
02.642.492/0001-44	SINGULAR COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MANUFATURADOS	4.320,00
02.860.705/0001-04	M S DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.773,54
03.202.674/0001-67	POLO COMERCIO REFRIGERACAO E REPRESENTACAO LTDA	30.209,32
03.329.698/0001-81	BIOMARKET COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	705,24
03.391.625/0001-10	COMPEX TECNOLOGIA LTDA	3.105,00
03.506.307/0001-57	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE CO	1.272,35

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03.679.844/0001-07	OLIVA LTDA - EPP	114.815,54
03.810.869/0001-90	ARTLINE IND E COM DE MOVEIS LTDA	10.670,00
04.027.440/0001-93	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	1.332,72
04.115.756/0001-37	CONSUTEC-CONSULTORIA & TECNOLOGIA LTDA - EPP	3.653.087,59
04.454.759/0001-03	T L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	12.960,00
04.684.097/0001-50	MAURO S RAMOS - ME	927,00
04.892.991/0001-15	TELTEC SOLUTIONS LTDA	5.600,00
05.003.729/0001-35	RECH & CIA LTDA	3.930,00
05.537.577/0001-50	SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS	220,00
05.624.331/0001-16	BONOPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	1.188,50
06.284.023/0001-51	GLOBAL COMERCIAL LTDA - EPP	209,36
07.241.626/0001-39	COMERCIAL AVANT COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA	537,20
07.478.983/0001-15	RPD - CONSULTORIA COMUNICACAO E MARKETING LTDA.	400,00
07.581.950/0001-04	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA	120,00
07.987.145/0001-77	FRANCA E LOBATO LTDA - ME	7.224,14
08..084.695/0001-49	ELLEN MOALLEM - ME	7.215,00
09.349.162/0001-04	TEXAS INFORMATICA E PRODUTOS LTDA - EPP	9.799,93
09.370.461/0001-20	SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGROMETEOROLOGIA	1.360,00
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	7.454,93
09.498.013/0001-07	IMPAR COMERCIO E SERVICOS LTDA ME - ME	1.505,20
09.518.029/0001-34	M C DE L MACHADO - ME	176,25
09.548.092/0001-13	HARLEY SANTOS - ME	3.835,55
09.569.733/0001-16	UBERPAP COMERCIO LTDA - ME	304,05
10.210.196/0001-00	DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA - ME	984,00
10.278.886/0001-93	DAMASO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	1.099,95
10.516.398/0001-77	ANDERSEN TECNOLOGIAS DO BRASIL - ATEC LTDA - ME	4.128,00
10.704.162/0001-64	SUN COMERCIO EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS SOLARES	1.550,00
11.014.473/0001-64	S. FRANCO DE SOUZA - ME	2.140,10
11.362.375/0001-18	VENETO COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP	8.219,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	5.115,36
11.564.885/0001-78	J D M COMERCIO DE ALIMENTOS NHANDU LTDA - EPP	4.045,00
11.968.648/0001-72	46 LIVROS EIRELI	5.426,16
11.978.499/0001-22	ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	2.751,80
12.416.309/0001-46	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA - ME	17.809,35
12.865.208/0001-52	P.H.D. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO	5.415,00
13.266.239/0001-50	MAPPE BRASIL LTDA - ME	100.712,20
135100/22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO/CONAB	2.507,64
13.822.943/0001-41	DISTRIBUIDORA P R B LTDA - ME	379,64
15.207.445/0001-14	SOUSA & ASSIS COMERCIO VAREJISTA DE AGUA LTDA -	304,20
15.665.172/0001-51	ADIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA - ME	1.691,55
16.550.802/0001-05	W. R. DE OLIVEIRA SERVICOS E COMERCIO - EPP	1.884,00
26.280.198/0001-06	VEGESILKS COMERCIO E IMPORTACAO DE PAPEIS LTDA	289,10
41.533.829/0001-37	F. A. SOARES DOS SANTOS REFRIGERACAO - ME	34.500,00
42.563.692/0001-26	M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A	122.780,00
49.058.654/0001-65	FLEXFORM INDUSTRIA METALURGICA LIMITADA	17.295,00
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	19.857,62

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
51.462.471/0001-52	LABSYNTH PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	1.065,29
51.800.332/0001-91	R. GONCALVES COMERCIAL LTDA - ME	1.496,66
52.643.251/0001-98	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA SBPC	120,00
54.484.753/0001-49	MAPFRE VIDA S/A	11.818,65
60.431.715/0001-20	MARTE CIENTIFICA & INSTRUMENTACAO INDUSTRIAL	6.780,00
83.317.248/0001-08	R C F MACHADO - ME	71,80
83.930.537/0001-88	A A DE SOUZA COMERCIO DE MALHAS - ME	1.083,20
861.547.612-87	DANIELE DE SOUSA SANTOS	5.040,00

UG: 158481 (Câmpus Tucuruí):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	296.592,39
00.389.998/0001-68	COMERCIAL VIEIRA MOREIRA & SILVA LTDA - ME	1.728,40
01.028.098/0001-58	GENESIS CIENTIFICA LABORATORIAL LTDA - EPP	994,96
01.237.548/0001-12	BETBI INDUSTRIA DE CONFECCOES E BRINDES - EIRELI - EPP	3.082,50
01.608.702/0001-15	LM COMUNICACAO VISUAL E PROJETOS LTDA - EPP	187,11
02.081.213/0001-10	R CASTILHO GOMES - EPP	3.165,00
02.713.530/0001-02	ALFA PREVIDENCIA E VIDA S.A.	16.526,56
03.956.283/0001-38	WJ-GLOBAL COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	0,26
04.002.498/0001-82	BELLSUB COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	0,09
04.063.717/0001-33	APLITEC LTDA - ME	519,00
04.133.517/0001-00	BIT9 EQUIPAMENTOS DIDATICOS EIRELI - EPP	200.700,00
04.303.895/0001-94	LINK ETIQUETAS INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI	373,00
04.420.260/0001-77	BELEMLAB COMERCIAL LTDA - ME	4.399,33
04.454.759/0001-03	T L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	2.916,00
04.891.115/0001-74	PERES & SANTOS LTDA - EPP	8.907,63
06.012.731/0001-33	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACÃO	8.760,00
06.028.733/0001-10	LG SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA - ME	11.712,74
06.035.543/0001-20	FRIBEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.106,10
07.707.757/0001-69	LABIMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO	4.905,85
07.712.095/0001-15	BELEM COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	104,95
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	9.008,55
08.477.087/0001-02	NEOBIO - COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS	0,60
08.555.864/0011-53	APAVEL APARECIDA VEICULOS LTDA	357,65
08.677.413/0001-17	PARA BRASIL COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA	811,50
08770.377/0001-31	ANDRE LUIZ PEREIRA INFORMATICA - EPP	0,14
09.037.279/0001-52	ENGEPOLO AR CONDICIONADO COMERCIO E SERVICOS EPP	1.889,07
09.165.782/0001-93	ESTRELA DALVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP	0,01
09.211.205/0001-90	SECURITY AMAZON SERVICO DE SEGURANA PRIVADA	12.702,31
09.569.733/0001-16	UBERPAP COMERCIO LTDA - ME	1.008,00
09.635.601/0001-45	JAF PRODUCOES E EVENTOS LTDA. - EPP	69.791,00
09.657.790/0001-57	ELISEU FERREIRA DE SANTANA - ME	2.647,95

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10.295.964/0001-68	SEITON SERVICOS PROFISSIONAIS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	16.336,62
10.305.226/0001-54	EDIVALDO SOUZA & CIA LTDA - EPP	4.760,00
10.671.913/0001-93	IRMAOS FARIAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS	669,00
10.900.795/0001-48	DENY ROBERTO MOLERO	2.850,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	206,92
11.223.241/0001-16	JK EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	12.212,70
11.437.064/0001-70	G. O. DUARTE - ME	0,49
11.464.383/0001-75	GOLD COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	0,10
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	3.000,00
11.794.048/0001-35	N BATISTA DA SILVA COMERCIO - ME	3.089,20
11.978.499/0001-22	ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	45,00
12.082.454/0001-38	DONZA & CIA LTDA - ME	0,10
12.811.487/0001-71	MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - ME	1.190,70
13.271.415/0001-41	SERVICE AMAZON LTDA - EPP	46.570,22
13.487.742/0001-35	BRAVOLUZ COMERCIAL LTDA	859,78
14.458.997/0001-32	GUSHI TECNOLOGIA LTDA - ME	49.490,00
14.483.194/0001-38	STATUS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	140.083,72
14.994.075/0001-40	PAULO ROMERO FEIO AVELAR - ME	3.398,00
15.575.998/0001-20	FERRAMENTARIA BR LTDA - ME	20.830,00
15.741.48/10001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	18.844,74
16.457.094/0001-62	GYN CENTER INFORMATICA LTDA - ME	28.743,39
16.562.335/0001-33	Z O FERREIRA - ME	2.679,00
16.806.989/0001-65	DALU COMERCIO E VAREJO LTDA - ME	57.924,76
17.054.095/0001-29	BYTE COLOR SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA. - ME	0,03
17.099.595/0001-87	TOPVISION COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	0,09
17.104.013/0001-03	ELIANE CRISTINA DOS SANTOS DE PAULA - ME	2.633,20
17.884.921/0001-67	PRISCILA VIEIRA CARDOSO 11712133799	1.405,00
18.363.238/0001-47	DELTA SUPRIMENTOS LTDA - ME	0,37
33.945.015/0002-62	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL	977,00
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	33.803,11
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	2.409,40
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	44.641,76
62.004.395/0001-58	RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA.	30,00
736.468.492-15	IDENILCE GONCALVES BARBOSA	5.379,00
74.428.657/0001-90	ASCOT TELECOMUNICACOES LTDA - ME	298,98
83.317.248/0001-08	R C F MACHADO - ME	7.726,00

UG: 158506 (Câmpus Bragança):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	354.923,55
01.601.066/0001-08	P L F COMERCIO LTDA - ME	2.400,00
04.115.229/0001-22	COMERCIAL DO FERRO LTDA	101,03
04.454.759/0001-03	T L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	10.899,36

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05.352.726/0001-07	COPYSYSTEMS COPIADORAS LTDA - ME	78,70
05.534.212/0001-72	GILVAN DE P. SILVA - EIRELI	7.825,00
06.943.213/0001-33	A. P. GONCALVES COMERCIAL - ME	950,00
07.544.391/0001-54	PANDORA IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA	11.475,71
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	636,31
08.573.956/0001-94	VR CONSULTORIA & SERVICOS GERAIS LTDA - EPP	59.353,40
08.602.745/0001-32	CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A	3.869,09
08.989.588/0001-60	DIRECAO PRODUCOES LTDA - EPP	25.468,48
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	120,40
14.483.194/0001-38	STATUS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.301,00
15.078.596/0001-10	P. L. FADEL INFORMATICA - ME	19.616,50
19.172.811/0001-06	ANA FLAVIA DE FREITAS - EIRELI - ME	268,90
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	110,05
40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	9.000,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	45,81
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	47.330,26
83.317.248/0001-08	R C F MACHADO - ME	310,00

UG: 158507 (Câmpus Altamira):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	47.130,00
04.670.765/0001-90	PORTAL DA EDUCACAO S.A.	1.730,37
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	3.722,22
05.263.116/0001-37	MUNICIPIO DE ALTAMIRA	1.521,23
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	157,30
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	25,95
11.048.879/0001-68	SPLIT SERVICE REFRIGERACAO COMERCIO E SERVICOS	13.340,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	2.566,76
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	2.000,00
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	6.303,70
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	338,23
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	24.303,34
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	953,36
543.882.522-04	JULIANA FEITOSA DE LIRA SOUSA	299,00
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	2.093,06
653.228.002-04	CLAUDIO DA SILVA FERREIRA	2.085,00
83.654.004/0001-10	SUPERMERCADO CARDOSO LTDA - EPP	1.296,70

UG: 158508 (Câmpus Abaetetuba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	68.514,00
01.237.548/0001-12	BETBI INDUSTRIA DE CONFECCOES E BRINDES - EIRELI	7.500,00
01.362.890/0001-44	AGROSHOPPING COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	1,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01.518.478/0001-70	BRASIL SERVICOS GERAIS LTDA	15.680,03
02.449.992/0181-01	VIVO S.A.	6.669,70
02.650.833/0001-23	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	63.188,42
02.759.096/0001-00	M DOHARA LTDA - EPP	715,00
03.128.654/0001-93	NERY & NEVES LTDA - ME	6.092,86
03.202.674/0001-67	POLO COMERCIO REFRIGERACAO E REPRESENTACAO LTDA	1.050,00
04.454.759/0001-03	T L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	1.296,00
04.891.115/0001-74	PERES & SANTOS LTDA - EPP	92,63
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	3.494,72
06.028.733/0001-10	LG SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA - ME	8.835,42
06.062.059/0001-90	MARBEK SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	0,99
06.336.443/0001-34	ASSISTE MULTIMARCAS LTDA - EPP	4.640,29
07.544.391/0001-54	PANDORA IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA	755,74
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	11.540,64
08.602.745/0001-32	CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A	134,46
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	2.528,98
14.441.954/0001-44	ADAPTE ACESSIBILIDADE COMERCIO & SERVICOS LTDA	360,00
17.192.971/0001-83	E & A SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME	13.913,28
19.040.607/0001-23	MS10 COMERCIAL DE VIDRARIAS PARA LABORATORIOS LTDA	1.342,81
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.000,00
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	5.560,00
40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	4.003,67
43.776.491/0001-70	CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SAO PAULO	1.700,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	644,34
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	24.256,61
71.511.349/0001-36	AMILTON GUIMARAES - ME	9,00

UG: 158509(Câmpus Conceição do Araguaia):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	274.213,83
01.237.548/0001-12	BETBI INDÚSTRIA DE CONFECCOES E BRINDES - EIRELI	3.425,00
02.951.375/0001-62	E & D SERVICOS LTDA - ME	201.739,66
04.420.260/0001-77	BELEMLAB COMERCIAL LTDA - ME	505,00
04.601.903/0001-89	AGRO ACAI AGROPECUARIA LTDA - ME	75,63
04.895.728/0001-80	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	27.376,22
05.065.511/0001-05	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ	140,00
06.094.695/0001-02	ARIALDO LEMOS DE MACEDO & CIA LTDA - ME	101,00
07.876.984/0001-18	AMERICA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME	2.600,00
08.087.568/0001-01	JPR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP	19.067,46
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	15.894,19
09.290.287/0001-06	MIL SABORES ALIMENTOS LTDA - ME	37,90

10.275.216/0001-13	NADIA CORREIA DE ALMEIDA - ME	6.648,00
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	10,00
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	7,53
14.336.946/0001-38	FARBMAP COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	1.350,70
14.483.194/0001-38	STATUS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	1.125,64
14.744.763/0001-51	MACIEL DISTRIBUIDORA LTDA - ME	51,10
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	10.201,46
18.276.815/0001-63	D. G. DA SILVA INFORMATICA - ME	696,00
22.955.306/0001-34	MARTENGE CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	655,10
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	162,24
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	6,47
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	14.531,02
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	37.988,04
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	31.243,41
956.858.391-20	JACQUELINE BAILAO DA SILVA LOPES	550,00

UG: 158512 (Câmpus Marabá Industrial):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	445.673,84
01.920.819/0001-30	TREIDE - APOIO EMPRESARIAL LTDA	1.890,00
02.168.943/0001-53	FUNDACAO DE EDUCACAO TECNOLOGIGA E CULTURAL DA PARAIBA	450,00
04.284.160/0001-60	EQUILAM TRADING LTDA - EPP	3.842,04
05.476.948/0001-31	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA - EPP	1.652,21
05.530.834/0001-22	DUNAS COMERCIAL LTDA - EPP	2.590,00
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	1,82
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	8.000,00
170009/00001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	476,00
17.561.197/0001-30	MASER EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP	13.250,00
43.361.997/0001-18	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA	858,00
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	5.837,38
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	60.365,04
54.286.505/0001-93	HOMIS CONTROLE E INSTRUMENTACAO LTDA	28.852,00
58.170.994/0001-74	VIANNA & CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP	2.295,00
83.646.067/0001-25	MARISOL COMERCIO DE GLP LTDA - EPP	275,00

UG: 158518 (Câmpus Santarém):

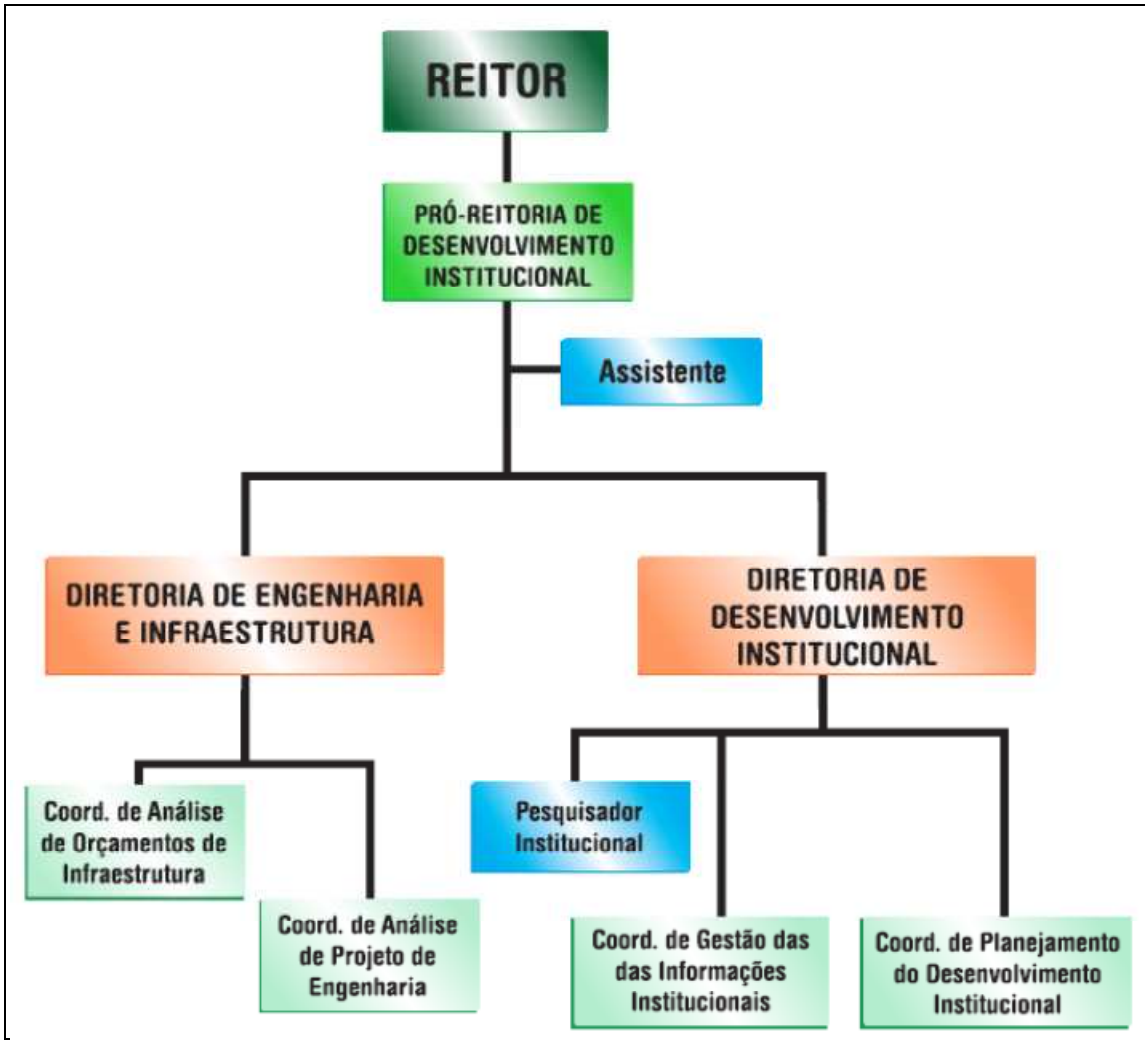
CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	410.466,76
02.055.122/0001-00	REGINA C DE N SOUZA E CIA LTDA - ME	2.382,68
02.102.498/0001-29	METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA	459,11
02.449.992/0001-64	VIVO S.A.	3.723,32
02.449.992/0364-36	VIVO S.A.	653,34
04.102.989/0001-03	MARTINS & ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA	96,00

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04.558.234/0001-00	AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME	901,39
04.745.086/0001-32	M M COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP	2,20
06.028.733/0001-10	LG SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA - ME	2.816,53
07.006.238/0001-73	J J CONSTRUCOES E PLANEJAMENTOS LTDA - EPP	0,38
07.270.170/0001-35	DCN DESTAC CONSERVADORA NACIONAL LTDA - ME	8.328,51
08.088.541/0001-25	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA	18,27
08.223.886/0001-44	ADILSON SILVA JUNIOR - ME	301,99
08.631.122/0001-98	S & L COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA	3.180,00
08.999.132/0001-80	L & G INDUSTRIA E COMERCIO DE FARDAMENTOS LTDA - EPP	4.019,31
09.372.101/0001-68	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.061,56
09.409.620/0001-53	STAR - SERVICOS ESPECIALIZADOS DE MAO DE OBRA LTDA - ME	26.738,24
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	1.500,00
15.741.481/0001-63	DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP	1.603,05
17.025.029/0001-20	E PICAO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS - ME	107,92
334.094.982-49	FERNANDO EMMI CORREA	360,00
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	19.630,37
34.028.316/0018-51	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.836,50
40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	1.118,60
47.866.934/0001-74	TICKET SERVICOS SA	13.486,19
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	48.569,04
83.211.342/0001-88	E S OLIVEIRA COMERCIO - ME	2,16

UG: 158567 (Câmpus Itaituba):

CNPJ/ CPF/UG	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00.000.000/0001-91	BANCO DO BRASIL SA	444.027,30
02.650.833/0001-23	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	27,20
03.582.708/0001-96	I. S. DE ARAUJO EIRELI	0,01
04.630.532/0001-63	J A DE ARAUJO SERVICOS - ME	3.134,02
07.270.17/00001-35	DCN DESTAC CONSERVADORA NACIONAL LTDA - ME	2.243,85
07.544.391/0001-54	PANDORA IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA	1.266,23
10.612.367/0001-10	FIVE PRINT COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA	458,48
10.971.680/0001-44	TUPAIU CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP	193.121,56
110245/00001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	54,11
115406/20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	6.150,88
16.912.857/0001-18	AMILTON G COUTINHO - ME	1.200,00
17.917.081/0001-91	CONSTRUTORA CALHA NORTE LTDA - EPP	472.953,71
34.685.586/0001-97	MACONFRIO E REFRIGERACAO LTDA - ME	5.499,73
510001/57202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	56.131,19

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN



Fonte: PDI 2014-2018

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - PRODIN

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

Fonte: PRODIN

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

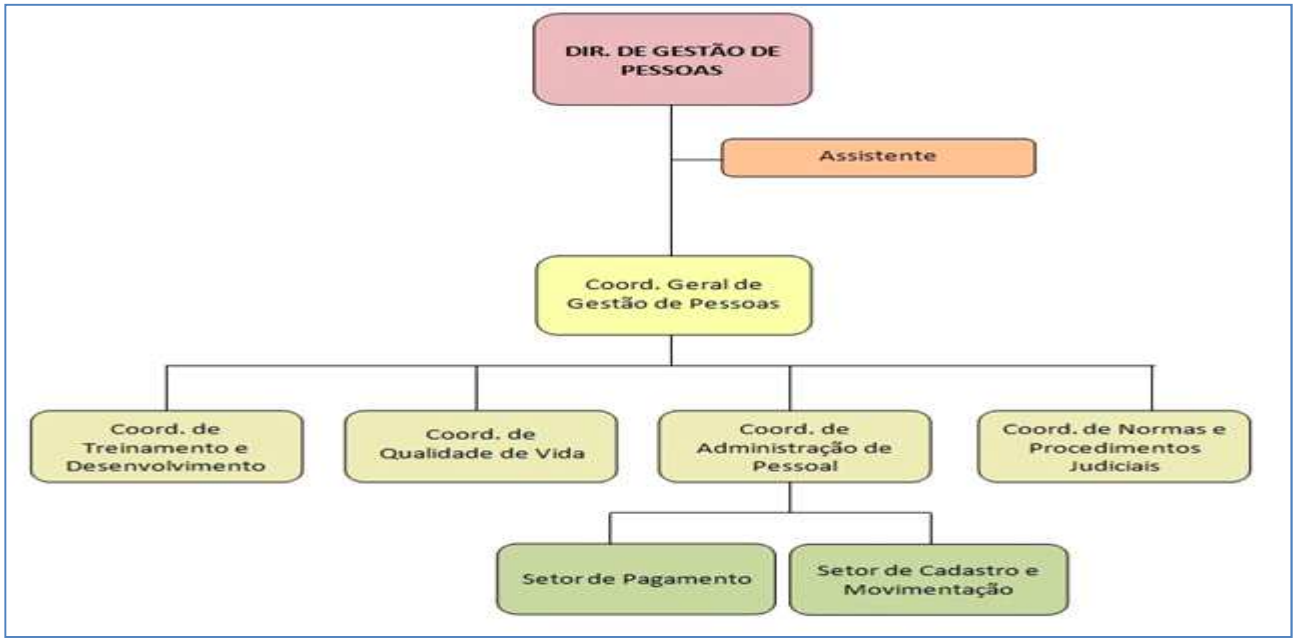
Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - DCOM

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			**X**		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		**X**			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		**X**			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		**X**			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		**X**			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			**X**		

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

Fonte: DCOM/IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP



Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ -DGP

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da		x			

unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise crítica: Em resposta ao item 2.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da Diretoria de Gestão de Pessoas apresentamos os seguintes resultados, conforme escalas de valores de 1 a 5 discriminados no quadro 4:

Ambiente de Controle conforme predominância do item 3 pode dizer que não há como avaliar;

Avaliação de Risco podemos observar que houve uma isonomia entre os itens 2 que é parcialmente inválida e o item 3 não há como avaliar;

Procedimentos de Controle observamos que houve uma predominância do item 3 pode dizer que não há como avaliar;

Informação e Comunicação observamos que houve a predominância do item 4 pode dizer que é parcialmente válido.

Monitoramento houve a predominância do item 4 pode dizer que é parcialmente válido.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: DGP/IFPA

CURSOS DE CAPACITAÇÃO FEITOS PELOS SERVIDORES

ABAETETUBA

Em 2014 o IFPA Câmpus Abaetetuba foi composto pela seguinte quantidade de servidores por nível de escolaridade:

- **Técnicos Administrativos em Educação:**
  - 06 servidores com ensino médio ou técnico;
  - 07 servidores com nível superior;
  - 15 servidores com aperfeiçoamento / especialização / pós-graduação.
- **Docentes:**
  - 17 servidores com aperfeiçoamento / especialização / pós-graduação;
  - 36 servidores com mestrado;
  - 05 servidores com doutorado.

O programa de capacitação da força de trabalho foi desenvolvido através do fornecimento de diárias, passagens e o pagamento de cursos direcionados às áreas específicas de atuação dos servidores no Câmpus. Abaixo segue o quadro com os cursos realizados pelos servidores do Câmpus.

Cursos de Capacitação Realizados pelos Servidores em 2014

Nome	Curso	Período	CH
Elcir Nunes Corrêa	Gestão de Contratos de Serviços de Suprimentos	19 a 23/05/2014	40 horas
	Formação de Pregoeiro	02/06 a 11/07/2014	30 horas
	Contratação de Serviços Terceirizados Conforme INS do MPOG	17 a 19/11/2014	24 horas
	GESTÃO DE FROTAS DE VEÍCULOS OFICIAL	24 a 26/11/2014	20 horas
Zacarias Lobato Gonçalves	Gestão Patrimonial	01/07 a 03/07/2014	30 horas.
	I Congresso Norte e Nordeste Sobre RDC	26 a 28/05/2014	24 horas
	Auditoria Interna Governamental	09/06 a 13/06/2014	40 horas
	Encontro sobre Normas de Encerramento do Exercício 2014 e Abertura do Exercício 2015	04/11/2014	8 horas
Isa Costa Pantoja	Gestão em Secretariado	16/06 à 14/10 2014	196 horas
	Formação Inicial na Carreira Pública	08/08 à 21/09 2014	60 horas

Fonte: Servidores IFPA-Câmpus Abaetetuba

ALTAMIRA

Cursos de capacitação feitos pelos servidores do Câmpus

ITEM	SIAPE	NOME DO SERVIDOR	CURSO	CARGA HORARIA
1	1906104	IRISLEY DE OLIVEIRA PEREIRA	CURSO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBOLIZADO E DO INTANGIVEL	20 HORAS
2	1906104	IRISLEY DE OLIVEIRA PEREIRA	CURSO DE DEPRECIAÇÃO E OUTROS ASPECTOS PATRIMONIAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA	20 HORAS
3	1753584	JACKSON ALMEIDA DE QUEIROZ	FURUKAWA DATA CABLING SYSTEM E FLEIKE NETWORKS METALIC CABLE TEST	28 HORAS
4	1753584	JACKSON ALMEIDA DE QUEIROZ	CURSO "CONCEITOS DO JOOMLA"OPEN SOURCE CMS- FUNDAMENTAL	16 HORAS

ITEM	SIAPE	NOME DO SERVIDOR	CURSO	CARGA HORARIA
5	1638938	KARIN ANGELA MATOS DE MEDEIROS	CURSO SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS-SCDP	20 HORAS
6	1820891	LARICI KELI ROCHA MOREIRA	CURSO DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	12 HORAS
7	1820246	LEONALDO PINTO DA CUNHA	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS LINUX: SERVIÇOS PARA INTERNET	40 HORAS
8	1820246	LEONALDO PINTO DA CUNHA	CURSO "CONCEITOS DO JOOMLA"OPEN SOURCE CMS- FUNDAMENTAL	16 HORAS
9	1794110	LISONETE LIRA DA SILVA	GESTÃO DE BIBLIOTECAS E ACESSO	32 HORAS
10	1820115	MARCELO REIS SENA	CURSO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBOLIZADO E DO INTANGIVEL	20 HORAS
11	1820115	MARCELO REIS SENA	CURSO DE DEPRECIAÇÃO E OUTROS ASPECTOS PATRIMONIAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA	20 HORAS
12	1618724	MAURÍCIO NEUBSON MEDEIROS GONÇALVES	CAPACITAÇÃO DE FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES DE EXECUÇÃO OPERACIONAL NOS SISTEMA CENSUP E SCA	20 HORAS
13	1728851	PAULO ALTINO FREITAS DA CRUZ	CURSO DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	12 HORAS
14	1867409	ROSANGELA MARIA TÔRRES EMERIQUE	CURSO DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	12 HORAS
15	1976515	SIMEIRE DE ALMEIDA LEÃO	CURSO DE GESTÃO DE SISTEMA: SIGAA	12 HORAS
16	1820804	SUSAN KARLA ACOSTA	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES ANUAIS	20 HORAS
17	1820019	WESLEY SABINO DOS SANTOS	TREINAMENTO OPERACIONAL PARA UTILIZAÇÃO DO SITEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG	20 HORAS

Dentro do exercício de 2014 treze servidores foram fazer curso de capacitação ofertado pelo IFPA, isso corresponde cerca de 38% dos servidores do nosso quadro efeito que foram capacitados dentre da sua área fim de trabalho. Dentre os quatro servidores pertencentes ao quadro efetivo que possuíam somente o nível médio dois apresentaram diploma de conclusão de curso de graduação.

BRAGANÇA

A gestão do Plano Anual de Capacitação dos servidores do IFPA é da competência da coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento, responsável pela operacionalização e coordenação das ações previstas, subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP.

IFPA/UFPA/PROGEP/CAPACIT fazem parceria com objetivo de capacitar os servidores do IFPA para desenvolver suas competências na execução de serviços públicos de qualidade

A Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento/DGP realiza junto ao Câmpus, levantamento de demandas de capacitação e educação formal, que tem como objetivo, promover um diagnóstico que subsidie ações de capacitação e educação formal, alinhadas às reais necessidades das unidades e da instituição.

Para divulgação dos cursos/eventos são utilizados os correios eletrônicos dos servidores, a home page do IFPA www.ifpa.edu.br, além de outros recursos de divulgação como catálogos e folders. As inscrições para os eventos de aprendizagem são feitas por meio de home Page www.capacit.ufpa.br e são realizadas por meio da iniciativa do servidor.

BREVES

Em 2014 o IFPA Câmpus Breves foi composto pela seguinte quantidade de servidores por nível de escolaridade:

ESCOLARIDADE	QUANT. DOCENTES	QUANT. TECNICOS ADM.
Ensino Fundamental		
Ensino Médio		08
Ensino Médio/Técnico		02
Ensino Superior	04	03
Especialista	08	07
Mestre	03	01
Doutor	01	
TOTAL	**16**	**21**

Demanda de treinamento identificada no Câmpus por área de atuação

SERVIDOR	CURSO	INSTITUIÇÃO
CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO	RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO 26 A 30/05/2014	
MÁRIO MÉDICE COSTA BARBOSA	A NOVA GESTÃO PÚBLICA 24 A 28/03/2014	
ANDERSON CLAYTON REIS NASCIMENTO	GEFIP/SEFIP 26 A 28/11/2014	(ESAF)
CLAUDIANE DA SILVA LADISLAU	RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO 26 A 30/05/2014 (SIAPE APOSENTADORIA E PENSÃO- PROGRAMA MULTIPLICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS	(CAPACIT)
DAIANE SOUZA ANDRADE	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS 03 A 07/11/2014	
DAMIRES SILVA DE OLIVEIRA	PROGRAMA FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA PÚBLICA, PERÍODO 08/08 À 21/09/2014	EAD-CAPACIT
EDER DE CASTRO NASCIMENTO	PROGRAMA FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA PÚBLICA, PERÍODO 08/08 À 21/09/2014	EAD-CAPACIT
EDILENE ANDRADE FERREIRA	GEFIP/SEFIP 26 A 28/11/2014 (DEPRECIAÇÃO E OUTROS ASPECTOS PATRIMONIAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA 17 A 19/09/2014 (ESAF) ("CONTROLE PATRIMONIAL NAS ENTIDADES PUBLICAS" 15 A 17/09/2014 (ESAF)) (PROGRAMA FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA PÚBLICA, PERÍODO 08/08 À 21/09/2014)	(ESAF)/ EAD-CAPACIT
GILBERTO DE SOUZA ANDRADE	GESTÃO POR PROCESSOS 15 A 17/04/2014 (GESTÃO PATRIMONIAL NAS ENTIDADES PUBLICAS E DEPRECIAÇÃO E OUTROS ASPECTOS PATRIMONIAIS DA CONTABILIDADE PÚBLICA 15 A 19/09/2014)	
GLEIDSON ALVES OLIVEIRA	"TOMADA DE CONTAS ESPECIAL" ESAF 06/10/2014 A 08/10/2014	(ESAF)
JEAN DENNIS COSTA LEITE	GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS E SUPRIMENTOS 19 A 23/05/2014,COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO/CAPACIT/PROGEP/UFPA,BELÉM/PA (LICITAÇÃO E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,10 A 14.03.2014,ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - EGPA,BREVES/PA)	CAPACIT/ EGPA/ ESAF/ SEBRAE

SERVIDOR	CURSO	INSTITUIÇÃO
	(PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD,07 A 10.10.2014,CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF - CENTRESAF,BELÉM/PA) (COMPRAS GOVERNAMENTAIS "COMPRADOR",20 A 22.10.2014,SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ - SEBRAE,BREVES/PA)	
JUNIEL RODRIGUES DE SOUZA	SIAPE FOLHA 04 A 08/08/2014 (SIAPE CADASTRO 25 A 29/08/2014) (PROGRAMA FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA PÚBLICA, PERÍODO 08/08 À 21/09/2014)	CAPACIT/ EAD-CAPACIT
MARLENE DE SOUZA ANDRADE	TREINAMENTO PARA SIGAA NO CAPACIT DA UFPA 03 A 04/06/2014 (RELAÇÕES HUMANAS NO CAPACIT DA UFPA 07 A 11/04/2014)	CAPACIT
NEMER VIEIRA ZAIRE	CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORGANIZACIONAL 02 A 04/04/2014 (ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS 03 A 07/11/2014) (INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA (IN'S 02 E SUAS ALTERAÇÕES, 03 E 04) 17 A 19/11/2014) (ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES ANUAIS 19 A 23/05/2014)	
ODIRSON MICHEL TAVARES DA SILVA	INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA (IN'S 02 E SUAS ALTERAÇÕES, 03 E 04) 17 A 19/11/2014 – ESAF (CURSO: PROCESSO ADMINISTRATIVO, DE 07 A 10/10/2014 – ESAF)	ESAF
ROMILDO CASTOR ARAÚJO	CURSO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E GESTÃO DE ENSINO DO PROGRAMA GESTÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS 19 A 21/03/2014 (CAPACIT) (GCTI0 GESTÃO DE CONTRATOS DE TI-01/04/2014 A 24/04/2014-ENAP) (ATENDIMENTO AO CIDADÃO-02/09/2014 A 22/09/2014-ENAP)	CAPACIT/ ENAP
SAMANDA KATRINI BARBOSA ARAÚJO	PROGRAMA FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA PÚBLICA, PERÍODO 08/08 À 21/09/2014	EAD-CAPACIT

CAMETÁ

Curso	Vinculação	Carga Horária	Local
Elaboração de Relatório de Atividades Anuais – Turma 02	Diretoria Administrativa	20 horas	CAPACIT/UFPA
Controle Patrimonial nas Entidades Públicas	Diretoria Administrativa	20 horas	ESAF/Belém
Depreciação e Outros Aspectos Patrimoniais da Contabilidade Pública	Diretoria Administrativa	20 horas	ESAF/Belém

CASTANHAL

A gestão do Plano Anual de Capacitação dos servidores do IFPA é da competência da coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento, responsável pela operacionalização e coordenação das ações previstas, subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP.

IFPA/UFPA/PROGEP/CAPACIT fazem parceria com objetivo de capacitar os servidores do IFPA para desenvolver suas competências na execução de serviços públicos de qualidade

A Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento/DGP realiza junto ao Câmpus, levantamento de demandas de capacitação e educação formal, que tem como objetivo, promover um diagnóstico que subsidie ações de capacitação e educação formal, alinhadas às reais necessidades das unidades e da instituição.

Para divulgação dos cursos/eventos são utilizados os correios eletrônicos dos servidores, a home page do IFPA www.ifpa.edu.br, além de outros recursos de divulgação como catálogos e folders. As inscrições para os eventos de aprendizagem são feitas por meio de home Page www.capacit.ufpa.br e são realizadas por meio da iniciativa do servidor.

ITAITUBA

No que tange a Qualificação do Pessoal do Câmpus ITAITUBA observa-se que os servidores docentes e técnicos administrativos atendem as competências ao desenvolvimento das atividades meio e finalísticas do Câmpus.

Quanto a treinamento de pessoal verificamos que em 2014 houve um aumento significativo no número de eventos de Capacitação, resultado de uma parceria que a Reitoria fez com UFPA através do Capacit, no qual os servidores do Câmpus realizaram inúmeras capacitações. Além de eventos específicos dentro do planejamento da gestão.

MARABÁ RURAL

Não houve ocorrência no ano de 2014 e nem nos anos anteriores, sendo um dos motivos a falta de servidores disponível para realização de plano de capacitação.

PARAUAPEBAS

Servidor(a): Karla Vanessa Martins Galvão

SIAPE: 1061461

Cargo/Função: Assistente Administrativo/Diretora de Administração e Planejamento

Cursos realizados:

1) Curso de Relatórios de Atividades Anuais – Turma 02
   Período: 03/11/2014 à 07/11/2014
   Facilitador: CAPACIT
   Carga horária: 20 horas
2) Curso de Contratação de Serviços Terceirizados Conforme INs do MPOG
   Período: 17/11/2014 à 19/11/2014
   Facilitador: ESAF
   Carga horária: 24 horas

SANTARÉM

No que tange a Qualificação do Pessoal do Câmpus Santarém observa-se que os servidores docentes e técnicos administrativos atendem as competências ao desenvolvimento das atividades meio e finalísticas do Câmpus.

Entretanto, verifica-se que a maioria dos servidores possui nível de escolaridade acima do requisitados para o cargo, conforme descrição abaixo:

Dos 38 (Trinta e oito) Docentes o Câmpus 6 (Seis) possuem Graduação; 18 (Dezoito) possuem especialistas; 13 (Treze) possuem Mestre e 1 (Um) possuem Doutorado.

Já, os Técnicos Administrativos dos 34 (Trinta e Quatro) 6 (Seis) possuem Nível Médio; 12 (Doze) possuem Graduação; 12 (Doze) possuem Especialização; 2 (Dois) possuem mestrado.

Quanto a treinamento de pessoal verificamos que em 2014 houve um aumento significativo no número de eventos de Capacitação, resultado de uma parceria que a Reitoria fez com UFPA através do Capacit, no qual os servidores do Câmpus realizaram inúmeras capacitações.

SERVIDORES	CURSOS
AFONSO HELDER DE ALMEIDA BRITO	1. Licitações e contratos; 2. Elaboração de Termo de Referencias; 3. Gestão de Frotas.
ALESSANDRA BENTES OLIVEIRA	1. SIAPE FOLHA
ALESSANDRA MARTINS FARIA	1. Licitações e contratos; 2. Gestão e Fiscal de Contratos; 3. Contratação de Serviços Terceirizados Conforme INS - da MPOG 4. Gestão de Frotas de Veículos.
DENISE MAYTHE SILVA DOS SANTOS	1. SCDP
ERICA DUTRA PEREIRA	1. Licitações e contratos; 2. Gestão e Fiscal de Contratos; 3. Contratação de Serviços Terceirizados Conforme INS - da MPOG 4. Gestão de Frotas de Veículos.
HELIO COSTA FERREIRA	1 - Controle Patrimonial nas Entidades Públicas. 2 - Depreciação e Outros Aspectos Patrimoniais da Contabilidade Pública. 3 - Tomada de Contas Especial. 4 - Contratação de Serviços Terceirizados Conforme IN's do MPOG. 5 - GEFIP/SEFIP.
JHANNETH TALYTA COSTA	1 - SIAPE Cadastro 2 - SIAPE Aposentadoria 3 - SCDP
JOSE MARIO DIAS BENTES	1 - Depreciação e outros Aspectos Patrimoniais da Contabilidade Pública 2 - Controle Patrimonial 3 - SCDP

TUCURUI

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSO/CAPACITAÇÃO EM 2014	QTDE DE EVENTOS
1º CONGRESSO NORTE E NORDESTE SOBRE RDC	1
2° WORKSHOP SOBRE EVASÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNICA E TECNOLÓGICA	1
ACESSO A FONTES DE INFORMAÇÃO ELETRONICA	1
AUDITORIA GOVERNAMENTAL	1
CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	1
CONTRATAÇÃO DIRETA, DIRETA INEXIGINILIDADE E SRP	5
CURSODE GESTAO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	1
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇSO TERCEIRIZADOS	1
FORMAÇÃO DE PREOGOEIRO	1
FÓRUM DAS ORGANIZAÇÕES E USUÁRIOS DA RNP/PARÁ	3
GESTAO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS E SUPRIMENTOS	1
GESTAO DE FROTAS DE VEÍCULOS	2
GESTAO DE PATRIMÔNIO	1
GESTAO DE SISTEMAS SIGAA	2
GESTAO DO CONHECIMENTO	1
GESTAO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	3
GESTAO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	2
GESTÃO POR PROCESSOS	1
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	2
LICITAÇÕES E CONTRATOS	3
NOVO SCDP	1
PASSO A PASSO DE LICITAÇÕES DA DEFINIÇÃO DO OBJETO A ADJUDICAÇÃO	5
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO BSC	2
PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO E- MEC	4
PREENCHIMENTO DO SENSO DE EDUCAÇÃO	1
PROCESSO ADMINISTRATIVO	1
REGISTRO BIBLIOGRAFICO NO FORMATO MARC	1
SIAPE APOSENTADORIA E PENSÃO	1
SIAPE CADASTRO	1
SIAPE FOLHA	2
TREINAMENTO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1
Total de Eventos de Capacitação em 2014:	**54**

Fonte: SCDP/Câmpus Tucuruí

O quadro acima demonstra que ocorreram em 2014, 54 (cinquenta e quatro) eventos de capacitação, distribuídos pelas seguintes áreas:

ÁREA	QTD EVENTOS	PERC. S/ TOTAL
LICITAÇÃO E CONTRATOS	24	44,4%
EDUCAÇÃO	09	16,7%
INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO	05	9,3%
ADMINISTRAÇÃO	04	7,4%
GESTÃO DE PESSOAS	04	7,4%
FLUXO DE PROCESSOS	03	5,5%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	5,5%
AUDITORIA INTERNA	01	1,9%
DIÁRIAS E PASSAGENS	01	1,9%
TOTAL	**54**	**100%**

Percebe-se a estratégia de capacitação levada a efeito pela Administração do Câmpus, essencialmente voltada para a área de compras, licitação e contratos. Os resultados se verificam no volume de utilização de recursos orçamentários, conforme demonstrado no quadro constante do item **Resultado das Ações planejadas**, alcançados pela Área da Gestão da Administração.

Nesses eventos, foram capacitados 34 servidores, sendo 28 técnicos-administrativos e 06 docentes.

Vale ressaltar, no entanto, que desses mesmo servidores capacitados, o Câmpus perdeu 05 servidores técnicos Administrativos, sendo que 03 pediram exoneração, 01 foi removido e 01 redistribuído. Dessa forma, perdeu-se mais de 21% da força de trabalho capacitada, no mesmo ano em que ocorreu a capacitação.

Quanto aos pedidos de exoneração, o motivo foi aprovação em concurso em outros órgãos, na busca por melhores proventos.